ORGANIZADORES
Micael Olegário
Geder Parzianello

DIÁLOGOS DO PAMPA

teorias, métodos e objetos

pimenta cultural

ORGANIZADORES
Micael Olegário
Geder Parzianello

DIÁLOGOS DO PAMPA

teorias, métodos e objetos

| São Paulo | 2023 |

pimenta cultural

DIÁLOGOS
DO PAMPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D536

Diálogos do Pampa: teorias, métodos e objetos / Organizadores Micael Olegário, Geder Parzianello. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-692-4
DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96924

1. Linguagem. 2. Mídia. 3. Poder. I. Olegário, Micael (Organizador). II. Parzianello, Geder (Organizador). III. Título.

CDD 070

Índice para catálogo sistemático:

I. Jornalismo: Mídia educacional

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

DIÁLOGOS
DO PAMPA

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <*https://creativecommons.org/licenses/*>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	Vuang, Kjpargeter, User3802032, Freepik - Freepik
Tipografias	Swiss 721, Acumin Pro ExtraCondensed, Sugo Pro Display Trial
Revisão	Os autores e autoras
Organizadores	Micael Olegário Geder Parzianello

PIMENTA CULTURAL
São Paulo · SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação **12**

Capítulo 1

Metodologia da pesquisa científica:
uma tentativa de destruir mitos **14**

Metodología de investigación científica:
un intento de destruir mitos

Adriana Hartemink Cantini

Capítulo 2

O negacionismo via informação pseudocientífica frente à crise contemporânea do argumento de autoridade **29**

Negationism via pseudoscientific information
in the face of the contemporary crisis
of the argument of authority

Rafael Borges Marques
Geder Parzianello

Capítulo 3

Percursos de um TCC em construção:
as vozes dos feminismos confrontadas
pelo discurso de unidade **57**

Paths of a thesis under construction:
the voices of feminisms confronted
by the discourse of unity

Rayssa Velasque Mambach

Capítulo 4

Popularizando a análise dramatística de Kenneth Burke na academia brasileira..... 89

Highlighting Kenneth Burke's dramatistic analysis to the Brazilian academy

Kátia Vieira Morais
Simone Silva Pires Assumpção

Capítulo 5

Quando o jornalismo enxerga sob a lama: retórica noticiosa sobre a tragédia de Petrópolis em 2022**..... 121**

When journalism sees under the mud: news rhetoric on the Petropolis tragedy in the year 2022

Danilo Henrique de Campos Perez
Micael dos Santos Olegário
Geder Parzianello

Capítulo 6

A busca pela adesão de auditórios como prática de agendamento no jornalismo impresso brasileiro contemporâneo..... 158

The search for audience adhesion as agenda setting practice in contemporary Brazilian print journalism

Micael dos Santos Olegário
Geder Luis Parzianello

Capítulo 7

Os sentidos no discurso político:
da negação à barbárie **180**

The meanings in political discourse:
from denial to barbarity

Sandra Barbosa Parzianello

Capítulo 8

Jango, o missioneiro e sua importância
política na memória dos são-borjenses 197

Jango, el misionero y su importancia política
en la memoria de los são-borjenses

Adriana Hartemink Cantini
Dilossane Vargas da Silva

Capítulo 9

A construção discursiva do sujeito
político e a luta pela hegemonia
venezuelana em 2018..... 230

The discursive construction of the political
subject and the struggle for venezuelan
hegemony in 2018

Renata da Silva
Sandra Barbosa Parzianello

Capítulo 10

Ser mujer madre de hijo
con discapacidad 252

Ser mulher mãe de filho
com deficiência

Cecilia Ramírez
Adriana Hartemink Cantini

Capítulo 11

Comparative analysis of treatment of migrants in the U.S. and Brazil 278

Análise comparativa sobre o tratamento de migrantes nos Estados Unidos e no Brasil

Kelly Thu-Tam Nguyen
Kátia Vieira Morais

Sobre os organizadores 299

Sobre as autoras e os autores 300

APRESENTAÇÃO

Este livro é o segundo publicado pelo Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa. Reúne parte das produções acadêmicas protagonizadas por nossos pesquisadores ao longo dos últimos dois anos, frutos de reflexões sistemáticas e continuadas, infindas e, sobretudo, promissoras de novas e futuras investigações.

É um documento que pensamos, também, como pelo seu valor histórico e de registro. Uma iniciativa que nos enche de satisfação e orgulho, principalmente, porque ela é resultado de um extenso esforço, quase sempre semanal, para vivenciarmos a pesquisa na universidade, mesmo desde a graduação, onde sabemos que ela é tão difícil de ser pensada e executada.

Aqui falam vozes de gente experiente, de gente nova, de sujeitos que atuam na docência e ou que vivenciam a experiência de iniciação científica mesmo que pela primeira vez. Não importa. O fato é que crescemos juntos, nesses anos, mesmo com o grupo tendo novas formações - o que é natural, porque nem todo mundo se identifica com a pesquisa disciplinada, metódica, e os processos rigorosos de construção de novas perspectivas de interpretação de problemas do mundo: a ciência.

Alguns novos se somam pelo caminho, outros tomam rumos diferentes em suas vidas. É da experimentação que, afinal, nascem talentos que antes nem mesmo o próprio sujeito sabia por si. Porque é como ensina a personagem Romualdo, de Graciliano Ramos, em Grande Sertão: Veredas, o mais importante nesta vida é que as pessoas não estão nem nunca terminadas.

O e-book que apresentamos aqui reúne parte de nossos pesquisadores e estudantes em iniciação científica. Que venham outros. Sempre no empenho de uma construção de saberes inter, trans, e

multidisciplinar, abertas a diferentes abordagens, teorias, correntes e paradigmas, mas ancoradas no trinômio: Linguagem, Mídia e Poder, a nossa linha de Pesquisa, registrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2010.

Que a universidade pública, gratuita e de qualidade siga abrindo trilhas de futuro acertado a muitos mais de nós e dos que vierem depois, sempre com governos investindo como devem ser os recursos públicos em Educação. Porque é disso que o Brasil precisa. Nossos agradecimentos a cada um e cada uma que dedicou seu tempo e energias, sua inteligência e sua capacidade intelectual a esta tarefa.

Boa leitura e desejos de muitos mais aprendizados!

Professores Geder e Sandra Parzianello,
respectivamente, líder e vice-líder do Grupo de
Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq).

São Borja, 30 de janeiro de 2023.

1

Adriana Hartemink Cantini

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA:
uma tentativa de destruir mitos

Metodología de investigación científica:
un intento de destruir mitos

Resumo: Este breve ensaio tem por objetivo discutir o significado da metodologia da pesquisa e destacar sua importância para a realização dos trabalhos acadêmico/científicos. A ideia inicial é "desmistificar" o tema e as dificuldades aparentes do método. O texto construído é resultado do curso "Passos Firmes na Pesquisa" oferecido pelo Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa/Unipampa/Cnpq no cumprimento das metas programadas, que envolvem os objetivos de atingir produção sistemática e qualificada orientada desde a graduação é formar pesquisadores fomentando a pesquisa em pós-graduação. A tarefa como pesquisadora do Grupo, foi dialogar com os/as pesquisadores/as, em especial com os/as graduandos/as, sobre a necessidade da elaboração de um projeto – para programar a tarefa da pesquisa. Organizou-se a reflexão em quatro etapas distintas: Num primeiro momento, buscou-se definir metodologia e estabelecer a relação desta com a pesquisa e com o ensino e a aprendizagem; depois, indicou-se os meios para vencer a barreira do método, discutindo os caminhos a serem percorridos para iniciar a pesquisa e, finalmente, de forma bastante prática, sugeriu-se etapas a serem vencidas no processo de pesquisa. Para realizar a atividade, optou-se pelo uso do método de abordagem do problema indutivo, tendo como ponto de partida a discussão do problema em si, que consiste em desmistificar a barreira do método para, então, seguir a explicação das fases da pesquisa que dele derivam. Como método de procedimento, que se revela em explicar de forma clara o processo de pesquisa, optou-se, neste trabalho, pelo ensaio bibliográfico. A construção do texto foi baseada em leituras, pesquisas sobre o tema e aulas que preparamos em projetos e propostas orientadas e avaliadas durante os 25 anos em que atuamos no magistério superior, considerando a avaliação de monografias, artigos, teses, dissertações e trabalhos variados apresentados em diferentes eventos e cursos. Em sua maioria, os temas orientados foram sobre direitos humanos e fundamentais, políticas públicas e direito educacional, em cursos de licenciaturas e bacharelados em direito, serviço social, administração e publicidade e propaganda.

Palavras-chave: Metodologia; método: pesquisa; etapas do processo.

Resumen: *Este breve ensayo tiene como objetivo discutir el significado de la metodología de investigación y resaltar su importancia para la realización del trabajo académico/científico. La idea inicial es "desmitificar" el tema y las aparentes dificultades del método. El texto construido es el resultado del curso "Pasos Firmes en la Investigación" ofrecido por el Grupo de Investigación Diálogos do Pampa/Unipampa/Cnpq en el cumplimiento de las metas programadas que involucran los objetivos de lograr una producción sistemática y calificada, orientada desde la graduación y formar investigadores mediante la promoción de la investigación en la escuela de posgrado. Nuestra tarea como investigadora en el Grupo era dialogar con los investigadores, especialmente con los de pregrado, sobre la necesidad de preparar un proyecto - programar la tarea de investigación. Nosotros organizamos la reflexión en cuatro etapas bien diferenciadas: en un primer momento, buscamos definir la metodología y establecer su relación con la investigación y con la enseñanza y el aprendizaje; luego, indicamos los medios para superar la barrera del método, discutiendo los caminos a seguir para iniciar la investigación y, finalmente, de manera muy práctica, hemos sugerido los pasos a superar en el proceso de investigación. Para realizar la actividad hemos sugerido el método de abordaje del problema inductivo, teniendo como punto de partida la discusión del problema, que consiste en desmitificar la barrera del método y, luego, seguir la explicación de las fases de las investigaciones que de ella se deriven. Como método de procedimiento, que se revela en la explicación clara del proceso de investigación, elegí el ensayo bibliográfico. La construcción del texto se basó en lecturas, investigaciones sobre el tema y en proyectos y propuestas guiadas y evaluadas durante los 25 años que trabajó en la educación superior, considerando la evaluación de monografías, artículos, tesis, disertaciones. y diversos trabajos presentados en diferentes eventos y cursos. La mayoría de los temas orientados fueron sobre derechos humanos y fundamentales, políticas públicas y derecho educativo, en carreras de grado, licenciaturas en derecho, administración, publicidad y de la carrera de trabajo social.*

Palabras clave: *Metodología; método: investigación; los pasos del proceso*.

INTRODUÇÃO: A METODOLOGIA DA PESQUISA COMO ALIADA

É comum ao ser humano rechaçar aquilo que não compreende ou não conhece. Muitas vezes, dissemos que não gostamos da matemática ou da metodologia da pesquisa (estudo do método), porque não conseguimos ou não dedicamos esforço necessário para compreender seu significado e importância. Nossa proposta é tentar desmistificar esse tema, porque, rechaçar o novo pode impedir nosso crescimento intelectual e, consequentemente, o sucesso profissional que buscamos – seja como professores, pesquisadores, advogados, administradores, assistentes sociais ou outra escolha que fizermos ao concluir a graduação ou cursar pós-graduação.

Quem escolheu as profissões jurídicas e após a conclusão do bacharelado em Direito, pretende cursar pós-graduação para o exercer o magistério como profissão ou, para aperfeiçoar-se em uma área específica, precisa aproximar-se do método, porque a finalidade primeira desses profissionais, será "fazer ciência". Em nossas aulas, costumamos afirmar, especialmente aos acadêmicos do curso de Direito, que os tempos do "operador de direito" acabaram, porque a sociedade do conhecimento exige que se crie e recrie o próprio Direito, que se questione a norma, sua função e efetividade, já que a expressão operador formaria, salvo melhor entendimento, bacharéis aptos a buscar a lei ou a norma para solucionar os casos concretos apenas. A tarefa de um simples "operador" não exige reflexão científica, questionamentos ou aprofundamento, logo não reflete o "fazer ciência". Para BUNGE (1974:8), a ciência "[...] é todo conjunto de atitudes e atividades racionais dirigidas ao sistemático conhecimento com o objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação." E, essas atividades, só acontecem com a adequada utilização do método científico que é o caminho a ser percorrido para a construção da ciência e dos novos saberes. Para LAKATOS e MARCONI (2007:83), o método [...] é "o conjunto

de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista."

Reforçando a necessidade de conhecer o método, trazemos alguns entendimentos abordados por Zanella (2011) que publica uma obra de fácil compreensão e de acesso livre na internet, para auxiliar o processo de construção da pesquisa[1]. Na página 19, ela se propõe com base em autores como TRUJILLO FERRARI (1982); LAKATOS e MARCONI (2007); CERVO E BERVIAN (2002), a dissertar sobre o que é o método e a trazer os tipos de método utilizados nas pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Os métodos são entendidos aqui, como os caminhos a serem percorridos na pesquisa. No final da obra, há indicação de vários autores que podem ser consultados para aprofundar o estudo sobre o método e a metodologia.

O método deve estar presente não só no momento em que se constrói um trabalho acadêmico/científico, mas, também, quando se pesquisa legislação, a jurisprudência ou as doutrinas para resolver os casos concretos. Ao trabalhar com método, aprendemos e temos a certeza de que a verdade construída será menos frágil e mais convincente – até que outra verdade venha a contrariá-la. É importante atentar para isso, porque não há certeza na ciência, em especial nas ciências sociais e humanas, pois, estamos trabalhando com um objeto de pesquisa diferenciado: o homem, no sentido universal e suas relações com o mundo. Chauí (2000:345-353), na obra Convite à Filosofia, disserta sobre o questionamento – já superado – se as ciências humanas seriam ciência? E ainda, traz um resumo bem interessante sobre a historicidade desse questionamento. A leitura é aconselhável, porque se trata de uma obra consagrada na literatura e indicada para quem quer entender a ciência.

1 O livro Metodologia da Pesquisa escrito pela professora Liane Carly Hermes Zanella pode ser acessado pelo endereço: *<https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>*

VENCENDO AS BARREIRAS DO MÉTODO CIENTÌFICO

Compreendendo que a metodologia é a ciência do método e que, sem ele, não conseguimos aprender e produzir conhecimento, vamos agora tentar destruir as barreiras que se estabelecem sobre o entendimento a respeito do método. Inicialmente, imaginemos que temos um caso ou uma questão para resolver. O primeiro passo é compreender com clareza do que se trata. Isso requer que se escreva o problema apresentado em forma de pergunta. Pronto! Está criado o que os pesquisadores denominam de problema da pesquisa, que nada mais é, do que a pergunta genérica que irá guiar a busca científica por respostas, entendida por alguns, como “pergunta de partida” – o que é interessante, porque significa o início da trajetória rumo ao conhecimento que se quer buscar.

Feito isso, é preciso escrever o objetivo geral que irá nortear a pesquisa e tem estreita relação com o problema da pesquisa. Por exemplo: se o tema for tentar desmistificar as dificuldades da metodologia da pesquisa, o problema será: O que é metodologia da pesquisa? O objetivo geral consiste em reconhecer o significado e a importância da metodologia da pesquisa para a realização dos trabalhos acadêmicos/científicos. Temos então o delineamento geral da pesquisa!

A terceira etapa é escrever os objetivos específicos da pesquisa de forma clara, concisa e com uma linguagem direta iniciando com um verbo no infinitivo que demonstre o que você pretende fazer. Considerando que vai escrever um projeto que resultará em um trabalho científico, os verbos utilizados e mais adequados para iniciar a elaboração dos objetivos são os relacionados à busca pelo conhecimento. Utilizamos as idéias Benjamin Samuel Bloom (1974), psicólogo e pedagogo americano que fez importantes contribuições sobre a aprendizagem e os processos de conhecimento. Essa taxionomia foi revisada em 2001,

> [...] agregando-lhe algumas alterações que a tornaram mais flexível quanto à hierarquia e modificaram os nomes das categorias do domínio cognitivo, de substantivos (Conhecimento, Compreensão, Aplicação, Análise, Síntese e Avaliação) para verbos de ação que expressassem melhor sua natureza, invertendo as duas últimas (Conhecer, Entender, Aplicar, Analisar, Avaliar e Criar). Embora tenha sido mantida a estrutura lógica original, a nova taxonomia assumiu um caráter mais processual e bidimensional, que passou a utilizar subcategorias como verbos no gerúndio e a valorizar as dimensões do conhecimento (efetivo ou factual, conceitual, procedural ou operacional, metacognitivo) na classificação dos objetivos (MAMEDE, 2018, s/p)

O autor disserta sobre o uso da taxonomia de Bloom analisando os objetivos educacionais de um programa de mestrado em saúde coletiva. Inicialmente, os objetivos estabelecidos por Bloom (1974), envolveriam três grandes domínios do conhecimento humano: o cognitivo, relacionado à aprendizagem intelectual; o afetivo, relacionado aos aspectos de sensibilização e gradação de valores e o psicomotor, relacionado às habilidades de execução de tarefas que envolvem o aparelho motor. Em cada domínio, apresentam-se níveis de profundidade de aprendizado e as habilidades no domínio cognitivo, que podem ser utilizadas para a elaboração de um projeto de trabalho acadêmico/científico, considerando a elaboração dos objetivos específicos que envolvem a compreensão e o refletir sobre um problema ou fato – nesse caso, o problema e o objetivo geral da pesquisa. Esse raciocínio que envolve o projeto que delineia a pesquisa vai construir os objetivos específicos que irão envolver os seguintes processos: a) conhecimento: memorização de fatos específicos, de padrões de procedimento e de conceitos; b) compreensão: que imprime significado, traduz, interpreta problemas, instruções, e os extrapola; c) aplicação: utiliza o aprendizado em novas situações; d) análise: de elementos, de relações e de princípios de organização; e) síntese: estabelece padrões e f) avaliação: julga com base em evidência interna ou em critérios externos.

O trabalho de Bloom influenciou vários campos pedagógicos na segunda metade do século XXI, e até hoje estimula o uso da taxionomia criada e revisada em vários campos do conhecimento, tanto das ciências humanas e sociais, como de outras importantes áreas do saber. Assim, os verbos que revelam a busca pelo conhecimento sugerido para utilizar na elaboração dos objetivos específicos são: definir, descrever, distinguir, identificar, rotular, listar, memorizar, ordenar, reconhecer, reproduzir etc. Os verbos que revelam o entendimento sobre informações coletadas na pesquisa, podem ser: classificar, converter, descrever, discutir, explicar, generalizar, identificar, inferir, interpretar, prever, reconhecer, redefinir, selecionar, situar, traduzir etc. A aplicação do conhecimento às situações concretas, são reveladas pelos verbos: aplicar o conhecimento em situações concretas, aplicar, construir, demonstrar, empregar, esboçar, escolher, escrever, ilustrar, interpretar, operar, praticar, preparar, programar, resolver, usar etc.. Já verbos que denotam a necessidade de análise, onde identificamos as partes e suas inter-relações são: analisar, calcular, comparar,discriminar, distinguir, examinar, experimentar, testar, esquematizar, questionar etc

É importante perceber que todo o trabalho de pesquisa irá girar em torno do problema inicialmente estabelecido e do objetivo geral. Deles, irão derivar os subproblemas – que são as perguntas que queremos responder e que correspondem aos objetivos específicos, que irão nortear a busca por respostas e, consequentemente, formar nosso texto. A elaboração dos objetivos específicos, envolve processos cognitivos que permitem utilizar a taxionomia de Bloom sugerida para sua elaboração, o que facilita a clareza do que pretendemos, permitindo assim, a construção de um texto fluido, claro e suficiente para compor o que denominamos de trabalho acadêmico/científico.

OS CAMINHOS A SEREM PERCORRIDOS PARA INICIAR A PESQUISA

Identificado o tema (assunto a ser pesquisado), elaborado o problema da pesquisa e o objetivo geral, passamos agora para a etapa decisiva: a procura dos instrumentos capazes de revelar os conhecimentos e as verdades que buscamos desvendar (reafirmar ou contestar). Do problema elaborado irão surgir subproblemas ou hipóteses, que são derivadas da questão principal – o problema da pesquisa. Esses subproblemas/hipóteses vão direcionar a nossa busca pelas fontes de informação (livros, jornais, revistas, artigos, teorias, etc.). Aqui, é aconselhável que se utilizem artigos científicos de revistas especializadas, obras clássicas de fundamentação teórica e não obras como “Curso” ou “Manual”, porque essas, normalmente são obras didáticas, utilizadas para o ensino/aprendizagem e não são suficientes para referenciar teorias e ideias. Em relação às fontes, todo o cuidado é necessário, porque, o uso de fontes não confiáveis ou meramente informativas, pode prejudicar o raciocínio do pesquisador e trazer enganos sobre fatos e percepções. O mesmo cuidado se deve ter em relação ao uso de sítios eletrônicos – ao acessar, prefira os oficiais e sempre indique o endereço correto, o dia de acesso e o horário, de forma que, quem lê seu trabalho ou o avalia, possa conferir a informação.

Vamos exemplificar algumas subproblemas/hipóteses em relação a nossa pesquisa fictícia: a) O que é metodologia da pesquisa cientìfica? b) Qual sua relação com a pesquisa? Para cada subproblema, precisamos criar um objetivo específico. Assim, em relação ao primeiro subproblema, o objetivo específico será a) definir metodologia da pesquisa científica e do segundo, b) estabelecer a relação existente entre metodologia da pesquisa científica com a pesquisa. Mas, o trabalho está ainda começando, porque poderão surgir, no decorrer das leituras e busca de fontes, outros subproblemas (sempre relacionados ao problema da pesquisa) que gerarão mais objetivos específicos ou

permitirão que os objetivos específicos já elaborados sofram modificações ou adequações. É importante lembrar que o projeto de pesquisa é um plano, uma proposta que pode ser modificada ou alterada, na medida em que as leituras, a investigação e as ações propostas se realizam.

Agora, vamos nos concentrar na metodologia propriamente dita, ou seja, escolher o(s) método(s) apropriado(s) para pesquisar. Existem inúmeros métodos e a escolha vai depender do problema da pesquisa e de outros fatores, tais como: a disponibilidade de tempo e dinheiro do/a pesquisador/a e seu entendimento a respeito do tema escolhido, o tipo de pesquisa a ser realizada, etc..

Assim, há dois grandes grupos de classificação do método que podem ser adotados: métodos de abordagem (base lógica da investigação) e os métodos de procedimento (que esclarecem as técnicas adotadas). Existem métodos que são específicos das ciências sociais, como o método histórico, o comparativo, o monográfico, o estatístico, o tipológico, o funcionalista, o estruturalista e o etnográfico. E há métodos que podem ser usados também em outras ciências como o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo, o dialético e o dialético crítico.

A adoção de um ou outro método depende da natureza do objeto da pesquisa, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo do/a pesquisador/a. Para que essa escolha seja feita, convém buscar obras de metodologia da pesquisa e fazer uma cuidadosa leitura, porque, além disso, você terá que explicar em seu texto as razões da escolha de determinado método no momento de comunicar os resultados do trabalho realizado.

É comum os pesquisadores confundirem o tipo de pesquisa com o método utilizado. Às vezes, no resumo do texto ou logo na introdução onde comumente se explica o caminho percorrido para a pesquisa, se escreve que o método de pesquisa é qualitativo e bibliográfico, sem explicar como foi utilizado. Certo é, que se pode utilizar o método de revisão bibliográfica ou documental considerando a

abordagem procedimental, mas, escrever que a pesquisa utiliza método bibliográfico sem justificar ou explicar como funciona, não é o mais adequado. Da mesma forma, escrever que o método é a pesquisa qualitativa ou quantitativa, sem dar a devida justificativa do procedimento. Essas questões, são normalmente identificadas como tipo de pesquisa bibliográfica e/ou documental e quantitativa e/ou qualitativa. Para ser mais clara, é importante definir os dois métodos de busca: o de **abordagem** do problema que vai organizar a lógica da investigação (e então escolher um ou mais de um de acordo com o tipo de pesquisa), discriminando como é, e porque vai utilizá-lo, considerando seu problema; e o de **procedimento** que envolve as etapas mais concretas da pesquisa, explicando objetivos menos abstratos, relacionando-se com as fases da pesquisa e com cada objetivo específico e os subproblemas. A partir dessas definições da parte metodológica, é que podemos identificar se o tipo de pesquisa conduzida será de cunho/natureza bibliográfica, descritiva, quali ou quantitativa, etc.. (LAKATOS; MARCONI (2007); DEMO (1981); GIL (2002); ECO (2007).

AS ETAPAS A SEREM VENCIDAS NO PROCESSO DE PESQUISA

É importante compreender que o método de trabalho será indispensável para a realização da pesquisa, da mesma forma que, a construção prévia de um projeto, para organizar as ideias e construir/conhecer o "estado da arte da pesquisa" ou "desenho da pesquisa", que vai permitir que o/a pesquisador/a busque informações sobre as pesquisas realizadas a respeito do tema, anotando os dados e as conclusões e percepções que existem. Esse estudo prévio, possibilita o entendimento a respeito das descobertas anteriores que foram feitas sobre o assunto que você se propõe a pesquisar para que possa realizar a pesquisa em função do problema que propôs, utilizando de forma eficaz o tempo e os materiais disponíveis.

O projeto de pesquisa construído e as respostas a cada um dos quesitos, servirá para compor o trabalho principal, seja ele uma tese, uma dissertação, uma monografia, um artigo ou outro trabalho científico. Há algumas etapas que podem facilitar esse processo, construídas em forma de perguntas:

a. Qual é o **problema** que você quer investigar?

b. Qual o **objetivo geral** (relacionado ao problema)?

c. Quais os **subproblemas** (questões derivadas do problema)? As respostas a eles, serão seus subtítulos do trabalho ou as etapas desenvolvidas no decorrer do texto que será construído.

d. Quais os **objetivos** específicos propostos (porque se pretende realizar a pesquisa)? Cada subproblema corresponde a um ou mais objetivos específicos e aqui, os objetivos são antecedidos pelos verbos indicados na taxionomia de Bloom que são muito eficazes e auxiliam no delineamento da pesquisa.

e. Como você vai realizar as tarefas? (momento de (re) definir a metodologia respondendo as perguntas: O que será feito para solucionar o problema? Como serão coletados os dados e as informações? c) Como serão trabalhados e analisados os dados? A tarefa é escrever um cronograma detalhado respondendo a pergunta: Qual o tempo total a ser utilizado na pesquisa? Qual o tempo reservado a cada uma das tarefas/etapas? Como se distribuem as ações no tempo? Trata-se de um planejamento de trabalho, de elaborar uma agenda de pesquisa.

f. E a questão da viabilidade e dos recursos necessários à execução das atividades previstas (pessoas, materiais, dinheiro), também precisa ser considerada, porque, muitas pesquisas que são realizadas para a conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação são levadas à cabo por um/a único/a pesquisador/a, orientado por seu/sua professor/a, e é preciso, considerar isso também.

g. Finalmente, questionar: O projeto é viável? Por quê? Da resposta a esta pergunta você estará construindo a justificativa para seu trabalho, a razão, o motivo.

Há outro grande equívoco que se estabelece durante a pesquisa e que precisa ser esclarecido aqui – não se inicia a pesquisa por um sumário. Não se escrevem monografias, teses ou dissertações em forma de capítulos, a não ser que você pretenda, no futuro, transformar o seu trabalho em um livro a ser publicado. Nesse momento, é indicado utilizar títulos e/ou subtítulos que derivam das respostas que o pesquisador irá construir diante dos objetivos estabelecidos e dos sub-problemas de pesquisa. Logo, se inicia pesquisa construindo um problema, objetivo geral e objetivos específicos e, a partir de então, com base nas respostas a cada um dos questionamentos vai se construindo o texto.

Nas considerações finais do texto o/a pesquisador/a precisa retomar cada um dos objetivos geral e específicos e demonstrar as percepções/conclusões a que chegou. Logo, a introdução do trabalho (que no artigo pode ser um resumo) deve estar em sintonia com as considerações finais. Na introdução, o/a pesquisador/a propõe questões a serem pesquisadas e, nas considerações finais ele responde às suas proposições, retomando a informação sobre o método utilizado e a fundamentação teórica de forma breve e concisa. É sempre importante, especialmente quando se busca a solução de um problema, formular proposições para pesquisas futuras, lembrando que seu trabalho irá ser lido na comunidade científica depois de publicado e, também, será parte do "estado da arte da pesquisa" de alguém que, como você, percorreu o caminho do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção foi facilitar o entendimento a respeito da metodologia da pesquisa, por isso, dividimos o trabalho em quatro temáticas básicas: na introdução identificou-se os/as leitores/as a que o

ensaio era dirigido e destacou-se que a pesquisa e a metodologia da pesquisa era uma aliada ao estudante/acadêmico e ao futuro profissional. Em uma segunda etapa, dissertou-se sobre os caminhos a serem percorridos para construir a pesquisa, destacando a importância do projeto e do planejamento e, numa terceira etapa trabalhou-se de forma resumida cada questionamento que deveria ser respondido pelo/a pesquisador/a e, finalmente, inferiu-se que a introdução do trabalho precisaria "conversar" com as considerações finais, de forma que o texto fosse claro e preciso.

Não há, neste ensaio, a pretensão de esgotar ou aprofundar o estudo do tema relacionado à pesquisa, mas, de facilitar o entendimento acerca da tarefa do/a pesquisador/a e reafirmar que pesquisar requer muita dedicação, esforço e, principalmente o domínio do método e das técnicas – que são os instrumentos necessários para trabalhar em pesquisa.

Antes mesmo de iniciar um projeto, você deve aprender o processo da pesquisa, porque, será mais tranquilo desenvolver as tarefas. Não é demais reforçar a ideia inicial proposta nesse artigo – a de que sem método não se faz pesquisa e sem pesquisa não há aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S. e outros. **Taxionomia de Objetivos Educacionais**. Volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Globo, 1974.

BUNGE, Mário. **La ciência, su metodo y su filosofía**. *Buenos Aires*: Siglo Veinte, Mirela Moraes Waldemarin Cabral. A utilização da taxonomia de Bloom no processo de ensino –aprendizado para alunos do ensino superior. v. 3 n. 1 (2019): Revista Eletrônica Calafiori disponível em https://calafiori.emnuvens.com.br/Calafiori/article/view/371974.

CABRAL, Mirela Moraes Waldemarin. A utilização da taxonomia de Bloom no processo de ensino-aprendizado para alunos do ensino superior. **Revista Calafiori**, v. 3, n. 1, p. 32-38, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GIBSON, Quentin. **La lógica de la investigación social**. 2ª edición. Madrid: Tecnos, 1964.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAMEDE, Walner e Abbad, GARDÊNIA S. Objetivos educacionais de um mestrado profissional em saúde coletiva: avaliação conforme a taxonomia de Bloom. **Educação e Pesquisa [online]**. 2018, v. 44 [Acessado 14 Novembro 2022] , e169805. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201710169805. Epub 17 Nov 2017. ISSN 1678-4634.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2003.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2ª Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

2

Rafael Borges Marques
Geder Parzianello

O NEGACIONISMO VIA INFORMAÇÃO PSEUDOCIENTÍFICA FRENTE À CRISE CONTEMPORÂNEA DO ARGUMENTO DE AUTORIDADE

Negationism via pseudoscientific information in the face of the contemporary crisis of the argument of authority

Resumo: Este trabalho tem sua origem na troca, inicialmente assistemática, entre pesquisadores do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq), acerca de impressões de impacto sobre a informação pseudocientífica circulante no contexto pandêmico da COVID-19. A ela seguiram-se vários ensaios de formulação até que se pudesse contribuir, efetivamente, ao debate já alargado no campo da Comunicação sobre este tema e partindo de um recente estudo reflexivo e crítico, internacional, de base etnográfica, mediado por uma pesquisa de revisão bibliográfica. Trata-se de um percurso descritivo e analítico cuja originalidade está na aproximação que faz de diferentes abordagens teóricas para pensar a relação entre a força do negacionismo, via informação pseudocientífica, e a crise contemporânea de autoridade.

Palavras-chave: Argumentação; autoridade; credibilidade; pseudociência; negacionismo.

Abstract: *This work has its origins in the initially unsystematic exchange between researchers from the Diálogos do Pampa Research Group (Unipampa/CNPq), about impressions of impact on the pseudoscientific information circulating in the COVID-19 pandemic context. This was followed by several formulation essays until it was possible to effectively contribute to the already widened debate in the field of Communication on this topic, starting from a recent reflective and a critical and international ethnographic study, mediated by a bibliographic review research. It is a descriptive and analytical path whose originality lies in the approximation that it makes of different theoretical approaches to think about the relationship between the force of negationism, via pseudoscientific information, and the contemporary crisis of authority.*

Keywords: *Argumentation; authority; credibility; pseudoscience; negationism.*

INTRODUÇÃO

Em um estudo publicado em 2021, pelo *International Journal of Communication*, a pesquisadora Clare Southerton, da Universidade de *New South Wales*, em Sidney, na Austrália, demonstrou o quanto a linguagem de mensagens pelo aplicativo TikTok criava atmosferas favoráveis à credibilidade de informação em saúde pública, durante a pandemia da COVID-19. O recurso do uso de memes e de brincadeiras naquele aplicativo funcionava como prática interativa no relacionamento de profissionais da saúde e as famílias, consumidoras daquela informação, além do que, emprestava credibilidade a "bobagens" que circulavam na rede, em prejuízo à população e causando problemas de saúde pública.

A pesquisadora australiana realizou um estudo netnográfico sobre o conteúdo veiculado pelo TikTok, descrevendo e identificando elementos de emoção, diversão e intimidade como estratégias de credibilidade, cuja aderência de auditórios se devia, na interpretação e análise daquela pesquisadora, à facilidade com que as mensagens diziam ao público que os consumidores "entenderam a informação".

Na prática, a atmosfera criada ao redor daquela comunicação contava também com elementos de repetição e com a sujeição comportamental dos seus usuários a novas habilidades, tanto de identificar e de replicar mensagens, quanto de responder ao seu conteúdo, oferecendo ainda mais proximidade e identificação com quem consumia a informação veiculada, uma vez que a interação tem mesmo essa força persuasiva.

A pesquisa também identificou uma racionalidade efetiva nesse processo de comunicação e que chamou a atenção para um fenômeno comunicacional de sensação de pertencimento do usuário do TikTok aos bastidores da informação, numa espécie de sentimento de intimidade, resultando também, ao nosso ver, num estatuto de privilégio ao consumidor daquelas mensagens. Intimidade no sentido de que os

bastidores da informação visibilizados pareciam construir um sentido de realidade mais próxima ao consumidor da informação pelo Tik Tok.

Este uso da linguagem na comunicação virtualizada acaba fortalecendo práticas contemporâneas como a do ceticismo, diante da crise contemporânea do argumento de autoridade. O presente estudo aponta para o crescimento vertiginoso do aplicativo ao mesmo tempo em que chama a atenção da comunidade científica para a relevância de pesquisas descritivas e compreensivas sobre o funcionamento de processos e fenômenos em comunicação nessas novas realidades comunicacionais.

A *London School of Economics and Political Science* investigou a recepção e circulação de *misinformation* ligada à violência na Índia e divulgou seus resultados num relatório publicado em 2018, sob coordenação da professora associada Shakuntala Banaji e do pesquisador em PhD, Ram Bhat. Desta vez, o estudo foi sobre a plataforma do Whatsapp naquele país, objetivando refletir sobre a responsabilidade dessas mídias na prevenção a crimes futuros, como os de linchamentos, comprovado o uso desses meios, por exemplo, para disseminar discriminação e preconceito na população. Produção em telenovela recente, pela Rede Globo de Televisão, "Travessias" (2022) levantava, justamente, esse problema do uso indiscriminado das redes sociais, pelo que a ficção é mesmo muito próxima da realidade.

No documento que relata esta pesquisa indiana, este tipo e violência móvel produz tanto *mis*-quanto *dis-information*. (LSE, 2018, p.11). O espectro de preocupações formado em torno dessas práticas comunicacionais é absolutamente amplo, como acenam, ligeiramente, os pesquisadores indianos no referido documento:

> *we strongly recommend that WhatsApp employs a politically literate, well-informed, human-rights aware, trained team to work with a range of non-governmental human rights, women's rights, journalism and technology rights organisations on the ground in India to lay out a range of aims and solutions (LSE, 2018, p.61).*

A pesquisadora brasileira Nair Prata (2022, p.28), em trabalho organizado a muitas mãos, sublinha particularmente que a desinformação é "construída pelos mais diversos tipos de narrativas". Apresentada como um fenômeno social coletivo, a desinformação é tomada como problema das Ciências da Comunicação, mas que não se restringe nem se limita a elas.

O PapoCom (2022), um canal de podcast do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em seu 105º episódio, numa parceria com a SBPJor em Redes, trouxe o tema do ciberjornalismo e da desinformação para pensar, justamente, a influência das tecnologias nesse fenômeno. Pesquisadores convidados delinearam o contexto daquele objeto de investigação, discutindo suas pesquisas com colegas. Entre eles, Marcelo Träsel (2022), professor da UFRGS, que destacou no referido Podcast que já no século XVI circulavam boatos e histórias inverídicas como informação noticiosa, o que reforça a tese de que este tema não é exatamente um problema novo na comunicação, tampouco criado pelas redes sociais. "Claro que com a comunicação em rede, a gente teve uma potencialização", diz Träsel, no áudio, ao mencionar que este entendimento vem na linha do que conceituou Marcos Palacios[2]. A produção de mensagens ficou realmente facilitada com aplicativos e plataformas digitais e a multiplicação e proliferação dessas mensagens também, muito diferentemente do trabalho oneroso e demorado de outras técnicas, suportes e materiais, antes do virtual.

Palacios (idem) também assevera que "A ideia sugerida por Pierre Lévy (1999, p. 188) de um possível desaparecimento do Jornalismo (ou pelo menos dos Jornalistas enquanto intermediários), em função do desenvolvimento da internet, parece-nos, cada vez mais, uma simplificação descabida". De fato, a crise no espaço global da informação

2 https://facom.ufba.br/jol/pdf/2003_palacios_olugardamemoria.pdf
PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: O Lugar da Memória. *In:* MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs), Modelos do Jornalismo Digital,Salvador: Editora Calandra, 2003.

com as *fake news* tem feito, justamente, reforçar ainda mais o valor e a relevância do jornalismo profissional.

Uma série de fatores contribui para que a desinformação circule em escala muito maior do que em épocas passadas. Conforme Träsel (op.cit.), não se trata, claro, de buscar a verdade pura em torno dos acontecimentos jornalísticos, o que seria uma questão mais propriamente filosófica, mas, de compreender o fenômeno da *mis-information*, na sua definição norte-americana, enquanto um estágio intermediário (em disputa), das várias versões sobre fatos, até mesmo sátiras que alguém possa levar a sério, enquanto exatamente a desinformação seria uma subcategoria dessa mesma *mis-information*, que é, definitivamente, um termo de difícil tradução.

Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017) publicaram também um relatório pelo Conselho da Europa onde postulam estes conceitos, seus elementos e parâmetros para o estudo do que chamam: ´desordem informativa´. Analisando as formas de propagação de conteúdo do que os autores denominam ´ecossistema desinformativo´, eles fornecem as seguintes classificações: a) Informação incorreta (*Mis-information*): quando há o compartilhamento de informação falsa, sem intenção de dano; b) Desinformação (*Dis-information*): quando há o compartilhamento de informação falsa, com intenção de dano; c) Má-informação (*Mal-information*): quando há o compartilhamento de informação genuína, com intenção de dano.

Como é possível perceber, o centro da desordem informativa apontada pelos autores está, principalmente, nas categorias de ´informação incorreta´ e de 'desinformação´, pois é nelas que se encontra a propagação de conteúdo falso. A terceira categoria, a de 'má-informação´, compreende formas de propagação como os vazamentos, os discursos de ódio, assédios, etc.

Marcelo Träsel (2022) menciona ainda os fatores sociotécnicos como desconfiança em relação a instituições enquanto decisivamente

influentes para a disseminação desenfreada da desinformação na contemporaneidade e nos lembra que a imprensa ainda é considerada confiável em comparação a outras instituições, mas, que também vem sendo "minada". Outros fatores como reações muito rápidas ao conteúdo de mensagens, ou ainda mecanismos de privacidade em redes sociais, que embora nos protejam, dificultam muito a checagem dos fatos, também precisam ser considerados como vetores desse fenômeno.

É preciso, ainda, ter em conta que a desinformação pode vir no formato de boatos e não apenas como notícias que sejam falsificadas, como aconteceu em relação à ciência durante a pandemia da COVID-19 e que pacotes de telefonia livre alargaram seus efeitos, uma vez que é muito mais caro assinar um ou vários jornais para comparar coberturas e enquadramentos e formar juízos e compreender os fatos. O incentivo a leituras de notícias dentro destes contextos é outro elemento a ser levado em conta, em toda sua problematização de acesso, custeio e cultura ritualizada.

Träsel (idem) cita, no referido podcast, o Instituto Reuters que detecta que 50% dos pesquisados considera que jornalistas manipulam informação, num dado de uma pesquisa que não nos deixa nada confortáveis em termos do que significa para todo profissional a ideia de credibilidade. Há evidências estatísticas de que as pessoas confiam mais nas plataformas (como Facebook, ou Whatsapp) que nos noticiários tradicionais e que vem sendo dada maior credibilidade de informação aos pares e familiares que quanto a mensagens de desconhecidos, mesmo sendo eles, profissionais.

Estudo de Columbia, realizado num universo de leitores nos Estados Unidos, revela que existe bastante dificuldade de identificar sites de baixa qualidade ou panfletário, (o chamado 'jornalismo mortadela', segundo Träsel). O pesquisador gaúcho refere-se ainda a outra pesquisa, de 2019, que realizou em conjunto com diversos pesquisadores, analisando sites considerados de maior relevância para a política. Ele explica que no Facebook, em geral, é muito difícil diferenciar um

site de notícias profissional e um site de notícias falsas: as estratégias usadas como de inventar nomes de proprietários de site e de repórteres, aliadas ao uso de selos de qualidade falsos como imitando selos da "*media defense*", por exemplo, (e que exigem auditoria constante), agravam essa dificuldade.

Outra mitigação, conforme Träsel (2022), é a alfabetização midiática. É muito difícil que possamos educar de fato as pessoas para um consumo mais consciente da informação, de modo crítico. Na prática, as pessoas disseminam informação mentirosa porque são ignorantes ao desconhecerem como funciona a mídia. Uma formação educativa exige muitos recursos financeiros e humanos, é uma medida de longo prazo e também funciona menos para adultos, o que é ainda mais preocupante. Além do que, essa postura de verificação cria certa suspeita ainda maior em relação ao jornalismo.

A gente tem, claro, a checagem de fatos que, por sua vez, enfrenta diversos obstáculos e tem muitos desafios a vencer, segundo o pesquisador: um deles, fazer com que essas checagens cheguem até quem consumiu a desinformação, o que é algo muito improvável, principalmente, considerando-se que as pessoas não vão nem procurar por uma checagem posterior ao que já leram, mesmo que superficialmente.

E, mesmo que consumam essa checagem, elas ainda podem ser vítimas do efeito *backfire.* Este efeito foi evidenciado por estudos como o de Nyhan e Reifler (2007), que expuseram indivíduos a notícias falsas e, posteriormente, a notícias verdadeiras que desmentiam o conteúdo anterior. Os autores constataram que os participantes não só se recusaram a mudar de opinião sobre o tópico como, em alguns casos, eles fortaleceram ainda mais suas crenças. Estudos como esse demonstram que o fenômeno desinformativo está atrelado a uma convicção emocional para além da racionalidade.

Outra armadilha no consumo de conteúdo de checagem é uma das estratégias desinformativas apontadas por Wardle e Derakhshan

(2017): o conteúdo impostor, onde ocorre a personificação de uma fonte genuína como um jornal, por exemplo. Agentes desinformativos, notórios pela flexibilidade e agilidade no mundo digital, conseguem mimetizar a linguagem, a estética e os atores jornalísticos para disseminar suas próprias mensagens.

Esse cenário pode parecer desanimador, tornando a internet uma terra-sem-lei, uma causa perdida para aqueles que têm interesse em fomentar a difusão e consumo de conteúdo de valor. A fundação teórica em cibercultura, importa ressaltar que, com base ainda em Marcelo Träsel (2022), soube assentar muito bem o que já tanto reafirmado no sentido de que tecnologia em si não é nem boa nem ruim. O que a determina é o uso que se faz dela. Assim como desinformadores podem usar a lógica das redes para seus propósitos, um contra-ataque também pode se aproveitar das mesmas ferramentas.

A atuação de especialistas midiáticos a exemplo do que faz Átila Iamarino (2021)[3], nas redes sociais e pela internet, realizando comunicação científica e contra-argumentando desinformação durante a pandemia, as campanhas de desmonetização de perfis e canais desinformativos e disseminadores de conteúdo de ódio como as realizadas pelo *Sleeping Giants Brasil*[4], enfim, são alguns dos casos que demonstram que a internet é também uma oportunidade de concretizar parte dos sonhos gerados desde o seu surgimento. Há muita informação de qualidade circulando nas redes, cujo papel social se torna relevante.

É nesse contexto que problematizamos a disputa entre a comunicação científica e não científica nas redes sociais. Essa discussão passa pela definição do que é ciência e, consequentemente, do que ela não é, mas vai muito além. Outros desdobramentos necessários incluem a dificuldade de definição das fronteiras a partir do conhecimento científico, as consequências da dificuldade de distinção entre ele e outros tipos de conhecimento, a (falta de) responsabilidade das empresas de platafor-

3 Ver : https://www.youtube.com/c/Atilalamarino

4 Ver: https://sleepinggiantsbrasil.com/

mas de redes sociais e também a plataformização que transforma toda uma série de arranjos sociais de maneira intrincada.

Este ensaio reflete sobre esse problema a fim de contribuir com as discussões sobre os temas aqui interligados e já exaustivamente tratados na recente bibliografia em circulação, principalmente, nas ciências sociais aplicadas.

Em artigo publicado na sua coluna no jornal Zero Hora, na edição de 19 e 20 de novembro de 2022, à página 3, Marcelo Rech escreve que "para onde quer que se vislumbre, a mentira passou a ter pernas longas. A desinformação e a manipulação de emoções elevaram a tal ponto o risco às democracias e à estabilidade mundiais que já não bastam mais esforços isolados". Rech (2022) referia-se a boatos como os que se espalharam de que haveria um interesse de controle das pessoas por chips em vacinas e ou de que Putin estaria combatendo o nazismo na Ucrânia. A mentira virou arma ideológica.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Metodologicamente, esta pesquisa converge pesquisa bibliográfica com pesquisa documental. A primeira é exercida sobre a perspectiva de uma breve revisão do tema, no sentido do que cabe a um artigo. Uma revisão no âmbito da área da linguagem e da comunicação que se encontra conversando com as questões empíricas do fenômeno comunicacional em pauta. A segunda se atém a pesquisas já realizadas e descritas na forma de relatórios e ou artigos publicados no Brasil e no exterior sobre o mesmo objeto, notadamente, as mais recentes e de maior repercussão na área. Toma como documentos mesmos os universos da amostra no recorte desses estudos já publicizados na comunidade científica, objetivando a reflexão sobre os mesmos no contexto pragmático da comunicação praticada na realidade pandêmica. É uma revisão do estado da arte com apego a eventos recentes e ao espaço

de discussão na esfera acadêmica, no Brasil e no exterior. Trata-se, portanto, propriamente de um ensaio, uma experiência de pesquisa reflexiva e de contribuição para a compreensão crítica do tema da desinformação e que vai muito além da mera constatação do fenômeno nesse recorte sincrônico do período pandêmico. Perpassa especulações sobre possíveis alternativas ao problema, bem como sinaliza sobre o risco de seu agravamento, prioritariamente, em questões geopolíticas.

O método reflexivo cumpre parcialmente, nesse ensaio, a atividade filosófica na pesquisa, pelo que se acredita possa alcançar compreensões ainda maiores e mais profundas que aquelas dadas pela pesquisa meramente empírica e cujas análises ficam quase sempre circunscritas à identificação de variáveis objetivas e ou apenas estatísticas, sem que se possa pensar devidamente processos e fenômenos correlatos. Números, afinal, podem dizer até mesmo o que se pretenda com eles, dependendo do viés interpretativo formal sobre a materialidade estatística.

Uma das flexões que acreditamos podermos ter feito, diz respeito à pouca efetividade de uma educação para as mídias no universo dos adultos consumidores de informação e que, sem dúvida, representam o maior contingente de contágio com essa desinformação. Outra, diz respeito ao ceticismo que encarna nossa época, contraditoriamente firmado por uma tendência de consumo acelerado de dados e que concorre para o desaparecimento das dúvidas, à medida que a velocidade da informação do digital é uma espécie de tirania dos meios móveis e da informação virtual.

ACERCA DO CONTEXTO

Luciana Borio, médica infectologista brasileira que integrou o Comitê para enfrentamento à COVID-19 no governo Joe Biden, nos Estados Unidos, em entrevista ao jornal *O Globo* (11/10/21) avaliava os erros de comunicação praticados durante a pandemia do Coronavírus

e se dizia preocupada com a onda anticiência que avançava sobre as massas. Na descrição que fez a cientista, havia um medo por parte dos profissionais de saúde de passar informação complexa à população, o que foi usado perceptivelmente, pelo movimento antivacina, com finalidade ideológica. As consequências disso são as que todos conhecemos haja vista os danos na resposta pública à doença e o crescimento vertiginoso e descontrolado de contaminados e de vítimas fatais, sobretudo, em países como o Brasil.

Conforme Borio (2021, p.11) "o governo [brasileiro] não comunicou claramente a doença". Autoridades mundiais de saúde pública identificaram práticas de charlatanismo e empenharam-se em criar na opinião pública a consciência de que curas e tratamentos precisavam de comprovação por meio de estudos clínicos. Tudo que o movimento antivacina precisava, no entanto, para desvirtuar a informação e promover a pseudociência, naquele contexto, era inserir uma dúvida no argumento científico. Simplificar mensagens também tornava cientistas vulneráveis a que grupos antivacina investissem no ceticismo em torno daquela informação.

A infodemia (ou desinfodemia ou desordem informativa, conforme diferentes autores) enquanto fenômeno de proliferação de mensagens desinformativas com falso valor de verdade e, portanto, mentirosas, ocorrera de modo absolutamente paralelo à pandemia do vírus. Usuários do TikTok, conforme a pesquisa de Southerton (2021) pareceram evidenciar alguma suficiência na mensagem veiculada com base na experiência médica e na figura da personalidade. De algum modo, segundo a pesquisadora australiana, os "espaços afetivos" à medida que cultivavam os consumidores do aplicativo, via memes e brincadeiras, os consumidores daquelas mensagens substituíam, sem dificuldade, a exigência de autoridade, geralmente exigida a quem busca a credibilidade de um argumento.

A autoridade científica é, segundo Bourdieu (1983), um tipo de capital social próprio do campo científico, almejado pelos indivíduos

pertencentes a esse campo que buscam as recompensas inerentes a essa estrutura coletiva. Essa autoridade, portanto, não é concedida, mas, conquistada através de uma trajetória de alcance deste capital. Como apontado por Bourdieu (1983), a comunidade científica apresenta um jogo próprio de colaboração e disputa pelo estabelecimento de uma versão própria de conhecimento sobre os objetos que estuda.

O estabelecimento de uma versão, além da disputa interna entre instituições, campos e pesquisadores científicos, também faz parte da disputa pela "verdade" com outros campos sociais que passam a ter acesso a esse conhecimento. Durante a pandemia, por exemplo, o conhecimento científico foi apropriado e convertido em políticas públicas de saúde por uns, mas, foi negado ou deturpado por outros.

A ciência enquanto objeto tem um longo histórico de reflexão filosófica e sociológica. Contudo, para os fins deste ensaio, é possível tratar da demarcação do conhecimento científico em relação ao não-científico.

Karl Popper (2008) propôs, no século passado, uma metodologia científica dedutiva, em oposição à lógica indutiva característica de objetos metafísicos ou teológicos, cujo objetivo seria a edificação constante do pensamento científico. Para o autor, as hipóteses de um sistema científico empírico devem estar sujeitas à verificação de sua falseabilidade. Em outras palavras, elas devem ser estruturadas baseadas em conceitos e metodologias que possibilitem a sua refutação através de sucessivos testes. E é a partir desses sucessivos testes e refutações que hipóteses seriam constantemente aperfeiçoadas.

Já Thomas Kuhn (2012) apresentava, na mesma época, uma alternativa à proposta de Popper que se baseava na capacidade da ciência em resolver problemas a partir de paradigmas aceitos dentro do campo científico. Esse paradigma entra em crise a partir do momento que novos problemas surgem desafiando o repertório teórico paradigmático da ciência normativa e abrindo espaço para a proposição de um novo paradigma. Esse conflito tem, de um lado, aqueles

que enxergam a ciência normativa incapaz de responder aos novos problemas e buscam substituí-la. De outro, aqueles que a defendem, até mesmo modificando suas teorias para adequá-las aos problemas que geraram essa crise (KUHN, 2012, p. 91). Esse cenário de disputa epistemológica difere da lógica de edificação de Popper ao traçar a necessidade dessas rupturas para o progresso científico. A ciência revolucionária, então, conquistaria certa hegemonia paradigmática dentro do campo científico até o momento que novos problemas gerassem uma nova crise e assim por diante.

A lógica da construção do conhecimento científico fica clara como um esforço coletivo, verificável e fundamentado em conhecimentos já estabelecidos. Ou seja, a ciência deve fornecer a melhor resposta possível para um problema através de uma metodologia científica estabelecida e embasada pelo conhecimento atual sobre o objeto. E é isso que a diferencia de outros campos cognitivos (BUNGE, 1984).

Hansson (2009, p. 238) retoma essa discussão para estabelecer uma delimitação mais clara entre a ciência e a pseudociência, que se atenha mais ao componente normativo de qualidade do que ao componente de delimitação de objetos. Para tanto, ele usa o conceito de garantia epistemológica de Fuller (1985, p. 331), que prevê a capacidade da ciência de prover as informações mais confiáveis sobre quaisquer objetos como um elemento essencial na economia cognitiva. Em outras palavras, a garantia epistemológica assegura à sociedade que "comprar" uma informação científica é a melhor opção entre as proposições disponíveis por outros campos cognitivos, pois ela é baseada em um processo coletivo racional constantemente estudado, desafiado e aperfeiçoado.

Hansson (2009, p. 239) afirma, então, que é possível categorizar um sistema como pseudocientífico quando ele: 1) é pertinente a um problema dentro do domínio da ciência; 2) não é epistemologicamente garantido; e, 3) é parte de uma doutrina em que seus maiores proponentes tentam criar a impressão de que ela é epistemologicamente garantida.

Os enunciados pseudocientíficos, portanto, fogem da lógica do campo científico, incluindo seus processos, teorias, métodos e paradigmas, e mimetizam uma autoridade científica para sua audiência, até mesmo simulando uma revolução científica kuhniana para se travestir de proto-ciência ou vanguarda científica.

A identificação desses critérios de demarcação que diferenciam a ciência do conhecimento pseudocientífico pode ser difícil para pesquisadores e, supõe-se, ainda mais para o público leigo. Exemplos como a pílula do câncer ou a cloroquina elucidam bem como a desordem informativa contemporânea pode prejudicar a sociedade.

A força da mensagem persuasiva anticiência ampliou a força do negacionismo político no Brasil pandêmico. Via informação pseudocientífica, é favorecida por uma crise contemporânea de autoridade, aliada a facilidades tecnológicas, essas mensagens ganharam status e poder de mobilização das massas. É preciso compreender a crise de autoridade enquanto fenômeno em seus extensos tentáculos sociais, históricos, econômicos e políticos, os quais passam por esforços estratégicos de desmonte da educação, descrédito da ciência e propagação de ideias de falência do sistema por meio do qual se constrói o conhecimento em sociedade. Num empenho filosófico e reflexivo, não é difícil que se abstraia desse contexto o quanto a emoção ritualizada no digital tomou lugar do valor de autoridade, firmando a premissa de uma cultura-mundo assentada na ludicidade e no entretenimento. Em larga extensão, ela fez parecer que o saber pudesse ser relativizado, criando a falácia de que cientistas não sabiam tanto quanto médicos que se opunham a orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O contexto pandêmico trouxe a mitigação de mensagens disseminadas em grupos de conversa em Whatsapp, Telegram e no Signal, por exemplo, com falsos personagens da área médica, nomes fictícios de falsos profissionais em países, geralmente africanos, de difícil checagem rápida, e que surgiam como arautos de verdades da saúde pública. Outros protagonizavam longos depoimentos imitativos de retórica

cientificista, brincando com dados, termos e conceitos, se oferecendo como explicação crível a uma massa desorientada. A desorientação foi arma e instrumento de enfraquecimento da informação checada.

Os efeitos que mensagens de caráter duvidável exercem sobre indivíduos em situações comunicacionais cotidianas ficaram bastante evidentes na adesão de auditórios virtuais, sobretudo, em redes de conversa, a afirmações categóricas contrárias a discursos institucionais, no contexto da Pandemia da COVID-19. Um conjunto de informações fraudulentas foi assumidamente encampado por uma parcela das comunidades ancoradas em aparatos de tecnologia móvel, como verdadeiras.

Bucci (2018) qualifica de fraudulentas e não apenas de falsas, as notícias veiculadas com nítida intenção de enganar. De fato, a tradução do termo *fake*, do inglês, não parece carregar o significado apenas de algo não verdadeiro, mas, deliberadamente enganador. Ele comenta o engajamento das notícias fraudulentas como sendo, segundo pesquisas, duas vezes mais potentes em termos de repercussão nas redes sociais, conforme levantamentos feitos em 2016 sobre dois diferentes fatos noticiosos[5].

É curioso que parte do fenômeno possa estar, talvez, vinculado a uma propriedade que possuem as mensagens menos reais ou menos verdadeiras de acionarem mais facilmente o gatilho atrativo da adesão de auditórios. Por alguma razão, elas parecem atrair mais. Não se poderia radicalizar qualquer conclusão definitiva a este respeito apenas por supor que elas tenham essa propriedade de efeito por conterem uma ou outra característica em suas retóricas discursivas. Parece-nos mais razoável admitir que um conjunto de características concorre para tal resultado. Cumpre, portanto, que nos lancemos ao desafio de categorizá-las, o que não se conseguirá cumprir de todo na tarefa deste

5 O levantamento referia-se a notícias veiculadas sobre a Operação Lava Jato e sobre a Petrobras naquele ano, indicando que enquanto as notícias não verdadeiras teriam provocado cerca de quatro milhões de interações no Facebook, as verdadeiras não passavam de 2,7 milhões de interações, indicando que conteúdos inverídicos possuam maior potencial de repercussão e engajamento.

artigo. Ainda assim, esperamos pelo menos aqui sinalizá-las, em parte, para sensibilizar novos e futuros pesquisadores.

Com Arendt (2005) temos que a autoridade na modernidade entra em crise justamente pelo enfraquecimento da tradição. Para a historiadora e filósofa alemã, o conceito de autoridade que o Ocidente recebeu de herança é o conceito de origem platônica, surgido da denominada teologia política de Platão, "que consistia em ensinar procedimentos que permitiam a muitos governarem poucos, por meio do mito de punição e recompensa numa vida futura, onde Deus é o juiz supremo". (CARVALHO DA SILVA, 2018, p.122).

Para Arendt (2005, p.128), na prática, essa crise de autoridade encontrou sua maior manifestação no totalitarismo: "o desenvolvimento de uma nova forma totalitária de governo, tivera lugar contra o pano de fundo de uma quebra mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais".

Se parte de sua capacidade de influir para este efeito de engajamento estiver, como supomos, por uma capacidade de oferecer elementos de sensacionalismo a acontecimentos, destituindo-os de justificativas meramente racionais, estaremos na esteira dos rastros deixados, desde o século XVII, por uma indústria da informação que nunca apreciou de fato a razão, e esteve absolutamente apegada a sentidos de emocionalidade. Teriam estas mensagens pseudocientíficas, veiculadas em determinadas comunidades virtuais, de fato, um apelo emocional de modo a favorecer seu engajamento? Supomos que sim, e trabalhamos com a hipótese de que isso se deveu a um interesse de persuadir contra o que a ciência, o conhecimento e a informação qualificada concorrem na forma de um contrapoder[6].

O pesquisador italiano Massimo Leone (2022) avalia o papel da falsificação nas sociedades contemporâneas e traça um percurso

6 Este enfoque está perfeita e intimamente ligado à linha de pesquisa Linguagem, Mídia e Poder, com a qual trabalhamos desde 2010 no nosso Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq.

filosófico na direção de compreender o falso enquanto um vírus, dado seu potencial vetor de contágio. “Os avanços tecnológicos atuais permitem que o falso seja cada vez mais realista, transcendendo as habilidades comuns para a sua detecção, produzindo-o e fazendo-o circular com velocidade sem precedentes, fora do alcance daqueles que não são especializados na verificação dos fatos”, diz o pesquisador, ao descrever o tempo presente em sua corrida para circular o que é falso. “Isso pode levar ao perigo de uma sociedade crédula e impressionável, assim como ao perigo oposto de uma comunidade hiper-cética”, sentencia.

Evidentemente que o paradigma global surgido com a Era da Não-verdade, nessa entrada de século, oferece contornos de naturalização a mensagens com aparência de reais e verdadeiras, materializando o que a sociologia compreensiva francesa chamou, com muita propriedade, de “sociedade do simulacro”. Para além dessa constatação, essa contradição entre ceticismo e incredulidade e que parece ter respondido à parte dos efeitos de aderência de determinados auditórios, ancora a promoção desse fenômeno, feito alavanca de forte efeito.

Uma das explicações científicas para essa adesão de diferentes auditórios massivos a mensagens falsas, talvez, esteja no critério de confirmação que esses sujeitos encontram na informação que circula correspondendo ao seu universo de crenças e desejos. Como parte dessas crenças são formadas na infância, quando a brincadeira é o vetor para tornar a fantasia uma possível realidade, o que a comunicação *fake* tem feito foi exatamente revitalizar a ludicidade e acionar processos de reconhecimento dos desejos de uma verdade. O psicólogo norte-americano Leon Festinger já havia, no final dos anos 1950, identificado um fenômeno pelo qual deu o nome de teoria da dissonância cognitiva.

À medida que o rompimento com convicções, crenças e desejos gera desconforto, é mais confortável que quando mensagens com teor não divergente ao seu universo de ideais circulem, que elas sejam ao mesmo tempo mais amplamente disseminadas e aceitas. Do contrário, as pessoas sentiriam maior angústia e ansiedade,

sintomas da lucidez e da consciência que, efetivamente, incomodam e perturbam. Com efeito, não é a maioria das pessoas que está interessada no enfrentamento da realidade a qualquer preço. Somos educados para trabalhar em favor de nossa própria harmonia de sentimentos e felicidade. Tudo o que desajuste o campo de pensamento, desalojando as crenças e hábitos, costuma gerar muito mais que apenas estranhamento. Gera cansaço e rejeição.

A escola formal, de resto a formação especializada e todo o conjunto de instrumentos sociais capazes de regular atitudes, comportamentos ou vontades, vira assim, alvo específico de uma ideologia que faz parecer que o controle é justamente de onde se poderia extrair condições de resistir a ele. Importa pensar que não é uma questão sobre a verdade, tampouco sobre a razão, quando se tenciona uma informação no campo da credibilidade nesse universo das redes sociais. O que está em jogo, para usar uma alusão ao conceito wittgensteiniano de linguagem, é a persuasão por elementos de emotividade que retomam fundamentos cristalizados no campo do inconsciente desde a infância, uma vez que a maturidade intelectual, o pensamento racionalizado e crítico, são competências trabalhosas e distantes do modelo de bem-estar que perseguimos, pelo menos a maioria de nós, e, sobretudo, em condições de uso das redes sociais, com nossos aparelhos eletrônicos: celulares, tablets, computadores.

A sociedade do cansaço, conforme qualificamos essa na qual nos encontramos nesse século, torna imperativo aos sujeitos que eles busquem uma higiene mental diante da sobrecarga de informação em circulação, facilitada pela tecnologia móvel, pelo acesso cada vez maior de usuários à rede, pela intermediação cada vez mais ampla das relações sociais por plataformas e por uma popularização da tecnologia em escala crescente e planetária. Dois adoecimentos mentais distintos se presentificam, conforme o que até então sabemos a respeito do consumo de dados por usuários em mídias por redes sociais. O primeiro, mais facilmente observável, diz respeito ao esgotamento

da informação. O segundo, mais sutil, diz respeito à resistência do confronto entre informações contraditórias.

A massa "pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras, tal como ocorre aos indivíduos nos estados do livre fantasiar, e nenhuma instância razoável afere sua correspondência com a realidade. Os sentimentos das massas são sempre muito simples e muito exagerados. Assim, a massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza". (FREUD, 1921).

Há muita informação circulante nas redes sociais também com valor científico. A linguagem do TikTok e do Youtube, do Instagram e de outras plataformas permitiu uma comunicação direta também entre profissionais da saúde e usuários. Médicos especialistas usam esses meios para difundir consciência sobre cuidados com o corpo e com a mente, cardiologistas recomendam atenção a sinais de risco de infarto do miocárdio, nutricionistas falam diretamente aos usuários da rede sobre riscos de uma alimentação não balanceada e oferecem dicas de equilíbrio nutricional. Multiplicam-se os posts sobre como cuidar da saúde, com orientações de profissionais especializados. Todos estes sinais de mudança no uso das redes são altamente positivos e vieram definitivamente para ficar.

O que pesquisadores, sobretudo, da comunicação estão procurando descrever e analisar são os usos de contrainformação que se fazem sentir nessas redes e também em uma incidência, lamentavelmente, cada vez maior. Identificamos como mensagens pseudocientíficas, porque algumas vezes até repassadas por médicos e outros profissionais de saúde, que não seguem, por exemplo, recomendações internacionais. São especialistas, todavia, não cientistas e, por meio delas, prestam um desserviço em termos de informação.

O que estas práticas de comunicação inferem é que o uso estratégico de mensagens direcionadas para busca da adesão de auditórios em seus públicos, nesses casos, se reveste da marca do

negacionismo, caracterizado como uma recusa de aceitar a realidade verificável, baseados na rejeição a verificações empíricas por conta do desconforto que se sente diante dos fatos. O empenho de empresas de comunicação e profissionais da imprensa para combater a crescente proliferação de mensagens de desinformação e negacionistas fez gerar, entre eles, consórcios de empresas e agências de checagem de informação. Todos estes empenhos, ainda que necessários e justificadamente criados para combater a ignorância junto à população massiva, não são suficientes, no entanto, para frear a onda de propagação desse tipo de mensagem e seus efeitos danosos, como vimos acontecer no período pandêmico. É quase como enxugar gelo. Os efeitos são ainda mais perversos num país como o nosso, em que o consumo de informação de qualidade profissional nessas redes é pago e relativamente caro para grande parcela da população.

A redução no tempo de consumo da comunicação por TV aberta no país, com parte da população migrando para outras mídias, é uma variável interveniente nesse processo de sedimentação da comunicação falseada nos termos do que descrevemos. A reeducação para os meios, a chamada alfabetização midiática (*media literacy*), não parece ser uma medida suficientemente eficaz para alcançar o público adulto. É, talvez, uma alternativa mais a longo prazo e que teria que começar bem cedo, nas escolas, de modo a criar consciências quanto ao consumo de informação, que dificilmente se consegue reverter mais tarde, quando hábitos cada vez mais arraigados como o de não checar a informação, não conseguem ser incorporados ao cotidiano já corrido e sem tempo das pessoas, com suas culturas de imediatismo, praticidade e superficialidade falando tão alto aos seus cotidianos.

Mas, então, como resolver esse problema? Problemas complexos pedem soluções complexas e a desinformação possui a velocidade, adaptabilidade e penetrabilidade características de nossa sociedade conectada. Iniciativas legais como a criminalização da desinformação e regulamentação das redes sociais podem oferecer resultados

interessantes, como a atuação do TSE nas eleições de 2022 no Brasil, por exemplo, mas também podem ser questionadas sobre o risco de eventuais excessos do cerceamento e vigilância, além da imposição hierárquica legal que talvez encontre resistência da população.

Outra forma de combate à desinformação são as iniciativas de checagem de notícias falsas, ou fact-checkers. Em uma aula aberta para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, Marco Bastos (2022) argumenta que há um descompasso entre essas iniciativas e a desinformação. A velocidade de produção desinformativa supera muito a velocidade de verificações ao mesmo tempo em que a lógica por trás das checagens pressupõe um pacto social sobre a verdade que pode não fazer mais sentido para as comunidades consumidoras de desinformação.

Dentro dessas comunidades, um novo pacto social é estabelecido, pelo qual a imprensa, as instituições como órgãos governamentais e científicas – e, consequentemente, os fatos - não detêm mais o status de verdade. Segundo Bastos (2022), é preciso entender a ritualidade e o senso de comunidade atrelados à comunicação para resgatar essas pessoas imersas em uma realidade individual dissonante da realidade consensual da sociedade.

Nesse sentido, as iniciativas de *fact-checking* podem estar focadas na questão errada ao se ater somente aos fatos ou à credibilidade institucional na construção de suas mensagens. A questão maior, de acordo com Bastos (2022), não é criar uma narrativa estritamente factual, mas uma narrativa que faça sentido para esses indivíduos, fazendo-os se sentirem incluídos e emocionalmente afetados.

Outras iniciativas atacam o coração da desinformação ao buscar a desmonetização dos atores envolvidos em seu financiamento e execução. Embora essas possam também estar ancoradas em legislação, como no caso anterior, iniciativas da sociedade civil como o *Sleeping Giants Brasil* obtiveram sucesso em diversas ocasiões.

D'Ancona (2018) relembra que esse fenômeno é essencialmente emocional e diz respeito mais sobre a nossa atitude em relação à verdade do que a verdade em si. Dessa maneira, segundo o autor, qualquer iniciativa de combate à desinformação deve observar essa mesma natureza, ser emocionalmente inteligente, ao mesmo tempo em que rigorosamente racional.

Outras direções apontadas por D'Ancona (2012, p.115-119) são a atualização constitucional permanente no que diz respeito ao ecossistema midiático digital, a proposição de soluções a partir das próprias plataformas e tecnologias para detecção de mentiras, mesmo em nível subjetivo, e sua identificação pública. E, também, a ridicularização como possível ferramenta de ostracismo da mentira, da informação falsa e das teorias conspiratórias. O elemento emocional envolvido na ridicularização possui potencial de impacto emocional que debates intelectuais não sonham em ter nos contextos desinformativos. É colocar o idiota da aldeia, como disse Umberto Eco (2015), de volta em seu lugar.

Outro estudo de Lewandowsky *et al*. (2012, p. 118-119) sugere estratégias alternativas e já testadas para, em vez de combater o desinformador, prevenir os atores na rede de serem desinformados ou resgatá-los dessa condição. As estratégias apontadas são: a) a criação de alertas e etiquetas de conteúdo desinformativo pelas plataformas; b) o esforço incessante de realizar correções da desinformação para usuários; e c) associadas a essas correções, a disponibilização de explicações alternativas para o fato em questão, preenchendo o vácuo de narrativa.

Entre diversas possibilidades que envolvem instituições públicas, agentes desinformadores, as mensagens veiculadas e as próprias plataformas, é possível considerar também a produção de mensagens contra-desinformativas. Iniciativas como a dos profissionais de saúde estudados por Southerton (2021), que usam memes, danças e música para comunicar ciência, podem parecer teatralidade ou futilidade, só que elas têm o potencial de atingir com mais eficácia aqueles indivíduos que, possivelmente, não consumirão conteúdos de checagens jornalísticas.

Como afirma D'Ancona (2018, p. 115), "A verdade será abafada a menos que seja ressonante". São necessárias, portanto, iniciativas de comunicação científica que sejam financiadas, planejadas, executadas e difundidas com a urgência e o profissionalismo que o problema exige.

Nesse ano de 2023, acontece o evento internacional "*Hate and Desinformation on Whatsapp: Global Perspectives*"[7], promovido num esforço conjunto da Universidade de Munique, na Alemanha, e o *Stellenbosch Institute for Advanced Study* (STIAS), da África do Sul. O evento acontecerá na forma de um workshop com objetivo de examinar o serviço do WhatsApp em relação à desinformação e o discurso extremista em perspectiva global, baseado em perspectivas de distintas regiões e diversos contextos de uso, mapeando diferenças e similaridades globais. A proposta é debater a inter-relação entre cultura, regulação, conteúdo, infraestrutura e métodos. Outras novas agendas estão surgindo no mundo todo para dimensionar a questão e oferecer reflexões e alternativas para uma sociedade global no sentido de construção de uma cultura de informação segura, ética, profissional e, ao mesmo tempo, plural e diversa.

Uma das discussões mais atuais sobre o tema da desinformação e que certamente vai ainda render outros ensaios e artigos em pesquisa é a questão da soberania nacional à medida que o ataque às democracias vem sendo sentido fortemente pela via da desinformação com a tecnologia digital. A autonomia informacional e a garantia comunicacional será uma questão a ser fortemente enfrentada e serão necessárias políticas públicas que pensem e projetem a soberania dos povos com amparo nas práticas comunicacionais. De certa forma, essa questão espelha também a autoridade, só que numa dimensão maior e mais política, de interesse das nações no mundo todo.

7 Disponível em: https://journalism.sun.ac.za/en/2022/11/16/call-for-papers-hate-and-disinformation-on-whatsapp-global-perspectives-workshop/ Acesso em 20.nov,2022.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. “Que é autoridade?”. *In:* ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 127-187.

BASTOS, Marco. **Aula aberta** “Desinformação como contrato social: notas sobre a realidade de consenso”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-qSV16w2whA Acesso em 5 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia.** São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155. ORTIZ, Renato (org.). 1983.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e Corrosão da Verdade. Revista USP. São Paulo, n.116, p.19-30. Jan/fev/mar, 2018.

BUNGE, Mario. What is pseudoscience? Pseudoscience can be clearly distinguished from science only if a number of features are checked. *In*: **Skeptical Inquirer**. 9(1), 1984, p. 36-46.

CARVALHO DA SILVA, José Roberto. **A Importância da reflexão arendtiana acerca da crise de autoridade** [...]. Intuitio. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade:** a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Ed. Faro Editorial, Barueri, 2018.

ECO, Umberto. Redes sociais deram voz a legião de imbecis. *In:* **Terra**, 11 jun 2015. Disponível em: https://goo.gl/5egCzW. Acesso em: 13 dez. 2022.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Ego**. Obras Completas. Vol. XVIII. 1921.

FUELLER, Steve. **The demarcation of science**: A problem whose demise has been greatly exaggerated. Pacific Philosophical Quarterly 66: 329. 1985.

LEONE, Massimo. **O Falso como Vírus**. Uma Epidemiologia Semiótica. Revista Estudos Semióticos (USP). São Paulo, vol.18, n.2, Agosto, 2022.

NAGAMINE BRANDÃO, Helena H. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

GALINARI, Melliandro Mendes. A interação retórico-discursiva e suas múltiplas variáveis. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 161-188, dec. 2009. ISSN 2237-2083.

HANSSON, Sven. Cutting the Gordian Knot of Demarcation. *In:* **International Studies in the Philosophy of Science** Vol. 23, No. 3, October 2009, pp. 237–243.

HENRIQUES, Ana Maria Paulo. **Comunicação do Acontecimento**. FAL - DCFP Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento. Julho de 2021.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. University of Chicago Press: Chicago. 2012.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. São Paulo: Elsevier, 2005.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ulltich; SEIFERT, Colleen; SCHARZ, Norbert; COOK, John. Misinformation and its correction: continued influence and successful debiasing. *In:* **Psychological Science in the Public Interest** 13(3) 106-131. association for psychological science. 2012.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE. Disponível em: https://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/research/projects/WhatsApp-Misinformation-Report.pdf. Acesso em 16 set 2022.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **REVISTA ECONOMIA E SOCIEDADE.** [online]. 2022, v. 31, n. 1, pp. 1-41. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art01. Acesso em 26/09/22.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **When corrections fail:** the persistence of political misperceptions. Duke University; Georgia State University; 2007. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2010-08932-007. Acesso em: 14 dez. 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 13ªed. Campinas: Pontes, 2020.

PALACIOS, Marcos. **Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online**:

O Lugar da Memória. *In:* MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs), Modelos do Jornalismo Digital,Salvador: Editora Calandra, 2003. PapoCom (2022), 105º episódio. **Ciberjornalismo e desinformação**: a influência das tecnologias (SBPJor em Redes). Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf . Acesso em 04 nov. 2022.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix: São Paulo. 2008.

PRATA, Nair *et al.* (Orgs.) 2022. **Comunicação e Ciência**: reflexões sobre a desinformação. Disponpivel em: http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf. Acesso em 14 set. 2022.

ROCHA, Victor. **O Jornalismo Sensível:** leituras plurais da realidade apresentada pelos afetos. Curitiba: Appris, 2022.

SOUTHERTON, Clare. **Lip-Syncing and Saving Lives**: Healthcare Workers on TikTok. *In:* International Journal of Communication, [S.l.], v. 15, p. 21, jul. 2021. Disponível em: https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/16900/3498. Acesso em 03 nov. 2022.

TRÄSEL, Marcelo. PapoCom#105 **Ciberjornalismo e Desinformação**: a influência das tecnologias (SBPJor em Redes). Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2YLTAwkYsV3uQArbby7daG Acesso em 3 nov.2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. ***Information disorder****: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Published by the Council of Europe. Strasbourg Sedex, 2017. Disponível em: https://rm.coe.int/information-disorder-toward-aninterdisciplinary-framework-for-researc/168076277c. Acesso em 14.dez, 2022.

3

Rayssa Velasque Mambach

PERCURSOS DE UM TCC EM CONSTRUÇÃO:
as vozes dos feminismos confrontadas pelo discurso de unidade

Paths of a thesis under construction:
the voices of feminisms confronted by the discourse of unity

Resumo: Este artigo é um excerto do meu trabalho monográfico de conclusão de graduação em Jornalismo, ainda em curso, no qual discorro sobre a percepção do feminismo a partir da jornalista e feminista estadunidense Rebecca Solnit. Por meio da obra dessa autora, discuto a relevância e as falhas do feminismo, as quais suscitaram na fragmentação do movimento em feminismos diversos, no plural, compreensão compartilhada por Judith Butler, filósofa também norte-americana, expoente global da cultura feminista contemporânea. Busco valorizar Solnit pela ampliação que ela mesma faz da discussão sobre feminismo, alcançando diferentes corpos, pois, a partir da sua atuação como jornalista (e de suas diversas produções divulgadas em plataformas de comunicação, como jornais, blogs, livros etc.), outra vez discussões menos teóricas sobre o feminismo foram fomentadas. Com base em teorias do jornalismo, do feminismo e da Análise de Discurso (AD), discuto o silenciamento imposto às mulheres, problematizo o movimento que visa oferecer voz a elas e destaco a força e o papel social do jornalismo na amplificação dessas vozes.

Palavras chave: Feminismo; feminismos; discurso; jornalismo: Rebecca Solnit.

Abstract: *This article is an excerpt of my monographic work for my Journalism graduation conclusion, still in course, in which I discuss the perception of feminism based on the American journalist and feminist Rebecca Solnit. Through the work of this author, I discuss the relevance and the flaws of feminism, which led to the fragmentation of the movement into diverse, plural feminisms, an understanding shared by Judith Butler, also an American philosopher and a global exponent of contemporary feminist culture. I seek to value Solnit for the expansion that she herself makes of the discussion on feminism, reaching different bodies, because from her performance as a journalist (and from her various productions disseminated in communication platforms, such as newspapers, blogs, books, etc.), again less theoretical discussions on feminism were fostered. Based on theories of journalism, feminism and Discourse Analysis (DA), I discuss the silencing imposed on women. I problematize the movement that aims to offer voice to them and highlight the strength and social role of journalism in amplifying these voices.*

Keywords: *Feminism; feminisms; discourse; journalism: Rebecca Solnit.*

INTRODUÇÃO

Como a gente é antes mesmo de saber nomear o que se é, fui, assim como a escritora de não-ficção e jornalista estadunidense Rebecca Solnit, feminista antes de me nomear feminista. O meu interesse em relação ao feminismo surgiu a partir do entendimento primário do que é o feminismo na minha adolescência. Pesquisar o feminismo, através da ótica de Rebecca Solnit, surge por meio de uma conversa com o meu orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)[8]. Eu não conhecia a autora e meu orientador havia lido sobre ela em um jornal; uma matéria sobre o livro "Recordações da minha inexistência – memórias", um de seus livros que serão tomados em minha pesquisa para uma proposta de análise textual e discursiva.

Partindo da posição de Rebecca Solnit, através desta pesquisa embasada na leitura dos livros "Recordações da minha inexistência"(aqui abreviado por RDI), (2021) e "De quem é esta história? – feminismo para os tempos atuais"(doravante, DQEH) (2020), vamos responder, usando a Análise de Discurso e de Narrativa Textual, à pergunta: "Como a jornalista e escritora Rebecca Solnit narra a questão do feminismo e responde ao silenciamento histórico de mulheres?".

Rebecca Solnit é uma jornalista, escritora, historiadora e ativista. Nasceu em 1961, na cidade de Bridgeport, em Connecticut, nos Estados Unidos. Ela é autora de mais de vinte livros sobre feminismo, história ocidental, poder popular, mudança social e outros temas. Entre seus livros mais populares no Brasil estão "Os homens explicam tudo pra mim" e a "Mãe de todas as perguntas". Ela é colunista do *The Guardian*[9] e colaboradora do portal *Literary Hub*[10]. Por ser associada à

8 Este trabalho compõe um estudo maior, desenvolvido para o meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, sob orientação do professor Doutor em Comunicação Social, Geder Parzianello, líder do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa, do qual participo como membro estudante de iniciação em pesquisa científica.

9 Ver em https://www.theguardian.com/profile/rebeccasolnit.

10 Ver em https://lithub.com/author/rebecca-solnit/.

criação do termo feminista *mansplaining*, entrevistas e matérias sobre a autora também se tornaram populares no Brasil, sendo repercutida por feministas nacionais.

Aos 15 anos, Solnit realizou o exame de conclusão do ensino secundário (pois ela não frequentou a escola convencional); aos 16, ingressou num curso superior de dois anos; aos 17, transferiu-se para a Universidade Estadual de São Francisco, onde morava; na sequência, fez pós-graduação em Jornalismo na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde se formou, aos 22 anos. Enquanto estava na pós-graduação, Solnit foi contratada pelo Museu de Arte Moderna de São Francisco. E no local produziu, pela primeira vez, conteúdo para um livro. A tarefa era pesquisar sobre obras de arte e escrever sobre elas. Com a função, Solnit aprendeu bastante sobre arte moderna e contemporânea[11].

> Eu montava um dossiê para cada obra – seu histórico de vendas e de propriedade, o histórico de exibições, um pouco de informações sobre a vida e a obra do artista na época da criação do quadro, contexto sobre outras obras relacionadas, e outros aspectos. Passei dois anos entrando e saindo de salas de reserva técnica, arquivos, pilhas de livros, datilografando dados numa grande máquina de escrever elétrica, trocando correspondência com estudiosos, solidificando a biografia de algumas dezenas de obras de arte; e também ampliando e aprofundando minhas próprias noções de história da arte" (RDMI, p.125)[12].

Trabalhando no museu, Solnit se interessou pela história de um artista de Los Angeles, Wallace Berman, porém, não havia muito conteúdo escrito sobre ele, apenas um catálogo de obras. Dessa forma, Solnit produziu um livro sobre o artista. Em sua dissertação da

11 Conforme a autora, em "Recordações da minha inexistência – memórias", publicado no Brasil em 2021 pela Companhia das Letras, São Paulo.

12 Citação do livro "Recordações da minha inexistência", um dos objetos de estudo desta pesquisa. Para evitar a repetição do nome dos livros ou da autora dentro das referências entre parênteses, este estudo opta por abreviar o nome dos livros utilizados em: RDMI (Recordações da minha inexistência" e "DQEH" (De quem é está história? – Feminismos para os tempos atuais), visto que são os objetos de pesquisa que serão, frequentemente, mencionados ao longo do estudo. Desta forma, após citação de um enunciado de um dos livros, haverá um parênteses com a abreviação do título do livro junto da página da qual a citação foi retirada).

pós-graduação, escreveu seu primeiro livro, tendo Berman como tema central. Utilizando as técnicas jornalísticas, Solnit procurou materiais de arquivo e entrevistou pessoas do círculo de Berman. Conforme a autora, no livro RDMI, ele havia falecido em 1976, após destruir a única gravação de entrevista realizada com ele (SOLNIT, 2021, p. 134). Sendo assim, não havia nenhum material pronto para compor a produção de Solnit, que precisou reconstruir quem Berman era, através das pessoas que foram próximas ao artista.

Finalizando a pós-graduação, Solnit se empregou como assistente editorial numa pequena revista de arte, na sequência, tornou-se editora assistente e, depois, diretora executiva da revista. No local, Solnit escrevia obituários, resenhas, matérias de capa, reportagens investigativas e textos para preencher os espaços das páginas; também ajudava a editar matérias mal escritas. Trabalhavam no espaço apenas mulheres; ela trabalhou lá por três anos e meio.

Interessada em escrever sobre um assunto que tivesse relação com a minha existência, encontrei, em Rebecca Solnit, particularidades de identificação. Desta forma, escolhi duas de suas obras para integrar o desenvolvimento da minha pesquisa. Solnit é feminista, assim como também me considero – embora, em construção, compreendendo, tanto junto deste trabalho, quanto com as minhas experiências pessoais, a ser feminista –, mas não escreve teoricamente sobre o feminismo, contudo, acrescenta ao feminismo com suas produções jornalísticas, pois é colunista e escreve sobre o tema, além de também contribuir muito através de suas produções literárias de não-ficção, inclusive, a literatura em geral me interessa profundamente. Poder escrever cientificamente sobre jornalismo, feminismo e ainda poder trazer a literatura para o trabalho, materializa interesses e particularidades minhas, sendo, dessa forma, uma síntese de quem, atualmente, sou e sobre o que discurso.

Considero que o feminismo não tem que repercutir apenas dentro e através da academia, nas teorias, em linguagem científica sem alcançar públicos diversos, então, julgo que a produção de Solnit é

importante para o fortalecimento de mulheres (que não estão interessadas no feminismo teórico, mas na luta feminista que é vista, diariamente, nas manchetes dos jornais ou na casa de amigas e vizinhas, que é o que Solnit faz em ambas as produções escolhidas para este estudo, comentando acerca das disparidades causadas pela desigualdade de gênero na nossa sociedade) e é importante também para o entendimento dos homens sobre a luta por equidade. Compreensão esta que encontra suporte nas produções de bell hooks[13], conforme a autora, é uma falha o feminismo ser entendido majoritariamente somente dentro de academias – que nem sempre discutem gênero –, e, devido a isso, hooks escreveu um livro que fosse acessível e introdutório ao tema ("O feminismo é para todo mundo").

> Ao ouvir todas as reclamações sobre a teoria feminista ser "muito acadêmica" ou "muito cheia de palavras que a galera não entende", senti que, de alguma forma, o movimento tinha falhado, já que não conseguimos esclarecer para todo mundo as políticas feministas. Muitas vezes disse que precisávamos ir de porta em porta para compartilhar o pensamento feminista (isso nunca aconteceu). Então me ocorreu que eu deveria escrever um livro fácil de ler que explicasse o pensamento feminista e incentivasse as pessoas a adotar políticas feministas. (HOOKS, 2018, p. 9)

Assim como Solnit, gosto de escrever utilizando características literárias que não correspondem ao jornalismo tradicional para o qual a objetividade é primordial. Além de que, assim como ela, eu sou branca e uma das minhas críticas, lendo suas produções, é a reprodução do feminismo branco, liberal e utópico de mulheres que, por vezes, não veem determinadas situações sem se desprenderem do privilégio. Ser branca é um privilégio tanto no Brasil, de onde eu sou, quanto nos Estados Unidos, que é de onde Solnit é. Além do mais, Solnit é jornalista, e eu

13 O nome da autora será escrito em minúsculo, conforme a própria bell hooks preferia. "Apesar de mundialmente reconhecida como bell hooks, a autora se chamava Glória Watchkins. A adoção do nome foi na verdade uma homenagem a sua bisavó que se chamava Bell Blair Hooks e era uma mulher indígena. Além disso, a autora escrevia seu nome com letras minúsculas, porque para ela o mais importante em seus livros era a substância e não quem ela era. Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias" – disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/12/15/morre-bell-hooks-escritora-e-um-dos-maiores-nomes-do-feminismo-negro

estou concluindo a graduação em Jornalismo, sendo, desta forma, outro ponto de identificação. Então, as minhas semelhanças e as minhas diferenças com a jornalista e escritora Rebecca Solnit fizeram dela, e mais especificamente de suas produções, o tema central do meu estudo.

Em relação aos livros escolhidos ("Recordações da minha inexistência" e "De quem é esta história? – Feminismos para os tempos atuais"), as duas obras foram escolhidas levando em consideração que RDMI foi o primeiro livro da autora que eu tive acesso, e que embora não seja identificado como biográfico, narra a história de Rebecca Solnit até 2020. Durante a leitura do livro, tive a expectativa de encontrar, em algum momento, uma parte que comentasse sobre a segregação do feminismo, sobre os problemas relacionados à falta de unidade do feminismo, mas em nenhum momento isso ocorreu. Por conta disso, busquei ler outro de seus livros que trazia "feminismos" no título, contudo, embora no início da obra a autora fale bastante sobre mudanças e atualizações, não há nada escrito, novamente, sobre a pluralização do feminismo em *feminismos* e em como essa falta de unidade é um problema.

Rebecca Solnit escreveu sobre diversos artistas, tanto na época que trabalhou no museu e na revista, quanto nos anos subsequentes. Inclusive, em 2003, publicou nos Estados Unidos o livro *River of shadow – Eadweard Muybridge and the Technological Wild West* (Rio de Sombras: Eadweard Muybridge e o Faroeste Tecnológico), sobre o fotógrafo inglês, Muybridge. A partir desse livro – mesmo que nele não se falasse sobre feminismo – Rebecca Solnit recebeu maior destaque enquanto feminista, não pelo que ela escreveu, mas por uma situação envolvendo o livro. Alguns anos depois, Solnit escreve o ensaio "Os homens explicam tudo para mim", no qual a autora explica o incidente ocorrido um pouco depois da publicação do livro sobre Muybridge. Numa festa, ela foi interrompida por um homem que tentou explicar para ela sobre o seu próprio livro. O homem, que era o dono da casa na qual a festa estava ocorrendo, questionou a autora sobre o que ela escrevia, Solnit comentou sobre o seu livro mais recente, contudo, assim

que a autora mencionou “Muybridge”, o homem a interrompeu para questionar se ela já havia lido o mais novo livro sobre o fotógrafo. E o homem seguiu comentando sobre o livro – que ele não havia lido a obra em si, apenas lido uma crítica jornalística sobre ele. Foi necessário que alguém o interrompesse e dissesse que o livro era de Rebecca Solnit até que o homem se calasse. Ele saberia da informação, se a tivesse escutado antes de interrompê-la. O ensaio sobre o ocorrido foi publicado na internet e viralizou, recebendo muitos acessos ao longo dos anos. Um comentarista do site *LiveJournal*, após ler o ensaio, cunhou o termo feminista *mansplanning*, que é quando homens explicam para mulheres coisas que elas já sabem, simplesmente por acreditarem que sabem mais do que elas. A palavra é geralmente creditada à Solnit, porém não foi criada por ela, mas através da história dela. A partir desse termo, outros surgiram, como *whitesplanning* (as explicações condescendentes das pessoas brancas). Desde que Solnit publicou o ensaio, recebeu diversos relatos de mulheres advogadas, cientistas, médicas, acadêmicas de diversas áreas, mestres de obras e mulheres de tantas outras profissões que escreveram à Solnit sobre as experiências semelhantes à dela, ou seja, de ter que ouvir explicações sobre o campo de atuação, por homens que achavam que sabiam mais do que elas. Em 2014, reunindo este ensaio e outros, Rebecca Solnit publicou o livro homônimo ao ensaio, sendo, conforme a autora, o seu livro de maior alcance. Desde então, Solnit tem escrito sobre feminismo, contudo, a autora não escreve apenas sobre feminismo.

Rebecca Solnit também é historiadora. Em 1991, publicou o seu primeiro livro: *Secret Exhibition: Six California Artists of the Cold War Era* (Seis artistas californianos da era da Guerra Fria), no mesmo ano, Solnit saiu pelo Oeste dos Estados Unidos para escrever seu segundo livro, discorrendo sobre os mitos, guerras e maravilhas do Oeste norte-americano, resultando no livro *Savage Dreams: A Journey into the Hidden Wars of the American West* (Sonhos selvagens: Uma viagem às guerras ocultas do Oeste norte-americano). Na obra, Rebecca Solnit escreve sobre como a atrocidade é permitida quando não recebe visibilidade.

O conteúdo inclui assuntos como a Área de Testes Nucleares de Nevada e o descaso com o povo indígena que vive no Parque Nacional de Yosemite. "(...) Meu argumento era que as guerras do futuro e do passado estavam se sobrepondo no presente e não estavam sendo reconhecidas, de modo geral, devido à maneira como pensamos a guerra, o Oeste norte americano, a natureza, a cultura e os povos nativos" (RDMI, p. 174).

Em seus livros e textos em geral, Solnit também é uma crítica política. Tanto em RDMI quanto em DQEH, Solnit critica Donald Trump, por ele reproduzir discursos machistas e segregadores. Dessa forma, a trajetória de Solnit é marcada pelo feminismo, história, ativismo e jornalismo.

Somos uma mistura de coisas, um compilado de discursos, afinal, o que dizemos, conforme Orlandi (2005), é sempre atravessado pelo já-dito anteriormente (e esquecido), então, somos o resultado de diferentes discursos, mas, também de diferentes particularidades. Através dos diferentes interesses de Rebecca Solnit, compreendemos os diferentes marcadores sociais que a compõem, a forte questão do ativismo em relação aos povos originários, a questão política que ela relaciona com o discurso republicado, criticando-o, trazendo em suas obras o Trump como exemplo (do que ela desgosta na política), que possui um discurso menos direcionado às questões sociais que são bandeiras que ela levanta. Inclusive, esse é um outro ponto de identificação entre mim e ela, defendo e me interesso por movimentos sociais, Solnit é ativista pelos direitos LGBTQIA+ e a todo tempo reforça isso nas obras discutidas nesta pesquisa; e, além de eu ser militante do movimento LGBT, eu faço parte dele e, politicamente, me identifico com partidos de esquerda voltados à defesa dos nossos direitos. Então, a interseccionalidade de Solnit se assemelha à minha e serve como modelo de como somos atravessados por diferentes discursividades, interesses e lutas: não somos uma coisa só.

Responder à questão "Como a jornalista e escritora Rebecca Solnit narra a questão do feminismo e responde ao silenciamento

histórico de mulheres?" é compreender a história do feminismo pela ótica de Solnit, o que suscita duas leituras: a compreensão de que o feminismo é importante para que as mulheres consigam ascender – nos mais variados aspectos da vida, seja dentro de um relacionamento, seja num ambiente familiar, profissional, etc. – por demonstrar que o problema, conforme Solnit escreve, "não está em você, mas no patriarcado", sendo assim, um problema da estrutura da sociedade, mas, também, através da leitura dos conteúdos acessados de Solnit é possível identificar que, por ela ser uma feminista branca, assim como eu também sou, Rebecca Solnit reproduz, por vezes, coisas que são criticáveis no feminismo branco, o qual coloca o feminismo como totalmente positivo e unido – porque ele é pensado, de forma geral, para mulheres cisgênero e brancas. Dessa forma, através de leituras sobre os feminismos é possível criticar a visão parcial de Solnit, que enfatiza a singularidade do feminismo – quando ele precisa ser entendido no plural –, o qual segrega a luta que, em tese, deveria ser coletiva. No livro DQEH, Solnit (2020) pluraliza o termo apenas no título, mas, dentro da obra, não fomenta essa discussão; dessa forma, não problematiza o feminismo, tratando-o como uma ferramenta que beneficia a todas as mulheres, quando há feminismos exatamente porque não é um movimento em conformidade com todas as formas de ser mulher. Afinal, surge para apoiar mulheres em geral, mas, não ocorreu desta forma, sendo motivo, inclusive, para críticas das mulheres que não se sentiram incluídas, é o que reforça Carla Cristina Garcia (2011):

> Se nos anos 1970 as feministas haviam reagido contra a razão patriarcal, agora as primeiras a denunciar que o gênero havia se convertido em uma nova totalização excludente foram as marginalizadas dos relatos feministas: as mulheres negras e as lésbicas que encontravam sua história e sua cultura ignorada. O termo 'mulher" usado no discurso feminista dos anos 70 com frequência se referia a experiências da mulheres ocidentais, brancas, burguesas e heterossexuais como se fossem uma totalidade, ao que Spillers denoniminou uma 'metonímia mortal' que relegava ao silêncio a experiência individual e coletiva de mulheres (GARCIA, 2011, p. 45).

Dessa forma, o movimento teve falhas e, por conta disso, visualizá-lo com suporte a todas as mulheres é desconsiderar as brechas que permitiram a segregação a ponto de mulheres criarem vertentes para se sentirem incluídas.

Através deste trabalho, se objetiva compreender como o feminismo contribuiu para que Rebecca Solnit respondesse ao silenciamento histórico de mulheres, em especial, sendo ela uma jornalista. Ainda, através desta pesquisa será possível identificar outros impasses da questão feminista, tais como, evidenciar a contradição do discurso feminista a partir da análise textual e discursiva do conteúdo de livros de uma mulher que é referência no feminismo contemporâneo, além de colocar o feminismo em uma posição passível de crítica, uma vez que ao complexificá-lo (na academia), ele se torna de difícil compreensão para as mulheres que mais precisam compreendê-lo, como donas de casa, mulheres iletradas, etc.

Utilizo o método biográfico, com a análise discursiva dos livros RDMI (2021) e DQEH (2020), que trabalham a vida da jornalista Rebecca Solnit e também a forma como ela enxerga, critica e evidencia questões que são caras ao feminismo – trazendo, em seus livros, frequentemente, exemplos de feminicídio e de silenciamentos impostos às mulheres – é possível compreendê-la enquanto uma mulher que atua dentro do feminismo, mas, que não reflete completamente sobre o que é intrínseco ao feminismo, que são as vertentes e as correntes que o tornam segregado. Para embasar minha pesquisa, utilizarei bibliografia sobre feminismo, jornalismo e Análise de Discurso (AD). Na pesquisa, serão utilizados os métodos biográfico e bibliográfico, além da teoria e da metodologia de AD.

OS FEMINISMOS E O DISCURSO DE UNIDADE

Para responder à pergunta central desta pesquisa: "Como a jornalista e escritora Rebecca Solnit narra a questão do feminismo e responde ao silenciamento histórico de mulheres?" , vamos trabalhar com noções de jornalismo, de teorias do discurso e teorias do feminismo.

Embora tenha se formado em Jornalismo e tenha sido crítica de arte, por meio do Jornalismo, por vários anos, Rebecca Solnit, em seu livro RDMI (2020), explica que a profissão a limitava, por conta disso, se aproximou de uma escrita literária. "A crítica e o jornalismo pareciam formas subordinadas da escrita nos quais estamos sempre a serviço de um tema e trabalhando dentro de regras limitadoras. Ser vista como escritora me deixou livre para sentir que tudo era possível e tudo estava disponível" (SOLNIT, 2020, p. 151). No Jornalismo, é cobrada uma posição de imparcialidade e objetividade que não condiz com a postura de Rebecca Solnit, que trabalha levando em consideração as próprias subjetividades, criticando aquilo que desgosta (como posicionamentos políticos, por exemplo) e discorrendo sobre as experiências enquanto feminista, incluindo em suas produções, consequências dessas subjetividades, o que a motivou para se tornar uma escritora de não-ficção, porque no espaço da literatura, o que é escrito não perpassa pelas regras de objetividade e imparcialidade, comuns aos jornalismo.

Contudo, fora da teoria, a objetividade e a imparcialidade são menos concretas, tanto que dentro da academia é reforçado, o tempo todo, que a imparcialidade é um mito, o que contradiz ao discurso jornalístico que sempre foi colocado como imparcial e objetivo, supondo haver uma relação de proporcionalidade entre esses dois. Inclusive, grandes empresas de jornalismo utilizam, ainda hoje em dia, do conceito de "imparcialidade" para enfatizar a credibilidade do veículo.[14] Conforme Sylvia Moretzsohn (2010), é exatamente por se mostrar como

14 CNN Brasil lança nova campanha e novo slogan | JORNAL DA CNN - YouTube

aquilo que não o é, que o jornalismo se legitima enquanto autoridade, se colocando como um mediador "neutro", e, através disso, "garante foros de 'verdade' aos fatos que divulga – e que supostamente 'falam por si' –, elidindo as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o status de notícia" (MORETZSOHN, 2010, p.3).

Entretanto, a subjetividade é natural para Moretzsohn, que pensa o jornalismo como uma atividade que produz um discurso "sobre" a realidade, a partir da subjetividade, inclusive, alterando o acontecimento (que vai se transformando em notícia), deixando-o mais atraente para o interesse do receptor. Mas, não é porque a subjetividade é natural – e inevitável – que o conteúdo desenvolvido pelo jornalista deve evitar a busca pela objetividade, explica a autora. Dessa forma, é necessário equilibrar a objetividade com a subjetividade no fazer jornalístico. É o que reforça Moretzsohn,

> Quando se fala em objetividade, tem-se em mente apenas o texto, ignorando-se não apenas o processo de seleção das informações ali contidas, mas o fato de que um jornal é um conjunto de elementos verbais e não-verbais que interagem para a produção de sentido. Assim, nada se diz sobre a "objetividade" de fotos e ilustrações, muito menos da edição. Ressalte-se que essas observações dizem respeito apenas ao jornalismo impresso, pois quando se considera o noticiário de rádio e TV é inevitável levar em conta os recursos e efeitos sonoros, a entonação de repórteres e locutores e, no caso da televisão, também gestos e expressão facial (MORETZSOHN, 2010, p.3).

Então, mesmo existindo diversas situações nas quais o jornalista faz escolhas e, por consequência, insere nelas as suas pessoalidades, ainda precisa fazê-las de forma regrada, seguindo normas da ética jornalística (responsabilidade, isenção, compromisso com a verdade, etc.), encontradas nos códigos de ética dos jornalistas, destacados em livros[15] ou disponíveis na internet, como o Código brasileiro aprovado

15 Ver mais em TÓFOLI, L. Ética no Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

em 2007[16], na cidade de Vitória, no Espírito Santo. No manual, a busca pela verdade é enfatizada, embora seja possível também problematizar, conforme Moraes (2011), a relação entre verdade e técnicas usadas para "repassar" essa verdade, através do texto jornalístico objetivo. Érika Moraes (2011) aponta essa possibilidade já em um dos primeiros artigos do código de ética nacional dos jornalistas brasileiros.

> No parágrafo II do artigo 2º, diz-se que "a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público". Ou seja, postula-se o compromisso do jornalista com a "veracidade dos fatos" (ainda que a noção de veracidade implique uma discussão filosófica em torno do conceito de "verdade"), bem como o objetivo de informar o que é de "interesse público". Sabe-se, então, que esses objetivos são mais do que metas a perseguir: trata-se de princípio máximo da ética da profissão, embora nem sempre cumpridos (considerem-se os casos em que há manipulação de fatos e a ética jornalística é ferida). Com base no pressuposto de que o jornalista tem o compromisso com a "veracidade dos fatos", a técnica de redação jornalística (seja para jornalismo impresso, televisionado, radiofônico e, mais recentemente, digital) sempre teve em vista o ideal de uma linguagem "simples, clara, objetiva, direta" (MORAES, 2011, p. 1316).

Assim, a busca pela verdade é feita em conjunto com o uso da objetividade, refletida na linguagem[17], para que ela seja o mais fiel à realidade (conforme o que é possível na reprodução escrita ou falada de um acontecimento), ainda que o fato não seja um reflexo completo da realidade, como a Teoria do Espelho o descreve, pois até mesmo o ato de observar já interfere no objeto. Moraes (2011), através de outros autores, como Abramo e Corrêa, problematiza que os manuais de redação jornalística podem passar a falsa impressão de que o jornalista, seguindo as regras impostas nos manuais, consegue se tornar um profissional neutro e imparcial, mas que o próprio ato de narrar um acon-

16 Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.

17 O Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa organiza estudos na linha Linguagem, Mídia e Poder, pelo que as reflexões deste TCC e deste artigo são também pensadas.

tecimento já inclui marcas do narrador, que extrai partes da informação e as reproduz num texto composto de escolhas de quem o enuncia.

Em relação à prática jornalística regrada, em RDMI, a escritora Rebecca Solnit (2021) destaca que, já dentro da academia, evidenciava que não atuaria de forma convencional no jornalismo, trabalhando com os princípios da imparcialidade e objetividade, postos como tão primordiais.

> Na escola de jornalismo aprendi a escrever relatos diretos e lineares, apesar de que meu primeiro professor ficava aborrecido com minha incapacidade de escrever aqueles textos monótonos que ali passavam por objetividade jornalística, algo que já naquela época eu via como uma voz masculina. Eu conseguia me abster de dar opiniões, me esforçando muito, mas não de usar adjetivos (RDMI, 2021, p. 138).

Mesmo sendo jornalista e podendo utilizar de recursos literários em determinados casos, porque o *New Journalism* surgiu nos anos 60 (quase vinte anos antes de Solnit entrar na graduação), sendo então uma possibilidade de se afastar da escrita monótona de textos objetivos e regrados do Jornalismo, a autora problematizava o jornalismo da instituição de ensino, o qual prezava pela ausência de subjetividade. Contudo, Solnit já indicava que a opinião seria uma característica comum em sua forma de atuação, tanto que se tornou crítica de arte e é famosa exatamente pelas crônicas/colunas que escreve, inclusive, atualmente é colunista do jornal independente *The Guardian*, o que confronta o seu discurso de não conseguir trabalhar no jornalismo e por isso ter migrado para a escrita de não-ficção, quando segue trabalhando para jornais enquanto uma jornalista opinativa.

Existe tanta opinião no jornalismo, que em todas as etapas de produção da notícia, ela está presente, mesmo que sutilmente, pois aparece na escolha da pauta, que é um recorte de um assunto já selecionado, a escolha das fontes, o texto, o enquadramento da imagem, a edição e a finalização, todos dependem de escolhas que refletem, mesmo que minimamente, uma posição de parcialidade. Porque o

autor, mesmo tentando ser o mais objetivo possível, acaba inserindo particularidades dele na produção, por preferências pessoais que nem sempre ficam evidentes, para o autor, no próprio ato de seleção. Conforme Rocha (2021), a inserção dessa subjetividade é, inclusive, positiva, porque amplia a percepção do leitor sobre o mundo, favorecendo a relação de troca entre o jornalista e o leitor. Rocha (idem), assim como Solnit (op.cit.), sentem incômodo com o modelo positivista da notícia, que preza pela objetividade e a norma mais regrada da produção jornalística. Para isso, o autor conceitua o Jornalismo Sensível (JS) como "uma alternativa à mentalidade moldada no positivismo, verificando potencialidades diversificadas a partir dos afetos, buscando ainda indícios que permitam entender se é possível estimular o receptor para uma visão mais complexa da realidade e a contestar "fatos" que parecem dados" (ROCHA, 2021, p.89). Entendendo o jornalismo como além de um produto mercadológico, propõe um olhar menos simplista ao jornalismo, podendo expandir ao intelecto e ao emocional do leitor.

> Tornar-se transformador e efetivo, de estímulo reflexivo e social. Ser também sedutor e envolvente, reconhecível como uma experiência estética criada por e para sujeitos criativos, conscientes e críticos. Assim se propõe o JS. Ao aceitar a produção informativa de modo não-binário e entendendo que o sensível também informa, pode-se pensar em produzir textos mais atraentes e imersivos. Esse caminho passa pela amigabilidade estética e pela elevação do jornalismo a aspectos da arte, o que, se pensarmos a partir da socióloga Agnes Heller (2012), indicaria a sua capacidade de induzir uma suspenção do que é naturalizado no cotidiano (ROCHA, 2021, p. 91).

O Jornalismo Sensível (JS) destaca que a escolha de palavras, que é uma questão subjetiva, ocasiona interesses diferentes do jornalismo convencional, pautado na objetividade, considerando que o JS usa da sensibilidade e subjetividade para a produção dos conteúdos, buscando afetar o leitor. Conforme o autor, de cunho político, houve diferentes propostas de afeto ao enunciar a prisão do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (Lula), em 2018, pelos diferentes veículos que comunicaram o acontecimento. Enquanto um jornal retratava Lula como

fugitivo, o outro veículo colocava Lula como quem se entregava à prisão. “Nas primeiras linhas de O Globo e do Jornal do Brasil: “O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso ontem, depois de se entrincheirar por quase 26 horas após o prazo final dado pelo juiz Sérgio Moro para que se entregasse” (ROCHA, 2021, p. 92). Já no outro jornal, a mesma notícia era dada, mas com escolha de palavras diferentes:

> O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se entregou à Polícia Federal em São Paulo, no início da noite de ontem. Fez exame de corpo de delito e seguiu de helicóptero para o aeroporto de Congonhas’. Ambos privilegiam a informação rápida e objetiva, porém a presença de uma subjetividade editorial na hierarquização dos fatos e na escolha de palavras fica clara, sobretudo nas ações destacadas” (ROCHA, 2021, p. 92).

Assim, a subjetividade não está apenas no sujeito jornalista, como na proposta do veículo, que também molda o discurso do jornalista, sendo, desta forma, um produto longe de ser objetivo e imparcial. Afinal, dentro da lógica organizacional, existe uma hierarquia na qual a empresa determina o que é acontecimento e o que não é. Conforme Warren Breed (1995), teórico que desenvolveu a Teoria Organizacional, o jornalismo é um produto da imposição da organização empresarial do veículo de comunicação (BREED apud VIZEU, 2019, p.6).

Sobre a opinião jornalística, dentro desse campo, apesar de ainda haver regras jornalísticas, a opinião é central, podendo (no Brasil) ser escrita como editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta, conforme Marques de Melo (2003). Nos Estados Unidos, a categorização é um pouco diferente. Na prática, a divisão é simples, ou as pautas são *stories* ou *comments*, há, dessa forma, uma separação do que é notícia e do que é opinião. Conforme Fraser Bond (apud Melo, 2003, p. 46), as subdivisões da opinião no jornalismo norte-americano são editorial, caricatura, coluna e crítica.

Rebecca Solnit se encaixa, então, na divisão “comments” do jornalismo dos Estados Unidos. No livro DQEH (2020), a autora reúne diversas crônicas, cheias de opiniões, sem deixar de ser informativo.

Em RDMI (2021), embora diferente, com características mais autobiográficas, trabalhando a vida pessoal da autora, enquanto faz relações com notícias de feminicídio, ataques aos povos originários dos Estados Unidos (como o povo Yosemite, presente no livro *Savage Dreams: A Journey into the Hidden Wars of the American West*, que sofre com a falta de políticas de fomento à representatividade dos povos, que não têm tantos espaços delimitados como marcos históricos e de preservação), situações perpassadas por pessoas próximas de Solnit também se relacionam com outros textos opinativos além da crônica, como a crítica.

Então, mesmo dentro do jornalismo, a autora consegue atuar na profissão, inserindo nas produções suas opiniões. Inclusive, na própria tese da pós-graduação Solnit (2021) escolhe um tema que foge da normatividade do jornalismo, da relação com a notícia: "Escolhi Berman como tema da minha tese, embora não fosse convencional uma estudante de jornalismo se focar em algo tão distante das notícias e do mundo delas" (RDMI, 2021). A mesma dúvida me ocorreu, escrever, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um estudo sobre feminismo, tendo como objeto de pesquisa dois livros sobre feminismo de uma escritora estadunidense, que embora tenha se formado em jornalismo, faz críticas ao modelo tradicional – o qual faz com que Solnit não se enxergue completamente na profissão –, pode parecer que não corresponde ao que é esperado de um trabalho em jornalismo, o que me deixou em dúvida sobre a minha escolha, porém, as minhas incertezas em relação a desenvolver o trabalho foram dirimidas pelo meu orientador, que me encorajou a seguir produzindo o estudo, uma vez que é possível. E este trabalho – assim como outros já feitos, afinal, não somos origem de nada – comprova que é possível teorizar sobre jornalismo, mesmo conceituando sobre feminismo, através da teoria e da produção de uma escritora e jornalista estadunidense.

Embora tenha fugido da normatividade (em relação ao objeto) do jornalismo, em sua dissertação, Solnit, para desenvolver a produção, atuou como uma jornalista, entrevistando fontes e procurando

documentos para criar, a partir disso, quem foi Berman. Então, de certa forma, há uma contradição no discurso da autora em relação a ser jornalista e escritora, porque ela consegue ter liberdade na escrita dependendo do veículo de comunicação ao qual está vinculada e do tipo de produção que desenvolve, sendo o gênero opinativo o que pratica, majoritariamente, desde o início de sua carreira.

Dessa forma, as noções de "jornalismo opinativo" são centrais para a compreensão do objeto desta pesquisa, para isso, utilizou-se José Marques de Melo (2003), que, inclusive, assim como Rebecca Solnit, se recusa a aceitar a ideia de "objetividade" jornalística que indica neutralidade, imparcialidade e assepsia política como as fábricas de notícias norte-americanas quiseram impor ao mundo todo. Dentro das produções de Solnit, além da opinião, há a literatura não-ficcional. Em função disso, nesta pesquisa, está sendo trabalhado o jornalismo literário, por meio de Felipe Pena (2008). O autor entende que o jornalismo literário é desenvolvido com base na "estrela de sete pontas", atendendo aos sete critérios elencados por ele. Conforme Pena:

> O jornalista literário não ignora o que aprendeu no jornalismo diário. Nem joga suas técnicas narrativas no lixo. O que ele faz é desenvolvê-las de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias profissionais. Mas os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes, como, por exemplo, a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, entre outras coisas (PENA, 2008, p. 14).

Então, o jornalismo literário é uma forma de fugir do jornalismo viciado em lead, em rotina, em texto seguindo um modelo pronto. Claro que pela quantidade de teóricos do campo, esse não é um posicionamento consensual dentro da profissão, tanto o jornalismo literário ser uma alternativa como fuga, quanto em relação ao lead e a pirâmide invertida serem as técnicas mais adequadas para escrever uma notícia. Essa última é objeto de discussão desde que se estuda o webjornalismo, já que esse modelo de pirâmide invertida é uma transposição do

modelo utilizado para o jornalismo impresso, que levava em consideração fatores como o suporte – o jornal impresso – que tem o espaço limitado para a exposição de notícias, assim como considera o leitor, que já espera notícias menores no jornal impresso.

Canavilhas (2006) problematiza utilizarmos no webjornalismo, ainda nos dias de hoje, um modelo pensado para outro meio (impresso). Conforme pesquisas do autor, a pirâmide invertida nasceu durante a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Como o sistema de telégrafos, por vezes, estava inoperante, os profissionais do Jornalismo faziam uma fila para utilizar o dispositivo e cada um, de início, passava um parágrafo por vez, através do telégrafo, para a redação, assim eram repassadas, por primeiro, as informações mais importantes, pois caso os telégrafos parassem de funcionar, o lead, as informações principais, já haviam sido repassadas. Hoje, não existe mais esse problema, por isso há questionamentos em relação ao uso de um modelo que é limitado. Canavilhas, inclusive, propõe que deitemos a pirâmide, fazendo, a partir de uma notícia, um bloco de hiperlinks com acesso a outras partes da informação, na qual o leitor seleciona sobre qual parte quer saber mais informações.

Então, por diferentes razões, o modelo utilizado no jornalismo objetivo é criticado. Sobre o uso do jornalismo literário, conforme Pena, não se trata apenas de inovar em relação à monotonia da produção jornalística robotizada, mas, é ir além do básico do jornalismo. “Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead(...)” (CANAVILHAS, 2008, p.13). Até porque, assim, entregamos, ao leitor, um conteúdo muito mais completo e mais interessante, ao invés de fazer o que os outros veículos já fazem, trazendo mais do mesmo.

Além de trabalhar o jornalismo literário com Felipe Pena, buscamos dar ênfase no subgênero biografia, colocado por ele como uma mistura de jornalismo, literatura e história. Isso porque o livro RDMI

(2021) é bastante semelhante a uma autobiografia. Dessa forma, o analisarei como tal, sendo desenvolvido através da relação de tempo e memória, com uma contagem cronológica de acontecimentos e tendo como personagem principal a jornalista e escritora Rebecca Solnit. Cabe, inclusive, a reflexão sobre as biografias e autobiografias terem proximidade com um gênero jornalístico, embora na discussão de gêneros jornalísticos no Brasil, não haja essa inclusão. Contudo, Pena (2008) visualiza a biografia como um subgênero do Jornalismo Literário e informa que a maioria das biografias, inclusive, são escritas por jornalistas, mas o autor enxerga nessa situação um problema, porque o jornalista vai utilizar das técnicas jornalísticas que prezam por um coerência de cronologia, de objetividade, de veracidade que não é literária e isso limita o resultado. "Não acredito que seja possível ignorar que os atuais espaços de produção, circulação e recepção desses textos estejam inseridos numa teia de conexões permeada por conceitos como indeterminação, caos, complementaridade e tolerância às ambiguidades" (PENA, 2008, 71). De acordo com o autor, escrever usando o positivismo jornalístico restringe a história de vida que é complexa.

Em relação ao conteúdo do livro DQEH (2020), ele reúne diferentes crônicas e colunas sobre assuntos que não são apenas relacionados ao feminismo, como também ao ativismo social e voltado às questões dos povos originários, a respeito dos quais Solnit também escreve a respeito. Os temas são discutidos com escrita literária, por essa razão, à análise são cabíveis as noções de Jornalismo Literário.

Com a Análise de Discurso (AD) compreendemos a opacidade de sentidos já que nada na linguagem é inocente e, por meio da AD, é possível compreender como um texto significa (não interpretá-lo no que ele diz), alcançando assim, a construção de sentidos que são seus efeitos; não é sobre o que o texto diz, mas como diz e como produz efeitos. E como o sujeito não existe sem linguagem, vamos responder à questão principal desta pesquisa através também da AD, buscando identificar não somente como a jornalista e escritora Rebecca Solnit

responde a questão do silenciamento histórico de mulheres, como também de que forma ela é atravessada pelo feminismo e o reproduz nas suas produções. Em relação a isso, a autora trata o feminismo no singular, não discorrendo sobre as segmentações de um movimento, que é sabiamente compreendido por outros pensadores, a exemplo de Butler, como segregado e plural, sendo tratado enquanto feminismos. Nesse sentido, também é cabível a discussão sobre a cisão do feminismo e de como a escolha de determinadas palavras, como feminismo em vez de feminismos, também designa um posicionamento, por exemplo, de visualizar (através do lugar de Solnit) o feminismo como uma unidade bem estruturada, quando a divisão em feminismos demonstra a fragilidade dessa unidade.

> Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo — por parte de "mulheres" que o feminismo afirma representar — sugerem os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente "estratégicos", não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado intencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (BUTLER, 2018, s/p).

O que Solnit não discute é que a cisão do feminismo ocorreu dentro do movimento, que se restringiu a uma compreensão equivocada de "mulher", sendo construído, em seu princípio, para um grupo específico de mulher (branca e de classe média), o que, naturalmente, não ofereceu suporte para as mulheres, no plural. Assim, a representação do feminismo (no singular) é falha e abriu espaço para que se

criassem vertentes feministas que acolhessem outros tipos de mulheres. Se foi necessário ampliar o movimento por falta de representação, o discurso de representatividade e luta feminina fortalecida pelo feminismo está parcialmente de acordo com a realidade.

Ao longo do livro RDMI (2021), Rebecca Solnit manifesta que se sentia feminista antes de escrever e pesquisar sobre feminismo, que, por ser mulher e agir conforme a formação discursiva feminista, já sofria as consequências de opressão pelo seu gênero, mas visualizava como inadequado e não se habituava à opressão, consequentemente, não cedendo a ela. Por conta disso, é importante a noção de interdiscurso, pois há um discurso antes do discurso de Solnit; ela é atravessada por algo anterior a ela e o que pensava e escreve sobre também é atravessado pelo já-dito. É a questão da memória no discurso. Ainda, no empenho da análise, tomamos o conceito de Formação Discursiva (FD), sendo aquilo que, conforme a formação ideológica, é esperado que seja dito. Por conta da formação discursiva é possível antecipar o posicionamento de alguém. "O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. (...) as palavras (...) derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem." (ORLANDI, 2005, p.36)

Acrescenta-se a tudo isso que Rebecca Solnit demonstra uma visão utópica do feminismo, mas isso está muito vinculado às condições de produção de seus discursos. A quem ela é e a como ela é afetada pelas questões do machismo estrutural, como ter tido um pai machista (SOLNIT, 2021), uma mãe sem voz ativa (comum em relacionamentos que não são saudáveis), ter passado por situações inseguras na rua, etc. Em decorrência dessa sua posição como sujeito é que as condições de produção também integram os conceitos estudados nesta pesquisa. Entre essas condições, há as formações imaginárias e as antecipações, conceituadas por Pêcheux (apud ORLANDI, 2005). O caso da relação de forças dentro das formações imaginárias é bastante pertinente para a pesquisa, levando em conta que significa que a

posição da qual um sujeito fala o constitui. Nas sociedades na qual o machismo está presente enquanto estrutura, quando uma mulher fala é diferente de quando um homem fala. Mesmo que seja resultado de uma formação imaginária, tem impacto na sociedade.

> Todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim, não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções (ORLANDI, 2005, p. 33).

Em relação às antecipações, elas permitem que o enunciador experimente o lugar do ouvinte, assim, imaginando, prevendo como seu discurso será compreendido.

> Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são definidas ao mesmo tempo pelo campo dos possíveis da patologia mental aplicada ao comportamento verbal e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza o ouvinte: a esse respeito, um sermão e uma conversa a bandeiras despregadas "funcionam" de modo diferente. Em certos casos, o ouvinte, ou o auditório, pode bloquear o discurso ou, ao contrário, apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não-verbais (Pêcheux, 1997, p. 78).

Nesse aspecto, tenho a impressão que o discurso feminista é, atualmente, bloqueado assim que é enunciado, ocasionado pela própria fragilidade do feminismo enquanto unidade. Falar sobre feminismo, mesmo hoje em dia, é abrir espaço para críticas sobre a mulher na atualidade ainda discutir questões resultantes do machismo estrutural, como os salários ainda serem desiguais mesmo quando uma mulher e um homem trabalham na mesma função, legalização do aborto, liberdade para usar as roupas que a mulher quiser usar, etc. Pelo aumento significativo de mulheres, nos últimos anos, discutirem o feminismo, ao invés de apenas conscientizar mais mulheres sobre os seus direitos e disseminar os deveres do homem, o feminismo colaborou para saturar a discussão em si. Essa situação tem

relação com o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Como ela, naturalmente, é colocada em descrédito, ela necessita, frequentemente, comprovar que é merecedora de crédito, mas quando algo abala a credibilidade dessa mulher, simultaneamente, afeta todas as outras, pela fragilidade latente da imagem feminina como credível. Um exemplo é o caso recente da atriz Amber Heard. Ela denunciou o ex-marido, o ator Johnny Depp, por violência contra a mulher, levantando diversas acusações. No decorrer do processo, foi identificado que nem todas as acusações feitas tinham fundamento, embora outras tivessem. Assim que o veredito saiu, de que ambos foram condenados, mas Heard havia perdido mais alegações que Depp[18], houve, na internet, uma forte comoção de apoio ao ator e de condenação à atriz, inclusive, ela sofreu ataques com discurso de violência contra a mulher, que buscavam fragilizar as denúncias de violência e feminicídio em geral (muitas críticas surgiram de mulheres, fãs do ator Johnny Depp). E esse discurso foi fortalecido, porque beneficiava homens e numa sociedade estruturalmente machista, o discurso de um homem tem mais impacto do que o de uma mulher, que está frequentemente numa posição de instabilidade em relação à credibilidade.

Garcia (2011) compreende que ao longo da história de tentativa de consolidação do feminismo, a fragilidade sempre esteve na materialidade do movimento.

> O feminismo foi alvo de campanhas que fizeram com que a população de modo geral acreditasse que o feminismo era um inimigo a combater e não que segundo a época e a realidade cada país existiram e coexistiram muitos tipos de feminismo com um nexo comum: lutar pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para que as mulheres, e com isso, pela igualdade de todos os seres humanos (GARCIA, 2011, p.23).

18 Ver mais em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/06/01/johnny-depp-x-amber-heard-veja-cada-ponto-julgado-e-entenda-por-que-ator-ganhou-mais-que-atriz.ghtml

O termo feminismo, de acordo com a autora, foi empregado nos Estados Unidos por volta de 1991 para substituir expressões utilizadas no século XIX como “movimento de mulheres” e “problemas das mulheres”.

> O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2011, p.25)

O movimento não existe no singular: o feminismo, embora normalmente seja escrito e dito no singular, é composto pela diversidade de mulheres, sendo mais apropriado o termo “feminismos”. Como já dito anteriormente, foi um ponto da literatura (selecionada para este estudo) de Rebecca Solnit que me incomodou, o tratamento do feminismo, sempre, no singular, sem, em nenhum momento, trazer a discussão da pluralidade. O problema, para mim, não é a palavra em si sendo usada no singular, visto que normalmente é o que se emprega, mas Solnit não discutir nem problematizar essa divisão, comum na história do feminismo. Garcia (2011) destaca que “não existe apenas um tipo de feminismo, mas vários, pois são muitas as correntes de pensamentos que o compõem”. Para o autor, isto se dá porque uma das características que diferencia o feminismo de outras correntes de pensamento político é que “está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo” (GARCIA, 2011, p. 25).

No Brasil, o movimento também se fragmentou. Inclusive, havia um receio, já no passado, de utilizar o termo feminista mesmo entre as profissionais de jornais feministas, que colaboraram para a disseminação de ideias feministas no Brasil, através dos periódicos dedicados a isso. A estudiosa da violência de gênero, Heleieth Saffioti (apud TELES, 1999), em uma entrevista ao jornal “Mulherio”, responde sobre isso:

> Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista no Brasil. No passado, esse termo tinha uma carga ideológica muito grande e ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista mas o meu feminismo é este (...) porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, e eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma. Tenho muito respeito pelos homens. Acho que eles também são vítimas dessa sociedade, embora nós sejamos mais vítimas do que eles (TELES, 1999, p. 88).

Esse é um problema, muito recorrente, por exemplo, em algumas ativistas do feminismo radical que é frequentemente visto como transfóbico, porque entende a violência contra a mulher como imposta, automaticamente, pelo gênero no nascimento, ao passo que desconsidera que mulheres trans poderiam sofrer o mesmo tipo de violência, já que não passam pela mesma situação desde o nascimento. Sendo que as imposições colocadas ao gênero podem ser problematizadas como violência tanto para mulheres, homens trans e pessoas não-binárias, que passam, desde o nascimento, por imposições próprias do gênero. Inclusive, ao discutir o machismo como parte da estrutura, entendemos que o homem, assim como destacado por Saffioti (idem), é também vítima do machismo, que vai pressioná-lo por um comportamento e por uma sujeição que também é nociva a ele. O discurso do lutador de *MMA* (Artes Marciais Mistas), Paddy Pimblett (2022), após uma luta no *UFC* (Ultimate Fighting Championship) em julho deste mesmo ano, exemplifica essa condição.

> Eu quero dedicar essa luta para meu bebê Lee. Um guerreirinho. Ele é mais lutador que qualquer um aqui. Mas também eu acordei na sexta-feira de manhã, às 4h, e recebi uma mensagem lá de casa dizendo que um dos meus amigos se suicidou. Isso foi cinco horas antes da pesagem. Então, Ricky, esta foi pra você. Existe um estigma neste mundo de que os homens não podem reclamar. Escuta aqui, se você é um homem, está carregando muito peso nos ombros e acha que a única solução é tirando sua própria vida. Por favor, fale com alguém! Fale com qualquer pessoa! Eu prefiro ter meu amigo chorando no meu ombro do

> que ter que ir ao seu funeral semana que vem. Então, por favor, vamos acabar com esse estigma. E que os homens comecem a falar.[19](UOL, web, 2022)

O feminismo radical é um exemplo da cisão do feminismo, que é plural, assim como o feminismo negro, feminismo lésbico, etc., que são resultados das mulheres serem plurais e se identificarem com um nicho que não é comportado pelo todo, que é o feminismo. Contudo, os nichos fragmentam a unidade do movimento, visto que as feministas, de diferentes segmentos, criticam umas às outras.

Conforme Maria Amélia de Almeida Teles (1999), algumas lideranças de esquerda afirmavam que o feminismo tem um caráter divisionista que pretende favorecer as classes dominantes, o que, na prática, é contrário à luta por equidade. Essas divisões, no Brasil, surgiram nos anos 90 pela fragmentação das pautas levantadas pelo feminismo que em vez de serem fortalecidas pelos integrantes, era alvo de críticas.

> A proposta de Nós Mulheres de socializar o trabalho doméstico pela criação de equipamentos sociais, como creches, lavanderias e refeitórios públicos, era considerada absurda também por ativistas da esquerda, pois a maioria do povo brasileiro tinha problemas mais prioritários, como a fome e a falta de liberdade. Mas as ideias dos jornais propiciavam debates nas escolas e bairros de periferia (TELES, 1999, p. 92)

Como se não pudessem existir vários problemas e todos fossem significativos, o que contradiz o discurso feminista em si, que compreende a estrutura como patriarcal, com diversas violências contra a mulher, sendo variados os problemas identificados e levantados como pauta. Não valorizar todas as reivindicações segregou as lutas, o que enfraqueceu a unidade.

> A bandeira que vai ligar mais estritamente essas mulheres é a creche. Nesse congresso é que nasceu o Movimento de Luta por Creche. Mas nem todas as mulheres se uniram. O Movimento

19 Disponível em: https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2022/07/26/atleta-do-ufc-desabafa-sobre-masculinidade-toxica-apos-suicidio-de-amigo.htm?cmpid=copiaecola

> Feminino pela Anistia de São Paulo comemorou o 8 de Março numa manifestação à parte na Câmara Municipal. A grande maioria das mulheres, entretanto, ficou com o congresso: enquanto na Câmara Municipal de São Paulo o Movimento Feminista pela Anistia reunia quase 100 mulheres, o encerramento do congresso contou com mais de duas mil (TELES, 1999, p. 119).

Então, pelo movimento ter diversas pautas e não conseguir se manter unificado em prol de lutas variadas, se fragmentou e se fragilizou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste fragmento de meu trabalho final de graduação, busco, por meio de duas obras da autora e jornalista estadunidense, Rebecca Solnit, sinalizar para a pesquisa maior em que pretendo debater o feminismo como um aliado às mulheres que demandam emancipação da estrutura patriarcal que favorece o sexo masculino (e que também impõe violências aos homens), e como um divisor da cooperação entre mulheres. Teóricas e teóricos destacam a importância do movimento de mulheres, mas também escrevem sobre as falhas do feminismo, que suscitou nos feminismos plurais. Diferente de Solnit, que se apega ao movimento como um amplificador de sua voz (a qual também encontra potência nos meios e elementos de comunicação, como portais, jornais e livros, utilizando dessas plataformas para fugir do silenciamento e promover o fortalecimento de outras mulheres), compreendendo a força que suas palavras têm e de como elas alcançam outras mulheres que querem ser ouvidas.

Com um jornalismo sensível e literário, Solnit escreve sobre gênero, história, cultura e política. Enquanto a também feminista e escritora bell hooks enfatiza que os meios de comunicação colaboram para propagar uma imagem negativa do feminismo – como se a pauta feminista se resumisse às mulheres poderem agir como os homens –, o que não deixa de ser verdade, a jornalista Rebecca Solnit

demonstra que no jornalismo alternativo, nos veículos menos tradicionais, ela encontrou suporte para suas produções. Sendo assim, o jornalismo consegue, simultaneamente, ser um campo aberto e fechado para discussões sobre gênero.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2018.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo:** da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Jornalismo digital de terceira geração, p. 2. 26-36, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/2462313/Webjornalismo_Da_pir%C3%A2mide_invertida_%C3%A0_pir%C3%A2mide_deitada. Acesso em 12 dez. 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** – políticas arrebatadoras. 1° edição. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo** – Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3° ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MORAES, Érika. **Contribuição da Análise do Discurso para a concepção de linguagem do jornalista**. Estudos linguísticos, São Paulo, 40 (3): p. 1316-1325, set/dez, 2011. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1255. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **"Profissionalismo" e "objetividade**": o jornalismo

na contramão da política. Beira interior: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2010. Disponível em: http://bocc.ufp.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf Acesso em 14 dez. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do Discurso:** Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. 3° ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, Victor. **O Jornalismo Sensível como alternativa empática ao modelo tradicional positivista**. Belo Horizonte, Mediação, v. 23, n. 32, p. 88-98, jan/junho, 2021.

SOLNIT, Rebecca. **De quem é esta história?** – Feminismos para os tempos atuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOLNIT, Rebecca. **Recordações da minha inexistência** – memórias**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1° reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIZEU, Alfredo. **O Jornalismo e as "Teorias Intermediárias":** cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso(AD). Beira Interior: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, (BOCC), 2019. Disponível em: http://bocc.ufp.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf Acesso em 14 dez. 2022.

4

Kátia Vieira Morais

Simone Silva Pires Assumpção

POPULARIZANDO A ANÁLISE DRAMATÍSTICA DE KENNETH BURKE NA ACADEMIA BRASILEIRA

Highlighting Kenneth Burke's dramatistic analysis to the Brazilian academy

Resumo: Kenneth Burke, por ser um expoente na criação de teorias e metodologias retóricas nos Estados Unidos no século XX, foi tema de discussão nos encontros online do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa (CNPq) em 2022. Através de suas obras, popularizou os estudos retóricos como teorias para a compreensão do mundo, influenciando estudiosos em várias áreas do conhecimento. Neste estudo, investigamos a inserção das teorias e da metodologia de análise dramatística de Burke na academia brasileira. Para tanto, fizemos uma revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007) sobre a popularização dos estudos Burkeanos na academia brasileira de 2012 até 2023. Nossos resultados indicaram que, apesar de haver poucos autores que lidam com as teorias retóricas de Burke ou que aplicam sua metodologia de análise dramatística, há indícios de um interesse sólido, ainda que tímido, na ampliação dos estudos Burkeanos pela academia brasileira.

Palavras-chave: Kenneth Burke; pentad; dramatismo.

Abstract: *Kenneth Burke was the one of the themes for our research group Diálogos do Pampa online meetings in 2022 because he was preeminent in rhetorical theories and methodologies in the United States in the twentieth century. In his works, he gave visibility to rhetorical studies as he created his theories and comprehension of the world, influencing scholars in various fields. In this study, we investigate how his theories and his dramatistic analysis have been discussed in the Brazilian academy. In order to do that, we set up a systematic literature review following Sampaio and Mancini (2007) methodology in the last ten years (2012-2023). Although there are few authors who grapple with Burke's rhetorical theories or that apply his dramatistic analysis, our results indicate that there is evidence of sound interest, even if incipient, in the use and application of Burkean rhetorical theories in the Brazilian academy.*

Keywords: *Kenneth Burke; pentad; dramatism.*

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, temos como propósito a divulgação do trabalho do filósofo e retor Kenneth Burke, especificamente guiadas pelo objetivo de verificar a inserção ou popularização da metodologia de análise retórica Dramatística de Kenneth Burke na academia brasileira. Dessa forma, a fim de compor o *corpus* da pesquisa, adotamos a metodologia de revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007), realizada no portal de periódicos CAPES, pelo acesso CAFe via Universidade Federal do Pampa (Unipampa), e na plataforma Google Acadêmico em busca de trabalhos em língua portuguesa ou língua inglesa publicados no Brasil que estudam ou aplicam as teorias retóricas de Kenneth Burke nos últimos 10 anos. Demonstramos que a metodologia de análise retórica, o Dramatismo de Kenneth Burke, ainda é pouco estudada e aplicada na academia brasileira.

Em 2021 e 2022, nos encontros semanais online do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa, coordenado pelo professor Geder Parzianello, em duas oportunidades, introdutoriamente apresentamos Kenneth Burke e a metodologia de análise, o Dramatismo. Nesses encontros, havia em torno de quinze pessoas, e percebemos que os alunos participantes não pareciam ter conhecimento prévio ou aplicar os estudos Burkeanos e suas metodologias de análise em seus trabalhos acadêmicos. Além disso, inspiradas no encontro de 11 de maio de 2022, em que Octavio Penna Pieranti apresentou seu estudo sobre a liderança do uso da ferramenta de busca Google Acadêmico no consumo de informações acadêmicas por professores universitários da comunicação e do jornalismo no Brasil (DOMINGOS; PIERANTI, 2022), decidimos investigar, através de uma revisão sistemática, a produção acadêmica que inclua os estudos Burkeanos ou sua aplicação no Brasil. Advogamos por uma maior inserção dos estudos Burkeanos no Brasil e uma maior utilização de sua metodologia de análise retórica, o dramatismo, a fim de entendermos como suas obras podem contribuir para o conhecimento

e estudos retóricos e de análises retóricas e argumentativas criadas na academia brasileira e como essa academia pode transformar, adaptar, ampliar ou recriar suas teorias e metodologias.

A seguir, brevemente, apresentamos quem foi e como Burke e sua metodologia de análise Dramatística contribuem para os estudos retóricos. Após, explicamos a metodologia de revisão sistemática que utilizamos para investigar o que está disponível sobre Burke e Dramatismo na academia brasileira. E, por último, apresentamos os resultados dessa investigação.

BURKE: O AGENTE E A CENA

Kenneth Duva Burke, estadunidense, nascido em 1897 e falecido em 1993, foi um estudioso controverso em vida que, no entanto, deixou uma legião de seguidores principalmente nos Estados Unidos e Canadá nas áreas de comunicação, sociologia, literatura e retórica, além de outras áreas. Sua influência como impulsionador dos estudos retóricos pode ser verificada na história da Sociedade Kenneth Burke que começa nos anos 80, tem seu auge nos anos 90 e 2000 continuando com sua crescente atuação na Europa a partir dos anos 2010 (ROUNTREE, 2020). O periódico Kenneth Burke (K. B. Journal), criado pela Sociedade Kenneth Burke, é um exemplo de como as controvérsias e estudos sobre os conceitos e as análises críticas retóricas propostas por Burke continuam atuais.

Burke aspirava ser escritor[20], muito embora tenha também sido poeta, crítico literário, jornalista, professor e proprietário de uma pequena propriedade agrícola (YAGODA, 1980, p. 67 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 188). Sua intenção, ao declarar que seria escritor, foi a

20 "I didn't want to go into academics, because in those days teachers only taught—I wanted to *write*" (YAGODA, 1980, p.67 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 188).

de ser um gênio para ser salvo em montanhas de palavras[21] (JAY, 1988, p. 56 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 188).

O contexto ou situação retórica ou cena estadunidenses em que Burke estava inserido sofreu várias transformações econômicas, sociais e culturais. Burke interagiu ativamente com os acontecimentos de sua época. Na década de 1920, participou da euforia da comunidade literária com o surgimento e o *boom* do romance. Participou de um grupo de escritores chamado de "Greenwich Village Bohemian Group of Writers", em que escritores também consagrados por suas produções literárias também participavam como E. E. Cummings, Edna St. Vincent Millay, Malcolm Cowley, Matthew Josephson, Hart Crane e Allan. Na década de 1930, foi um romancista e um crítico literário sem expressão. Além disso, antecipou o movimento de retorno ao campo se tornando um agro-boêmio, isto é, praticou a agricultura sustentável, com produção própria para o autossustento em uma pequena propriedade em Andover, ao norte de Boston, Massachusetts. A depressão fez com que se aproximasse do Partido Comunista Americano e, ao ouvir sobre os massacres de Stalin, afastou-se do mesmo. Mais tarde, tornou-se antifascista. Casou-se, divorciou-se e, depois, casou-se de novo com a irmã da ex-esposa.

Frequentou as universidades Ohio State e Columbia. Porém, não almejava ser professor, pois, na época, os professores não eram escritores. Nos anos 1940 e 1950, começa a turnê como professor visitante e sua produção de métodos críticos que refletem o cenário da Guerra Fria. Uma delas, o Dramatismo, entra nas escolas de Comunicação e nos departamentos de Língua Inglesa (KING, 2001). Foi professor visitante nas universidades de Chicago, Harvard, Northwestern, e Princeton. Antes disso, havia sido professor substituto em 1937 e tornou-se professor efetivo de 1943 a 1961 em Bennington College, Vermont (FOSS; FOSS;

21 "I want to be a--yes--a genius. I want to learn to work, to work like a Sisyphus--that is my only chance. I am afraid, I confess it, but I am going to try hard. This is my final showdown. I am in it for life and death this time. Words, words--mountains of words--If I can do that I am saved" (JAY, 1988, p.56 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 188). "What am I but a word man?" (JOSEPHSON, 1962, p.35 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 188).

TRAPP, 2002b, p. 190). Na década de 1960, há a adoção em massa do método de análise Dramatismo. Durante essa época, Burke já está criando a "Logology", ou seja, usa o drama Cristão de queda, culpa, sofrimento e salvação para entender a linguagem (KING, 2001).

BURKE: O ATO DE ESCREVER

Burke escreve sobre a natureza e a função da linguagem com poemas, ficção, tradução, crítica literária, teoria retórica, editoriais. Versa sobre literatura, filosofia, linguística, sociologia, economia, poética e retórica, religião, comédia e a vida. São cinquenta anos de trabalho para tentar expandir e redefinir o escopo de análise retórica e pensar sua aplicação para todas as formas de linguagem (BIZZELL; HERZBERG, 2001, p. 1295). Escreveu 14 livros de 1924 até 1972, teve 154 artigos ou capítulos publicados em periódicos e livros desde a década de 20 até a década de 80. Quatro coletâneas de seus artigos inéditos e sua correspondência das décadas de 60 e 80 foram publicadas. Teve seis entrevistas significativas ao longo de sua carreira. Publicou 32 poemas e peças de ficção em coletâneas e periódicos (FOSS; FOSS; TRAPP, 2002b, p. 218-225).

As obras de Burke demonstram a abrangência de seu pensamento filosófico e seu interesse em criar meios para analisar o mundo que conheceu. Apresentamos algumas delas. Em *Counter-statement* (1931), Burke mostra como o seu estilo é modernista expondo a sua teoria da ação simbólica - em vez de usar símiles para mostrar que algo é semelhante, ele entende que o simbolista se move de uma ideia a outra por elipse. Além de dizer, Burke demonstra seu esforço para incluir no simbolismo (sonhos, visões, associações, tornar o mundo invisível, visível) uma dimensão retórica. Aqui começa a definição do conceito de identificação para interagir com outros. Em *Permanence and change: an anatomy of purpose* (1935), expõe uma visão sociológica da ação

simbólica. Em *Attitude toward history* (1937), apresenta um estudo sobre atitudes literárias como ação simbólica–distingue atitudes de aceitação e rejeição permeadas por uma atitude de ironia. Em suma, o ser humano tem dificuldade em se dar bem com as pessoas, mas almeja isso. Em *The Philosophy of literary form* (1941), Burke escreve ensaios com um fio condutor sobre a natureza da ação simbólica (FOSS; FOSS; TRAPP, 2002b, p. 218-225). Para Burke, a literatura é uma ação simbólica, com propósito e efeitos no campo das relações humanas. Diz ele que poética é um subconjunto da retórica. Também argumenta que a literatura e a arte têm função forense e exortativa, que muitas vezes servem como propaganda capitalista (BIZZELL; HERZBERG, 2001, p. 1296).

A partir da obra *A Grammar of motives* (1945), Burke começa os trabalhos sobre motivo ou motivação humana. Sua intenção era escrever uma trilogia. Nesse primeiro livro, ele trata da natureza do trabalho tendo o dramatismo como metáfora e o pentagrama como método para descobrir o motivo ou motivação subjacente na ação humana. Pretende estabelecer os princípios ou a gramática para analisar a ação simbólica (em qualquer artefato simbólico) a fim de descobrir/compreender o motivo/motivação subjacente que propulsiona o ser humano. *A Rhetoric of motives* (1950), segunda obra sobre motivo ou motivação humana, trata de estratégias de persuasão trabalhando com o conceito de identificação. Esta segunda obra não teve uma sequência, pois o terceiro livro da trilogia não foi concluído. Em *The Rhetoric of religion* (1961), Burke sai da poética e passa à religião como modo de estudo da linguagem. A partir daí suas obras revisitam e aperfeiçoam conceitos como em *Language as a symbolic action* (1966), uma coletânea de trabalhos escritos de 1950 até 1966. Em 1972, escreveu *Dramatism and development* ampliando o método de análise passando do pentagrama para o hexagrama (FOSS; FOSS; TRAPP, 2002b, p. 218-225).

Burke interagiu e reagiu intelectualmente aos acontecimentos culturais, políticos e econômicos do seu tempo propondo metodologias de análise para uma compreensão abrangente do mesmo.

Fez isso como crítico literário, professor, editor, poeta, romancista e, principalmente, como escritor. Assim, sua agência é o escrever, isto é, sua obra é marcada por seu entendimento do mundo demonstrando como esse conhecimento é criado.

BURKE E SUA AGÊNCIA: COMO ESCREVE

Burke cria a metáfora do Sarau para imaginar a vida de um escritor ao reagir a esse contexto de inerente criação e renovação do conhecimento a partir da escrita. Aponta Burke que:

> …o escritor entra no Sarau com um certo atraso, sabe que muitos já o precederam e já estão em uma discussão acalorada não podendo parar para explicar o que exatamente discutem. Nenhum membro do Sarau está lá desde o início para recontar todos os meandros da discussão. O escritor ouve por um tempo até perceber qual o teor do argumento para, então, direcionar a discussão com sua contribuição. Alguém responde, o escritor responde a esse alguém, outro vem em sua defesa, outro se alinha com os opositores, para o constrangimento ou gratificação de seu oponente, dependendo da qualidade da assistência de seu aliado. No entanto, a discussão é interminável. Fica tarde, o escritor deve deixar o Sarau. O escritor parte, com a discussão ainda vigorosamente acontecendo (BURKE, 1941, p. 110-111, tradução nossa).

Importante pontuar que foi Kenneth Burke que escreveu essa metáfora do Sarau usada por acadêmicos para pensar a escrita muitas vezes sem o devido crédito. Segundo Tilly Warnock (1986), essa metáfora não é somente uma teoria da linguagem, em que Burke diz que nossa mente é constituída dessa gramática pública, isto é, nós nos construímos e construímos nossa personalidade pela incorporação dessa gramática pública. Aprendemos a linguagem por nossa motivação em participar desse "drama". A metáfora também pode ser uma teoria da leitura, em que ávidos leitores confrontam o texto, este texto inserido-traduzindo vários contextos históricos e literários,

impondo-se nessa conversa textual trazendo suas experiências e expectativas. Nem o texto, nem o autor, nem o leitor tem a primeira ou a última palavra sobre o texto.

Burke escreve com complexidade estilística e interesse na psicologia do leitor. Seu propósito é demonstrar através de sua escrita (seu estilo) como é o processo de análise em que a poética e a retórica se confundem. Usa de figuras como a metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (BURKE, 1969c). Figuras de pensamento e de linguagem se mesclam. Tem uma técnica de colagem interdisciplinar/transdisciplinar. O que faz uma interpretação ser determinada ou indeterminada é a retórica e não a ontologia. Usa uma metáfora, não uma verdade. A metáfora se transforma em perspectiva, funcionando como um entimema. Palavras se tornam ações que refletem escolhas éticas. Sendo assim, para que haja uma comunicação e para que as pessoas possam lidar umas com as outras, é preciso haver respeito ao significado que a pessoa almeja como seu (WARNOCK, 1986, p. 62-75). O interesse de Burke, ao expor sua complexidade estilística, é engajar o leitor a fazer a mesma jornada intelectual que ele faz para chegar aos seus conceitos e metodologias.

Alguns entendem que ele foi um contador de histórias com estudos rasos, obscuros e asistemáticos, enquanto outros postulam que sua obra e gramáticas são mais complicadas do que simples histórias (FOSS; FOSS; TRAPP, 2002b, p. 190). Entendemos que Burke propõe que a leitura de seus textos, e, consequentemente, sua teoria e metodologias de análise sejam uma experiência única, um engajamento sinuoso, uma trajetória insólita, convergente em alguns momentos, divergente em outros (MORAIS, 2021). Burke inova em sua escrita ao convidar leitores a participarem de uma ação simbólica (leitura) pontuada por uma retórica poética. Talvez sua fama de contador de histórias também venha de seu cuidado com a linguagem que vai além do cuidado acadêmico e se transforma num cuidado estético e estilístico além de sua escrita ser um guia para a descoberta dos conceitos e das gramáticas ou dos princípios de análise que demonstra.

CONCEITOS RETÓRICOS PROPOSTOS POR BURKE

Visitamos alguns conceitos que Burke propõe para melhor entendermos a análise dramática. Burke especifica o que é retórica, sua função de cooperação e como essa função retórica acontece através da identificação para chegar ao ápice de seu pensamento filosófico com o conceito de consubstancialidade.

Retórica, para Burke, supõe "o uso de palavras por agentes humanos para criar atitudes ou induzir ações em outros agentes humanos" [22] (BURKE, 1969b, p. 41, tradução nossa). O uso da linguagem (especificamente as palavras) para persuadir (criar atitudes ou induzir ações) entre seres humanos é o que Burke propõe como definição de retórica. Burke não explora ainda persuasão que não seja entre seres humanos, pois entende que somente seres humanos respondem ao uso de símbolos. Além disso, a finalidade da retórica pressupõe o movimento através de atitudes ou ações—levar seres humanos a causarem o movimento de um ponto a outro, realizando ações. Persuasão seria o propósito do uso da linguagem. Porém, Burke qualifica a persuasão ao dizer que ela deveria induzir a cooperação entre seres humanos. Burke preconiza:

> A retórica não está enraizada em nenhuma condição histórica da sociedade humana. Suas raízes provêm da função essencial da própria linguagem, uma função inteiramente realista que continuamente se renova; o uso da linguagem como significado simbólico de indução da cooperação em seres que, por natureza, são responsivos a símbolos (BURKE, 1969b, p. 43, tradução nossa)[23].

22 "The use of words by human agents to form attitudes or **to induce actions in other human agents**" (BURKE, 1969b, p. 41).

23 "For rhetoric as such is not rooted in any past condition of human society. It is rooted in an essential function of language itself, a function that is wholly realistic, and it is continually born anew; the use of language as a symbolic means of **inducing cooperation** in beings that by nature respond to symbols" (BURKE, 1969b, p. 43).

Além de propor uma definição de retórica voltada à cooperação entre seres, Burke especifica sua função. Para o autor, a função da retórica é prover não somente um nome, uma definição para uma situação, mas também prover estratégias criativas (através de ações) para lidar com situações ou para resolver os problemas apresentados por situações ou resolver os problemas que sejam inerentes a esta situação. Nesse sentido, a função da retórica é criar ações através do uso da linguagem, de como a linguagem é usada e de como essa linguagem suscita uma reação no auditório.

Para que as estratégias criativas sirvam à cooperação, Burke apresenta o conceito de identificação. Burke aponta: "Você persuade um homem desde que você fale sua linguagem através de gestos, tonalidade, organização, imagem, atitude, ideia identificando-se com sua maneira"[24] (BURKE, 1969b, p. 55, tradução nossa). Burke propõe uma mudança em atitude ou ação para que haja identificação entre seres humanos e eles possam, então, cooperarem entre si. A identificação seria uma qualificação da persuasão para que se alcance a cooperação. A identificação se daria através de três modos como nos apresenta McCaroon (2021) nas explicações a seguir.

O primeiro deles é que a identificação seria um modo de alcançar um propósito, não haveria como persuadir alguém se a linguagem utilizada não fosse comum aos seres que estão se comunicando. Assim, a pessoa ou grupo que gostaria de persuadir deveria encontrar uma linguagem que possa ser compartilhada, deveria criar estratégias linguísticas que possam suscitar a cooperação. O segundo modo é pensar a identificação como uma operação antítese, isto é, os opostos se juntam para combater um terceiro inimigo comum. Assim, deveria-se pensar qual oposição pode ser compartilhada para que haja identificação. O terceiro modo de identificação é o invisível. Um exemplo comum de identificação invisível no Brasil ou suas regiões específicas é a

24 "You persuade a man only insofar as you can talk his language by speech, gesture, tonality, order, image, attitude, idea, identifying your ways with his" (BURKE, 1969b, p. 55).

redução de marcas regionais no falar para se comunicar com pessoas que advenham de regiões diferentes no intuito de promover a aproximação que a linguagem oral possa causar. O importante no exemplo citado é que a ação seja espontânea e permaneça invisível (mesmo que persuasiva) e não seja um estudo metalinguístico de fonética e fonologia regionais. A identificação sempre irá acontecer, pois, segundo Burke, as pessoas se comunicam para dirimir o isolamento inerente ao ser humano. No momento que os corpos se separam, que o feto nasce, o ser humano está isolado. A partir daí ele tenta restabelecer, através do uso de símbolos, uma conexão que foi perdida. O isolamento que o ser humano tenta quebrar ao se identificar com outros seres humanos não quer dizer que ele seja solitário. A identificação serve para aproximar corpos e mentes que se distanciam .

Outro conceito com o qual Burke trabalhou foi a consubstancialidade, isto é, a associação com propriedades e substâncias que faz com que a substância com quem ou com a qual nos associamos seja compartilhada conosco e, portanto, nos defina. O meio físico (matéria ou não), em que estamos imersos e as pessoas com quem nos associamos também definem quem somos. Nesse conceito se observa uma percepção da integração do ser humano com o seu meio e sua relação com outros seres. Não há persuasão aqui, pois não há ação, mas sim uma associação entre substâncias (seres humanos, coisas materiais, meio ambiente).

Em suma: O que é retórica para Burke? Uso de palavras entre seres humanos para promover a cooperação. Qual a função de retórica para Burke? Criar estratégias para entendermos e lidarmos com situações previstas ou inusitadas visando a cooperação. Como acontece a indução à cooperação? Pela identificação e consubstancialidade. Compartilhamos símbolos para nos conectarmos com outros seres já que somos definidos também por nossas associações com o ambiente em que estamos inseridos, as coisas materiais deste ambiente e todas as substâncias que nos envolvem.

DRAMATISMO

Dramatismo é uma gramática ou princípios para entender a motivação humana subjacente num ato retórico. Burke cria essa gramática como uma filosofia da linguagem no intuito de compreender a motivação humana através da análise do drama nos elementos pentavalentes. Dramatismo é uma técnica de análise da linguagem e do pensamento como modo de ação e não como maneira de informar. Assim, ação é o termo que alimenta a análise dramática de Burke. Burke opõe ação e movimento (BURKE, 1966, p.54). Para ele, o conceito de que coisas se movem e pessoas agem é literal[25] (BURKE, 1967, p. 331 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 195). A ação é permeada pela persuasão — suscitar alguém a fazer ou não fazer algo, a mover-se em alguma direção. Movimento esse causado por ação humana (dizer ou fazer humano). A análise de um artefato pela gramática pentavalente deve apontar não somente os motivos aparentes, como também os motivos subjacentes de uma ação, isto é, a ideologia subjacente da situação retórica analisada.

A gramática pentavalente proposta por Burke só é possível como instrumento de análise pelo pentagrama que é formado por perguntas que resultam em termos. Os cinco termos são: Ato, Agente, Cena, Propósito e Agência. A identificação dos cinco termos resulta num panorama da visão do retor em uma situação particular.

O termo "ato" seria o termo para a pergunta "O que foi feito?", isto é, o que acontece em pensamento ou feito, deve ser um verbo que defina a consciência ou o propósito. Deve-se identificar a ação mais proeminente do agente.

Outro termo é o "agente" relativo à pergunta "Quem é o agente?", ou seja, que pessoa ou tipo de pessoa ou grupo de pessoas realiza o

25 "'Things move, persons act' is literal" (BURKE, 1967, p. 331 *apud* FOSS; FOSS; TRAPP, 2002a, p. 195).

ato. Pode-se pensar em agente, co-agente, anti-agente. Deve-se nomear grupos ou um ou mais indivíduos que podem ser o(s) protagonista(s).

"Cena" é outro termo informado pelas perguntas: Quando e onde ocorre o ato? Em que tipo de situação retórica foi realizado o ato? Pensa-se na situação em que ocorre o ato, no contexto, na situação retórica. Como é descrita a situação retórica influencia o escopo da interpretação do ato. Deve-se identificar o cenário descrevendo as condições físicas, sociais, culturais, políticas, econômicas que influenciam a ação bem como suas causas históricas.

Já o "propósito" é um termo mediado pela pergunta "Por quê?". Pretende-se investigar a intenção em executar o ato. O propósito geralmente não é visível, por isso a consciência é crucial quando se investiga o propósito. O motivo é inconsciente, portanto, subjacente. Mas o propósito é consciente, podendo, também, ter uma intenção subjacente, mas não inconsciente. Deve-se identificar o que o agente pretende conseguir com o ato realizado.

O quinto termo é a "agência", inquirido pela pergunta "De que maneira ou que instrumentos são usados no ato?". Deve-se identificar os meios para a realização do ato performativo. O retor identifica a intenção do agente. O motivo é a explicação para as ações do retor, manifestado no artefato como um todo a ser analisado. O retor e o agente não podem ser confundidos.

A identificação dos cinco termos dá início a análise dramátistica proposta por Burke. A segunda parte da análise é encontrar as relações de contingência entre os termos. São 20 possíveis relações de contingência a serem consideradas; cada um dos termos pentavalentes suscita a análise de quatro relações de contingência, isto é, se a natureza do termo descrito pelo retor afeta a natureza do outro termo descrito pelo retor. Gonzaga (2015, p. 72) explica:

> [...] os termos do pentad estabelecem relações de contingência, isto é, uma cena é condizente com um ato que é condizente

> com um agente e este com uma agência, que também é condizente com propósitos e com um ato. Isto não quer dizer que as relações entre os termos sejam previsíveis, óbvias ou inevitáveis, mas sim que uma análise das relações entre os termos que gravitam em torno de um ato **pode** nos revelar articulações de oposição, sobreposição, negação, afirmação etc. entre eles.

Assim, um exemplo possível de relações de contingência a partir do termo pentavalente "cena" é verificar-se as relações de contingência entre a cena e o ato, a cena e a agência, a cena e o propósito, a cena e a agência, conforme previamente descritas pelo retor. Pergunta-se se a natureza da cena descrita pelo retor afeta a natureza do ato conforme descrito pelo retor e repete-se a pergunta para cada relação de contingência. Ou seja, pergunta-se se o primeiro termo faz com que o segundo termo se modifique de certa maneira, ou se há algo no primeiro termo que determina a natureza do segundo termo nessa relação de contingência, ou que impacto ou efeito o primeiro termo exerce sobre o segundo (FOSS, 2004, p. 383-391).

> Nosso primeiro olhar é direcionado pelas relações aparentes entre os termos do *pentad*, pela escolha de termos que são usados para falar sobre o que aconteceu. […] é preciso usar o estranhamento como recurso da análise de linguagem. Estranhamento das relações entre qualquer dos termos do pentad dramatístico que são tidas como naturais ou normais, na tentativa de transcender os limites das explicações óbvias que são indicadas pelas aparências (GONZAGA, 2015).

Como explica Gonzaga (2015), são as explicações subjacentes e não aparentes que se almeja chegar ao contrapor os termos pentavalentes durante a análise. Posteriormente, isto é, depois de verificar as possíveis relações de contingência entre os termos, pode-se identificar o termo pentavalente dominante e a motivação subjacente ou a ideologia que conduz a situação retórica. O termo que receber mais "sim" para dominar ou afetar outros termos na relação de contingência será o termo dominante, isto é, trará mais clareza sobre o motivo da situação que se está analisando.

O termo dominante corresponde ao sistema filosófico suscitando ideias sobre a definição da situação, seus significados para os retores e auditórios e suas possíveis consequências. Identifica-se o sistema filosófico que subjaz na situação retórica pelo termo dominante. Geralmente, o ato como termo dominante levará ao pensamento realista; a cena, como materialista; a agência, como pragmatista; o propósito, como místico; e o agente como idealista. Por que uma gramática dos motivos? Ou por que identificar qual o pensamento que subjaz e nos suscita a ação? Gonzaga (2015, p.81) esclarece que:

> Kenneth Burke elaborou o dramatismo como forma de convocar as pessoas à ação. O seu raciocínio é que diante da compreensão do caráter exortativo da linguagem as pessoas percebam que estão constantemente sendo convocadas à ação. Uma vez que se tornem conscientes desta interação com a linguagem elas se tornam mais críticas em relação ao que elas estão sendo convocadas a fazer.

Dada a riqueza do legado de Kenneth Burke para os estudos da retórica, como aponta acima Gonzaga, como um despertar crítico ao caráter exortativo da linguagem, acreditamos que mais trabalhos críticos sobre sua obra (conceitos e metodologias) ou mesmo a aplicação de suas metodologias para análise deveriam ser mais difundidas no Brasil. Por isso, propomos uma revisão sistemática para sabermos se já existe e como podemos ajudar na divulgação de sua obra também na academia brasileira.

REVISÃO SISTEMÁTICA

A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que usa como base de dados toda a literatura disponível sobre determinado tema em uma ou mais plataformas de busca, por meio de critérios específicos e sistematizados. Essa estratégia permite selecionar e analisar um grande conjunto de estudos conduzidos de forma independente, que podem

ou não apresentar resultados semelhantes, e assim compreender um espectro maior da realidade investigada, ao invés de limitar-se à análise de alguns estudos específicos. Para nossa revisão sistemática, seguimos as etapas descritas por Sampaio e Mancini (2007, p. 86). São elas:

1) definição de pergunta científica, indicando a audiência e o interesse para intervir;

2) identificação das bases de dados consultadas, com a definição das palavras-chaves e as estratégias de busca;

3) estabelecimento dos critérios para a seleção dos artigos a partir da busca;

4.a) condução da busca nas bases seguindo as estratégias definidas por pelo menos dois examinadores independentes;

4.b) comparação das buscas dos examinadores e definição da seleção inicial de artigos;

5) aplicação de critérios na seleção dos artigos e justificação das possíveis exclusões;

6) análise crítica e avaliação de todos os estudos incluídos na revisão;

7) preparação de um resumo crítico com as informações disponíveis nos artigos;

8) apresentação de uma conclusão com evidências da investigação.

Nesta pesquisa, a **pergunta científica** consiste em saber a extensão dos estudos retóricos de Kenneth Burke e suas aplicações na academia brasileira no intuito de ampliar a divulgação dos mesmos e torná-los acessíveis para expandir os estudos Burkeanos na academia brasileira junto a analistas da linguagem. As **bases de dados** consultadas foram

o portal dos periódicos CAPES e a plataforma Google Acadêmico. A **estratégia de busca** foi selecionar artigos/trabalhos disponíveis nessas bases por meio de palavras-chave especificamente relacionadas aos estudos Burkeanos. O **critério de seleção** foi a data de publicação (de 2012 a 2023) associada à combinação das palavras-chave escolhidas com operadores lógicos/booleanos AND e OR. Conduzimos **uma busca comparativa** independente pelas duas autoras a partir dos critérios e estratégias estabelecidas acima e, nos resultados apresentados pelas bases de dados, aplicamos os mesmos critérios para justificar exclusões no intuito de **analisar criticamente e avaliar os estudos incluídos**. A última etapa consistiu em um resumo crítico.

Iniciamos a busca comparativa na plataforma Google Acadêmico, com a seguinte combinação: Kenneth Burke AND burkeanos OR burkeano OR retórica OR rhetoric OR dramatismo OR dramatism OR cluster. Especificamos o período de 2012 a 2023. Essa busca apresentou 18.200 resultados. Utilizando a ferramenta de busca avançada, inserimos “Kenneth Burke” na linha “com a frase exata” e os demais termos na linha “com no mínimo uma das palavras” em qualquer lugar do artigo, o que resultou em 15.500 trabalhos. Ao explorar essa lista, percebemos que os resultados incluíam trabalhos de vários países e mesmo textos escritos em espanhol, já que algumas das palavras-chave são as mesmas nas duas línguas. Entretanto, nossa pergunta científica refere-se especificamente à academia brasileira. Assim, marcamos a opção “pesquisar páginas em português” e obtivemos 1.060 resultados. Também exploramos essa lista e verificamos que inclui textos de diversas áreas do conhecimento que apenas citam Kenneth Burke, e uma das demais palavras, sem necessariamente explorar o tema.

Assim, para tentar garantir que a plataforma apresentasse apenas estudos Burkeanos de fato, conduzimos uma nova rodada de busca, utilizando a ferramenta de busca avançada, com os seguintes critérios: apenas “Kenneth Burke” na linha “com a frase exata”, em qualquer idioma, no período de 2012 a 2023. Essa busca, similarmente à primeira

rodada, apresentou 16.200 resultados, com textos de vários países e diferentes áreas do conhecimento. Para restringir a busca aos estudos Burkeanos, incluímos o termo "pentad" na linha "com todas as palavras", o que resultou em 1.450 trabalhos. Essa lista ainda inclui textos publicados em outros países. Então, por último, marcamos a opção "pesquisar páginas em português" e obtivemos 13 resultados. Portanto, esses 13 trabalhos são o resultado do seguinte conjunto de critérios de busca: páginas em português, no período de 2012 a 2023, com a frase exata "Kenneth Burke" e contendo a palavra "pentad" em qualquer lugar do artigo. Esses 13 resultados foram, então, examinados e avaliados.

Após a busca na plataforma Google Acadêmico, passamos para o Portal de Periódicos CAPES. Acessamos a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) pelo portal da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Acessando o "Acervo" através do link "Buscar assunto", a base de dados sugerida pela busca que fizemos foi *Scopus,* da Elsevier. Não fizemos busca por base de dados específicas. Também utilizando a ferramenta de busca avançada, especificamos a frase "Kenneth Burke" em qualquer campo do texto, no período de 01/01/2012 a 11/01/2023 (data em que realizamos a busca), em qualquer idioma, e obtivemos 906 resultados. Da mesma forma que fizemos na outra plataforma, para restringir a busca aos estudos Burkeanos, incluímos o termo "pentad" em qualquer campo e obtivemos 28 resultados. Exploramos essa lista e verificamos que nenhum dos textos foi escrito em português, 26 foram escritos em inglês e dois, em outras línguas estrangeiras, e nenhum deles foi publicado em revistas brasileiras. Dessa forma, no Portal de Periódicos CAPES, nossa busca restou infrutífera.

Portanto, após a busca comparativa nas duas bases de dados, encontramos 13 trabalhos em páginas em português, no período de 2012 a 2023, com a frase exata "Kenneth Burke" e contendo a palavra "pentad" em qualquer lugar do artigo. Listamos abaixo os 13 títulos e seus respectivos links de acesso:

1. O drama como método de investigação de linguagem: uma interpretação do dramatismo de Kenneth Burke. (https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5090)

2. 1.2 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À RETÓRICA MATERIALISTA DE MICHAEL CALVIN MCGEE. (https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/46908)

3. [PDF] Sob as cores da barbárie: o imaginário da Segunda Guerra Mundial no horizonte literário brasileiro e português. (https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230937/001132833.pdf?sequence=1)

4. [PDF] Política na cozinha: o lugar da cozinha na retórica política. (https://revistas.ufrj.br/index.php/mangut/article/viewFile/40700/24227)

5. [PDF] PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE HISTÓRIA (CRÍTICA) DAS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL. (https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/82184/78279/180820)

6. [HTML] Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil. (https://www.scielo.br/j/rae/a/9wGxtHxGLxCKxjJvgKDHMNG/?lang=pt)

7. [LIVRO] O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. (https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=1a9cBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=pentad+%22Kenneth+Burke%22&ots=VdukEctaHm&sig=rYM7orAQKExPA2nF17y5Vc4TYGY)

8. [LIVRO] Sontag: vida e obra. (https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=0MZwEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=pentad+%22Kenneth+Burke%22&ots=W4JjH_-siC&sig=yoBp1SXXYOyBPnFJewUKOom0-Q8)

9. As Guerras Mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media. (https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/4728)

10. Os saberes profissionais para o ensino de geometria e desenho presentes na Revista do Ensino de Minas Gerais na década de 1920. (https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212636)

11. [PDF] Um modelo de referência para uma pedagogia do argumento. (https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26763/1/Modelorefer%C3%AAnciapedagogia_David_2018.pdf)

12. Scratch como fator mobilizador para produção de narrativas digitais. (http://bdtd.unifal-mg.edu.br:8080/handle/tede/1370)

13. As notícias de crimes: uma análise retórico-argumentativa do discurso jornalístico online por antecipação ao discurso jurídico. (https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19052015-160301/en.php)

Acessamos cada um dos links e analisamos os textos em busca de uma possível necessidade de exclusão, com base nos mesmos critérios previamente estabelecidos. Constatamos que os links de número 5 e 6, sob o título "Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil", de autoria de Alessandra de Sá Mello da Costa e Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley (2021), apresentam o mesmo artigo em dois formatos diferentes (PDF e HTML). Assim, excluímos um deles da nossa lista de estudos selecionados para análise.

O link nº 7 ("O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX") é um anúncio de venda do livro de Gilberto Freyre *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais, de característicos de personalidade e de deformações de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado* (1963). O anúncio disponibiliza algumas páginas do livro, incluindo o

prefácio e uma biografia do autor. No entanto, nenhuma parte do texto apresentado menciona se as teorias de Kenneth Burke e sua metodologia de análise dramatística são citadas. Além disso, nenhuma menção a Burke ou a pentad é feita nas páginas disponibilizadas. A coincidência aparente é que Gilberto Freyre frequentou a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, provavelmente no biênio 1921-1922, para obter o mestrado e retornar ao Brasil em 1923, enquanto Kenneth Burke também foi aluno da mesma universidade, no biênio 1916-1917 (SELZER, 1996, p. 19). Por isso, também excluímos esse resultado do nosso corpus final.

De maneira similar, o link nº 8 ("Sontag: vida e obra") é um anúncio de venda do livro de Benjamin Moser (2019), uma biografia de Susan Sontag. Dentre as páginas disponibilizadas no anúncio, lê-se, no capítulo 7, sobre o período de Sontag na Universidade de Chicago. Moser menciona Kenneth Burke na condição de professor de Sontag durante seu período como professor visitante na universidade. Sontag tinha 16 anos quando ingressou na universidade em 1949. Uma das histórias relatadas na biografia diz que quando Burke escreveu seu nome no quadro, "Mr. Burke", Sontag perguntou se ele era Kenneth Burke, pois, como ávida leitora, já tinha lido *Permanence and Change, The Philosophy of Literary Form* e *The Grammar of Motives*. Moser também relata que Burke teria dito que Sontag tinha sido sua melhor aluna. Seu artigo escrito para Burke sobre Nightwood, segundo Moser, está guardado nas Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade da Califórnia - Los Angeles (UCLA) - Coleção 612, intitulada "Sontag Papers". Moser (2019, p. 99) também menciona que, para Sontag, Burke representava o mundo de intelectuais que ela aspirava habitar. Entendemos que as histórias pessoais de intelectuais já traduzidos no Brasil, como a de Sontag, podem promover a leitura das teorias de filósofos que marcaram sua trajetória. No entanto, nessa biografia, há somente a menção a Kenneth Burke e seus livros, não há discussão de suas teorias ou metodologias de análise. Por isso, também excluímos esse texto de nosso corpus final.

Excluímos, ainda, o artigo apresentado no link nº 9 ("As Guerras Mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media"), de autoria de Filipa Mónica de Brito Gonçalves Subtil (2015), pois não trata das teorias retóricas de Burke. A autora somente menciona Burke como uma das influências do pensamento sociológico de Robert Merton. Da mesma forma, excluímos a dissertação apresentada no link nº 10 ("Os saberes profissionais para o ensino de geometria e desenho presentes na Revista do Ensino de Minas Gerais na década de 1920"), de Robert Rene Michel Júnior (2020), pois essa dissertação sobre o ensino de matemática não trata das teorias de Kenneth Burke, apenas menciona Kenneth Burke (MICHEL JR, 2015, p. 28) ao citar Peter Burke, que cita Clifford Geertz, pragmático e antropólogo, que se inspira em Kenneth Burke, mas pensa retórica de uma maneira mais tradicional e tecnicista.

Por fim, excluímos o trabalho apresentado no link nº 13 ("As notícias de crimes: uma análise retórico-argumentativa do discurso jornalístico online por antecipação ao discurso jurídico"), de Margibel Adriana de Oliveira (2014). Essa tese de doutorado não trata das teorias retóricas de Burke. A autora analisa os boletins de ocorrência, as denúncias, as sentenças e as notícias de crimes de jornais selecionados, a respeito da morte de Isabella Nardoni e Eloá Cristina sob o prisma da retórica e argumentação para argumentar que as sequências discursivas "podem provocar certos efeitos de sentidos e até mesmo influenciar na formação de opinião do auditório universal" (2014, 21-22). Lineide Mosca menciona Kenneth Burke dentre os expoentes da vertente saxônica da argumentação e retórica (MOSCA, 2005, p. 3 apud OLIVEIRA, 2019, p. 41). Portanto, há somente uma menção a Burke, sem o exame de suas teorias retóricas.

Com essas exclusões, restaram sete estudos no nosso corpus de leitura e análise. Na próxima seção, apresentaremos o resumo crítico desses sete estudos, última etapa de nossa revisão sistemática.

ESTUDOS DE KENNETH BURKE NA ACADEMIA BRASILEIRA

Como explicado na seção anterior, realizamos a leitura e análise crítica de sete estudos encontrados por meio da plataforma Google Acadêmico, em páginas em português, no período de 2012 a 2023, com a frase exata "Kenneth Burke" e contendo a palavra "pentad" em qualquer lugar do artigo.

Estudo nº 1: "O drama como método de investigação de linguagem: uma interpretação do dramatismo de Kenneth Burke", de Deusimar Gonzaga (2015). Nessa dissertação de mestrado, Gonzaga argumenta que Kenneth Burke é praticamente desconhecido na academia brasileira e nos apresenta e discute com propriedade alguns aspectos do dramatismo proposto por Burke como método de análise das relações humanas para refletir sobre os atos da linguagem e de pensamento. Pretende Gonzaga (2015, p. 15) "construir um maior entendimento do dramatismo, interpretando as considerações de Burke e dialogando de alguma forma com as contribuições de outros estudiosos da ação humana". O campo de estudo interdisciplinar sobre a performatividade cultural do programa de mestrado da Universidade Federal de Goiás (UFG) direciona seus estudos para entender como se dá "a transformação do estado lírico de percepção e contemplação do mundo em ato dramático, através principalmente da ação verbal" (GONZAGA, 2015, 48). Em suma, trata-se de um estudo brasileiro para analisar as contribuições da teoria dramatística de Kenneth Burke para a compreensão da performatividade humana.

Estudo nº 2: "Primeiras aproximações à retórica materialista de Michael Calvin McGee", de Eduardo Lopes Piris (2020). Nesse artigo, apesar de fazer um estudo bibliográfico da retórica materialista e da metodologia de análise de McGee, o autor elabora sobre a metodologia de análise dramatística de Kenneth Burke. Piris aponta a

importância de Burke para os estudos retóricos e a consequente criação de metodologias de análise retórica a partir da concepção de que a linguagem é uma ação simbólica para situar o trabalho de retórica materialista de McGee. Apesar de dedicar uma sessão à contribuição de Kenneth Burke, Piris se baseia mais em que e como outros autores apresentam suas teorias e metodologias. No entanto, o artigo de Piris demonstra a inequívoca ingerência de Burke na promoção e divulgação dos estudos retóricos nos Estados Unidos através de suas teorias e metodologias de análise retórica.

Estudo nº 3: "Sob as cores da barbárie: o imaginário da Segunda Guerra Mundial no horizonte literário brasileiro e português", de Cristini Roman de Lima (2021). Nesse livro, Lima menciona o pentad de Kenneth Burke na introdução e nas considerações finais sob a ótica do trabalho de Frederic Jameson em artigo publicado no periódico PMLA em 2009 que se baseia na metodologia dramatística utilizando o *pentad* ou os termos pentavalentes para melhor entender a guerra e a representação da mesma na guerra civil dos Estados Unidos. Para explicar Burke e os termos pentavalentes, Lima se vale da dissertação de Gonzaga (2015) - estudo nº 1.

Estudo nº 4: "Política na cozinha: o lugar da cozinha na retórica política", de Sandra Fernandes Morais (2021). A autora do artigo é pesquisadora da Universidade de Coimbra, mas o trabalho foi publicado no periódico brasileiro *Mangút: Conexões Gastronômicas*. Nele, a autora faz uma análise de cinco episódios televisivos em que políticos americano, russo, inglês e português discutem política cozinhando em suas casas ou em programas de culinária baseada na análise dramatística de Kenneth Burke utilizando os termos pentavalentes ou o *pentad*. Apesar de Morais argumentar que "[o] modelo é mais complexo do que a mera observação dos cinco aspetos enunciados, pois há que atender às relações que se estabelecem entre eles e todas as combinações possíveis de análise" (2021, p. 32) e os termos pentavalentes serem analisados, vemos que o comentário final não contempla como

as relações entre os termos do *pentad* ocorreram ou como ocorreu a escolha do termo proeminente que determina a motivação da ação simbólica. Além disso, parece confuso o uso do termo "motivo" para "propósito" já que a motivação ou o motivo da ação simbólica deveria ser extraída das possíveis relações contingentes entre os termos. Seu artigo demonstra como a análise dramatística de Burke é difundida na Europa em várias áreas do conhecimento.

Estudo nº 5: "Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil" de Alessandra de Sá Mello da Costa e Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley (2021). Nesse artigo, os autores mencionam o uso da metodologia dramatística de Burke sendo utilizada em trabalho publicado em periódico dos Estados Unidos em inglês de Wanderley e Barros (2020) "para investigar como a Aliança para o Progresso influenciou o ensino de Administração para o desenvolvimento no Brasil" (COSTA; WANDERLEY, 2021, p. 4). No entanto, o artigo de Costa e Wanderley não trata da retórica de Kenneth Burke ou aplica a metodologia de análise dramatística para análise crítica de algum artefato. Segundo Costa e Wanderley (2021, p. 1), o objetivo do seu artigo foi "construir uma narrativa acerca da trajetória da incorporação da história, da memória e do passado nas pesquisas de estudos organizacionais (EO) no Brasil e refletir sobre seus possíveis desdobramentos". Não há uma publicação brasileira da metodologia burkeana, mas há a indicação de que pesquisadores brasileiros, quando publicam em inglês em periódicos estadunidenses utilizam o Dramatismo.

Estudo nº 6: "Um modelo de referência para uma pedagogia do argumento", de Karine Alves David (2018). Essa tese de doutorado trata das teorias de Burke. A autora defende uma pedagogia do argumento para o ensino e nos apresenta algumas teorias da argumentação que sustentam sua proposta de uma pedagogia do argumento. A autora demonstra os modelos argumentativos de Aristóteles, Kenneth Burke, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, Sharon Crowley e Debra Hawhee, além do modelo de Stephen Toulmin. Destas, as obras de Kenneth

Burke e Crowley e Hawhee ainda não tem tradução para o português. David se baseia no pensamento e nas teorias de Burke sobre retórica, ética, identificação, auditório, autointerferência, função da linguagem, metodologia de análise dramatística para traçar sua pedagogia do argumento. Cita Barry Brummett (1984) que diz que "[Burke] nos oferece tanto uma teoria da Retórica como um caminho para se fazer retórica, como hábitos mentais que nos ajudam a evitar modos simplistas de pensar e modos agressivos de argumentar" (DAVID, 2018, p. 64).

Estudo nº 7: "Scratch como fator mobilizador para produção de narrativas digitais", de Eliana Alice Brochado (2018). Nessa dissertação, a autora destaca a importância das teorias retóricas de Kenneth Burke como uma das influências na criação da Teoria da Ação Mediada de James Wertsch e aplica os termos pentavalentes ou elementos da pentádica (termo utilizado por Brochado) como metodologia de análise da Teoria da Ação Mediada de Wertsch. Brochado objetiva compreender como as Narrativas Digitais (uso da ferramenta Scratch) nas aulas de Língua Portuguesa auxiliam a produção textual, observando as emoções e relações entre aluno/software, aluno/aluno e professor/aluno (2019). A autora nos apresenta Burke sob a perspectiva de Wertsch como "filósofo da linguagem, teórico e crítico da literatura" (2019, p. 20) sem mencionar suas teorias como retóricas. Então, vemos a metodologia de análise dramatística com o uso dos termos pentavalentes, o pentad, através do uso da Teoria da Ação Mediada de Wertsch. As obras de Burke e seus conceitos de ação e movimento e dramatismo somente são citadas pela ótica dos estudos de Wertsch. Brochado (2019, p. 83-84) explica como se dá o uso dos termos pentavalentes:

> Em seguida, circunscrevemos (ato, cena, agente, agência e propósito), ou seja, os cinco elementos da – pentad (BURKE, 1969 apud WERTSCH, 1999). Realizamos, em um processo de ir e vir pelos episódios, a análise qualitativa dos mesmos, baseando-nos nas propriedades da TAM propostas por Wertsch (1999) para a caracterização da ação mediada por meio dos enunciados produzidos pelos sujeitos (BAKHTIN, 1997).

Vemos acima que os episódios são analisados aplicando o *pentad* de Burke; no entanto, não há menção à relação de contingência entre os termos pentavalentes, pois, depois de determinados os termos pentavalentes, a análise se volta para as teorias de Mikhail Bakhtin. Do mesmo modo, o termo artefato utilizado por Burke para marcar os objetos de análise quaisquer também é utilizado através das lentes de outros autores para marcar a dicotomia entre os artefatos digitais ou tecnológicos e os artefatos físicos.

Parece-nos que esses estudos respondem à pergunta sobre a inserção das teorias e da metodologia de análise retórica dramatística de Burke, pois os autores discutem os mesmos na academia brasileira. Nesses sete trabalhos acadêmicos, observamos que quatro autores discutem as teorias retóricas e a metodologia de análise dramatística de Burke em primeira mão. Há um interesse em compreender e responder às obras de Burke e ao seu apelo em analisarmos diferentes áreas de conhecimento sob a perspectiva da análise retórica. Assim, Gonzaga (2015) explica, discorre e lida com conceitos que informam a análise dramatística de Burke propondo maneiras para tradução, discussão e aplicação de seus conceitos no contexto brasileiro contemporâneo. Já David (2018) inclui conceitos Burkeanos para construir uma pedagogia do argumento. Enquanto Morais (2021), pesquisadora portuguesa, divulga a análise dramatística ao publicar artigo em periódico brasileiro, Costa e Wanderley (2021) demonstram que utilizam a análise dramatística quando em publicação em língua inglesa. Quiçá em breve possam encontrar um auditório ávido também publicando suas análises dramatísticas em periódicos brasileiros.

Observamos mais um autor que discute sobre as teorias retóricas e metodologia de análise dramatística de Burke usando como referência um autor brasileiro. Lima (2021), apesar de não lidar com as obras de Burke, aponta para a dissertação de Gonzaga (2015) como referência para explicar os termos pentavalentes identificando o autor como acadêmico brasileiro conhecedor de Burke e suas teorias e

metodologia de análise dramatística. Por outro lado, os autores Piris (2020) e Brochado (2018) discutem, respectivamente, o uso do pensamento dramatístico de Burke e os elementos pentavalentes pelo retórico materialista Michel Calvin McGee e pelo teórico James Wertsch para criar a Teoria da Ação Mediada.

Ainda, percebe-se que as áreas de conhecimento são variadas: Gonzaga (2015) faz estudo na área do teatro; Lima (2021), na área da literatura; Morais (2021) publica na área da saúde (nutrição); Costa e Wanderley (2021), na área da administração; enquanto Piris (2020), David (2018) e Brochado (2018), na área de estudos da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, neste capítulo, brevemente contextualizamos a importância de Burke como promotor dos estudos retóricos para compreender o mundo e como proponente de teorias retóricas e da metodologia de análise retórica Dramatística. No intuito de verificarmos a popularização dos mesmos na academia brasileira, propomos uma revisão sistemática, seguindo a metodologia de Sampaio e Mancini (2007), feita no portal de periódicos CAPES, pelo acesso CAFe via Unipampa, e na plataforma Google Acadêmico. Verificamos que a busca avançada por assunto no portal periódicos CAPES não nos mostrou os trabalhos acadêmicos que citam Burke ou que tratam de suas teorias e metodologias em periódicos da academia brasileira ou em língua portuguesa. Assim, sugerimos uma próxima revisão sistemática a partir da busca em bases de dados específicas. Por outro lado, na busca feita na plataforma Google Acadêmico encontramos poucos trabalhos acadêmicos em língua portuguesa que estudam e aplicam as teorias retóricas de Burke nos últimos 10 anos.

Apesar de poucos, entendemos que estes estudos são sementes muito bem plantadas para ampliarmos o interesse e as discussões das

teorias Burkeanas na academia brasileira. Os dois estudos mais densos sobre Burke são uma dissertação e uma tese. O primeiro, a dissertação de Gonzaga (2015), entra como uma referência para começarmos a pensar Burke na academia brasileira. Seria bom vermos sua dissertação se tornar um livro. A segunda, uma tese de doutorado, é o estudo de David (2018) que interage com as teorias Burkeanas para criar a pedagogia da argumentação já pensando como introduzir Burke no ensino brasileiro. Essas sementes minuciosamente construídas visibilizam e popularizam as teorias de Burke na academia brasileira. Nossa contribuição é esse mapa singelo dos estudos Burkeanos na academia brasileira para que possamos imaginar como essa academia pode transformar, adaptar, ampliar ou recriar suas teorias e metodologias.

REFERÊNCIAS

BURKE, Kenneth. **A Grammar of Motives**. Berkeley: U of California Press,1969a.

BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives**. Berkeley: U of California Press,1969b.

BURKE, Kenneth. Four Master Tropes. *In*: **A Grammar of Motives.** Berkeley: U of California Press,1969c, p. 503 - 517.

BURKE, Kenneth. **Language as a symbolic action: Essays on life, literature, and method**. The U of California Press, 1966. Disponível em: https://archive.org/details/languageassymbol00burk/mode/2up. Acesso em: 18 jan. 2023.

BURKE, Kenneth. **Performance and Change**: An Anatomy of Purpose. 3rd Ed. Berkeley: U of California Press,1984.

BURKE, Kenneth. **The Philosophy of Literary Form**. Berkeley: University of California Press, 1941. Disponível em: https://archive.org/details/philosophyoflite00inburk/mode/2up. Acesso em: 18 jan. 2023.

BIZZELL, Patricia; HERZBERG, Bruce. **The Rhetorical Tradition**: Readings from Classical Times to the Present. 2nd Ed. Boston: Bedford/St. Martin's, 2001.

DOMINGUES, Juliano; PIERANTI, Octavio Penna. "Consumo de informações acadêmicas: um estudo sobre o hábito de leitura de periódicos nas áreas de Comunicação e Interdisciplinar". **Comunicação & Inovação**, v.23, n. 51, p. 135-152, 2022. Disponível em: https://www.gm.org.br/midia-dados-2019. Acesso em: 12 dez. 2022.

FOSS, Sonja K.; FOSS, Karen A.; TRAPP, Robert. **Contemporary Perspectives on Rhetoric**. 3rd Ed. Illinois: Waveland Press, 2002a.

FOSS, Sonja K.; FOSS, Karen A.; TRAPP, Robert. **Readings in Contemporary Rhetoric**. 3rd Ed. Illinois: Waveland Press, 2002b.

FOSS, Sonja K. **Rhetorical Criticism**: Exploration and Practice. Waveland Press, 2004.

GONZAGA, Deuzimar. **O Drama como método de investigação da linguagem**: Uma interpretação do dramatismo de Kenneth Burke. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) - Faculdade de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 126 f. 2015.

K.B. Journal. http://kbjournal.org/kbs2021

KING, Andrew. Burkean Theory Reborn: How Burkean Studies Assimilated its Postmodern Critics, **Rhetoric Review**, v. 20, n. 1/2, p. 32-37, 2001.

McCARRON, Gary. Lecture 5: Kenneth Burke: Rhetoric in the Sphere of Motives. Scholarly and **Research Communication**, v. 12, n. 1, 32 pp., 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22230/src.2021v12n1a371. Acesso em: 21 dez. 2022.

MORAIS, Kátia V. Retórica: contribuições de Kenneth Burke. Jornadas Dupla de Retórica. Sociedade Brasileira de Retórica. 20.07.2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eAiQp0XrjUU. Acesso em: 12 dez. 2022.

ROUNTREE, Clarke. "The Origins of the Kenneth Burke Society." Journal of Literary History, n.09, 2020. Disponível em: http://litda.ru/images/2020-9/LDA-2020-9_195-207_Rountree.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83 -89, jan./fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso Acesso em: 10 abr. 2021.

WARNOCK, Tilly. Reading Kenneth Burke: Ways In, Ways Out, Ways Roundabout. **College English**, v. 48, n. 1, p. 62-75, 1986.

5

Danilo Henrique de Campos Perez
Micael dos Santos Olegário
Geder Parzianello

QUANDO O JORNALISMO ENXERGA SOB A LAMA:
retórica noticiosa sobre a tragédia de Petrópolis em 2022

When journalism sees under the mud:
news rhetoric on the Petropolis tragedy in the year 2022

Resumo: A presente pesquisa nasceu a partir de discussões no Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa, de aulas de Teorias do Jornalismo e Filosofia da Comunicação sobre o uso de linguagens no jornalismo e ainda sob o impacto da cobertura midiática da tragédia ambiental de Petrópolis, em fevereiro de 2022. O jornalismo, enquanto ator social, repercutiu largamente a tragédia, inclusive, fora do país. Esta pesquisa buscou analisar a cobertura midiática nacional sobre os últimos eventos no Rio, relativamente à responsabilidade das autoridades, federais, estaduais e municipais em relação àquelas tragédias. Os discursos jornalísticos construídos por diferentes jornais em seus sites permitiram identificar diferenças na forma como a tragédia foi tratada pelo jornalismo brasileiro. Além disto, foi possível perceber que narrativas noticiosas carecem, nesses casos, de um enfoque mais mobilizador em relação a soluções dos problemas.

Palavras-chave: Discurso; tragédia ambiental; narrativa; jornalismo; Petrópolis.

Abstract: *This article describes a research that was born from discussions at the Diálogos do Pampa Research Group and classes on Theories of Journalism and Philosophy of Communication on the use of languages in journalism and also under the impact of the media coverage of the environmental tragedy of the Brazilian city of Petrópolis, in February 2022. Journalism, as a social actor, had a wide impact on the tragedy, even outside the country. This research sought to analyze the national media coverage of the latest events in Rio, regarding the responsibility of national, state and municipal authorities in relation to those tragedies. The journalistic discourses built by different newspapers on their websites allowed us to identify differences in the way the tragedy whose were treated by Brazilian journalism. In addition, it was possible to perceive that news narratives lack a more mobilizing focus in relation to problem solutions.*

Keywords: *Discourse; ambiental tragedy; narrative; journalism; Petrópolis city.*

INTRODUÇÃO

Em 15 de fevereiro de 2022, encostas de terra deslizaram em trechos urbanos de Petrópolis, no Rio de Janeiro, matando 233 pessoas. A região serrana do estado já havia presenciado outras tragédias semelhantes, o que não serviu para evitar que o drama vivido por aquela população se repetisse. Em 1932, nove décadas atrás, já havia registros de fortes chuvas naquela região e que deixaram marcas num rastro de sofrimento e morte. Também em 1988, outra catástrofe ambiental semelhante atingiu a cidade de Petrópolis, matando 171 pessoas e acendendo um alerta sobre o risco do que a região poderia enfrentar no futuro. Só que quase nada ou muito pouco foi feito, na verdade. Em 2011, outras 71 pessoas perderam suas vidas também em decorrência do mau tempo, em uma tragédia que atingiu várias cidades da serra fluminense.[26]

A tragédia de 2022 e que motiva este artigo foi causada por uma chuva de mais de 250 milímetros em apenas três horas e que resultou em 770 deslizamentos de terra por toda a cidade. Como era de se esperar, a mídia nacional e internacional voltara os olhares para o Rio de Janeiro, fazendo circular diversas notícias e reportagens[27] ao longo de vários dias, numa cobertura que aqui queremos problematizar e refletir enquanto produção jornalística e uso da linguagem. No Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (UNIPAMPA/CNPq), temos conhecido e debatido diferentes formas de abordar questões de mídia, linguagem

26 Ainda outras tragédias semelhantes foram registradas ao longo dos anos em Petrópolis em decorrência de fortes chuvas, como nos anos de: 1966 com 80 mortos; 1979 com 87 mortos; 2001 com 51 mortos. E também na região serrana do Rio de Janeiro, como, por exemplo, na Serra das Araras, embora essa faixa geográfica não esteja contemplada na amostra do problema na presente pesquisa.

27 Nilson Lage explica que a notícia "expõe um fato ou sequência de fatos" (LAGE, 2005, p. 139), algo mais factual e voltado para a comunicação rápida e eficaz de um acontecimento. Por sua vez, a reportagem traz uma análise de mais elementos do fato, constituindo-se como um relato detalhado. "A intensidade, profundidade e autonomia do jornalista no processo de construção da matéria são, por definição, maiores na reportagem do que na notícia" (idem).

e poder na realidade contemporânea, de forma transdisciplinar e na travessia sobre diferentes objetos de pesquisa.

Durante toda essa cobertura da imprensa, sobretudo, aquela marcada por veículos ditos hegemônicos no Brasil, uma pergunta parece ter ficado sempre muito presente na opinião pública e, principalmente, entre profissionais da imprensa: de quem é, afinal, a responsabilidade por estas tragédias ambientais no Rio? Elas são mesmo evitáveis? Por óbvio, não temos como regular e controlar os efeitos naturais atmosféricos, de um modo mais geral e circunscrito a uma realidade presente, ainda que resultantes da ação do homem sobre o planeta. Todavia, parece-nos que devam existir formas de enfrentamento do problema de modo a tratar o fenômeno por uma perspectiva preventiva e ou de apresentar soluções práticas para o problema junto ao poder público.

Ao longo deste artigo, procuramos responder se a cobertura jornalística brasileira ofereceu respostas a estas perguntas fundamentais. Buscou-se, através da pesquisa textual e discursiva, reconhecer a forma (a retórica) como constituíram-se as narrativas noticiosas em torno da tragédia de Petrópolis por diferentes meios de comunicação de referência no Brasil, especificamente, no campo do Jornalismo. O principal foco da presente investigação esteve em perceber se o jornalismo seria capaz de ir além da superfície dos acontecimentos, e se em sua retórica discursiva[28], por exemplo, se o jornalismo profissional fora mesmo capaz de desempenhar o seu papel social, que supomos, desde a deontologia da nossa profissão, deva incluir a responsabilização de autoridades nas esferas federativas, pelo drama que atingiu recorrentemente a região de Petrópolis no Rio e que afeta, assim, a sua população, historicamente.

28 De acordo com Galinari (2009) a interação retórico-discursiva é um processo comunicacional que leva em consideração diversos fatores argumentativos, condicionais e sociais na forma de comunicar e interpretar os fatos. A Retórica é um recurso discursivo e diz respeito à forma como um discurso é colocado. É nesse aspecto que retórica e discurso se entrelaçam. A materialidade de um discurso se dá pela sua retórica, que é como fluem as ideias, textualmente.

O pesquisador português Nelson Traquina (1948-2019) foi um dos precursores na crítica de que o jornalismo tem se voltado para os acontecimentos e não para as soluções, muito antes mesmo de surgido formalmente o Jornalismo de Soluções como uma especificidade de se fazer notícia. Segundo o autor, o valor do imediatismo reina incontestável, ainda mais com a emergência da 'cibermídia' (TRAQUINA, 2004, p.37), o que faz com que os jornalistas sigam o *lead* (o que, quem, como, quando, por quê? onde?), na busca pela velocidade e impacto visual ao noticiar tragédias. Provavelmente, foram estas as condições de produção do discurso jornalístico em que se realizou a cobertura da tragédia de Petrópolis em grande parte dos meios, porque nos pareceu quase sempre um relato sem olhar para outros tantos aspectos, como o das políticas públicas voltadas para a prevenção de desastres, ou para a busca por soluções a mazelas que afetam a população brasileira de modo recorrente, tendo como um exemplo, no caso, as chuvas no município e no Estado do Rio.

As reflexões em torno da cobertura jornalística sobre Petrópolis nos ajudam também a identificar o grau de mobilização da mídia na busca por soluções para os problemas, além de colaborar para a vigilância do Poder Público em seu papel-chave na busca de proteção e garantias dos direitos sociais às vítimas de tragédias como aquelas. Ainda que seja, segundo concluímos, para apontar sobre o apagamento de sentido dessas realidades quanto ao que deva ser o compromisso do jornalismo em mobilizar e denunciar/cobrar das autoridades.

Aprendemos nas faculdades de jornalismo o quanto a atividade profissional precisa de engajamento com as comunidades. Vicchiatti (2005) cita a necessidade de engajamento social e de contextualização na cobertura jornalística como essenciais para que o jornalista pós-moderno possa se colocar como instrumento-leitor da realidade e comunicar ao público. "A visão estética supõe que se tenha competência para o uso da linguagem e consciência do próprio papel na comunidade" (VICCHIATTI, 2005, p.12).

Este conceito construcionista aplicável à hermenêutica jornalística aqui se entende pelo que o jornalismo deva não tão somente descrever os fatos e reportar. Ao fazê-lo, também se unem elementos perceptivos, semânticos, retóricos e discursivos, que na tessitura do texto, emprestem a ideia de que a realidade é construída pela mídia ***na e pela linguagem***. Um desafio e tanto para redatores e repórteres, já que a tirania do tempo na edição dos meios de comunicação, praticamente, retira das redações qualquer possibilidade de oferecer mais ao leitor que a descrição cuidadosa dos fatos- o que já não é pouca coisa.

A repercussão do desastre de Petrópolis ganhou jornais pelo mundo todo, tanto em virtude da proporção e do número de pessoas afetadas quanto pelas imagens impactantes, mas também por se tratar de uma cidade que já enfrentara situação semelhante no passado, o que reforça a lacuna de políticas públicas de prevenção em questões ambientais, sob o argumento de que essas tragédias poderiam ter sido de fato evitadas.

Para ainda Nelson Traquina (2004), a constituição de um *ethos* jornalístico, uma forma de narrar que é característica do fazer noticioso, aproxima as narrativas de diferentes mídias e jornalistas, em especial durante crises, quando as informações confiáveis, normalmente, são escassas, o que faz com a cobertura de determinado acontecimento possa ocorrer de forma homogênea e sem olhares múltiplos para diferentes aspectos da realidade social. Nesse sentido, pudemos ver pela amostra da pesquisa que realizamos, que há de fato um "mais do mesmo" na cobertura de mídia de modo mais generalizado, com os textos meio que repetindo estruturas, enfoques e abordagens.

No lastro de nossa pesquisa, nos perguntamos: Noticiar tragédia como essas sem que se atue na direção de apontar reais responsáveis sobre elas e/ou tratar de apresentar soluções para além de descrever fatos seria uma forma desejável de realizar a cobertura desses acontecimentos, na perspectiva de profissionais e pesquisadores? E o que pensar a este respeito em relação ao que esperam os leitores? Até que

ponto o jornalismo, sob a primazia da velocidade e da tirania do tempo, condiciona-se ao tratamento de notícias da forma como se identificou acontecer na cobertura das tragédias ambientais no Rio de Janeiro?

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Metodologicamente, esta pesquisa converge análise de conteúdo (AC) e a teoria e método da Análise de Discurso (AD) para identificar, descrever e compreender os sentidos produzidos por meio de narrativas jornalísticas noticiosas e seus relatos dos acontecimentos de Petrópolis durante a tragédia ambiental de 2022. A primeira delas, no sentido de colhermos o conteúdo tratado pelo jornalismo no recorte da amostra que tomamos para a pesquisa e a segunda, no sentido de buscarmos elementos textuais e extratextuais para compreender não apenas o fato mas o tratamento discursivo e textual dado a ele.

Realizou-se um levantamento por site de busca quanto a matérias que abordassem a tragédia de Petrópolis por diferentes mídias e em diferentes datas, num mesmo período, num recorte, portanto, sincrônico, constituindo-se esse levantamento numa corpus de pesquisa inicial. A primeira coleta foi realizada entre os dias 2 e 8 de agosto de 2022, através da aba de notícias do Google, quando foram, então, coletadas notícias e textos de opinião por meio de mecanismo eletrônico de busca, tendo por palavras-chave, na respectiva ordem: “Petrópolis + tragédia + responsabilização + políticas públicas + mídias”. A escolha por estas palavras se deve à compreensão *a priori* de que elas resumem os campos semânticos que a pesquisa requer para que a amostra se torne significativa no interesse da pesquisa.

Os resultados da coleta inicial apresentaram algumas diferenças conforme as duas datas de pesquisa, considerando-se o conjunto de 20 textos para análise, a partir da ordem em que apareceram no mecanismo de busca do Google. A busca foi feita na modalidade simples

(não avançada) e descartaram-se os tópicos da coleta que não contribuíam representativamente para os fins da pesquisa propriamente objetivada. Foi identificado, ao longo desse levantamento e primeiro contato com o material, a necessidade de buscar um complemento da amostra em meios de referência, dado que a coleta continha excessivas ocorrências de jornalismo do gênero opinativo e estávamos mais interessados em reconhecer o tratamento mais noticioso dado às tragédias do Rio. Optamos, então, por realizarmos uma busca mais específica, circunscrita aos três principais jornais em circulação no Brasil, notadamente a *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo* e *O Globo*, para aferir se a retórica discursiva desse acontecimento datado, de fato, correspondia ou à nossa hipótese inicial ou mesmo aos resultados inicialmente encontrados numa amostra menos noticiosa e mais opinativa.

O recorte da amostra sobre palavras-chave constituiu, portanto, o universo do corpus inicial da pesquisa, tendo-se em conta que o levantamento priorizou narrativas da mídia chamada hegemônica e de referência ao longo das reflexões e da análise das matérias, as quais foram buscadas por meio de amostras específicas, capazes de atender a uma demanda de discurso que os primeiros levantamentos pareciam não ter dado conta.

Essa escolha específica foi tomada para evitar que matérias opinativas ou com mais visualizações (já que pela lógica dos algoritmos dos mecanismos de busca, são elas que predominantemente aparecem) pudessem levar a conclusões apressadas e equivocadas. Houve uma motivação singular, nesse sentido, na medida que uma mídia especializada ou segmentada, como a do jornalismo ambiental, por exemplo, quando tratasse o tema, poderia dar um tratamento mais esperado, o que no cômputo da amostra poderia acabar deturpando os resultados, passando uma falsa impressão de como o jornalismo brasileiro trabalha a informação noticiosa.

O conjunto dos textos jornalísticos e opinativos da busca do Google e as notícias da pesquisa direcionada para os meios de

referência compõem a amostra final de análise desta pesquisa. O objetivo da pesquisa sempre fora encontrar marcas de conteúdo textual e discursivo no jornalismo de referência, sob a hipótese de que exista um silenciamento na imprensa hegemônica quanto a abordagens de soluções e de responsabilização de autoridades locais no contexto daquela tragédia de Petrópolis. As ciências sociais e da linguagem costumam trabalhar com a dimensão contextual, como ocorre com a Análise de Discurso (AD), uma vez que a linguagem é um campo permeado por processos históricos e sociais, e que, portanto, molda-se a partir de condições de produção. A pesquisadora Helena Nagamine Brandão (2004) considera que a linguagem não pode ser neutra, justamente, por situar-se em um contexto social e ideológico de produção. "Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade". (NAGAMINE BRANDÃO, 2004, p.11). Deste modo, o estudo do discurso precisa levar em consideração os aspectos de contexto que permeiam, por exemplo, o enquadramento e o foco de uma matéria jornalística, sempre tidos como naturalmente conflituosos.

A Análise de Discurso é interessante para esta pesquisa metodológica e teoricamente falando, também por trabalhar com aspectos da historicidade. Referência em estudos de AD no Brasil, a pesquisadora Eni Orlandi explica que os sentidos são aspectos basilares da linguagem, e "a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história". (ORLANDI, 2020, p.25). É Orlandi também quem acena em seus estudos precursores no Brasil quanto ao silenciamento da linguagem, no sentido de que o ocultamento de vozes e de falas nos diz muito. Se a imprensa silencia, isso tem algum sentido. O silêncio também é carregado de significados. O silêncio também diz.

A história de Petrópolis, marcada por desastres relacionados às fortes chuvas, sempre esteve relatada em matérias jornalísticas de diferentes épocas. No entanto, essa cobertura não parece ter sido

suficientemente capaz de gerar ações concretas dos entes federados que os mobilizassem na busca por melhores estratégias de prevenção. Porque se deslizamentos podem ser evitados, as mortes também o são.

Tal fato pode apontar para uma falha em termos de construção de sentidos nas mídias jornalísticas. E é justamente para buscar o enquadramento na análise dos aspectos de linguagem, história e contexto social, que o uso da AD se faz uma escolha teórico-metodológica para a presente investigação quanto à cobertura sobre tragédias em Petrópolis, no Rio, em cada nova situação de calamidade pública.

Ainda sobre a AD, entendida enquanto teoria e metodologia, cumpre deixar claro que não apenas a superfície dos textos jornalísticos mas também e, principalmente, os sentidos que carregam ou que silenciam, são elementos que interessam sobremaneira ao pesquisador. Assim, consideramos para efeito de levantamento e análise, tanto a superfície da materialidade do jornalismo, os textos em seu conteúdo (AC), quanto a profundidade das formações que promovem e organizam o seu discurso (AD).

Da mesma forma, a Análise de Conteúdo (AC), se oferece como complemento de compreensão ao objeto da presente pesquisa. É ela que permite aferir de um modo mais positivista, menos subjetivo, inicialmente, (e diferentemente da AD) do que trataram as notícias selecionadas e o que elas deixaram de tratar.

Laurence Bardin (2002) ressalta que a aplicação da AC nos estudos requer um trabalho exaustivo com as divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes dos meios de trabalho. Há, por assim dizer, um caminho por diversas etapas que vão desde a escolha do tema a ser pesquisado e seus impasses, até o processo final de solução do estudo realizado. Henry e Moscovici (apud BARDIN, 2002) enfatizam que tudo que é dito ou escrito, é suscetível de ser submetido a uma análise do conteúdo.

Uma análise de conteúdo, no dizer de Bardin (2002) "é igualmente 'tornar-se desconfiado' relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do 'construído', rejeitar a tentação da sociologia ingênua" (BARDIN, 2002, p.28).

Deusdará e Rocha (2017) retraçam os caminhos percorridos desde o início do século XX pela análise de conteúdo (AC) e que mais tarde, nos anos 60, encontrava novas perspectivas para o tratamento de questões de linguagem pela análise do discurso (AD). Entendida como instrumento para a leitura de textos a AC cujas insuficiências, não preenchidas pela prática hermenêutica, buscou-se responder com a nova teoria e metodologia do discurso. Nascida nos Estados Unidos, diferentemente da AD de matriz francesa, as duas metodologias na verdade não se colocam em oposição ou enfrentamento, mas em complementação. É essa a posição que aqui assumimos.

O primeiro grande nome da AC foi Harold Lasswell, que se dedicou à interpretação de textos de propaganda no período entre guerras mundiais. Todavia, a materialidade linguística dos textos se mostrou com o tempo insuficiente por esta técnica para compreender sentidos que estavam para além dos próprios textos e das definições com o termo análise de conteúdo pelos seguidores da Escola de Chicago e cujos ideais de objetividade atendiam a um paradigma de cientificidade, baseada em aspectos quantitativos e em padrões regulares de ocorrências e sob forte influência do behaviorismo. Os estudos em AD se mostram enquanto continuidade aos de AC, principalmente a partir de noções de Pêcheux sobre sujeito, ideologia e discurso, na França dos anos 60.

Foi por Bardin (op.cit.) que seguimos a recomendação de um trabalho por etapas como a da leitura fluente dos documentos e seleção do material coletado, preparando o corpus da amostra com base no que esperávamos poder comprovar através de um raciocínio dedutivo. Nesse sentido, trabalhamos com significados e com sentidos dos e através dos textos.

Para Hiquita (2022, p.7) “existe uma disputa nas redes sociais em torno dos sentidos e da significação de um fato que afeta as comunidades. Jornalismo, por assim dizer, não é apenas o relato descritivo de fatos, é muito mais que meramente informar. Uma imprensa constrói realidades. O consumidor da informação sobreformata um mundo, o que equivale a dizer que se uma mídia não esboça um determinado sentido, o seu apagamento pode resultar na ignorância do leitor e numa percepção estreita sobre os problemas em torno de sua realidade. Não que a mídia seja a régua de juízo moral sobre os acontecimentos, mas antes, que possa saber provocar em seus leitores que outras medições sejam feitas sobre o real, de modo a ajudar a pensar soluções, a mobilizar positivamente as comunidades e a se antever aos problemas.

Trabalhos recentes vêm destacando esse esforço de descrição de conteúdo e discursos em torno das questões ambientais também em outros contextos. Ruth Reis e outros (apud HIQUITA, 2022, p. 8), por exemplo, investigam os discursos surgidos nas redes sociais digitais no Brasil em torno dos incêndios ocorridos na Amazônia, em 2019 e no Pantanal, em 2020. A partir da perspectiva teórica de Laclau e Mouffe (2015) descrevem elementos discursivos de polarização e negacionismo em relação às razões das queimadas.

Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso não se resume apenas ao texto ou à fala, mas a uma totalidade que combina o linguístico e o extralinguístico, que só pode ser apreendida dentro de uma “prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 167)

Capoano (2022), com um Projeto de pesquisa intitulado *Engage for SDG/Escolha Verde*, sediado na Universidade do Minho, em Portugal, estuda como os valores morais pessoais dos jovens adultos (18 a 25 anos) influenciam o consumo de notícias ambientais, de forma a gerar engajamento sobre o tema das alterações climáticas/mudanças climáticas, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da ONU. A equipe de pesquisadores, do Brasil, de Portugal e de

Moçambique, trabalha com jovens dos três países, para debater as mudanças climáticas com olhar do Sul Global. Os resultados preliminares do estudo foram divulgados na primeira semana de novembro à comunidade acadêmica no Brasil por meio de um relatório.

> Indica que jovens indagados têm moral mais saliente ao cuidado e ao dano ambiental, bem como justiça e responsabilidade, o que pode influenciar seu interesse pelo consumo de notícias ambientais. Já o resultado relacionado à moral pureza indica que notícias com temas relacionados (reservas ambientais, praias virgens, santuários ecológicos etc) podem gerar menos engagement de jovens consumidores de notícias. ("Projeto Escolha Verde"; website: www.escolhaverde.com)

O que entendemos, no âmbito metodológico desse nosso trabalho, é que as perspectivas de conteúdo e de discurso se complementam e são, portanto, aqui empregadas, quase simultaneamente, atentos a ocorrências objetivas de enunciação na mídia, mas também a implicações extra-textuais de seus sentidos, consideradas as extensões sociológicas, políticas e históricas de seus contextos.

ANÁLISE DAS MATÉRIAS NA AMOSTRA INICIAL

Dos 20 textos encontrados no recorte do corpus da amostra, sobre um conjunto mais amplo por meio da consulta a mecanismo de busca na internet, foi realizada a separação entre matérias jornalísticas e textos de opinião, sendo encontrados doze textos no primeiro grupo e oito no segundo. Em seguida, identificou-se a possibilidade de agrupamento das mesmas em dois tipos: as que continham alguma/qualquer referência sobre o sentido de responsabilidade em torno das tragédias e as que não apresentavam sinais (textuais, de conteúdo ou mesmo discursivos). Identificaram-se onze textos no primeiro grupo e nove textos no segundo grupo.

Excluímos textos por diferentes razões: a) quando mera reprodução de releases de assessorias do Poder Público e claramente sem qualquer maior tratamento jornalístico; b) nos casos de textos não exatamente noticiosos, ainda que tangenciassem o tema; c) quando textos opinativos que não continham, no tratamento de argumentação, marcas dessa responsabilização em torno da tragédia de Petrópolis. Deste último filtro, restaram, então, dez matérias noticiosas e seis textos opinativos. A grande maioria das matérias, seis delas, na verdade, nesse conjunto, abordaram a tragédia do ponto de vista factual e/ou testemunhal e apenas as quatro restantes trouxeram alguma menção à responsabilização pelas tragédias ambientais no Rio. Isso reforçava a ideia de que a crítica no jornalismo ainda nos parecia muito circunscrita às colunas de opinião e editoriais.

Desta amostra acima, constam matérias de mídia hegemônica ou de referência e matérias de mídia contra hegemônica (alternativa). Embora a pesquisa desejasse buscar identificar a ocorrência na mídia hegemônica, não se desprezou de todo, no conjunto da amostra, as ocorrências em mídia alternativa e as tomamos para efeito de tabulação, desprezando-se apenas a mídia mais alternativa radical (segmentada) e comprometida com a pauta ambiental ou especializada, por entender que essa especificidade de jornalismo desviaria a interpretação sobre o tratamento dado pelo jornalismo mais geral, contaminando o resultado da pesquisa por sua variável. Ainda que os textos de opinião não se enquadrem como textos jornalísticos de informação noticiosa, decidimos manter a visibilidade desse levantamento, à medida que entendemos que ele reforça a presença dessa marca sobre os fatos num e não noutro discurso de mídia.

Entre as quatro matérias de jornalismo não opinativo que identificamos como as que trazem a discussão em torno das responsabilidades pela tragédia, apenas duas podem ser consideradas como sendo as que praticaram um tom mais crítico na cobertura das tragédias no Rio, sem estarem atreladas a órgãos de comunicação sindicais, como

é o caso da matéria veiculada no site da *Rede Brasil Atual*[29]. Destas, uma era análise oferecida pela *Carta Capital*[30], que remetia a um argumento vindo de fora, externo ao jornalismo brasileiro, portanto, e com ponto de vista editorial, e a outra, que vinha assinada pelo *Brasil 61*[31], rede de comunicação alternativa da região do entorno do Distrito Federal. Uma terceira, ainda, dizia respeito à repercussão do comunicado de imprensa feito pelo prefeito de Petrópolis após a tragédia, e noticiado pelo jornal *Correio do Povo*[32]. O texto em questão, trabalha com a ideia de responsabilidade a partir da admissão de "culpa parcial" pelo prefeito, e que, é reproduzida sem teor crítico na notícia.

Nossa análise inicial foi sobre as matérias jornalísticas que não apresentaram marcas de responsabilização sobre as tragédias. Nesse sentido, encontramos como relevantes, no intuito desta pesquisa, a notícia da *CNN* "Petrópolis retira parte das cestas básicas doadas pelo Ministério da Cidadania" (*CNN*, 2022, s/p)[33]que apontava as ações do município para retirar e distribuir cestas básicas aos moradores de Petrópolis, doadas pelo Ministério da Cidadania. Pareceu-nos que o formato desta matéria da *CNN*, sem problematização dos fatos, meramente descritiva, e visivelmente carente de reflexão crítica, abria brechas para uma leitura da notícia jornalística quase como um texto de assessoria a serviço da prefeitura da cidade.

29 Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/02/brasil-nao-assegura-direito-a-moradia-e-culpa-os-pobres-por-morar-em-encostas-critica-advogado/ - Acesso em: 02 ago. 2022.

30 Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-de-urbanizacao-agravou-tragedia-em-petropolis-diz-jornal-le-monde/ - Acesso em: 02 ago. 2022.

31 Disponível em https://brasil61.com/n/area-tecnica-ja-alertava-para-riscos-de-tragedias-ambientais-em-petropolis-bras226732 Acesso em: 08 ago. 2022.

32 Disponível em https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/responsabilidade-parcial-diz-prefeito-ap%C3%B3s-trag%C3%A9dia-em-petr%C3%B3polis-1.774419 -Acesso em: 02 ago. 2022.

33 Disponível em https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prefeitura-de-petropolis-retira-parte-das-cestas-basicas-doadas-pelo-ministerio-da-cidadania/ - Acesso em: 08 ago. 2022.

Em matéria recortada da análise e produzida pela revista *Istoé Dinheiro*[34], encontram-se citados jornais estrangeiros que deram repercussão para a tragédia, sem, no entanto, apresentar crítica e sem apontar a responsabilidade pelas mortes no desastre ambiental em Petrópolis (como se esta responsabilidade não existisse). Do mesmo modo, a matéria "Temporal volta a castigar Petrópolis, deixando ao menos cinco mortos" (ISTOÉDINHEIRO, 2022, s/p)[35], ao nosso ver, oferece um tratamento bastante superficial em torno das novas chuvas na região. Nesse momento da pesquisa nos perguntávamos se é mesmo interessante ao jornalismo realizar esse tipo de cobertura com foco em aspectos factuais e atualizar números meramente, sem oferecer interpretações sobre os acontecimentos que são noticiados. Lógica semelhante sentimos ter feito boa parte do jornalismo hegemônico brasileiro no período pandêmico, quando da cobertura da pandemia da Covid-19 no país, principalmente, em função do excessivo desgaste de tratamento noticioso, quase sempre numérico sobre o quantitativo de vítimas, que era então realizado a partir do levantamento de um consórcio de mídia, especialmente criado em 2020, depois que o governo tentou atrasar ou não divulgar os dados sobre a população contaminada e que fazia parte do negacionismo político.

A falta de postura crítica e de responsabilização sobre as tragédias de Petrópolis, no Rio, aparece também em texto do *Diário de Pernambuco*[36], em que o foco está no aumento do número de mortos, nas ações da Defesa Civil e nas iniciativas de doação para a comunidade local. O tom adotado, neste caso, pareceu-nos que reforçava a ideia de uma calamidade inevitável, uma vez que o fato de Petrópolis "estar em uma região serrana, os riscos de alagamento e deslizamento são propícios" poderia justificar o ocorrido. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 2022, s/p).

34 Disponível em https://www.istoedinheiro.com.br/midia-internacional-da-destaque-para-a-tragedia-de-petropolis/ - Acesso em: 02 ago. 2022.

35 Disponível em: https://l1nq.com/vloXJ - Acesso em: 08 ago. 2022.

36 Disponível em https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2022/03/defesa-civil-contabiliza-231-mortes-na-tragedia-das-chuvas-em-petropol.html Acesso em: 08 ago. 2022.

Mesmo na revista *Veja,* característica pelo tratamento de temas de modo mais aprofundado como, aliás, costuma ser o gênero revista, não encontramos no período pesquisado, quaisquer marcas de conteúdo ou discurso que levantassem a questão da responsabilidade pelas mortes, feridos e desabrigados em Petrópolis. Na matéria "Petrópolis registra 198 mortos uma semana após temporal"[37], a Veja coloca ênfase nos elementos factuais, como o número das vítimas. Refletir sobre as razões para tal tragédia atingir de forma letal tantas vidas não pareceu algo relevante para aquela cobertura, mas será que esse é o modo mais esperado do jornalismo colaborar com a sociedade nestes momentos? São questões como estas que nos atravessam como sujeitos em formação.

Em matéria escrita por Roberto Peixoto, para o site do *G1*[38], houve o apontamento de dados obtidos por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os quais comprovam mudanças nas bacias hidrográficas do Quitandinha, Palatino e Piabanha nos últimos 170 anos e que são fatores que também corroboraram para a devastação ocorrida. Só que, novamente, a descrição dos acontecimentos ocultava o significado quanto a como se possa ou se deva evitar de novo esse tipo de tragédia ambiental naquela mesma região.

Parece-nos particularmente interessante que o jornalismo se revele mais empenhado em demonstrar ou sugerir os agentes naturais que supostamente causam essas tragédias, sem dedicar o mesmo empenho a pensar que há formas de o poder público proteger melhor a população, independentemente de questões ambientais serem tomadas em suas causas mais naturais.

Esse recurso utilizado pelo *G1* na busca por fontes acadêmicas é comum em matérias de meio ambiente, como é o caso do texto

37 Disponível em https://veja.abril.com.br/brasil/petropolis-registra-195-mortos-uma-semana-apos-temporal/ Acesso em: 08 ago. 2022.

38 Disponível em https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/22/rios-de-petropolis-estrangulados-perda-cobertura-vegetal-aponta-estudo.ghtml - Acesso em: 08 ago. 2022.

escrito por Peixoto. Através da fonte especializada, o texto oferece outro contexto, desta vez embasado em dados sobre as mudanças nas bacias hidrográficas da região, e ainda que não discuta de modo direto a responsabilidade em torno da presente tragédia, aquela matéria nos levava a pensar a busca didática e explicativa à qual se propõe o jornalismo, num esforço de credibilização dos discursos.

Seria esta uma escolha do jornalista para não perder a objetividade? Uma tentativa de não expor a fonte em uma matéria mais condenatória? O que parece ficar claro é que tais textos, geralmente, vêm à tona somente passados alguns dias da tragédia, e dificilmente aparecem em meios que não os do jornalismo profissional, seja tradicional ou alternativo, dada a necessidade de apuração e contextualização das informações e de verificação profissional dos dados citados. Estratégia semelhante foi identificada no texto do portal de comunicação colaborativo *Brasil 61*. No entanto, ao contrário do texto do *G1*, nesta matéria foi possível identificar menções à responsabilidade em torno da tragédia. Analisamos abaixo as quatro notícias que nos pareceram fazer esse tipo de movimento.

Em texto publicado no dia 8 de abril deste ano, do portal *Brasil 61*[39]*,* numa entrevista com o ex-diretor de Planejamento e Gestão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Álvaro Rodrigues dos Santos, este relata os avisos que técnicos já haviam feito sobre a possibilidade de deslizamentos de terra na região de Petrópolis. Essa matéria nos pareceu uma ocorrência singular e representativa relevante, por apontar, através das fontes especialistas, a omissão das autoridades na prevenção de desastres naturais.

Vale ressaltar, neste caso e em *G1*, a utilização de fontes acadêmicas como forma de buscar o comprobatório dos fatos. Materiais colhidos de pesquisas feitas na UFRJ mostram quão fundamental são as universidades, especialmente as públicas para um país, num âmbito

39 Disponível em https://brasil61.com/n/area-tecnica-ja-alertava-para-riscos-de-tragedias-ambientais-em-petropolis-bras226732 Acesso em: 08 ago. 2022.

em que a produção de novos conhecimentos por meio da pesquisa com as dissertações, teses monografias etc., conduz a informações que expliquem ou mesmo apenas levem à compreensão de grandes problemas, sobre os quais não se teria outra forma de reunir e alcançar análises críticas das informações divulgadas.

A Análise do Discurso (AD) é um desses espaços teóricos e metodológicos no espectro acadêmico da pesquisa, por onde acreditamos seja possível se alcançar uma pista para identificar a raiz dessa tendência das mídias jornalísticas em fazer o que fazem. Segundo Nagamine Brandão (2004), baseada em Foucault, uma das dimensões das condições de produção de um enunciado tem a ver com a posição de quem enuncia. Na concepção da AD, "o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente." (BRANDÃO, 2004, p.37).

Esse "lugar de fala" é estabelecido pelo papel da ciência na sociedade, de modo que com explicação e descrição de fenômenos, os quais podem ter suas visões e definições alteradas, acaba-se por colaborar na progressão de diversos campos sociais. Atentemos que o conceito de lugar de fala não é um conceito proibitivo, como equivocadamente se vê circular, como se certos dizeres não pudessem ser produzidos por pessoas que não estariam habilitadas a dizê-los. Lugar de fala é justamente por onde qualquer e todo dizer ao ser dito será lido e interpretado pelo que aquele que enuncia é ou de onde ele esteja para dizer o que diz, mas jamais deve servir como proibição de que alguém fale, seja por qual argumento for. Esta tem sido, aliás, uma discussão recorrente em nosso Grupo de Pesquisa, ao longo dos estudos realizados.

Também importa ressaltar que encontramos ocorrências jornalísticas como a do site *"Rede Brasil Atual"*, que trouxe uma fonte especialista para afirmar que as "responsabilidades dos governos federal,

estadual e municipal também devem ser investigadas"[40]. O argumento por autoridade, que é como classicamente denomina-se este tipo de recurso, igualmente circunscreve um tipo de manifestação de lugar de fala, mas não o único, obviamente.

Já uma notícia como a que publicada pela *"Carta Capital"*, que abordava a repercussão da tragédia pelo jornal francês *"Le Monde"*, sob o subtítulo "Autoridades recusam responsabilidade" (*CARTA CAPITAL*, 2022, s/p)[41] pareceu-nos construída sob a linha de indiciação da responsabilidade sobre as tragédias. Na matéria em questão, foi reproduzida a informação de que o prefeito de Petrópolis, que alegara pouco tempo à frente da gestão como quase uma justificativa técnica ou moral para o fato de não poder trabalhar preventivamente quanto a este tipo de tragédia, estava em "seu quarto mandato à frente da cidade e que, desde 2001, não colocou em prática nenhuma das medidas determinadas pelo Centro Nacional para a Prevenção de Catástrofes Naturais"*(CARTA CAPITAL*, 2022, s/p)[41] Do mesmo modo, a matéria aponta a omissão do governador carioca e sua postura irritada "ao ser questionado por jornalistas sobre o orçamento para a prevenção de desastres naturais" (*CARTA CAPITAL*, 2022, s/p)[41].

Há que se levar em conta também, relativamente ao primeiro levantamento com estas duas produções textuais na internet, que a *Carta Capital*, ao recorrer ao *Le Monde* para realizar a efetiva indicação de que a responsabilidade sobre as tragédias devesse ser tratada, fez supor que exista esta consciência num jornalismo vindo de fora, e que é tomado como âncora para sustentar um argumento quanto à essa pertinência de implicações notadamente políticas. Isso tem um significado extremamente relevante no escopo da pesquisa: poderá indicar, talvez, que falte ao jornalismo brasileiro essa voz de cobrança e denúncia. No

40 Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/02/brasil-nao-assegura-direito-a-moradia-e-culpa-os-pobres-por-morar-em-encostas-critica-advogado/ - Acesso em: 02 ago. 2022.

41 Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-de-urbanizacao-agravou--tragedia-em-petropolis-diz-jornal-le-monde/ - Acesso em: 02 ago. 2022.

entanto, quando a revista *Carta Capital* o faz, logo adiante, também provoca refletirmos porque seja justamente ela a fazer e não outra mídia.

Qual a motivação do jornalismo para o apego a fontes estrangeiras no que diz respeito ao juízo sobre problemas nacionais? Ainda que questões ecológicas interessem ao mundo, havemos de considerar a autonomia que a nossa imprensa já possui para fazer essa tarefa de cobrança crítica e questionamentos. Ou estaria o jornalismo se valendo de vozes terceirizadas para poder afirmar o que deseja e sente necessário sem que recaiam sobre jornalistas e meios locais quaisquer sanções legais ou processos judiciais, por exemplo? São questões que se desdobram sempre que uma pesquisa é colocada em prática: e o fazer pesquisa é assim mesmo, as perguntas se sucedem, à medida que vamos avançando na amostra e nas considerações analíticas.

Continuemos a análise sobre essas duas ocorrências com os textos de *Carta Capital* e da *Rede Brasil Atual*, bem como sobre as vinculações deles com linhas editoriais destas mídias. O site *"Rede Brasil Atual"* não é uma mídia hegemônica, sequer uma mídia alternativa. Não se encontra sob definição exatamente de uma mídia jornalística. Ele se aproxima do que poderíamos chamar de mídia segmentada, talvez, com finalidade política, considerando que é produzido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e pensado como um canal de comunicação destes grupos, e deste modo, um tanto que distanciado do discurso mais formal em jornalismo. Mas, decidimos ainda assim incluí-lo na amostra, até para contraponto da argumentação aqui desenvolvida.

Nagamine Brandão (2004) explica que a construção de enunciados, bem como seus elementos constitutivos estão interligados a uma determinada formação discursiva. Essa formação discursiva pode ou não estar atrelada a uma vinculação político-partidária. Um elemento particular importante a ser analisado, é o fato da *Carta Capital* ser uma publicação assumidamente de esquerda e nesse caso, sua abordagem serviria também como elemento político de oposição ao governo

vigente, o que pode pressupor que o silenciamento dessa questão em outras mídias igualmente hegemônicas, possa representar, enfim, alguma intencionalidade na direção exatamente contrária, o que é absolutamente difícil de se comprovar, a não ser, argumentativamente.

Uma outra notícia, desta vez publicada pelo jornal *Correio do Povo*[42] deu visível destaque para o depoimento do prefeito de Petrópolis que afirmava ter "responsabilidade parcial" nos fatos e apontava a falta de apoio dos governos estadual e federal para a elaboração de políticas públicas para aquela região. Aqui pareceu-nos termos encontrado, talvez, uma amostra singular e diferenciada, até então como nenhuma outra mídia hegemônica e de referência, tendo se valido desse expediente: muito menos na voz de uma fonte oficial chamando para si parte da responsabilidade. Há, certamente, razões para isso ter acontecido no contexto de produção da notícia por este meio, as quais dificilmente teríamos como descrever e ter acesso, mas ainda assim, nos parece relevante a simples ocorrência deste discurso e deste texto, sendo nesse caso, um texto noticioso e publicado num jornal de grande circulação, embora noutro Estado que não o do Rio. Ficaria mais fácil a uma mídia de fora do lugar dos fatos realizar esse tipo de apontamento sobre eventuais responsáveis? Provavelmente sim. O que torna a motivação do silenciamento noutros casos um fato político.

O fato do comentário do prefeito, nesse último texto, ter sido dito em coletiva, a primeira, aliás, após o desastre, talvez ajude a explicar a ampla divulgação de seu posicionamento, inclusive em mídias de outras regiões.

Do ponto de vista da AD é perfeitamente questionável o fato da "responsabilidade parcial" ter sido alegada pelo prefeito e reproduzida pelo jornal. Um dos aspectos que define a análise de um discurso está na percepção das possibilidades de enunciação e que revelam a

42 Disponível em https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/responsabilidade-parcial-diz-prefeito-ap%C3%B3s-trag%C3%A9dia-em-petr%C3%B3polis-1.774419 -Acesso em: 02 ago. 2022.

presença da história na língua, uma vez que “as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2020, p.67). A frase escolhida pelo prefeito foi “responsabilidade parcial”, mas poderia ter sido um enunciado como: “parte da responsabilidade é minha”; ou “eu assumo a responsabilidade que me cabe”, ou ainda “a responsabilidade também é deles” (neste caso, referindo-se aos governos estadual e federal) só que a produção de sentidos seria certamente outra, e não desejável pela fonte.

Estas mesmas possibilidades estavam abertas ao *Correio do Povo*, ainda mais se levarmos em conta o papel explicativo, reflexivo e crítico que o jornalismo deve assumir, enquanto colabora na construção da realidade social. A escolha por um ou outro enunciado é intencional e visa a produção de determinado sentido. Com relação ao posicionamento de Rubens Bomtempo, sua escolha está ligada a fatores políticos, dada sua posição e função social como prefeito. Mas, por que o jornalismo escolheu reproduzir o mesmo enunciado sem fornecer uma devida explicação ou sequer algum desdobramento? Tal reflexão é importante para perceber a postura crítica e ou passiva que as mídias podem vir a assumir diante de figuras políticas, e lança dúvidas para futuras pesquisas e análises.

A responsabilização sobre as tragédias aparece, no entanto, em colunas de opinião, como nos textos analisados a seguir. As omissões dos entes do Poder Público quanto às tragédias aparecem nominadas no texto do colunista do portal *UOL*, Leonardo Sakamoto, quando este critica a postura do presidente Jair Bolsonaro, em suas falas sobre as chuvas em Petrópolis. No texto, o colunista afirma que “a responsabilidade não é apenas de Bolsonaro, do governador Cláudio Castro (PL) e do prefeito Rubens Bomtempo (PSB), considerando que as condições que levaram ao caos têm sido gestadas há várias administrações. Mas é deles também” (*UOL*, 2022, s/p)[43]. Embora não seja uma matéria

43 Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/02/19/em-ano-eleitoral-bolsonaro-diz-que-catastrofe-em-petropolis-era-inevitavel.htm - Acesso em: 02 ago. 2022.

jornalística noticiosa, decidiu-se deixar como registro da coleta uma vez que serve para identificar e confirmar a hipótese de que essa responsabilização se dá quase que exclusivamente no campo do jornalismo opinativo, do texto de opinião, na forma de artigo ou coluna, o que sem dúvida, reforçaria ainda mais a impressão de que a notícia não tem o mesmo espaço e preocupação com relação a esta responsabilização sobre os eventos ambientais, quaisquer que sejam as causas dessa constatação.

Considerando-se as funções pedagógicas, educativas e informativas dos jornais, é desfavorável a um jornalismo noticioso que a crítica reflexiva se circunstancie apenas nos espaços de opinião. Principalmente pelo estágio que já alcançamos de compreensão sobre o papel da imprensa e do quanto textos não opinativos não são exatamente isentos de posicionamento, jamais são neutros nem imparciais. A mídia não tem hoje mais a presunção de ser objetiva como acontecia em séculos anteriores e que alimentou a ideia tecnicista do lead na notícia. Hoje, o desejável é que o leitor receba a descrição dos fatos acompanhada das análises em profundidade. Se o jornalismo não o faz, ou se o faz apenas restritamente a uma modalidade de discurso em gênero opinativo, deixa de cumprir parcialmente a sua função social.

O teor opinativo também está presente em outros textos que foram acessados através do filtro de busca da pesquisa, reforçando a tese de que essa responsabilização se dá mesmo muito mais e, talvez, quase exclusivamente, nos espaços não noticiosos, como é o caso da matéria do site *"Poder 360*", escrita por Tábata Amaral e Isabela Rahal, quando as autoras fazem uma contextualização das mudanças climáticas e apresentam, por meio de relatos, o impacto daquelas tragédias na vida das pessoas, inclusive tirando suas vidas.[44] Esse tipo de discurso, ainda que esteja no âmbito de colunas de opinião, permite ver a influência da historicidade na produção de sentido, além disso, faz uso de interdiscurso,

44 Disponível em https://www.poder360.com.br/opiniao/a-omissao-disfarcada-de-tragedia/ - Acesso em: 02 ago. 2022

um recurso que funciona a partir do "já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra" (ORLANDI, 2020 p.31).

Coluna publicada no mesmo portal por Roberto Livianu exorta o Ministério Público a investigar os atos e comenta a tragédia a partir da relação com a história das chuvas, que já atingiam a região na época do Brasil Imperial[45]. Veja-se que parece mais recorrente e usual, de fato, que matérias assinadas na forma de extratos de opinião tenham mais facilidade de assumir um discurso crítico e denunciativo. O mesmo se verifica na coluna de Nelson de Sá[46] que critica a postura de Jair Bolsonaro e sua família nas redes sociais em torno da tragédia.

É preciso levar em conta que o mecanismo eletrônico de busca do Google trabalha com incidência por algoritmos e que os textos que nos surgem são sempre em função da frequência com que tenham sido acessados, o que não significa, de modo algum, a inexistência de amostras ainda mais relevantes, seja quanto à presença dessa responsabilização, seja quanto à ausência dela na tessitura dos textos e ou na sua construção de sentidos, se aplicada a outra forma de mecanismo de busca e por meio de outras palavras- chave.

Como dissemos, a prática de responsabilização ocorre mais frequentemente no jornalismo não de referência, como nas práticas de jornalismo sindical, por exemplo. Seguindo o mesmo raciocínio de indignação com a falta de ações governamentais na prevenção de catástrofes a exemplo dessas de Petrópolis, o colunista jurídico do *Diário do Rio*, Lucas Terra, em seu texto em formato de comentário, intitulado "Mais um desastre no RJ e ninguém aguenta mais", aponta que mesmo com constantes tragédias nas cidades cariocas, a busca pela tentativa de evitar tais momentos caóticos parece ser quase nula. Comprovando com números oferecidos pelo Portal de Transparência da Prefeitura de

45 Disponível em https://www.poder360.com.br/opiniao/o-significado-do-morticinio-de-petropolis/ - Acesso em 02 ago.2022.

46 Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/pos-bahia-bolsonaro-corre-para-mostrar-empatia-com-petropolis-em-midia-social.shtml - Acesso em: 02 ago 2022.

Petrópolis do ano de 2021, Lucas diz que "O município de Petrópolis empenhou cerca de R$ 2,1 milhões em obras de prevenção de queda de barreiras. Somados, os recursos para propaganda (R$ 4,4 milhões) e a iluminação de fim de ano (R$ 1,1 milhão) foram, por sua vez, de R$ 5,5 milhões, ou seja, mais que o dobro." (*DIÁRIO DO RIO*, 2022, s/p)[47]. Além disso, ainda utilizando dados do Portal de Transparência, os recursos oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), principal responsável por programas para conter eventos climáticos extremos, caíram de R$ 714 milhões em 2020 para R$ 171 milhões no ano passado. A partir daí, o questionamento do colunista tornava-se cada vez mais eloquente: "acham que é apenas culpa das chuvas?" (*DIÁRIO DO RIO*, 2022, s/p)[47]. Vejam que, nesse caso, é novamente o jornalismo opinativo a fazer/trazer o que se esperaria fosse uma prática de fato do jornalismo noticioso. Não estaria o jornalismo se tornando excessivamente opinativo e transferindo para o gênero de opinião a crítica que lhe cabe no âmbito notícia, como se a insistir num modelo positivista de que a notícia não deva ter opinião e que isso signifique meramente um relato dos fatos de modo objetivo?

Noutro texto publicado, desta vez por Chico D'Angelo no jornal *"O Dia"*[48], houve a evidenciação da necessidade de que os poderes públicos fossem responsabilizados e cobrados pela sociedade na busca por soluções e meios que possam evitar estes momentos caóticos. Em um ano eleitoral como o de 2022, exigir compromissos públicos de candidatas e candidatos em relação a este problema se mostrava, de fato, uma questão urgente, como definiu o jornalista: "Não adiantava enxugar o gelo ou colocar o cadeado na porteira arrombada. A hora de evitar que o horror de Petrópolis se repita é agora" (idem).

Compreendendo o papel da da mídia, a função da imprensa e da comunicação em si, quanto a informar e mediar o conhecimento para

47 Disponível em https://diariodorio.com/lucas-terra-mais-um-desastre-no-rj-e-ninguem-aguenta-mais/ - Acesso em: 08 ago. 2022

48 Disponível em: https://odia.ig.com.br/opiniao/2022/03/6364469-chico-dangelo-mortes-anunciadas-ate-quando.html - Acesso em: 08 ago. 2022

sociedade, é importante que estes meios lutem pela justiça social e apontem os devidos responsáveis por essas catástrofes, não num sentido meramente denunciativo, mas reflexivo e contextual e que também influenciem a sociedade a lutar pela justiça, cobrando medidas preventivas e de soluções a quem de direito possa e deva responsável por elas.

Resta saber, numa pesquisa futura ou na ampliação desta análise logo mais, se essas provocações sobre a responsabilização de entes federados nos fatos relativos a tragédias ambientais no Rio e que se encontram na retórica discursiva de gênero de opinião acabaram, enfim, por provocar, nas edições não opinativas seguintes, a mesma inclinação sobre as matérias factuais. Há uma hipótese interessante de que alguns jornais, pautados por este jornalismo mais opinativo, possam ter feito deslizar (ainda que posteriormente), para dentro das matérias publicadas nas semanas seguintes, este caráter mais questionador e reflexivo que se encontrou nos espaços de opinião.

Outra possibilidade para uma futura pesquisa está na identificação do tom de responsabilização com que os jornais podem ou não ter feito veicular seus editoriais sobre a tragédia, e se, com o crescimento da proporção do acontecido e do número de vítimas, estes possam ter adotado postura mais combativa e crítica às autoridades competentes. Mas daí voltaríamos à dependência do gênero de opinião para tratar de algo que o jornalismo informativo deveria incluir como prática de trabalho, pelo menos desde nosso ponto de vista nesse estudo.

A COBERTURA DA TRAGÉDIA EM *O GLOBO, FOLHA E ESTADÃO*

Selecionamos também três jornais da grande mídia, dita hegemônica, para complementar a busca da pesquisa e nossa análise: *O Globo, Estadão e Folha de São Paulo*. A escolha por estes meios se

deveu ao fato de que estes são jornais de grande circulação no país e, também, porque seus portais na web são, tradicionalmente, os mais acessados da imprensa no ambiente virtual. A análise foi feita a partir de uma visão geral em torno das manchetes e das matérias dos respectivos jornais em seus portais on-line.

Comecemos pela *Folha de São Paulo (Folha):* o teor dos textos publicados pela *Folha* sobre os deslizamentos e as mortes causadas pelas chuvas em Petrópolis seguiu uma linha de relatos testemunhais e de crítica centrada na vulnerabilidade das vítimas. Em matéria publicada em 19 de março de 2022, sob o título: "Petrópolis segue sem casa, sem aluguel e sem perspectiva um mês após tragédia"[49], são mencionadas "rusgas" entre os governos municipal e estadual na definição de políticas públicas para os moradores de Petrópolis, reforçando que a questão discursiva é de disputa entre entes federativos.

Aparentemente, o discurso mais frequente na *Folha* é de dar voz a posicionamentos oficiais em seus textos, como feito na matéria publicada em 16 de fevereiro desse mesmo ano, com o título: "Petrópolis tem um quinto da cidade em alto risco e revive tragédias de 1988 e 2011"[50]. Sempre que vozes oficiais são colocadas, a produção de sentidos é de que a responsabilidade pública sobre os acontecimentos está ali checada e garantida. Ainda que existam no texto as referências à omissão do uso de recursos para prevenção de desastres, e até uma menção a outros episódios em que fortes chuvas causaram danos semelhantes na cidade, a percepção que o texto constrói é a de um tom moderado nessa responsabilização ao Poder Público e aos atores sociais envolvidos, o que parece reforçado pelo uso de depoimentos com valor testemunhal sempre colocado em destaque nesse jornalismo.

49 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/petropolis-segue-sem-casa-sem-aluguel-e-sem-perspectiva-um-mes-apos-tragedia.shtml Acesso em: 23 out. 2022

50 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/petropolis-tem-um-quinto-da-cidade-em-alto-risco-e-revive-tragedias-de-1988-e-2011.shtml Acesso em: 23 out. 2022

O jornal *O Estado de São Paulo (Estadão)* , por sua vez, publicou um texto em que aponta a tragédia de Petrópolis como uma "notícia que se repete sem solução há mais de 100 anos"[51]. Neste texto, especificamente, é possível identificar uma crítica mais direta à falta de soluções, mas ainda assim, a matéria não parece apontar a quem compete fornecer tais respostas. Em texto publicado no dia 20 de fevereiro, o "relevo" é citado como o fator que levou à tragédia "mais fatal da história da cidade"[52], o que faz crer que a tragédia, ocorrida de fato por fatores naturais, tenha sido consequência inevitável das características geográficas da região. Este exemplo reforça a impressão de que o discurso que prevalece nos textos publicados pelo *Estadão* sobre a tragédia de Petrópolis reforçam ações de órgãos públicos e entidades para ajudar as vítimas, com enfoque na factualidade dos acontecimentos, sem maior aprofundamento do problema e/ou qualquer tentativa de responsabilização. Há que se considerar, por óbvio, a dificuldade que tem o jornalismo para fazer isso. E ainda mais, que não cabe ao jornalismo o papel meramente acusador, pelo que se precisa distinguir entre as práticas de responsabilização e as de se procurar sempre culpados, que são coisas absolutamente distintas.

No jornal *O Globo,* há matérias que buscam denunciar a falta de ações governamentais para a prevenção de catástrofes em Petrópolis, principalmente, após o desastre que ocorreu em 2011, quando fortes chuvas levaram à morte de 71 pessoas. A matéria "Tragédia em Petrópolis: há 11 anos, CPI da Região Serrana fez recomendações que não saíram do papel."[53], demonstra que houve tentativas de evitar futuras catástrofes na cidade, anos atrás, porém, ignoradas pelo governo da

51 Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,chuva-e-tragedia-em-petropolis-noticia-que-se-repete-sem-solucao-ha-mais-de-100-anos,70003980780,0.htm Acesso em: 23 out. 2022

52 Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-mortos-chega-a-171-e-tragedia-se-iguala-a-pior-da-historia-de-petropolis,70003985427 Acesso em 07 nov. 2022.

53 Disponível em https://oglobo.globo.com/rio/tragedia-em-petropolis-ha-11-anos-cpi-da-regiao-serrana-fez-recomendacoes-que-nao-sairam-do-papel-25396991 Acesso em: 4 nov. 2022

época. “O relatório final da CPI destacou problemas como a presença de casas irregulares em encostas, assim como nas margens de rios — o que revela a carência de um sistema mais eficiente de defesa civil e de políticas habitacionais”, escreveu Bárbara Souza para o jornal. Numa outra publicação, com a manchete “Só 50% dos recursos disponibilizados pela União para obras na Serra após a tragédia de 2011 foram utilizados”[54], houve a crítica pela não utilização do valor total de R$2,27 bilhões concedidos pelo antigo Ministério das Cidades, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, para restauração da cidade. Ou seja, o jornal *O Globo,* por meio da provocação de que 11 anos atrás houve tentativas de precaver a cidade de grandes destruições com as chuvas, foi possível direcionar a responsabilidade ao poder estatal. Mas ainda assim, pareceu-nos que essa responsabilização ficou absolutamente vaga quando atribuída a um ente público e de modo retórico-discursivo e também porque não foram encontradas outras amostras próximas com relação a essa inclinação na cobertura realizada pelo veículo.

Em 7 de dezembro de 2022, matéria publicada à página 24, do jornal *O Globo*[55] apontava a omissão do governo carioca em realizar obras de revitalização na cidade. Citava a determinação da justiça de bloquear R $2 bilhões do orçamento do Estado para obras de recuperação na área atingida pela tragédia no início do ano. Com mais de 130 pontos afetados pelas chuvas de fevereiro e março, pessoas sem moradia e as que possuem casa, estavam com medo constante de novas chuvas. O próprio jornal se perguntava como explicar o corte de verbas. Além do problema evidenciado por parte da mídia jornalística, a marginalização com o indivíduo petropolitano é bem visibilizada na matéria, pelo depoimento de uma das vítimas da tragédia. Nessa

54 Disponível em https://oglobo.globo.com/rio/so-50-dos-recursos-disponibilizados-pela-uniao-para-obras-na-serra-apos-tragedia-de-2011-foram-utilizados-25397746 Acesso em: 4 nov. 2022

55 Essa matéria não faz parte das amostra inicial da pesquisa. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/justica-bloqueia-2-bilhoes-do-governo-do-estado-para-bancar-obras-em-petropolis-apos-tragedia-das-chuvas-25623161.html - Acesso em 12 dez. 2022.

matéria, feita quase dez meses após a tragédia, encontramos um tom crítico e problematizador do jornalismo, enquanto vigilante às necessidades públicas.

O FEDERALISMO BRASILEIRO E AS RESPONSABILIDADES DIVIDIDAS

O modelo federalista foi introduzido pela primeira vez no Brasil com a proclamação da República em 1889 (SOUZA, 2005), e estabelece que o governo central (Federal, a União), divide as responsabilidades e competências do poder com os seus estados-membros. A partir de 1988, com a nova Constituição, os municípios também passaram a deter uma série de atribuições que antes não tinham. Desta forma, tanto a União, como os estados e municípios têm o poder, a capacidade e o dever, por exemplo, de propor legislações e políticas públicas dentro da sua esfera de competência e atuação e, de modo solidário, entre si.

Cabe destacar que o modelo federalista não exime a União da responsabilidade em mesma medida por tragédias como a de Petrópolis, uma vez que, os estados e em especial, os municípios, dependem de repasses do orçamento federal para executar seus projetos e políticas, o que também não exime a estes outros por completo. Também porque o federalismo brasileiro não estabelece uma hierarquia, mas uma divisão de responsabilidades e deveres.

A desigualdade na relação de forças entre os entes federativos foi e é tema de diversos debates em âmbitos econômicos, políticos e sociais em nosso país. Segundo Lopreato (2022), os conflitos e disputas de interesses, em um jogo de empurra-empurra, em que nenhum dos entes aceita abrir mão de receitas, nem assumir mais outras responsabilidades, cria um cenário de tensão e imobilismo dos governos em meio a conflitos, como explica Lopreato (2022), ao afirmar que “a inaptidão

do sistema de partilha e a falta de políticas de desenvolvimento regional, associadas à fragmentação estadual, provocam conflitos latentes ou escancarados, travestidos de buscas de ganhos tributários, em que o uso da guerra fiscal colocou-se como instrumento básico de acesso a investimentos e de melhor arrecadação" (LOPREATO, 2022, p.34).

São essas disputas que formam o pano de fundo para que nenhum dos entes federativos assuma suas responsabilidades de modo claro na tragédia de Petrópolis. É o que faz com que o prefeito da cidade reclame da falta de obras dos governos federal e estadual, dizendo ter "responsabilidade parcial". De fato, a responsabilidade não pertence apenas a Rubens Bomtempo, mas é dividida por ele, quando o seu governo reduziu gastos em ações de prevenção de desastres, como mostrou matéria publicada no portal *G1* em abril de 2022[56]. E também, como recordou o colunista do *Diário do Rio* ao apontar a redução do orçamento destinado pela União para o Ministério do Desenvolvimento Regional para conter este tipo de desastre. Mas, será que os deslizamentos ocasionados pelas chuvas em Petrópolis podem ser tratados como calamidades naturais?

Tragédias similares ocorridas nos municípios mineiros de Brumadinho e de Mariana, conforme Silva *et al.* (2021) demonstram, por sua cobertura de mídia, que acabam focalizadas em aspectos emocionais, a exemplo do drama das vítimas em torno da fatalidade tida como natural e imprevisível, causada pela lama. "A relação de poder que se revela discursivamente nos textos da imprensa digital clama por um questionamento ético sobre o papel da mídia, sobre a opinião pública e sua contribuição para a manutenção de estruturas sociais com elevados custos ambientais, políticos e sociais para o Brasil" (SILVA *et al*., 2021, p.91). Tais aspectos dificultam a responsabilização das autoridades em tragédias como Brumadinho e Mariana, o que também pode ser observado no caso das chuvas em Petrópolis.

56 Essa matéria não faz parte da amostra inicial da pesquisa. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/04/15/prefeitura-de-petropolis-rj-reduziu-gastos-em-acoes-de-prevencao-de-desastres.ghtml - Acesso em 26 set. 2022

Essa tendência de banalização da cobertura de desastres não ocorre só por uma contingência que afeta o jornalismo, mas exerce influência nas interações em mídias sociais digitais no geral, e na forma como os públicos consomem conteúdos. Victor Rocha (2022) defende que é preciso buscar novas formas de produção e consumo do jornalismo, para que se possa alcançar uma "realidade plural do sensível". Desta forma, através de uma racionalidade que não preze pelo imediatismo e explicações rasas a qualquer preço, poderia ser possível que tragédias, como a de Petrópolis, não fossem consumidas pelas mídias e públicos como produtos com prazo de validade.

Cumpre dizer que a emoção midiatizada não representa por si só uma maior sensibilidade em relação a tragédias como estas. A ideia de um jornalismo sensível passa muito antes por uma capacidade, ou competência e habilidade do profissional de jornalismo para dar ao seu trabalho o enquadramento dos fatos em torno também das soluções e o tratamento em profundidade na relação entre causas e efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deontologia do jornalismo estabelece uma série de práticas norteadoras do trabalho dos profissionais da área. Traquina (2004) relaciona o modo de agir e ver o mundo compartilhado por diferentes jornalistas como um dos fatores que constituem a tribo jornalística. "A visão desta comunidade interpretativa tem outra característica fundamental: sofre de miopia. É uma visão temporalmente limitada" (TRAQUINA, 2004, p.48). A pressa do jornalismo em cobrir, potencializada pelo imediatismo das mídias sociais digitais, torna os jornalistas ainda mais reféns da tirania do tempo. Noticiar tragédias como a de Petrópolis, sem que se atue na direção de apontar reais responsáveis sobre elas e/ou tratar de apresentar soluções, para além de descrever fatos, seria uma forma desejável de realizar a cobertura desses acontecimentos, na perspectiva de profissionais e pesquisadores.

Um dos elementos centrais para entender o papel do jornalismo está em suas funções perante a sociedade e os públicos, já que a dinâmica social determina a força dos media, conforme escreveu Wolf (2003). Isso nos leva a pensar se o jornalismo deve se restringir aos aspectos factuais e testemunhais, ou se deve, ao contrário, buscar via interpretação, construir o âmbito social da realidade, revelando vozes não ouvidas ou condenadas a algum silenciamento, explorando contextos para além da superficialidade dos acontecimentos e fornecendo ao leitor elementos diversos para a formação de seu senso crítico em torno dos fatos.

O sistema social é compreendido como um organismo, conforme Wright (apud WOLF, 2003, p.55), para quem os meios de comunicação possuem as quatro funções: a) função de vigilância; b) de interpretação; c) de transmissão cultural; d) e de entretenimento. O jornalismo praticado no Brasil tem feito talvez muito pouco quanto a observar essas suas funções e talvez percorrido um caminhado por um único ou outro percurso, estreitando o serviço da informação ao leitor. É possível mantermos essa hipótese diante do que conseguimos levantar na amostra dessa pesquisa, considerando ainda assim que ela não tem caráter final e que tais considerações correm o risco de ser generalistas.

Quanto à crítica social e ao debate em torno das responsabilidades, o que nosso estudo conseguiu concluir é que esse tratamento dos fatos ocorre de fato quase que exclusivamente nos espaços de opinião midiáticos, como dos jornais e revistas, mas também blogs e sites noticiosos, (nossa hipótese inicial), o que nos levou a subscrever a crítica de que o jornalismo deixa de cumprir de forma adequada sua função social pedagógica de interpretar e construção social da realidade quando praticado nesses termos.

A tirania do tempo que praticamente estrangula a atividade profissional é um elemento a ser considerado como interveniente neste processo. Analistas do discurso sempre tomaram, aliás, as condições de produção enquanto definidoras, em grande medida, das formações

discursivas circulantes e não é diferente na prática de nossa profissão. A promessa de expectativa é de que novos modelos de produção da notícia, em especial com todo o contexto das mídias de convergência e novos recursos do virtual e do digital, no seu conjunto, possam oferecer também outros e melhores contornos a esta atividade. E que possam, de algum modo, vir a favorecer a que profissionais do jornalismo consigam exercer o seu trabalho de modo cada vez mais reflexivo e com menos superficialidade, apesar da objetividade de tratamento de texto que a linguagem contemporânea vem exigindo.

Se por um lado também é fato que não devemos tornar o jornalismo uma prática denunciativa e excessivamente policialesca, pois não é isso que a profissão é, por outro, ela precisa se revestir desse papel social de atender aos interesses públicos e fazer com que haja uma responsabilização das autoridades para os problemas ambientais e de infraestrutura que colocam vidas em risco de forma recorrente. Quase ao final desta pesquisa, nos deparamos com matéria que trazia essa indicação[57], o que para além de ser uma singularidade expressiva, indica-nos, na utopia necessária ao profissionalismo que almejamos, que existam sementes brotando em novas práticas, que essas práticas se renovam e em nome disso continuamos acreditando no que fazemos e no que faremos enquanto jornalistas e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70. 2002.

CAPOANO, Edson. **Escolha Verde**. Minho, CECS, 2022. Disponível em www.escolhaverde.com. Acesso em: 05 nov. 2022.

DEUSDARÁ, Bruno e ROCHA, Décio. **Discurso e Análise de Conteúdo**. *In:* NAGAMINE BRANDÃO, Helena e DI FANTI, Maria da Glória. (Orgs.). Discurso. Tessituras de Linguagem e Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

57 Referimo-nos à última matéria comentada neste artigo, veiculada pelo jornal O Globo, do Rio.

GALINARI, Melliandro Mendes. **A interação retórico-discursiva e suas múltiplas variáveis.** REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 161-188, dez. 2009.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonia e estratégia socialista. Brasília, **INTERMEIOS,** 2015

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. São Paulo: Elsevier, 2005.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **REVISTA ECONOMIA E SOCIEDADE.** [online]. 2022, v. 31, n. 1, pp. 1-41. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art01. Acesso em: 26, set. 22.

NAGAMINE BRANDÃO, Helena H. **Introdução à Análise do Discurso**, Campinas, Editora Unicamp, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 13ªed. Campinas: Pontes, 2020.

ROCHA, Victor. **O Jornalismo Sensível:** leituras plurais da realidade apresentada pelos afetos. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, Matheus Batista da; ARAUJO, Carolina Lopes; SILVA, José Matheus Alves da; SILVA, Janaina Siqueira. **A Representação Jornalística das Tragédias de Brumadinho e Mariana: Afinal, do que estamos falando?** *International Journal of Marketing, Communication and New Media* Vouga, Portugal, n°10. 2021.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.** Revista de Sociologia e Política [online]. 2005, n. 24 pp. 105-121. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008. Acesso em: 25 out. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social**. São Paulo: Paulus, 2005.

XIMENA, Lida; HIGUITA, Tabares, *et al*. **Discursos y contenidos en el entorno digital. Análisis desde América Latina.** Medellín: UPB, 2022. Disponível em https://repository.upb.edu.co/bitstream/handle/20.500.11912/10380/discursos%20y%20contenidos%20REPOSITORIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y&fbclid=IwAR0VxdkZvtLNKih0YG2X8-xCS9HNhgnoMjEzzAGEROKfpNsUnhajHNeplrg. Acesso em: 5 nov. 2022.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**: leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

6

Micael dos Santos Olegário

Geder Luis Parzianello

A BUSCA PELA ADESÃO DE AUDITÓRIOS COMO PRÁTICA DE AGENDAMENTO NO JORNALISMO IMPRESSO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

The search for audience adhesion as agenda setting practice in contemporary Brazilian print journalism

Resumo: O presente artigo, originalmente publicado na revista Temática da Universidade Federal da Paraíba, visa refletir sobre as formas como alguns dos principais jornais brasileiros vêm buscando agendar seus auditórios quanto às escolhas por seus serviços. Nosso estudo parte do pressuposto de que os *media* jornalísticos tradicionais vêm agindo no sentido de propor nova(s) forma(s) de agendamento de seus públicos para além do que propunha a teoria norte-americana do agenda-setting. O trabalho de pesquisa bibliográfica realiza a retomada dos conceitos originais de McCombs e Shaw, da década de 1960 para, a partir dali, propor uma reflexão acerca de agendamentos contemporâneos no jornalismo que ultrapassam orientações sobre ***o que*** e ***como pensar***. Trata-se de uma reflexão surgida em sala de aula no curso de Jornalismo e em discussões junto ao Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (UNIPAMPA/ CNPq).

Palavras-chave: Jornalismo impresso; públicos; auditórios; teoria do agendamento. estratégias.

Abstract: *This article, first published on the journal Tematica at Universidade Federal da Paraíba, Brazil (PB) seeks to describe the ways in which some of the most important Brazilian newspapers have been seeking to schedule their audiences in terms of choices for their services. Our study assumes that the traditional journalistic media have been acting in the sense of proposing new form(s) of scheduling their audiences beyond what the North American theory of agenda-setting proposed. The bibliographical research work retakes the original concepts of McCombs and Shaw, from the 1960s, to propose since that assumption a reflection on contemporary agendas in journalism that go beyond guidelines on* ***what*** *and* ***how to think****. It is an approach derived from classes in Journalism as well as discussions at Scientific Reasearch Group Diálogos do Pampa (UNIPAMPA/ CNPq).*

Keywords: *Print journalism; publics; auditorium; agenda setting theory; strategies.*

INTRODUÇÃO[58]

Os jornais brasileiros O Estado de São Paulo (Estadão), o Globo e Folha de São Paulo vêm enfrentando o desafio de manter seus auditórios de leitores por meio de estratégias que funcionam como formas de agendamento. A presente pesquisa amplia os conceitos originais de McCombs e Shaw, da década de 1960 e atualiza a teoria do agenda setting, ao reconhecer nessas práticas desses jornais novos empenhos por orientação do comportamento do leitor, seu engajamento e adesão. Um desafio imposto pelo ataque das novas formas de negócio às formas tradicionais de produzir e consumir informação noticiosa.

Este trabalho nasceu de reflexões em sala de aula e do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa, no curso de bacharelado em Jornalismo e foi publicado pela primeira vez em outubro de 2021 na revista Temática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Materializa-se como prática formativa que procura o caráter indissociável entre ensino e pesquisa mesmo desde a graduação, em que pesem as dificuldades todas que isso sempre representa a educadores e estudantes. Esta é uma proposta descritiva e reflexiva, e com caráter, portanto, de iniciação científica. Sua temática se justificava pela atualidade de um dos principais problemas contemporâneos que afetam a sobrevida do jornalismo impresso e que é o enfrentamento do poder de agendamento que vem sendo praticado pelas demais mídias e redes sociais.

A atualidade desta pesquisa está ainda na identificação de estratégias do meio jornal pela manutenção do seu universo de leitores, diante da crise da reconhecida economia liberal e em decorrência da pandemia da Covid-19, cujos reflexos têm sido a diminuição de circulação, de anunciantes e assinantes e o consequente fechamento de jornais pelo mundo todo.

58 Artigo originalmente publicado na revista Temática - Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/60949

A percepção desse nosso problema de pesquisa ocorreu após leituras de textos sobre a teoria norte-americana da agenda-setting, dentro de uma proposta curricular e, também, em razão de diálogos em aulas remotas, durante este período pandêmico, quando se discutiu a forma como se mostram algumas meta-narrativas de mídia visando a fixação de seus auditórios e o direcionamento do comportamento de seus leitores. O conceito de auditório aqui é tomado no sentido dado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1957);(1996), enquanto "o conjunto daqueles que o orador quer atingir" e tem, portanto, uma sensível diferença da noção de público. O auditório, desde a concepção perelmaniana, é sempre um auditório presumível, idealizado, individual ou universal. Não tem o sentido concreto que se dá ao conceito de público nos estudos em Comunicação Social, nem o entendimento do que seja a audiência.

Percebeu-se uma tentativa de alguns jornais de maior circulação no país quanto a se colocarem como fontes confiáveis de informação via orientação direta a seus presumidos leitores, ou melhor, ao seu auditório, anunciando-se enquanto garantia de credibilidade ***por onde*** eles devessem pensar as notícias e buscar compreender efetivamente sua realidade. Esta escolha estratégia mercadológica dos jornais parece ter vindo mesmo como uma reação diante da iminente perda do papel de mediação destes meios no contexto da chamada desinfodemia[59], conceito relativo a uma espécie de pandemia paralela de desinformação, a qual marcou, sobretudo, as duas primeiras décadas dos anos 2000, com as notícias falsas em circulação nas mídias e redes sociais ameaçando a hegemonia da informação que até então parecia residir na imprensa tradicional e, sobretudo, hegemônica, impondo uma consequente ameaça à credibilidade destes meios em razão da migração do consumo para outras mídias em plena cultura da pós-verdade.

59 Termo adotado inicialmente para descrever as falsidades que circulam durante a pandemia da Covid-19, devido à enorme carga viral de desinformação, potencialmente mortal em circulação. O termo foi encampado pela Unesco num amplo estudo divulgado em 2020: Disponível em: https://pt.unesco.org/covid19/disinfodemic. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Em que sentido, nos perguntávamos nós, parecia haver uma relação de correspondência entre algumas das práticas contemporâneas de agenciamento do leitor por jornais e as clássicas formas de agendamento já descritas pela teoria norte-americana? Nossa pergunta inicial de pesquisa era bem menos estruturada do que veio a se constituir depois, ao longo do percurso de reflexão e de escrita. Inicialmente, nos perguntávamos como as mídias jornalísticas se posicionam e agendam seus públicos diante dessa ameaça de perda do seu papel de mediação no contexto contemporâneo. Estávamos influenciados por uma percepção empírica, assistemática, sintomatizada em alguns dos anúncios feitos pelos próprios jornais sobre eles mesmos, daí a reconhecermos nisso meta-narrativas e nestas, estratégias de uma nova forma de agendamento.

O objetivo geral já se nos apresentava como sendo o de refletir sobre a forma como as mídias faziam uso de estratégias de agenciamento do leitor e estávamos conscientes de que isso poderia representar um alargamento de noções de agendamento, muito além daquelas postuladas pela agenda-setting e que ultrapassavam, portanto, a orientação sobre "o que pensar" ou "como pensar" as notícias em seus contextos.

Os jornais estariam, supostamente, preocupados em orientar também "por onde" seus leitores devessem estabelecer a construção de sua percepção acerca da realidade tanto quanto em razão de seus conteúdos ou os efeitos decorrentes deles e reclamando para si uma preferência do leitor frente às opções cada vez mais numerosas de outras mídias. Essa nova forma de agendamento realizava, assim, uma orientação dos próprios impressos parecendo sobreporem-se àquela de seus conteúdos informativos, já descrita pela teoria do agendamento.

Assim como nas pesquisas que originariamente influenciaram a construção da hipótese da agenda setting, relativamente a como a mídia influenciaria a mudança do comportamento do leitor/eleitor nas eleições, tínhamos que os jornais estavam buscando influenciar

decisivamente o comportamento de seus auditórios singulares (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996) e vinham orientando as escolhas de seus auditórios em torno das mídias com as quais pudessem ou devessem pensar melhor sobre os fatos do cotidiano. Especialmente representativa essa estratégia, a nosso ver, justo num contexto em que os meios hegemônicos sentiam a ameaça das redes sociais e da web ao seu modelo de negócios e que se intensificou particularmente nos anos de 2020 e 2021 com a pandemia da Covid-19.

Os meios impressos que analisamos, mesmo quando por plataformas digitais, buscavam sua reafirmação enquanto escolhas mais acertadas diante de seus públicos, objetivando a adesão de seus auditórios[60]. Tal empenho se justificava num contexto de avalanches de fake News, de perda da publicidade para as plataformas digitais e de toda uma crise vivida pelas democracias e economias neoliberais, superdimensionada pela crise decorrente do impacto global do Coronavírus.

Optamos, em nossa pesquisa, por analisar os jornais de maior circulação no país: o Estado de São Paulo (Estadão), a Folha de São Paulo (Folha) e o jornal O Globo, todos por facilidade de acesso via assinatura digital, em função da inexistência de distribuição impressa em nossa região. Constatamos que essa estratégia ocorria paralelamente a um esforço de promover as pessoas a perceberem o diferencial entre um conteúdo jornalístico apurado e feito de forma profissional, em comparação a outro, com informações falsas compartilhadas com aparência de notícias. Esses meios demonstravam um empenho por reafirmar a orientação e o agendamento de seus auditórios quanto ao percurso de escolha que eles representavam aos seus públicos idealizados. Parzianello (2013); (2014) resgata da Nova Retórica perelmaniana essa centralidade no auditório e oferece uma síntese do percurso teórico dessa tradição.

60 A noção de auditório nos é emprestada por Chaïm Perelman e sua Nova Retórica, a partir de trabalhos publicados em 1957, notadamente o Tratado da Argumentação.

Parece haver uma percepção pelas mídias de que não basta apenas produzir conteúdos jornalísticos, mas fazer também com que os públicos reconheçam tais conteúdos como confiáveis. E mais que isso: que esses seus públicos (ou auditórios) possam reconhecer a escolha pelos meios como sua primeira orientação e agendamento e assim orientarem o seu comportamento. Uma nova forma de agendamento nos pareceu assim configurada, portanto, para muito além dos tradicionais "o que pensar" e "como pensar" contidos na teoria de McCombs e Shaw: agora as mídias que analisamos também pareciam estar buscando agendar seus públicos "por onde pensar", anunciando-se como as escolhas mais supostamente acertadas pelas quais os leitores devessem pensar. O jornal reclama o lugar que parece estar perdendo para as mídias e redes sociais.

Desde nosso ponto de vista, esta orientação era parte da reação da mídia ao ataque contra o modelo de negócios que historicamente a segurou e a constituiu, e que se viu atacado com as novas configurações de mercado para o universo da informação, via velocidade e mobilidade com que o digital ofereceu o consumo de notícias.

Este trabalho foi desenvolvido em três momentos metodológicos. O primeiro, com uma pesquisa bibliográfica, orientada a partir de fontes básicas de leituras nos textos fundadores e alguns de seus comentadores. A essa pesquisa bibliográfica inicial, somou-se uma pesquisa empírica, feita primeiramente de forma assistemática no contato com a mídia, e depois, de forma mais sistêmica, metodologicamente organizada, por amostras do universo e com recortes destas, capazes de servir à descrição do que objetivava a nossa pesquisa. A este levantamento e descrição de dados, seguiu-se à análise interpretativa conforme LOPES (2014), acompanhada de uma volta aos autores e de algumas necessárias releituras, objetivando-se, assim, um movimento ascendente e descendente na relação entre teoria e prática.

AGENDAMENTO COMO ESTRATÉGIA

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) definiram a busca por adesão de auditórios como uma estratégia retórica. Para este polonês, naturalizado belga e sua assistente Lucie Olbrechts-Tyteca, a centralidade no auditório é decisiva para o efeito de adesão dos públicos a uma proposição argumentativa. É nesse sentido que neste artigo chamamos a estratégia de busca pela manutenção das audiências nos jornais enquanto uma prática de agendamento. Especialmente o argumento do jornal O Estado de São Paulo, como veremos a seguir, no sentido de buscar engajar o seu público ao consumo da informação e a uma fidelidade enquanto leitores foi o que nos permitiu ampliar (desde a análise interpretativa que aqui trazemos) o alcance e abrangência da descrição sobre como a mídia realiza esta agenda.

Na mesma direção, Fechine (2018) pontua também que são usadas estratégias de agendamento complementares às descritas pela hipótese da agenda-setting por estas mídias contemporâneas. A estratégia de engajar o público é de fato condicional para o efeito de agendamento da mídia. Há um contrato de agendamento a exemplo de contratos de leitura, na forma de engajamentos, que se firmam não de forma tácita entre os meios e suas comunidades de leitores que se antepõe aos demais agendamentos.

McCombs (2009) já percebera a estratégia da agenda-setting como dependente do engajamento. Neste trabalho, buscamos descrever e compreender como essa prática se dá pelo meio jornal na contemporaneidade do digital e que reforça esse entendimento, ampliando a nossa percepção quanto à ação do agendamento na forma de uma estratégia argumentativa e de fixação de auditórios.

Quando a *Agenda Theory* foi publicada, em 1972, a partir do paradigma da chamada escola funcionalista norte-americana e no contexto dos estudos conhecidos como *Mass Communicatuon Research*

(MCR), era dado a conhecer que a hipótese dos efeitos dos meios sobre os públicos era limitada e condicionada a um conjunto de variáveis, muitas delas sobre as quais temos de fato pouca ou nenhuma forma de interveniência. Toda investigação e descrição que indicasse alguma força estratégia para fazer com que os efeitos funcionassem, ela ganhava, desde então, enorme atenção e relevância, dada sua pretensa aplicabilidade.

No entanto, no campo dos efeitos da argumentação, em estudos paralelos como os que foram realizados por Perelman e Tyteca, desde 1958, vinham sendo apontados os obstáculos ao funcionamento de estratégias que ora pareciam condicionar algum agendamento do público a aspectos de conteúdo, ora estariam mais identificadas com marcas estratégicas de forma (pelo que mais precisamente vinculamos o interesse na retórica).

Há pelo menos quatro décadas se sabe que as audiências não se consolidam mais tão somente em torno de seus conteúdos. Nosso levantamento empírico, ainda que assumidamente limitado, vem na direção de confirmação dessa consciência histórica, ao mesmo tempo em que reafirma a agenda como estratégia no contexto da contemporaneidade midiática.

As teorias, por sua natureza descritiva e não prescritiva, quando de sua ampliação, como vem ocorrendo em relação à teoria do agendamento, apontam na direção do fortalecimento do jornalismo nas estratégias de engajamento de seus públicos. França e Simões (2016) consideram que quanto maior o engajamento de uma mídia com seu auditório, maior parecerá a relevância da hipótese do agendamento por não se tratar de uma verdade prática.

ORIGEM E CONTEMPORANEIDADE DA TEORIA DO AGENDAMENTO

A teoria do agendamento, também chamada de *agenda setting theory*, surgiu nos Estados Unidos, formalizada propriamente na década de 1970, desenvolvida inicialmente por Maxwell McCombs e Donald Shaw, por meio de uma pesquisa empírica realizada, ainda em 1968, para medir o comportamento dos eleitores nas eleições presidenciais norte-americanas. O objetivo era entender como a mídia auxiliava na formação da opinião pública e como as pessoas percebiam a realidade na qual estavam inseridas e se elas modificavam ou não o seu comportamento a partir dessa percepção. McCombs partiu do pressuposto de Walter Lippmann (1922) de que a mídia serviria como uma ponte entre a realidade e a mente das pessoas. Em entrevista para a Revista Intercom, McCombs (2011) comenta:

> Em 1968, Shaw e eu resolvemos testar aquilo que Lippmann tinha escrito. Os estudos mais remotos avaliavam a influência da mídia nas atitudes e na opinião pública. Mas, na maioria das vezes, encontrava pouca influência das notícias. Então, decidi que investigaria, ao invés disso, os efeitos cognitivos. O primeiro teste empírico dessa teoria foi levado a cabo durante a eleição presidencial de 1968, em Chapell Hill onde fica a Universidade da Carolina do Norte. (McCOMBS apud MELO e MORAES, 2011, p. 464)

De acordo com a teoria do agendamento, a mídia realiza um recorte da realidade, um enquadramento dos acontecimentos. Ao escolher determinados fatos em detrimento de outros e realizar uma cobertura destes fatos seguindo certos critérios e visões pré-estabelecidas, as mídias jornalísticas influenciam nos assuntos que o público identifica como os mais relevantes na sociedade e, dessa forma, ela pauta a agenda pública.

Um dos elementos principais para entender o agendamento é o que McCombs (apud MELO e MORAES, 2011) define como necessidade de orientação. Isto ocorre conforme o interesse do indivíduo em

saber sobre determinado tema, o que faz com que ele busque mais informações e esteja mais exposto às mídias. McCombs pontua que quanto maior o interesse de uma pessoa sobre determinado assunto, somado a uma possível falta de conhecimento acerca deste mesmo tema, maior também será o efeito do agendamento e a necessidade de orientação. "A necessidade de orientação é o melhor termômetro, mas se o tópico é relevante e você pouco sabe a seu respeito, a necessidade por orientação é muito grande" (McCOMBS apud MELO e MORAES, 2011, p. 466).

Já no ano de 1972, em nova pesquisa eleitoral, McCombs e Donald Shaw demonstraram que quanto mais um tema aparecia nas mídias, mais os públicos identificavam aquele tema como relevante para si; logo, as mídias influenciavam as pessoas sobre ***o que*** pensar. No entanto, percebeu-se também que os receptores influenciavam as mídias e estas se influenciavam entre si. McCombs (idem) postula que existem camadas de influência na produção das notícias. A começar pelas fontes, com a participação dos jornalistas e veículos de mídia sobre si mesmos e também entre os públicos, um conceito que remete ao fluxo de comunicação em dois níveis, onde as pessoas mais informadas, ou autoridades em determinado assunto dentro de uma comunidade, influenciam outras com as quais têm contato.

Hohlfeldt (1997) retoma outra importante compreensão dessa teoria, quanto ao fato de que diferentes tipos de mídia, impressa, televisiva ou digital podem realizar o que se chama de interagendamento:

> No que toca à questão da sequência temporal, levando-se em conta que o agendamento se dá necessariamente no tempo, verificou-se que se estabelece uma verdadeira correlação entre a agenda da mídia e a do receptor, mas também a agenda do receptor pode e acaba influenciando a agenda da mídia. Mais do que isso, descobriu-se que também havia um interagendamento entre os diferentes tipos de mídia, chegando-se mesmo a perceber que a mídia impressa possui certa hierarquia sobre a mídia eletrônica. (HOHFELDT, 1997, p. 47).

Os estudos sobre agendamento enfrentam o desafio de pensar a relação do jornalismo e das mídias com os públicos, tendo em vista uma realidade na qual o digital se faz presente e influi fortemente na comunicação e na disseminação de informações. Camponez e Ferreira (2020), por sua vez, explicam que perceber o papel do jornalismo na sociedade não é mais tão simples já que a mediação entre informações e públicos se dá muito através da web e das redes sociais e em menor grau pelas mídias jornalísticas hegemônicas e tradicionais. Segundo os autores, é preciso voltar a atenção para a forma como os públicos influenciam as mídias. A presença mais constante dos seus interesses e de conteúdos feitos por cidadãos nos veículos de comunicação é a descrição que oferece a teoria do agenda melding, que trata justamente de estudar os efeitos da agenda dos públicos sobre a agenda midiática. (CAMPONEZ e FERREIRA, 2020).

Traquina (2000) já soubera reconhecer que o agendamento é bastante mais que a clássica afirmativa de que as notícias nos dizem sobre o que é que devemos pensar e sobre como devemos pensar sobre o que pensamos. Ele descreve diferentes objetos midiáticos como enquadramentos na tarefa poderosa de agendamento. Notadamente, a orientação indicativa ao leitor quanto às escolhas que lhe cabe fazer para construir seu entendimento sobre os fatos noticiosos é uma dessas tarefas, a qual reconhecemos por sua emergencial atualidade diante do fenômeno da desinformação acelerada.

Todd Gitlin (1980) introduziu o conceito de enquadramento na investigação sobre comunicação de massa na sua análise feita nos anos 1960. Obviamente, ele se referia a um enquadramento da notícia. Queremos crer que deva existir um enquadramento do leitor, perceptível nessa estratégia contemporânea dos jornais impressos de direcionar as escolhas de seus auditórios em torno dos media aos quais ele deve eleger como percursos para a construção de sua percepção.

Reconhecemos nas estratégias dessa orientação pelos meios na presente conjuntura das suas rotinas de produção e no contexto da

desinfodemia contemporânea, um objeto de agendamento que, embora sempre deva ter existido no jornalismo impresso, tenha também ganho, na atualidade, alguma especial relevância na relação dos jornais com seus auditórios presumidos.

O direcionamento ou agendamento dos auditórios na mídia sempre existiu na forma de anúncios de propaganda institucional, na figura do Ombudsman e nos espaços de participação do leitor nos jornais. No entanto, parece estar havendo um novo agenda setting no contexto recente, consideradas as condições de produção das notícias diante da concorrência com mídias não noticiosas que disputam a atenção e adesão de auditórios no contexto da web e das redes sociais. Um agendamento que aqui definimos como disposto a orientar o leitor e influenciar a mudança de seu comportamento via reafirmação da decisão pelo consumo da informação através do jornal e parecendo responder ao enfrentamento do modelo de negócios que as novas mídias acabaram provocando.

O EXEMPLO DO ESTADÃO

O Jornal o Estado de São Paulo (Estadão), uma das mídias impressas mais tradicionais do país, vem desenvolvendo estratégias para fidelizar seus públicos, as quais nos pareceram, desde nosso ponto de vista, serem estratégias singulares de uma nova forma de agendamento. A campanha institucional do jornal[61] aborda o crescimento da desinformação e a dificuldade de se definir quais notícias são verdadeiras no contexto contemporâneo. O jornal coloca-se, na referida campanha, enquanto um defensor da liberdade de pensamento do seu público, argumentando que pensar é a melhor forma de combater a desinformação. Mas, reafirma-se como o caminho mais seguro para que este

61 Disponível em https://youtu.be/ZLBP1Zj6FLU (Estadão - Vem Pensar com a gente). Acesso em 07/08/2021.

percurso em busca do entendimento do leitor sobre o mundo se faça a partir do jornal e não por outras vias, o que de alguma forma, reduz o espaço de escolha do leitor e parece contradizer, em certa medida, o argumento da liberdade de pensamento.

Os enunciados narrativos utilizados pelo jornal apontam o caminho *por onde pensar* aos seus públicos. A estratégia fica evidente no próprio título do vídeo, que é o mote da campanha publicitária: "Vem Pensar com a gente". Todo empenho argumentativo é dado por meio de uma metalinguagem, com o vídeo contendo o jornal enunciando sobre si mesmo: como quando recomenda outros conteúdos do Estadão, indicando que a leitura, a escuta e compartilhamento dos conteúdos desta mídia são confiáveis e poderiam ajudar as pessoas no discernimento de quais informações são ou não falsas e como pensar diante do atual fenômeno da desinfodemia. A relação entre linguagem e mídia e a forma de construção de enunciados pelo jornalismo, são alguns dos principais temas de interesse do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa.

Esse exemplo da campanha promovida pelo jornal O Estado de São Paulo ilustra um movimento das mídias jornalísticas de busca pela retomada do seu papel de mediação central junto aos públicos, visivelmente ameaçado na realidade contemporânea. Trata-se de uma tentativa de conectar o jornal com seus leitores por meio de uma comunicação mais direcionada e pessoalizada. Nota-se isto em frases como: "acredite em *você*" e "o Estadão luta pela *sua* liberdade de expressão" (ESTADÃO, 2020).

O jornalismo é, sabidamente, uma área em constante transformação. Por consequência disso, é mesmo um imperativo que as mídias jornalísticas estejam atentas às tendências da sociedade e saibam reagir a ameaças ao seu modelo de negócios. O fato de O Estado de São Paulo tratar da liberdade de expressão dos indivíduos remete ao que Wolton (2010) nos diz acerca da realidade contemporânea no âmbito de como sujeitos se relacionam com a mídia e vice-versa. Segundo o autor, a interatividade e o individualismo são fatores-chave para

entendermos a forma como as pessoas interagem numa comunicação possível. "A comunicação é um problema de convivência e de laço social, característica de uma sociedade de movimento, de interatividade, de velocidade, de liberdade e de igualdade" (WOLTON, 2010, p. 25). Com isso, entendemos que o Estadão busca identificar as características que pautam os interesses dos seus públicos com o meio e efetivar seu vínculo com os indivíduos leitores não apenas através da informação, mas das escolhas supostamente arbitrárias dos meios que elas elegem para estabelecer sua relação com o mundo.

Na campanha do Estadão há um link para direcionamento ao site do jornal, por meio do qual o público é orientado a fazer a assinatura do mesmo. A interatividade estabelecida ou provocada pelo *mídia* é assim colocada na forma de ofertas que se complementam, conforme descrevera, de certo modo, Palácios (2003), sobre o jornalismo on-line, quando tratava da possibilidade que recai ao indivíduo para interagir a partir de um conteúdo jornalístico diretamente com a publicação e seus autores, e de sua hipertextualidade, por meio da qual um determinado conteúdo leva a outros, complementares ou relacionados entre si. O agendamento sobre ***por onde*** pensar a informação sobrepõe-se a outras formas de agendamento e amplia a compreensão sobre o hipertextual e sobre o fenômeno da interação nas mídias.

AS EXPERIÊNCIAS DE OUTROS MEIOS

O jornal Folha de São Paulo (*Folha*) vem usando como estratégia de agendamento a fidelização da audiência através de assinaturas gratuitas, provisórias, temporárias e ou destinadas a alguns nichos de mercado, como o dos professores de escolas da rede pública de ensino. No conjunto destas estratégias, a Folha faz uma orientação semelhante de agendamento sobre ***por onde*** o leitor pode pensar o jornal e sua realidade. Trata-se, evidentemente, de uma ampliação da

estratégia de agenda-setting até então absolutamente assentada sobre a mídia e seus conteúdos. Na propaganda institucional que a Folha promove o acesso diário e limitado a todo seu conteúdo, orienta-se para os caminhos pelos quais o leitor poderá encontrar afinidade com o meio e não mais somente a informação que o seu jornalismo oferece.

Nesse sentido, ganham destaque no metadiscurso da empresa jornalística a indicação dos podcasts e newsletters exclusivas, os aplicativos em tempo real para diferentes smartphones e plataformas (Android e IOS), a possibilidade de seleção automática de opções de preferência do leitor assinante, entre outras estratégias.

Curioso é perceber que essa estratégia de agendamento tem seu efeito, justamente, pelo conhecimento presumido do jornal sobre seu auditório. Empresas de comunicação, como jornais de grande circulação, não só no país, responderam mais rapidamente a esta sintonia com seus públicos, atualizando a comunicação com seus leitores. Em virtude das transformações tecnológicas é que a instrução orientativa sobre como o leitor pode acessar mais facilmente a informação e o jornal, e com isso, lograr maior adesão de seus públicos, vai ganhando marca contemporânea de agendamento.

O jornal O Globo é outro exemplo dessa ampliação de um agendamento pela estratégia orientativa aos seus leitores. No dia 06 de agosto de 2021, o veículo anunciava sua modernização na forma de comunicação com seus leitores. Particularmente em relação ao jornal O Globo, há que se reconhecer que essa estratégia optou, ainda, por um agendamento bastante centrado no seu conteúdo informativo, pelo que anuncia uma ênfase a assuntos de saúde (especialmente em virtude da realidade pandêmica), esportes (sob a inspiração, certamente, dos Jogos Olímpicos de Tóquio); e em política (haja vista a proximidade do ano eleitoral de 2022). Ainda assim, a indicação de que essa modernização anunciada pelo jornal viria acompanhada de um “desenho audaz” e de nova organização das páginas com objetivo de tornar a leitura mais agradável e a localização do leitor mais intuitiva, contempla

o caráter estratégico de um agendamento sobre ***como*** (no sentido de ***por onde***) o leitor deva pensar o jornal e sua realidade.

Ainda sobre o jornal O Estado de São Paulo (Estadão), especialmente significativa no âmbito do agendamento pareceu ter sido também a criação recente do "Estadão Expresso na Perifa", um projeto do Estadão Blue Studio e 99 em que coletivos periféricos apresentam hub de conteúdo multimídia, produzido por quem vive e conhece o cotidiano da vida nas comunidades. Ao vê-lo divulgado na forma de anúncios institucionais do próprio jornal, configurando-se de mesmo modo numa metalinguagem discursiva, temos que o jornal assume seu papel orientativo direto em relação a audiências e também amplia o caráter de uma estratégia de ganhar a fidelização e adesão dos leitores apontando ***por onde*** eles podem e devem ir percorrendo o jornal e logrando o efeito desejado pela mídia de adesão ao meio.

UMA DETERMINAÇÃO DA CULTURA

A influência das mensagens e da agenda de mídia atravessou notadamente a história das teorias da comunicação. Desde abordagens mais pavlovianas a proposições teóricas mais contemporâneas, o empenho descritivo tem sido na identificação de renovadas formas de influência, as quais funcionam como estratégias de comunicação.

A teoria do agendamento se firmou como teoria dos efeitos, ampliando a concepção de Walter Lippmann (1922) quanto ao papel da imprensa. Especialmente numa sociedade sabidamente desorientada como a desta era em que vivemos, da hiperconectividade, e diante da evidência de maior complexidade nas interações sociocomunicacionais, alargam-se os âmbitos desta teoria, à medida que sempre mais os consumidores de informação sentem necessária uma orientação de percurso de escolha pelo meio antes que uma orientação interpretativa acerca de seus conteúdos. Com efeito, é muito diferente o consumo da

informação em um mundo superdimensionado quanto à oferta de espaços de informação e possibilidades de um repositório de conteúdo diverso. Há pouco mais de algumas décadas, ainda se tinha no processo de busca orientativa, muito menos opções de escolha e uma reduzida alternativa de espaços de mídia, os quais figuravam entre um jornal impresso ou outro e uma oferta ou outra de mídias radiotelevisivas.

Os novos media, as novas plataformas de media e as redes sociais modificaram, mas não excluíram, a capacidade de agendamento. Pelo contrário, ainda reforçaram a possibilidade e o formato estratégico de fazê-los, a tal ponto de virmos a falar, contemporaneamente, em "processos de agendamento na era digital" (CAMPONEZ, 2021). Novos hábitos de consumo requerem análises funcionais sobre um universo de processos e fenômenos comunicacionais cada vez mais híbridos, com uma relação cada vez mais individual na experiência de consumo informacional e que, em última análise, concorrem para consolidar o papel democrático e cidadão dos *media*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo, buscamos analisar como novas estratégias com vistas ao consumo da informação se relacionam com a busca por uma fidelização dos públicos por parte das mídias jornalísticas. Pela simples observação de novas tendências mercadológicas dos jornais na busca pela adesão de seus públicos (auditórios), foi possível estabelecer um paralelo com a teoria do agendamento, à medida que entendemos a extensão desse agendamento para muito além do universo das notícias.

A análise realizada a partir das mídias jornalísticas *Folha, Estadão* e *O Globo*, contribui para as discussões da linha de pesquisa do Diálogos do Pampa, à medida que traz novos olhares nas análises sobre o comportamento e as estratégias das mídias para alcançar seus públicos.

O enquadramento do leitor como forma de agendamento é uma releitura da retórica aristotélica e que vem sendo identificada como estratégia da mídia hegemônica impressa, mesmo em suas versões digitais.

Notamos que as transformações ocorridas na sociedade modificam as estratégias de busca por adesão dos auditórios presumidos e não universais por parte das mídias, agora atreladas ao digital e tendo o desafio de enfrentar a perda do seu papel de mediação das informações. A recontextualização dos conceitos originalmente trazidos pela teoria do agenda-setting, somada aos pressupostos teóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1957) acerca da centralidade dos auditórios, entre outros autores, ajudaram na compreensão da nova tendência de comportamento dos media e no que queremos considerar como uma prática de agendamento no jornalismo contemporâneo brasileiro. Caminhamos na direção de reconhecer esse agendamento como uma terceira pergunta a influenciar a mudança de comportamento no consumo da informação: não mais o que, nem como, mas por onde possamos nos orientar e aderir a uma proposição informativa.

O atual cenário de uma pandemia da desinformação e o crescimento da defesa social por liberdade de pensamento e liberdades individuais (WOLTON, 2010) foram caminhos para esse novo ordenamento da mídia. Por onde pensar passou a ser a pergunta retórica dos jornais aos seus leitores, enunciada como nova forma de agendamento à medida que faz da resposta a busca pelo convencimento das mídias de que sejam elas mesmas a única escolha acertada possível. Certamente esta evidência e esta reflexão nos levariam a dezenas de outros desdobramentos relativamente a como a mídia jornalística encontrou respostas para se reafirmar no sentido que possa ter a seus auditórios. Quanto a estes, resta a certeza de que se consolidam como o quinto poder e falam mais decisivamente que os próprios meios.

REFERÊNCIAS

McCOMBS, Maxwell ; SHAW, Donald. **The agenda-setting function of mass media. Public Opinion Quaterly**, v. 36, n. 2, p. 176-182. Oxford, 1972.

CAMPONEZ, Carlos, *et al*. (Orgs). **Estudos do Agendamento.** Teoria, desenvolvimentos e desafios- 50 anos depois. Beira Interior: Labcom, 2021.

ESTADÃO - Vem pensar com a gente, [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (30s). Publicado pelo canal Estadão. Também disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZLBP1Zj6FLU & ab_channel=Estad%C3%A3o. Acesso em 07 ago. 2021.

FECHINE, Yvana. *In:* Santaella, Lúcia *et al*. (Orgs). **Desafios da Transmídia**: processos e poéticas. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. **Curso Básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

HOHLFELDT, Antônio. **Os Estudos sobre a Hipótese de Agendamento.** Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 7. Novembro de 1997.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching.** Berkeley: University of California Press, 1980.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** (1922). Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**, 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, José Marques de e MORAES, Osvando de. (Orgs). **Vozes da Democratização e Cidadania:** a polêmica global-local. Intercom: São Paulo, 2011.

PALÁCIOS, Marcos. **Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line:** o lugar da memória. Modelos do jornalismo digital. In. Machado, E. e Palácios, M (Org.) Salvador: Calandra, 2003.

PARZIANELLO, Geder. **A retórica nos estudos de jornalismo e da comunicação:** o potencial político do rhetorical criticism. *Revista FAMECOS*, *21*(2). Porto Alegre: PUCRS, 2014.

PARZIANELLO, Geder. **A retórica nos estudos em comunicação no Brasil:** uma tentativa de mapeamento histórico. *In:* Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil 2012/2013. Brasília: IPEA, 2013. Vol. 4.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação:** a Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo.** Análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre, Sulina, 2010.

7

Sandra Barbosa Parzianello

OS SENTIDOS NO DISCURSO POLÍTICO:
da negação à barbárie

The meanings in political discourse:
from denial to barbarity

Resumo: O artigo inscreve-se nas disputas antagônicas, a respeito dos discursos no segundo turno da campanha presidencial de 2018, representados pelos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), que buscavam a hegemonização e os sentidos democráticos. Tomamos por base as contribuições teóricas pós-estruturalistas, articuladas na proposta do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (CNPq/Unipampa), para a construção do conhecimento de caráter científico com o objetivo de analisar as disputas, os processos de significação e diferenciação entre dois discursos políticos antagônicos e ideológicos, para pensar a própria sociedade. A análise oferece evidências discursivas que mais uma vez revelam um Brasil articulado pela adesão e pela polarização política. Esse trabalho envolve temas abordados nos encontros do grupo de pesquisa, como produção dos sentidos de um discurso, mídia e política.

Palavras-chave: discurso; antagonismo; antipetismo; anti-conservadorismo; eleições 2018.

Abstract: *This article is part of the antagonistic disputes, regarding the speeches in the second round of the 2018 presidential campaign, in Brazil, represented by the candidates Fernando Haddad (PT) and Jair Bolsonaro (PSL), who sought hegemony and democratic meanings in their speeches. We take the post-structuralist theoretical contributions, articulated in the proposal of the Diálogos do Pampa Research Group (CNPq/Unipampa), for the construction of scientific knowledge with the objective of analyzing the disputes, the processes of meaning and differentiation between two political discourses, the antagonistic and the ideological, to think about society itself. The analysis offers discursive evidence that once again reveals a Brazil articulated by adherence and political polarization. This work involves themes addressed in the research group's meetings such as the production of the meanings of a discourse, media, and politics*

Keywords: *speech; antagonism; antipetism; anti-conservatism; elections 2018.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo entrar no debate e analisar as disputas, os processos de significação e diferenciação entre dois discursos políticos antagônicos e ideológicos, para pensar a própria sociedade. Os avanços políticos que ocorreram no Brasil a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, a nossa "Constituição Cidadã", carregam uma gama de valores simbólicos e democráticos incontestáveis a todos os brasileiros.

Sabendo que chegamos no atual nível democrático a partir dos acordos entre sujeitos militares e sujeitos civis, na travessia para a redemocratização, o fato é que, mesmo pelo caminho lento e gradual e em meio às articulações travadas pelas instituições democráticas, a sociedade brasileira tem se constituído a partir dos constantes momentos de antagonismos.

Nos últimos anos, assistimos a recorrente polarização política e eleitoral construída a partir dos preceitos ideológicos dominados, por mais de duas décadas, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A evidência antagônica na relação, em torno desses dois partidos políticos, se constituiu pelos discursos dos principais sujeitos que lideraram os diferentes pleitos, e se construíram a partir de suas formações discursivas, seguindo duas linhas de pensamento contrárias e, portanto, divergentes, que notabilizaram essas diferenças antagônicas entre a situação e os projetos da oposição.

Mas, diante do jogo e das evidentes crises políticas, muitas delas controversas, levadas a cabo pelos projetos de poder e no tabuleiro das vaidades, os discursos do PT e do PSDB não surpreenderam mais os eleitores, os cidadãos e o povo articulado pelas emergências de suas demandas. Em meio aos dois emblemáticos candidatos Fernando Haddad (PT) e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSDB), notava-se um sorrateiro, um nome que surge com um sentido de terceira

via, o deputado federal, Jair Messias Bolsonaro (PSL). Um protagonista das redes sociais, audacioso, que com o tempo simbólico de 8 segundos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), no rádio e na tevê, evolui estrategicamente, entre os 13 candidatos à Presidência da República do Brasil, em 2018.

Portanto, despertados por essa novidade na política, o presente trabalho se propõe a realizar uma reflexão a partir do cenário político que emergiu no segundo turno da campanha presidencial em 2018, representados pelos candidatos Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), que se propagaram em formações discursivas midiatizadas, ao interpretar a precariedade da crise política e social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tomamos por base a teoria do discurso, em abordagens pós-estruturalistas/pós-fundacionais (Laclau, 2013; Laclau e Mouffe, 2015; Foucault, 2013), para analisar e buscar interpretar as estratégias mobilizadas pelos diferentes interesses políticos em jogo. Com essa perspectiva, a análise do discurso como recurso metodológico privilegiado é redimensionada também como referencial teórico na medida em que está estreitamente relacionada à Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015).

A pertinência e interesse nesse estudo, se justifica pela preocupação com a garantia de nossos direitos, reconhecimento da democracia e a democratização do acesso ao conhecimento científico. Esses temas pautaram muitos dos debates e alguns encontros de trabalho, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa, na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Convergente a essas demandas, percebemos o sentido da luta política contra a desigualdade econômica e a barbárie, a favor da justiça social.

Para esse artigo, consideramos o fato de ocorrer uma campanha atípica, pela novidade entre os dois discursos antagônicos, que mobilizaram a militância a partir da política-ideológica partidária, para

pensar a própria sociedade. Dessa forma, tomando como base a teoria do discurso, pós-estruturalista de Ernesto Laclau, bem como as categorias que fundamentam seu pensamento, problematizamos: Como se deu a campanha eleitoral de 2018, na articulação dos significados à polarização e composição discursiva na produção de sentidos pelo antipetismo e anti-conservadorismo?

Nota-se que, de um lado, tivemos um PT criticado basicamente pelo desgaste do governo Dilma Rousseff (PT), pelos escândalos expostos do ex-presidente Lula e, consequentemente, pela falta de autocrítica das suas lideranças. De outro lado, o PSL, partido pouco (re)conhecido, que somou um alto grau de rejeição ligado ao nome do candidato radical Bolsonaro e a ideia de "barbárie". Por essas formações discursivas, carregadas de sentidos antagônicos que, mais uma vez tivemos no Brasil uma campanha eleitoral protagonizada pelo elevado índice de polarização.

ENTRE A PRECARIEDADE E A CONTINGÊNCIA À NOVA POLARIZAÇÃO

Conforme apontamos na introdução, a guerra de posições políticas, travada entre o PT e PSDB, foi marcada pelos sucessivos discursos políticos que dominaram as campanhas, mas no contexto da contemporaneidade se permitiu uma nova possibilidade e articulação política. No horizonte, a qualidade democrática e o respeito às instituições, que abrem caminhos para a ampliação e a participação do povo.

Das lutas pela significação e hegemonização de um sentido particular de democracia, surgiu o desafio que consiste em arquitetar uma composição de lutas "parlamentares e extraparlamentares". Ainda, pela contingência e uma série de problemas que mexeram com os rumos da economia no Brasil, o PT apropriava-se de um discurso

voltado a estabilidade econômica e desenvolvimento social, enquanto que o PSDB apontava no sentido oposto, indicando desestabilidade e regressão da economia sob o viés da corrupção. Conforme Laclau: "Esta ambiguidade fundamental pode ser vista claramente no conceito gramsciano de 'guerra de posição'." (2015, p. 135).

Mas, a política brasileira deu sinais e passou a se constituir por um novo caminho, uma nova dimensão tomada pela força da tecnologia, frente às formas tradicionais de se fazer política. Mesmo nos limites da democracia[62] e, em decorrência de situações críticas que envolveram temas pertinentes à corrupção, economia e ao desenvolvimento social[63], mudaram as relações de poder, se apropriaram da tecnologia e, portanto, sem um limite pré-estabelecido sobre a capacidade de prescindir as instituições.

> No decorrer do último quarto de século, por outro lado, o veloz crescimento da internet e, em especial das mídias sociais, desequilibrou a balança do poder entre insiders e outsiders políticos. Hoje, qualquer cidadão é capaz de viralizar uma informação para milhões de pessoas a grande velocidade. Os curtos de se organizar politicamente despencaram. E, à medida que o abismo tecnológico entre o centro e a periferia se estreitava, os incitadores da instabilidade levavam vantagem sobre as forças de ordem. (MOUNK, 2019, p. 32).

Essa tendência para uma nova forma de debate político não integrava o domínio das articulações discursivas que predominavam a pauta dos "petralhas" e "coxinhas", para usar os termos em uso, referindo-se aos militantes da esquerda e da direita, respectivamente. Somado a isso, os escândalos e o descrédito nos políticos se arrastavam desde 2005, com o histórico do Mensalão[64], agravado pelos

62 Questão central para os estudos em Ciência Política contemporânea.

63 Temas abordados em minha dissertação de Mestrado (2015), sob o título: "A Propaganda Eleitoral na Perspectiva da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau."

64 Referente aos escândalos de corrupção política no Brasil mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional (2005 - 2006).

movimentos sociais[65] de 2013, pelo *impeachment* da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff (PT), em 2016, pela chegada de Michel Temer (MDB) ao poder e pelo avanço nas investigações e ações da Operação Lava Jato[66]. Todas essas fissuras colaboraram para o processo de recessão democrática[67], ou seja, um movimento que se move no sentido contrário do sentido democrático, o que permitiu reflexos diretos na articulação política.

A campanha eleitoral de 2018 foi marcada pela fragmentação política e partidária[68], que de acordo com as novas regras eleitorais, se tornou a mais curta da história[69], e, sem dúvida, ganhou visibilidade perante dúvidas e incertezas, a começar pela indefinição do real candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). O PT havia registrado como seu candidato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), mas, conforme a Lei da Ficha Limpa[70], haveria um impedimento legal de ser, já que Lula se encontrava preso[71] em Curitiba, nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná.

65 Tomando a história mais recente, no Brasil, as principais manifestações populares ocorreram em junho de 2013 e nos protestos, principalmente nas capitais entre 2015 e 2016 – culminando no processo de *impeachment*.

66 Operação da Polícia Federal (PF) que apurou sobre um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. O processo ainda está em curso a partir de investigações que já resultaram em centenas de mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva

67 Expressão usada por Yascha Mounk. (2019, p.9).

68 Pelo menos 13 candidatos disputaram a Presidência da República, perdendo apenas para 1989 quando o Brasil teve 22 candidatos à Presidência.
Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9o do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 21 de mar. 2019.
12 Passando a ser vice da chapa, a gaúcha Manuela D'Ávila (PCdoB).

69 De acordo com a Lei 13.165/15, o período de campanha fora reduzido de 90 para 45 dias.

70 Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9o do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 21 de mar. 2019.

71 Em 07 de abril de 2018, condenado a 12 anos e um mês, por crime de corrupção e lavagem de dinheiro na operação Lava- Jato.

Esse aglomerado de articulações políticas, que se proliferavam velozmente, de modo muito evidente nos discursos das mídias sociais, questionavam os limites da democracia representativa. “Essa desconfiança visa ainda a alimentar um medo geral que tem enunciado que fora dos marcos da democracia liberal e do capitalismo, tudo seria o caos e a barbárie” (MENDONÇA, 2015, p. 73).

A possibilidade de exclusão dos pilares da democracia, colocaria em xeque perdas das conquistas sociais, resultado de luta da maioria da população brasileira, deficiência econômica sem as relações globais e colocaria em risco o futuro de toda uma geração pela instabilidade do mercado, com a ampliação das tensões sociais, da violência e insegurança social. Esses fatores colocam a nação em profunda redução e declínio do bem-estar da maioria do povo, acelerando a condição de barbárie social.

Naquele momento a novidade era outra. Declarada a inelegibilidade do candidato Lula, o PT oficializa em 14 de setembro de 2018, o vice candidato da chapa de Lula, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad[72], para candidato[73] à Presidência da República. Haddad, professor universitário, contou com o apoio da militância petista, da expressiva massa das universidades, redações de jornal e até de integrantes do Poder Judiciário. Mas, naquela contingência, o PT enfraqueceu o seu discurso à medida que essas formações linguísticas não se fixavam, e, se modificavam com a mudança do slogan “O Povo Feliz de Novo”[74] para o slogan das ruas “O Brasil Para Todos”. Na mesma decadência, o movimento petista mexia na sua identidade, com a tentativa de excluir da campanha a cor vermelha de sua bandeira, para adotar o verde e amarelo da bandeira do Brasil.

Enquanto era perceptível a falta de uma formação discursiva, mais elaborada, dos candidatos do PT e PSDB, o candidato do Partido

72 Passando a ser vice da chapa, a gaúcha Manuela D'Ávila (PCdoB).

73 Tendo a coligação 2min.32s. de tempo de horário eleitoral no rádio e na tevê.

74 Coligação composta pelos partidos: PT / PC do B / PROS.

Social Liberal (PSL), Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro, se fortalecia[75] pela autenticidade. Mesmo desacreditado, Bolsonaro driblava os elevados índices de rejeição, segundo pesquisas eleitorais, sem omitir seus costumes tradicionais e o perfil conservador. Sob o slogan, "Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos"[76], o militar da reserva e seu vice, também da reserva, General Antônio Hamilton Martins Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), despontavam como os favoritos, apesar dos inexpressivos 8 segundos de tempo, no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HGPE), veiculados pelo rádio e pela tevê.

> Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normais mais básicas das instituições do país – chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas. (MOUNK, 2019, p.10).

Motivados por ressentimentos e em um cenário de disputa, os candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), chegaram ao segundo turno, estabelecendo tentativas de fixar sentido que justificassem a polarização política, naquele momento da campanha. Paralelo ao HGPE, as redes sociais repercutiam as formas da constituição social corporativa, com a repetição, que implicava em uma nova forma de fazer política, em discursos reveladores e recalcados. É o poder das mídias sociais que proporcionaram um nível de sedução, que mexeu com a emoção do eleitorado pelo discurso político.

De um lado, a busca de estratégias pelo ex-ministro Haddad, em defesa do despertar e do sentido de luta pelas minorias e a favor dos trabalhadores; do outro, Bolsonaro como elemento propulsor de

75 Mesmo internado e depois em processo de recuperação do atentado que sofreu em 06 de setembro de 2018, em Juiz de Fora (MG). Bolsonaro foi atacado com uma faca no abdômen, durante a campanha de rua. https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/bolsonaro-leva-facada-veja-repercussao.ghtml

76 Coligação composta pelos partidos: PSL / PRTB.

sentimentos tão agudos, quanto a facada que o candidato levou durante a pré-campanha. “Quando analisamos o discurso político, verifica-se que esta é uma tentativa de fixar sentidos, que têm a urgência como condição e durante as campanhas eleitorais esta urgência é ainda mais fácil de ser verificada.” (PINTO, 2005, p. 80).

PELO ANTIPETISMO E PELO ANTI-CONSERVADORISMO

Ao contrário do que se verificou nas campanhas eleitorais das últimas décadas, o pleito de 2018 se configurou como atípico e contraditório. Além dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, sustentarem altos índices de rejeição[77], o modelo de campanha não se deteve ao tempo do HGPE. A propósito, se levarmos em conta os últimos quatro anos, quem deu o tom da campanha foi Jair Bolsonaro, pois, seus filhos trabalharam sua imagem nas mídias sociais sem moderar o discurso do então Deputado Federal, sempre na linha do antipetismo[78].

Bolsonaro torna-se uma ideia no sentido de uma cultura conservadora que se mantém nas entranhas dos brasileiros, no sentido do ser normativo que se espelha em uma ordem militarizada em reação à insegurança social e ao aumento da criminalidade no país. O nome Bolsonaro torna-se um significante à medida que envolve as condições necessárias para uma formação discursiva que, neste caso, sustentou-se em ressonância à sua autenticidade. Gostando ou não, há uma inegável capacidade de ser que merece ser dada ao candidato, que importa observar e reconhecer como um fenômeno político. Para compreender esse modo contemporâneo de se fazer política, também é importante

77 Conforme dados coletados pela BBC Brasil. Divulgados em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45595033. Acesso em 20 de abril de 2019.

78 Mesmo quando Bolsonaro ainda era do Partido Progressista (PP) e este era aliado dos governos Lula e Dilma (2005-2016).

observar como se superou as grandes empresas de mídia e a formação oligárquica constituída sobre os meios de comunicação de massa.

> Com o surgimento das mídias sociais, essa vantagem tecnológica praticamente evaporou. Daí a oposição democrática nos países autoritários hoje ter mais ferramentas para derrubar um ditador plantado no poder. Mas por conta disso também os mercadores do ódio e da mendacidade encontram muito mais facilidade para solapar as democracias liberais. (MOUNK, 2019, 179).

Contudo, devemos considerar que nas democracias contemporâneas os espaços de construção do discurso político se ampliam, se diversificam cada vez mais e acabam, em alguma proporção, medindo forças com os espaços já constituídos, como nos locais dos palanques, na imprensa e em sociedade. Mas, o êxito do discurso político dá-se à medida que ocorre a desconstrução do outro e na forma como constrói a si mesmo, o que permite a oposição ao outro.

A partir dessa relação de tensão que Ernesto Laclau (2013), compreende a política. Portanto, não há significação sem identidade e Bolsonaro é o significante[79] que marca a substituição de bandeiras históricas no Brasil, antes da luta de classe e hoje de identidade ideológica da extrema-direita; antes de oposição aos banqueiros e hoje de atenção às contradições subjetivas da economia.

A democracia é constantemente testada, mostrando uma trajetória a partir da expectativa cidadã manifesta na Constituição de 1988, com avanços no decorrer do período, chegando na atualidade com um quadro desalentador, que pode nos levar à barbárie social.

Durante a campanha, as ruas geraram articulações para uma guerra de diferenças culturais e, portanto, discursivamente antagônicas, nas linhas do antipetismo e do anti-conservadorismo. Desta forma se constituiu o jogo de relações da política e consequentemente se

79 Laclau irá tratar as categorias de significantes “vazios” e “flutuantes” como estruturas diferentes. A primeira diz respeito à construção de uma identidade popular, uma vez que a presença de uma fronteira estável é dada como certa; a segunda tenta empreender conceitualmente a lógica dos deslocamentos daquela fronteira. (2013, p. 199).

estabeleceram os inimigos políticos do momento, no jogo discursivo eleitoral. Mouffe (2017), contextualiza que a importância política, no jogo de relações, permite a ideia de "fronteira" nas lutas pela significação, de modo a indicar a presença do antagônico entre as proposições dos sujeitos políticos e, claro, distintos na sociedade.

Se Bolsonaro representava o antipetismo numa referência às elites, à comparação com o Presidente dos EUA, Donald Trump e aos eleitores antipetistas; o petista Haddad era o representante do anti-conservadorismo e precisava dar conta de uma formação discursiva já semeada pelo candidato Lula, no sentido mais clássico do termo, criticando as instituições, fazendo intervenções em favor dos mais pobres, dos trabalhadores e das pessoas excluídas e oprimidas. "Assim, a representação é um processo de mão dupla: um movimento do representado em direção ao representante e um movimento correlativo do representante em direção ao representado" (LACLAU, 2013, p. 232).

Lula era visto como alguém que se constrói a partir dessa ligação com os oprimidos, com o trabalhador e com os mais pobres e vulneráveis economicamente. "Na maior parte do tempo, uma oposição entre "pobres" e "ricos" dá a tônica ao conflito partidário, mediado por um vasto interior em que prevalecem relações de clientela." (SINGER, 2018, p.131). O candidato sucessor, Fernando Haddad, se sustentou em um ambiente de campanha hostil, já que o antipetismo crescia desde 2012 com o julgamento do chamado "Mensalão" e todo o contexto político que associava a corrupção ao candidato Lula e ao PT.

Em tese, Haddad significou o radicalismo petista e um certo perfil coronelista que o nome Lula carrega, pelo menos para o nordeste brasileiro, porém, a campanha levou a desenvolver uma linha discursiva mais tênue, provavelmente pela falta do debate e devido o tempo de campanha ser mais curto. Nessa mistura entre preferência e rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT), Lula ainda era um expoente, um símbolo por ser pernambucano, humilde, com pouca escolaridade e referência ao povo oprimido, trabalhador e honesto.

Lula é um sujeito-significante que veio do povo e sabe o que esse povo sente, pensa e converge.

A partir desse empoderamento histórico, que o nome Lula carrega, Haddad constituiu sua peregrinação para uma nova leitura do momento democrático brasileiro ao trabalhar com momentos de rejeição e os próprios limites do discurso.

> Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder pelo qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013, 09-10).

A política na contemporaneidade precisa dar conta desse jogo discursivo e dos conflitos que reivindicam algo em uma estrutura democrática frágil, mas que constituem nosso horizonte normativo da prática e desse discurso político que sempre gira em torno das demandas[80] existentes.

Em meio aos ânimos inflados das militâncias, de modo geral, ambos candidatos, cada um a seu modo, demonstraram um certo grau de tolerância e mesmo sem o debate formal procuraram dar conta do jogo discursivo frente a sociedade democrática plural em que vivemos. A democracia na contemporaneidade tem esse perfil de polarização em que muitos sujeitos não se colocam como de lado algum, mas, entram no universo do debate político. Portanto, os conceitos de democracia colaboram ao longo do tempo, para a compreensão sobre os avanços e limitações da nossa sociedade contemporânea, em meio ao clima de polarização e de disputa política em que as estratégias se adaptam a habilidade e aos jogos retóricos dos políticos.

80 "Uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, será denominada por nós uma *demanda democrática.* Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas *demandas populares.*" (LACLAU, 2013, p. 124).

Ressaltamos, que a Constituição Federal de 1988 e suas regulamentações foram fundamentais para o povo. Se não houvesse esse marco legal, a população brasileira estaria mergulhada na barbárie. Portanto, somente com a construção e com a consolidação da política nacional para a inclusão social amplia, a longo prazo, a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar situações de pobreza, prevenir ou proteger da violação dos direitos, ampliar oportunidades e garantir o acesso a direitos humanos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os discursos possuem um poder que se resume na arte de constituir hegemonias. Essa é a ordem do discurso político, que usa de ferramentas retóricas para emocionar, dar significado ao significante, afinal, é este que dá sentido às coisas em sua especificidade, pois, procuram elaborar ideias simples para problemas complexos.

O candidato Bolsonaro por natureza, é um antipetista e as circunstâncias potencializaram sua candidatura e preferência do eleitor em 2018. Os dois governos, com governabilidade frágil de Dilma Rousseff (PT), possibilitaram reflexos importantes na economia, gerando mal-estar e um desgaste político que, somado à descrença no sistema representativo, só fez desenrolar o processo de impeachment. Haddad, procurou potencializar o seu discurso de forma intelectual, agregando a ideia da vontade do povo, agregado ao discurso que ele seria o representante do bem, onde há pessoas boas olhando pelos pobres e com justiça social.

Nesse sentido, o período de redemocratização do país provou da instabilidade por um curto período, com ações para a inclusão social no começo do século, mas o que prevaleceu foram as medidas de exclusão social, até com a possibilidade no período recente de uma situação de barbárie social. A linha do tempo demonstra as dificuldades

criadas pela elite econômica brasileira, em deixar estabelecer no país um bem-estar social cidadão, expectativa gerada pela CF de 1988, no início do processo de redemocratização.

Essa construção esbarrou na questão moral, associado ao expoente Lula e aos casos de corrupção, que levaram a sua prisão. A campanha toma um viés reativo, em que o tema segurança pública ganha predominância no discurso da extrema-direita, associando a disciplina militar do candidato Bolsonaro à incessante busca por soluções sobre o aumento da criminalidade no país.

Bolsonaro se tornou um fenômeno no século XXI, e a teoria política precisa dar conta dessa leitura de modo a apreender com esses fenômenos, formas de interpretar o mundo de modo realista. Daí a importância dos trabalhos empíricos, a partir do crescimento das mídias sociais como um denominador comum, a fim de perceber o discurso que significa à polarização.

Os sentidos no discurso político, apontam as demandas e por sua vez os problemas sociais que assolam a contemporaneidade, significando o discurso subjetivo interpretado por Laclau (Mendonça, 2010, p. 482), "em termos de estratégia política não existe, portanto, a real possibilidade de se chegar ao 'fim da história'"; e, neste tempo, articulamos da melhor forma as tensões políticas, da negação à barbárie, não como escolha, mas pela condição e possibilidade de existência.

Por isso, a importância da ciência, para que o social seja pensado por meio do trabalho teórico-metodológico e das relações empíricas, para as condições de um projeto político adequado. Esse é o desafio, trabalhar as articulações políticas e sociais, que movimentam a democracia e os sentidos contingentes, o que definem o nosso momento. Portanto, a teoria política está vinculada a esses embates e coexiste à ideia de representação, com as críticas inerentes a ela mesma e com as crises políticas, fonte inesgotável da política.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015.

MENDONÇA, Daniel de. Pensando (com Laclau) os limites da democracia. *In:* LOPES, Alice Casimiro e MENDONÇA, Daniel de (Orgs.). **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau:** ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015.

MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. Sociedade e Estado, v. 25, p. 479-497, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000300004

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia:** porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise do discurso político**. Revista do Departamento de Ciências Humanas, Barbarói. nº 24, ano 2006. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/%20821/605

ROSSI, Amanda. **Eleições 2018:** Haddad e Bolsonaro avançam, mas sombra da rejeição aumenta. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45595033. Acesso em: 20 abr. 2022.

SINGER, André. **O Lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (211-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VENTURINI, Lilian. **Quais são os 5 eixos da campanha eleitoral de 2018.** Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/15/Quais-s%C3%A3o-os-5-eixos-da-campanha-eleitoral-de-2018. Acesso em: 13 abr. 2022.

G1. Bolsonaro leva facada em MG: veja repercussão. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/bolsonaro-leva-facada-veja-repercussao.ghtml. Acesso em: 12 de abril de 2022.

8

Adriana Hartemink Cantini
Dilossane Vargas da Silva

JANGO, O MISSIONEIRO E SUA IMPORTÂNCIA POLÍTICA NA MEMÓRIA DOS SÃO-BORJENSES

Jango, el misionero y su importancia política en la memoria de los são-borjenses

Resumo: O presente artigo tem por objetivo conhecer e analisar o depoimento de pessoas que conviveram, tiveram relação de amizade ou trabalho com João Goulart em São Borja, para identificar sua percepção sobre a atuação de Jango na política. Este artigo está vinculado à linha de pesquisa "mídia, linguagem e poder" do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa, o qual estabelece uma ligação da temática desenvolvida com o contexto social e político, da década de 1950 e 1960, mais precisamente presente na memória de pessoas que conviveram com João Goulart, em São Borja - RS. A questão da linguagem é materializada na história oral das pessoas ouvidas na pesquisa e o poder encontra-se figurado na representação do ex-presidente junto à comunidade no contexto do passado e na história do presente. Para atender ao objetivo geral da pesquisa utilizaremos o método dedutivo de abordagem do problema. O trabalho tem características de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. A intenção das pesquisadoras é conhecer a percepção de pessoas para identificar o político Jango explorando, por meio da história oral, os acontecimentos que marcaram as décadas de 1950 e início de 1960. Após comparação dos depoimentos com a história oficial constatamos que, na memória de alguns são-borjenses que conviveram com João Goulart, está registrado o compromisso dele com Getúlio Vargas na política. Os participantes da pesquisa destacaram que era um homem simples, um fazendeiro e político que tinha trânsito livre entre os trabalhadores; que a deposição de João Goulart em 1964, representou um retrocesso para as classes populares, pois, tinham conquistado abertura e participação na política brasileira; que a associação de João Goulart ao comunismo "era uma arma que eles tinham" - a oposição, e que usaram para desestabilizar Jango do poder; que por isso, ele amargou o resto da vida, tão perto e tão longe da terra natal. Finalmente, a história oral mostra que Jango sofreu injustiça e a oposição a ele na época, foi responsável por impedi-lo de retornar ao seu país com vida.

Palavras-chaves: São Borja; João Goulart; política; memória.

Resumen: *El presente artículo tiene como objetivo conocer y analizar el testimonio de las personas que convivieron y mantuvieron relaciones de amistad o trabajo con João Goulart en São Borja, para identificar su percepción sobre la actuación de Jango en la política. Este artículo está vinculado a la línea de investigación "medios de comunicación, lenguaje y poder" del grupo de pesquisa Diálogos do Pampa, el cual establece una ligación de la temática desarrollada con el contexto social y político, de la década de 1950 y 1960, precisamente presente en la memoria de las personas que tuvieron relaciones de proximidad con João Goulart, en São Borja - RS. La cuestión del lenguaje queda materializada en la historia oral de las personas escuchadas en la investigación y el poder se encuentra figurado en la representación del ex-presidente junto a la comunidad en el contexto del pasado y en la historia del presente. Para desarrollar el objetivo general de la investigación se utilizará el método deductivo de abordaje al problema. El trabajo tiene la característica de ser un análisis cualitativo y bibliográfico. Donde la intención de las investigadoras es conocer la percepción de las personas para identificar el político Jango, explorando por medio de la historia oral los hechos que marcaron las décadas de 1950 y el inicio de 1960. Después de la comparación de los testimonios con la historia oficial se pudo verificar que en la memoria de los ciudadanos de São Borja que tuvieron convivencia con João Goulart, está registrado el compromiso con Getulio Vargas en la política. Los participantes de la investigación hicieron hincapié en la simplicidad de Jango, un granjero y político que caminaba libremente entre los trabajadores; que la deposición de João Goulart en 1964 representó un paso atrás para las clases más populares pues tenían logrado una mayor participación en la política brasileña; que la asociación de João Goulart al comunismo "era la arma que ellos tenían" - la oposición, y lo que utilizaron para desestabilizar Jango del poder; que por eso, el amargó hasta el resto de su vida, tan cerca y tan lejos de su tierra natal. Por fin, la historia oral nos muestra que Jango sufrió una gran injusticia y que la oposición de la época fue la responsable por detenerlo y quitarle el derecho de regresar a su país con vida.*

Palavras-claves: *São Borja; João Goulart; política; memória.*

INTRODUÇÃO

Diante das transformações da sociedade contemporânea e da relevância das ações políticas em nossas vidas, buscamos refletir sobre a importância política da cidade de São Borja, uma vez que, desta terra dois são-borjenses ilustres atingiram o ápice da República e, ainda hoje, este mesmo espaço histórico geográfico, é percebido como referência para lideranças políticas das mais diversas matizes e ideologias.

O tema do artigo trata sobre a importância política de São Borja e da valorização da história e da memória social política presente na terra natal dos ex-presidentes do Brasil, Getúlio Vargas e João Goulart. A problemática deste estudo visa investigar a memória das pessoas que conviveram, tiveram relação de amizade ou trabalho com João Goulart em São Borja, para identificar sua percepção sobre a atuação dele na política. Assim, o problema da pesquisa é: Que Jango o Brasil não conhece e está presente na memória dos São-borjenses? O objetivo geral da proposta é conhecer e analisar o depoimento das pessoas que conviveram ou tiveram relação de amizade ou trabalho com João Goulart em São Borja na década de 1950, para identificar as percepções sobre a atuação dele na política no momento da deposição da Presidência da República. Como objetivos específicos, buscamos contextualizar a importância política de São Borja; Interpretar a relação de João Goulart com Getúlio Vargas para entender o perfil político de Jango; Identificar e analisar a compreensão das pessoas que conviveram com Jango e comparar as percepções retiradas da história oral com a história oficial sobre esses fatos. Nessa última etapa utilizamos o método de análise de conteúdo de Bardin (2009).

A escolha deste tema ocorreu, porque o município de São Borja, desde sua fundação em 10 de outubro de 1682, esteve ligado às questões políticas, em especial no contexto da história da República de 1930 a 1954 e de 1960 a 1964. Na década de 1960, com a deposição do são-borjense, João Goulart do poder, e implantação da ditadura

militar no Brasil, em São Borja, pessoas que vivenciaram esse período, ainda guardam testemunhos de como a terra natal do presidente deposto sob a alegação de associação ao comunismo interpretava os acontecimentos políticos. Para o alcance dos objetivos propostos utilizamos o método dedutivo de abordagem do conteúdo, explicando os acontecimentos históricos da época para depois, buscar entender a percepção da memória viva dos sujeitos. O método de procedimento utilizou a pesquisa qualitativa e bibliográfica, possibilitando considerar o caráter exploratório através da reflexão e da valorização de aspectos emocionais e intelectuais dos sujeitos envolvidos na pesquisa, identificando as diversas versões sobre os acontecimentos históricos, pelo viés das experiências vividas.

A origem do perfil popular e habilidade política de Jango estava atrelado ao prestígio conquistado graças ao seu carisma desde a infância e a facilidade em se comunicar com os trabalhadores e as pessoas mais pobres e humildes. Na percepção da historiadora, Marieta Moraes Ferreira, (2006), cada vez mais se reforça a tese que João Goulart tornou-se uma personalidade esquecida no quadro político nacional de forma proposital. Por isso, toda a sua trajetória pessoal e política ficou restrita tão somente à data ou ao fato que remete ao episódio de 31 de março de 1964. Nesse sentido, Jango está à espera da construção "de um lugar" na história que apresenta o estilo próprio de negociação política baseado no diálogo, em busca da ponderação, da análise de alternativas e da construção com as partes envolvidas em criar soluções para as dificuldades apresentadas. O mérito desse perfil conciliador foi convertido para o sinônimo de "fraco" e muito mal recebido pelos políticos da época, em especial a oposição.

No ano de 1998, graduanda do curso de licenciatura em história da Universidade da Região da Campanha - URCAMP – São Borja, integrei um grupo de pesquisa, que tinha por objetivo entrevistar pessoas que conviveram com João Goulart e ainda integravam a comunidade local, foram utilizadas perguntas abertas em que os entrevistados

abordaram os mais diversos temas sobre a atuação política de João Goulart. Os depoimentos das pessoas que conviveram com João Goulart em São Borja, na década de 1950 e 1960, geraram uma publicação no Jornal Folha de São Borja no dia 05/12/1998, denominada Encarte Especial sobre "A reconstrução do Brasil dos anos 60", em alusão aos 22º anos de morte de João Goulart. Destaca-se que através da análise dos depoimentos das pessoas ouvidas na pesquisa, consolida se a materialização da linguagem pelo viés da oralidade, sendo que os debates e discussões ao longo dos encontros do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa, foram relevantes para a construção e aprimoramento desta pesquisa.

Para este trabalho analisamos o contexto político da década de 1960 no Brasil e o que os são-borjenses guardavam em sua memória sobre este período de relevância política para o Brasil. Apuramos que a deposição do presidente Jango vinha sendo construída por grupos de opositores, UDN, militares, imprensa e o que estava na memória dos São-borjenses não é o mesmo perfil político apresentado por João Goulart durante a sua atuação na política.

A importância em divulgar o depoimento de pessoas que conviveram com João Goulart em sua terra natal significa valorizar a memória[81] histórica, pois são testemunhos de pessoas que fizeram parte de um determinado contexto, contribuíram para os meandros da história, além de, tal divulgação possibilitará a reinterpretação de versões históricas encobertas pelo viés elitista, negativo e depreciativo sobre o personagem político João Goulart. E ainda, é uma tentativa de resgatar a história que os livros não contam.

81 Memória: é a vida sempre levada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história uma representação do passado. DOSSE, François. A História, 2003 p. 282.

A matéria do encarte inicia enfatizando a importância política de São Borja, para o vínculo de João Goulart com Getúlio Vargas com a intenção de fundamentar o perfil político de Jango.

O MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO QUE LEVOU À DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE JANGO

Nessa etapa, buscamos contextualizar a importância política de São Borja, no contexto histórico de 1930 a 1961, por dois são-borjenses terem assumido e exercido a função de presidente do Brasil e o contexto da deposição de Jango da presidência da República em 1964.

Nessa perspectiva, elegeram-se pessoas que conviveram com João Goulart em sua terra natal, São Borja-RS, durante a década de 1950 e início da década de 1960, para interpretar as suas percepções sobre o contexto político em que Jango foi deposto da presidência da república, acusado de tentar implantar o comunismo no Brasil. As versões inexploradas pelo viés da "história vista de baixo", sobre a deposição de João Goulart da presidência da república reforçam a relevância da preservação da memória histórica local e da necessidade urgente da busca da outra história, aquela que contempla os excluídos por gerações pela denominada grande história, a história oficial.

Considerando essa perspectiva, convém situar o município de São Borja no espaço geográfico e no tempo em que narramos o estudo. São Borja está localizado na região fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, historicamente conhecida pela denominação de "Primeiro dos Sete Povos da Missões", do segundo ciclo reducional, ocorrido por volta de 1682, após a reconstrução das reduções missioneiras. Devido às disputas de interesse por demarcação de território,

entre outras riquezas, as coroas portuguesa e espanhola enfrentaram-se no processo de conquista e povoamento destas terras.

No século XX, devido ao protagonismo político do são-borjense, Getúlio Dorneles Vargas, único presidente brasileiro que governou o país de forma ininterrupta por 15 anos, (1930-1945), e após, de 1951 a 1954, totalizando aproximadamente 19 anos no comando da nação brasileira, São Borja passava a integrar o cenário da política nacional, período esse, conhecido como a "Era Vargas".

Na historiografia política brasileira, mais especificamente final da República Velha, estão registradas as manobras e as mais diversas articulações para Vargas assumir o poder na condição de governante provisório, enquanto a tradicional elite política do país, paulistas e mineiros, por décadas alternavam-se no comando do país, estavam em desacordo político.

Em 1945, após a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República, São Borja, ficou conhecida nacionalmente como "berço político do país", porque Vargas retornou à sua terra natal, e, nesse contexto político, todas as tratativas de retorno de Vargas ao poder foram alinhavadas em São Borja, mais precisamente na fazenda Itu. Foi neste município da fronteira, que se deram as articulações para o nacional desenvolvimentismo do Brasil, no início da década de 1950. Muitos políticos do centro do país vieram a São Borja aconselhar-se em busca de apoio político e alianças partidárias e sondar as intenções e estratégias políticas de Getúlio Vargas. O contexto de ingresso de Getúlio Vargas na política, está descrito a seguir:

> Entrou na política nacional quando o velho regime se desintegrava de dentro para fora, e quando as elites dissidentes das regiões remotas do país procuravam aliados entre seus pares no meio urbano e militar... Chegando ao poder por meio de um golpe militar, Vargas mobilizou os brasileiros urbanos, reunindo-os numa base futura de apoio político pessoal, ainda que as reformas por ele implementadas visassem a manter (e muitas vezes a aumentar) o controle do Estado. Construiu um novo

> papel para o governo e deu impulso à industrialização, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional. Na realidade, podemos dizer que o Brasil nasceu em 1930 e atingiu maturidade em 24 de agosto de 1954. (LEVINE, 2001, p. 15).

O ineditismo do são-borjense Getúlio Vargas na política reside em ter desbancado a elite política do "café com leite", estendendo o centro político do país, pois, com a chegada de Vargas à presidência, São Borja e o estado do Rio Grande do Sul passaram a integrar o cenário político brasileiro.

Nesse estudo, não cabe idolatrias, mas é inegável trazer à luz das reflexões sobre o reconhecimento das realizações que serviram para transformar as estruturas sociais do país. Apoiado na doutrina social trabalhista, Vargas implantou medidas relevantes que, ainda hoje, o trabalhador brasileiro reconhece como direito do cidadão, entre elas destacam-se o direito à aposentadoria, o voto feminino, direitos trabalhistas, regulamentação da jornada de trabalho, salário-mínimo, entre outras. Outra característica específica de Getúlio Vargas foi a capacidade de se manter na "corda bamba" do poder por 15 anos ininterruptos e, após, desenvolver novas estratégias políticas para retomar as rédeas da nação por aproximadamente mais 4 anos.

Nesse sentido, a importância política de São Borja está diretamente atrelada a formação do povoado missioneiro e por todos os conflitos políticos e econômicos, que levaram as coroas da Espanha e Portugal ao confronto bélico, e consequentemente, a delimitação territorial deste espaço, por meio de acordos e tratados políticos. E posteriormente, aos demais acontecimentos tais como Guerra Guaranítica, Revolução Farroupilha, Guerra do Paraguai, com invasões, saques e diversas atrocidades nesta região da fronteira, a qual integra via Rio Uruguai, o Brasil com a Argentina. A presença da escravidão e a elaboração da Moção Plebiscitária pelo fim do regime escravagista, ocuparam este mesmo espaço além de outros acontecimentos políticos históricos que credenciam a importância política de São Borja, com destaque no cenário internacional.

> Foi no século XX, que São Borja obteve um maior destaque no cenário sul-americano, pois nesta cidade nasceram dois presidentes brasileiros (Getúlio Vargas e João Goulart). Nacionalmente o município é conhecido como "berço do trabalhismo", "Terra dos Presidentes", e "Primeiro dos Sete Povos". Além das representações históricas, São Borja possui diversas práticas e manifestações culturais identificadas com a cultura pampeana, ribeirinha e fronteiriça. Esta relevante trajetória histórico-cultural construiu símbolos, narrativas, e elementos culturais que estão representados através do patrimônio cultural e de diversas identidades fronteiriças. (PINTO, *et al*., 2015, p. 226).

Apoiado nos acontecimentos históricos, interpreta-se que a relevância de São Borja está atrelada aos aspectos históricos e políticos anteriores à fundação de São Francisco de Borja (1682), e também, em relação com a atuação protagonista de Vargas e Jango, no contexto de 1930 a meados de 1960. O ineditismo dos filhos ilustres, na política contemporânea remete São Borja para além das fronteiras nacionais e chancela este município como um espaço histórico político fértil. São Borja, ao ser denominado de *"Terra dos Presidentes"*, vem reafirmar as ações políticas específicas desta região, e apresenta o protagonismo de Getúlio e Jango como habilidades específicas, fruto de um espaço rico em manifestações histórico-culturais, negociações que integram a vida cotidiana da fronteira e resulta em importância política à São Borja.

O momento político brasileiro que levou a deposição do presidente João Goulart começou a ser gestado anteriormente à posse de João Goulart, em 1961. Grupos conservadores disseminaram uma forte ligação de Jango com o comunismo, e a crise fortaleceu-se ainda mais, aliada às reformas defendidas pelo governo – Reformas de Base. A deposição de Jango, significou para os conterrâneos são-borjenses o fim da abertura política aos trabalhadores, principalmente pelo perfil político apresentado por Goulart ao longo de sua atuação na política. Dessa forma, em conformidade com a linha de pesquisa, "Mídia, linguagem e poder", identificamos o "poder" figurado na representação do ex-presidente junto a pessoas que integravam a comunidade no contexto passado e na história do presente.

O PERFIL POLÍTICO DE JOÃO GOULART

Nesta fase, ressalta se a importância de interpretar o perfil político de João Goulart, para "costurar" com o conteúdo dos discursos das pessoas que conviveram com ele e vivenciaram o contexto político da deposição do Presidente da República, em 1964, sob o pretexto de que sua "suposta associação ao comunismo" representava uma ameaça ao Brasil.

Em 1945, Jango já era um homem rico e ainda não tinha completado trinta anos de idade. Foi em decorrência dos encontros com Getúlio Vargas na fazenda do Itu em São Borja, em pleno auge do processo da redemocratização, que Jango aproximou-se da vida pública. (VILLA, 2004). O convite oficial para Jango ingressar na política partiu do irmão do presidente Getúlio Vargas, Protásio Dornelles Vargas, o qual era encarregado de organizar o PSD (Partido Socialista Democrático) em São Borja. Em um primeiro momento, Jango não se entusiasmou com o convite, e, somente após ter sido indicado correligionário de confiança de Getúlio, aceitou o convite para organizar o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em São Borja, elegendo-se presidente municipal do partido e, mais tarde, presidente regional e nacional do PTB, em 1950.

Jango tratava as classes populares de maneira direta, através do diálogo com os trabalhadores, característica preservada desde antes de sua participação na política. João José Fontella, irmão de Maria Thereza Goulart, esposa de João Goulart, refere-se a Goulart da seguinte forma:

> Mas Jango era um cara popular e importante em São Borja, antes mesmo de ser político. Tomava cerveja, uísque num bar que se chamava Bar da Georgina. Janguinho era a maior figura de São Borja na época em que eu era garoto. Porque era o maior invernador de gado e uma pessoa simples, muito simpática... Era também muito moço, com a capacidade de trabalho muito grande e gostava de novidades. Era um inovador. Foi o primeiro cara a ter avião na região! Por isso era muito invejado, porque

> tinha uma capacidade de raciocínio rápida, uma visão enorme para negócios. Com pouca idade, movimentava diversas fazendas de invernada de boi. Depois que o presidente Vargas foi deposto, ele, todo o dia de manhã, levantava, pegava o avião e ia visitar o velho na fazenda Itu. O presidente Vargas era amigo do pai dele, então havia uma amizade de família. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 30).

A história sobre a atuação de Jango na política brasileira, pouco aborda a contribuição dele para as massas populares ou sobre o seu perfil político apresentado como inédito na época pela aproximação com os populares, e, por causa desse comportamento, ele foi rechaçado pela imprensa, pela UDN e pelos grupos de militares da época. Por muito tempo, a historiografia brasileira abordou as ações de Jango somente por um ângulo: o de interesse de grupos hegemônicos da elite. Ele era rotulado de demagogo, fraco, populista que buscava aproximação popular para galgar cargos públicos, denominações que aparecem deslocadas do cotidiano do fazendeiro Jango.

No contexto da década de 1930 a 1940, Jango percorria as estâncias da fronteira oeste para comprar e vender gado, sendo frequentador assíduo dos bares e bolichos de campanha, de bordéis e outros locais de reunião e festa, sendo considerado admirador do carnaval de rua. Nesse sentido, percebemos que seu perfil popular é oriundo das mais variadas relações sociais que mantinha, mesmo antes de tornar-se político. E, quando político, seguiu atuando na mesma linha em seu cotidiano, o que causava estranheza à oposição, que considerava um comportamento inédito e inaceitável para um político da época - que deveria manter a autoridade e a distância que o cargo exigia. Ao longo da história Jango foi um personagem político encoberto devido a sua ligação com Vargas e sua audácia, em se opor, desde o início de sua atuação na política, a grupos ressentidos pelo afastamento do poder e, em contrapartida, proporcionou o inaceitável no contexto político da época, a emergência política das classes populares. Jango era sinônimo de mudança, origem da ameaça que o mesmo representava para o país na ótica da oposição.

Por mais de 40 anos, a memória de Jango foi posta no "porão da história", e somente foi permitida disseminar e divulgar certa versão da história do Brasil, construída para deslocar o foco da atuação de Jango na política, ocultando a identificação das classes populares com as propostas sociais que ele defendia.

Para Ferreira (2006), na verdade, o silêncio sobre a trajetória de Jango ao lado de Getúlio e sobre seu aprendizado junto às principais lideranças políticas do país, quer como presidente do PTB, quer como ministro, nos acordos políticos sindicais e partidários, nas campanhas eleitorais e no exercício da vice-presidência, desconsidera uma experiência política de mais de 10 anos, como testemunha e ator dos principais eventos da história do país.

A autora ainda ressalta que até o presente momento, ainda não se exploraram totalmente as contribuições políticas de Jango para a história do Brasil. A figura de João Goulart tem ocupado um lugar secundário na literatura sobre o golpe militar de 1964. Os principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio permanecem obscuros, sem merecer maior atenção de estudiosos e pesquisadores.

Na obra João Goulart, uma biografia, o autor Jorge Ferreira (2011) afirma que Jango foi protagonista de um momento de grave crise política, tendo sido deposto do cargo de presidente da república por militares e civis. A partir daí a memória sobre ele ficou encapsulada nesse episódio. Trata-se de fato histórico determinante para a maneira como, a seguir, ele passou a ser lembrado. Toda a sua trajetória pessoal e política ficou circunscrita aos dois dias do golpe. Esse se tornou o "seu lugar" – um "não lugar" – na memória e na história do Brasil.

A PERCEPÇÃO DE JANGO NA VOZ DAS PESSOAS QUE CONVIVERAM COM ELE

Através da valorização da "história vista de baixo" elegeu-se o registro dos testemunhos de indivíduos que ainda integram a sociedade são-borjense, os quais carregam consigo importantes fatos e versões da história política brasileira, dos reflexos da ditadura militar na terra natal do presidente deposto. Trata-se de valorizar a memória de um contexto passado que ainda se faz presente, neste espaço geográfico com característica predominantemente histórico-político desde a sua fundação, que a partir do processo de redemocratização nacional, por muitos passou a ser denominado de "*Terra dos Presidentes".*

Interpretou-se que a repressão militar na terra do presidente deposto João Goulart, não eram medidas específicas para evitar o retorno de Jango a sua terra natal, uma vez que a ameaça que Goulart representava ao país, não passou de um pretexto para a deposição dele da presidência e o momento oportuno para os militares sairem dos bastidores da política e atingirem o alvo desejado, ocupar a presidência da República do Brasil, pois em nome da soberania nacional, era a categoria capacitada para este fim.

Neste estudo, busca-se conhecer e interpretar o depoimento de pessoas que conviveram e que tiveram uma relação de amizade ou trabalho com Jango em São Borja, depoimentos estes apurados através da pesquisa realizada pelo grupo de alunas, do qual eu fazia parte, graduandas em história que foi publicado no Jornal Folha de São Borja, em 05/12/1998, no formato de Encarte Especial, "Reconstruindo o Brasil dos anos 60", em alusão ao 22º aniversário de morte de Jango. Esse trabalho de pesquisa "Reconstruindo o Brasil dos anos 60", foi fruto de uma pesquisa coordenada pela professora do curso de História Rita Gattiboni, e desenvolvido por um grupo de alunas do curso, do qual eu era integrante. Para a realização da pesquisa, identificamos

pessoas que conviveram com o ex-presidente, João Goulart, em São Borja, e que no primeiro contato demonstraram receio em falar do contexto ditatorial, mais precisamente da deposição do presidente da República em 1964. Após várias visitas aos entrevistados, foi possível registrar o que os mesmos traziam guardado na memória sobre João Goulart. As perguntas realizadas, visavam explorar o contexto político da década de 60, mais precisamente da deposição de Jango. Diante da emoção apresentada pela maioria dos entrevistados ao recordar da convivência e do processo que culminou na deposição de João Goulart, optou-se por registrar o que os mesmos apresentavam como importantes recordações sobre João Goulart. Como a relação de Jango com Vargas, o perfil popular de Jango e o motivo pelo qual culminou na deposição do presidente da república em 1964. A linguagem, expressa através dos depoimentos orais, integra os registros de memória, que justifica a relação deste estudo com a linha de pesquisa, "Mídia, linguagem e poder", do Grupo de pesquisa Diálogos do Pampa.

Em São Borja, município brasileiro que faz fronteira com a cidade argentina de Santo Tomé, na província de Corrientes, e por ser a terra natal de Jango, sofreu com a ditadura militar. Ainda hoje esse tema é tratado com cuidado e temor, pois ao abordar o assunto com os sobreviventes, percebemos um certo receio em contar a história. "A repressão política levou pessoas a perderem cargos públicos, a serem perseguidas, torturadas, exiladas e até mortas pelo regime. Na época havia um grupo organizado de oposição na cidade que reivindicava a volta da democracia e da liberdade. Esse grupo de oposição ao regime costumava auxiliar na fuga de perseguidos políticos do centro do país pelo Rio Uruguai, chegando a Argentina". O depoimento do Advogado e político Dino Lopes, confirma que os são-borjenses que atuavam na clandestinidade na época, além dele, eram Alberto Benevenuto que comandava o PCB, Miguel Paiani Durão, militante do partido, o irmão

de Benevenuto que morreu em circunstâncias estranhas e Alcides Rios que também foi morto neste período.[82]

Conforme depoimento do Sr. Vicente Gonçalves dos Santos – em 15/09/2005, ele afirma que atuou muitos anos como capataz das fazendas de Jango no interior de São Borja –RS. Ao ser perguntado sobre o momento vivenciado durante o período da ditadura militar em São Borja, logo depois da deposição de Jango ele relata que:

> Foi um dos locais mais reprimidos, muitos foram presos, torturados, aqui em São Borja. Tinha pessoas que dormiam nas costas dos banhados fugindo da repressão militar. Muita gente foi presa e torturada, outros presos e liberados. Um tipo de liberação que algumas pessoas perseguidas nunca apareceram. Ainda hoje, famílias procuram desaparecidos nesse período da ditadura militar. (VARGAS, 2005, p.69).

Através desta afirmação fica claro o receio que alguns entrevistados demonstraram no ato do questionamento sobre o contexto da deposição de João Goulart e da implantação da ditadura militar no Brasil. Percy Penalvo**,** que na época era administrador das fazendas de Jango afirmou que,

> [...] por medo da política varguista, eles diziam que o Dr. João Goulart ia trazer o comunismo para o Brasil, porque primeiro tudo era comunismo, tu contestavas qualquer poderoso e diziam: "comunista" tu nem sabia de comunismo, tudo era comunismo, era a arma que eles tinham. (Jornal Folha de São Borja, p.02 05/12/1998).

Na fala de Francisco da Silva (Seu negrinho**)** que trabalhou, em 1946 na fazenda de Jango, conhecida como Fazenda do Rancho Grande, como peão, domador e tropeiro, é perceptível o compromisso político que Jango tinha com Vargas, quando relata suas lembranças,

> Me recordo um dia em que estávamos tomando mate e ele me disse: - Olha Francisco. Se não fosse essa política, eu seria o

82 A entrevista com o depoimento do Sr. Dino Lopes, integra a monografia de conclusão do curso de licenciatura em história, denominada: O golpe de 64 e os reflexos na sociedade são-borjense, elaborada pelo autor Éberson Machado de Oliveira. URCAMP – São Borja, 2005.

> homem mais rico do mundo. Eu não entendi o que ele quis dizer e perguntei? – Mas porque não deixa da política? Política não dá camisa pra ninguém. Ele disse: Ah! Eu tenho um compromisso com meu padrinho e vou morrer com esse compromisso. Eu não posso deixar a política. (Jornal Folha de São Borja, p.02 05/12/1998).

Nesse mesmo sentido, Severo Laguna (Vinoca) e Adelaide Laguna, também reforçam o entendimento do compromisso político de Jango com Vargas, considerado seu mentor político, quando dizem que,

> Jango quando adulto, ingressou na política guiado por Getúlio Vargas e ficou popular, mesmo com a popularidade continuou sendo um homem simples. Enquanto estava no exílio, dizem que ele passou várias vezes escondido para cá, de chalana, ia para a sua chácara, na localidade de Mercedes, mas afirmar não se pode, porque nós não vimos. (Jornal Folha de São Borja, p. 03 05/12/1998).

Devido a João Goulart encontrar se no exílio, em localidades na Argentina, próximas da fronteira com o Brasil, baseado no senso comum, especulava-se da possibilidade dele ter atravessado o rio Uruguai e visitado uma de suas propriedades no Brasil. O Sr. Laudário Goulart, 78 anos (Peão de uma das fazendas de Jango), revela que,

> Me recordo que quando aconteceu o golpe militar de 64, eu estava levando uma tropa de gado para São Lucas e quando voltei para a fazenda o capataz estava apavorado, amanheceu escutando as notícias no rádio. Se João Goulart estivesse vivo, a vida da gente seria diferente, para melhor. Foi uma grande perda para todos nós. (Jornal Folha de São Borja, p.04 05/12/1998).

No depoimento que segue, está expresso o significado da morte de João Goulart para os são-borjenses, assim como para todos os trabalhadores brasileiros, um sentimento de desamparo, perderam o referencial na esfera política. Margarida, empregada na fazenda de Jango, disse que,

> Jango era uma pessoa alegre e dinâmica, ele se preocupava com seus empregados e os tratava como se fossem da família.

> Quando ele era Ministro do Trabalho, aumentou o salário mínimo e dava para todo o mês, a gente recebia e comprava muitas coisas. Como presidente, o seu mal foi querer dirigir o país como se fosse seus negócios, só que os poderosos, aqueles que não queriam perder seus lucros e vantagens em negociações o chamavam de comunista, porque ele queria fazer a reforma agrária e diminuir a saída de nosso dinheiro para fora do país. Ele considerava o povo brasileiro seus irmãos e tinha amor pelo país. Naquela época se vivia bem, quem tinha televisão, geladeira e telefone era considerado rico, mas a gente não sentia necessidade disso, não havia tanto consumismo. Ele não era contra movimento de reivindicações, pois achava justo que o povo manifestasse seus desejos. Jango inspirou muitos jovens a lutar por seus direitos. Muitos foram mortos, outros foram presos e torturados pelos militares, alguns até tiveram de fugir do país por causa daquele regime que tinha medo que o Brasil se tornasse um país comunista. (Jornal Folha de São Borja, p.04 05/12/1998).

Neste depoimento também encontramos registrado na memória dos São-borjenses as atrocidades do regime militar, o qual pregava que a continuidade de Jango no poder, seria implantado o comunismo no Brasil. A Sra. Denyra Nunes (Lavou roupa para Maria Tereza), por sua vez, revelou que,

> Quando aconteceu tudo aquilo com ele, parece que o mundo desabou sobre nossas cabeças, não sabíamos o que fazer, não podíamos nos manifestar, os militares parecem que estavam cuidando tudo, e o povo sofreu uma grande desilusão e também a partir daí as coisas só pioraram. (Jornal Folha de São Borja, p.04 05/12/1998).

Está registrado na memória local dos são-borjenses o momento da deposição de Jango, o povo sem saber o que fazer, ficou desolado pela perda do referencial na política. O Sr. Amálio Ferreira de Moraes, Capataz de Jango, revela que,

> Por ocasião do golpe de 64, seu Amálio nos relatou que sofreu muito, foi processado e preso pelo exército, denunciaram que ele tinha muitas armas na fazenda, essas armas realmente existiam mas ele logo que soube do golpe as escondeu na

> casa da mãe de Jango, dona Vicentina, eram mais ou menos umas 40 armas, a maioria Jango havia ganho de presente, e também foi preso porque na fazenda havia uma antena de transmissão de um radioamador para ele se comunicar com as outras fazendas e o Exército achava que era para ele se comunicar com Jango. Falando sobre o exílio, disse que, no início Jango se sentia muito mal, muito triste, mas que com o tempo foi se adaptando e ficava muito contente quando alguém do Brasil vinha lhe visitar. Seu Amálio ia até o Uruguai uma vez por mês, prestar contas referentes as fazendas, e sempre levava erva e pão feito em casa que Jango apreciava muito. (Jornal Folha de São Borja, p.06 05/12/1998).

Novamente, conforme registros presentes na memória dos São-borjenses, reforçamos a presença da ditadura militar em São Borja, com ações de vigilância, perseguição, torturas e desaparecimentos. No depoimento de Eurico Oliveira, Empregado de Jango, percebe-se isso quando ele diz que,

> Na época de Jango, as coisas eram bem melhores. Ele era uma pessoa muito humana, seus empregados não passavam necessidades, ele mandava pegar cortes de casa lá na granja, dava uma vaca leiteira para tirar leite para os filhos e nunca deixou um empregado sem atendimento médico. Ele tomava cachaça com seus empregados, comia a mesma comida de seus empregados feita em fogo de chão, conversava com todos sem a menor cerimônia. Era muito trabalhador, levantava muito cedo para tomar chimarrão, depois saía para olhar o gado no campo. Eu trabalhava para ele, quando decidiu comprar um avião, eu não entendi muito bem porque ele queria um avião, mas pensei: ele sabe o que faz, as pessoas então começaram a dizer que ele ia gastar tudo o que o pai havia lhe deixado, só que, pelo contrário, ele usava o avião para fazer negócios, enquanto os outros levavam 2 ou 3 dias viajando para comprar gado, ou então vender, ele com o avião fazia o mesmo trajeto em apenas meio dia, e logo ele pagou o avião, porque ganhava dinheiro chegando na frente dos outros. Jango queria ajudar o povo sofrido, ele achava injusto que seus irmãos brasileiros vivessem na pobreza e queria ajudar, por isso, a classe dominante juntamente com os militares uniram-se para tirá-lo do governo. Quando Jango morreu, as pessoas sentiram que tinham perdido um pai e com ele morreu a esperança do povo pobre do país.

Para a realização de uma análise de conteúdo mais apurada dos discursos de pessoas que conviveram com João Goulart, em São Borja na década de 1950 e início de 1960, optou-se por utilizar como fundamentação teórica a obra Análise do discurso de Laurence Bardin (2009). A análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. O autor destaca a importância da organização como ponto de partida para a análise de conteúdo e a subdivide em torno de três pólos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Assim a pré-análise envolveu a fase que compreende a escolha de documentos a ser submetida para análise e também a formulação de hipóteses voltadas para responder a problemática da pesquisa. Para aplicar a análise de conteúdo foram selecionados 09 depoimentos de pessoas que conviveram com João Goulart em São Borja, tiveram uma convivência de amizade e de trabalho, pois a maioria dos entrevistados eram peões das estâncias, cozinheira, lavadeira da família Goulart ou cabo eleitoral. Os depoimentos analisados integram o encarte especial "Reconstruindo o Brasil dos anos 60", em alusão ao 22º aniversário de morte de João Goulart, publicado no jornal Folha de São Borja em 05/12/1998.

Na exploração do material, optamos por criar categorias de análise prévias que permitissem a classificação dos elementos que nosso problema de pesquisa queria investigar: Que Jango o Brasil não conhece e está presente na memória dos São-borjenses?

Estabelecemos as seguintes categorias de análise: Jango popular/Jango e Getúlio/Jango deposto/Jango no exílio. Analisamos os depoimentos, separando aqueles que representavam as categorias previamente organizadas, para demonstrar o entendimento das pessoas entrevistadas sobre os temas. E, num segundo momento, utilizamos as versões da história oficial apresentada pelos livros de história e, a seguir, analisamos as semelhanças e as diferenças, porque nosso

objetivo era demonstrar que a história oficial não mostra o Jango que os são-borjenses conheceram.

No tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação: Buscamos comparar o conteúdo dos depoimentos para identificar versões que vem de encontro com as versões históricas já consolidadas, versões opostas e versões até então inexploradas.

Para a realização deste estudo, os depoimentos/discursos foram classificados conforme categorias, para a identificação de conteúdo que revelam as mais diversas informações sobre a atuação política de Jango, a aproximação com Vargas, a associação de Jango ao comunismo, o motivo pelo qual Jango foi deposto, e Jango no exílio.

Os depoimentos foram classificados nas seguintes categorias para apurar a percepção dos entrevistados: Categoria Jango popular, Categoria Jango e Getúlio, Categoria Jango deposto, Categoria Jango no exílio.

O JANGO MISSIONEIRO E POPULAR

A origem do missioneiro e popular João Goulart está relacionada a sua terra natal, por ter nascido em São Borja - RS, um dos Sete Povos das Missões, a popularidade já era uma característica do fazendeiro Jango antes de atuar na política. Nos depoimentos que seguem, temos a origem da iniciação de Jango na política e seu vínculo com Vargas. Dessa forma, torna-se relevante o testemunho do Sr. Severo Laguna, para confirmar a ligação de Jango com Getúlio e principalmente o perfil político popular e simples de Jango durante a sua atuação na política, o qual afirma que,

- ***Sr. Severo Laguna*** - *"Quando adulto, Jango ingressou na política guiado por Getúlio Vargas e ficou popular. Mesmo com a popularidade, continuou sendo um homem simples".*

Apuramos que a história oficial não mostra, que a popularidade de Jango não era uma estratégia política para aproximar-se das classes populares, mas sim integrava a sua personalidade desde antes de atuar na política.

- **Sra. Margarida** "*Como presidente, o seu mal foi querer dirigir o país como se fosse seus negócios, só que os poderosos, aqueles que não queriam perder seus lucros e vantagens em negociações o chamavam de comunista, porque ele queria a reforma agrária e diminuir a saída do nosso dinheiro para fora do país. Ele considerava o povo brasileiro seus irmãos e tinha amor pelo país. Ele não era contra o movimento de reivindicações, pois achava justo que o povo manifestasse seus desejos. Jango inspirou muitos jovens a lutar por seus direitos".*

Interpretamos que está presente na memória dos são-borjenses um Jango que lutava para implantar reformas no país e impedir a saída do capital nacional. Ainda está na memória dos são-borjenses um Jango que não possuía ligações com o comunismo.

A destituição do presidente João Goulart em 1964 foi desfechada sob a égide de uma ensurdecedora luta de classes que tomava conta do cenário nacional, desde a trágica interrupção do governo Vargas, um decênio antes. Jango, que seria o herdeiro político de Getúlio Vargas, antevira a injustiça das estruturas de concentração de rendas que empurrava um contingente cada vez maior da população para os abismos da pobreza, e desfraldou a bandeira das reformas de base, cuja concretude seria o objetivo mais tangível de seu governo. (TEIXEIRA, 2014).

Na categoria Jango Popular, destacamos o perfil do fazendeiro Jango, com característica de homem simples e popular antes de ingressar na política. Na historiografia oficial, o perfil popular de Jango

aparece associado a incapacidade de governar, de manter distância do povo, comportamento criticado pela oposição durante a sua atuação frente ao ministério do trabalho, em 1954. Devido ao livre acesso do ministério aos trabalhadores e demais pessoas que o procuravam. Dessa forma no depoimento do Sr. Severo Laguna, interpreta-se que o perfil popular de Jango não era um comportamento bem visto, após ocupar cargos públicos, esse comportamento é um diferencial apresentado pelo são-borjense Jango na política brasileira.

O JANGO DISCÍPULO DE VARGAS

Em São Borja, assim como a nível nacional, está presente na memória política, a ligação de João Goulart com Getúlio Vargas, e no depoimento abaixo, está expresso o respeito e o compromisso de Jango para com o seu criador, Getúlio Vargas.

- **Sr. Francisco -** "*Olha, Francisco, se não fosse essa política, eu seria o homem mais rico do mundo. Mas porque não deixa da política? Política não da camisa para ninguém. Ele disse: Ah! Eu tenho um compromisso com meu padrinho e vou morrer com esse compromisso. Eu não posso deixar da política".*

Este depoimento contribui para responder o motivo pelo qual Jango ainda não encontrou seu lugar na história. Devido à forte ligação de Jango com Getúlio Vargas, conforme Villa (2004). O Jango que o Brasil conhece, e que está na memória dos são-borjenses, iniciou na política brasileira através de Getúlio Vargas, mas na ótica da oposição política era uma ramificação a ser combatida.

No depoimento do Sr. Eurico Oliveira, reforça-se a identificação dos trabalhadores com João Goulart, sendo que, com sua morte, exalou o sentimento de desamparo e desesperança nos trabalhadores brasileiros, ainda afirma que,

- ***Sr. Eurico Oliveira*** *– "Jango queria ajudar o povo sofrido, ele achava injusto que seus irmãos brasileiros vivessem na pobreza e queria ajudar, por isso, a classe dominante e os Estados Unidos juntamente com os militares se uniram para tirá-lo do governo. Quando Jango morreu, as pessoas sentiram que tinham perdido um pai e com ele morreu a esperança do povo pobre do país".*

Pelo viés da história oficial, as medidas populares propostas por Jango são interpretadas como demagógicas, e o ineditismo de João Goulart na política de dialogar com os trabalhadores e trazer os mesmos para a esfera política ainda não ganhou um lugar na história. A literatura hegemônica da década de 1980, caracterizava o governo João Goulart como um político populista e despreparado (MOREIRA, 2014).

Na categoria Jango - Getúlio, o conteúdo do depoimento reforçou a versão apresentada pela história oficial de que João Goulart, desde o início de sua atuação na política contou com a proteção do padrinho Getúlio Vargas e após o desaparecimento de Vargas, Jango significava a representação do mesmo, principalmente por dar continuidade a plataforma política do getulismo/trabalhismo.

O JANGO DEPOSTO

No contexto político da deposição de João Goulart da presidência da República, em 1964, é possível identificar no depoimento do Sr. Amálio Ferreira, Peão de estância de Jango, que na terra natal do presidente deposto, São Borja, os reflexos da ditadura militar atingiram muitas pessoas.

- ***Sr. Amálio Ferreira*** *"Por ocasião do golpe de 64, seu Amálio nos relatou que sofreu muito, foi processado e preso pelo exército, denunciaram que ele tinha muitas armas na fazenda, essas armas realmente existiam mas ele logo que soube do golpe as escondeu*

na casa da mãe de Jango, dona Vicentina, eram mais ou menos 40 armas, a maioria Jango havia ganho de presente, e também foi preso porque na fazenda havia uma antena de transmissão de um rádio amador para ele se comunicar com as outras fazendas e o exército achava que era para ele se comunicar com Jango".

No contexto ditatorial, o município de São Borja pela localização geográfica em região de fronteira e terra natal do presidente deposto, muitos são-borjenses foram presos e torturados, entre eles o Sr. Dino Lopes, cidadão são-borjense, hoje já falecido.

Também está presente na memória popular local, a representação da política varguista, conforme o depoimento do são-borjense, administrador de uma das fazendas de Jango, Sr. Percy Penalvo, o qual,

- ***Sr. Percy Penalvo,*** *(falecido). "Afirmou que por medo da política varguista, eles diziam que o Dr. João Goulart ia trazer o comunismo para o Brasil, porque primeiro tudo era comunismo, tu contestavas qualquer poderoso e diziam: "comunista" tu nem sabia de comunismo, tudo era comunismo, era a arma que eles tinham".*

Está presente na memória dos São-borjenses que a associação de João Goulart ao comunismo foi um pretexto, uma "arma", usada pela oposição para desestabilizá-lo do poder.

A posição da cúpula política militar traduzia um discurso em que João Goulart representaria uma espécie de brecha à infiltração comunista no Brasil. Goulart era visto como um fraco, dominado pelas esquerdas, sendo ainda que dentro desta categoria, havia contra ele a tradição vinda do getulismo com a política trabalhista (SVARTMAN, 2006),

Esta versão, a história oficial não mostra, que é a justificativa utilizada pela oposição política para a deposição de João Goulart da presidência da república, que o mesmo representava a continuidade da política de Vargas, e aproximação com os trabalhadores era uma ameaça a elite política do país.

Nesta breve descrição de como João Goulart governou o país, e como considerava o povo brasileiro, a são-borjense, Sr. Margarida afirma que,

- ***Sra. Margarida -*** *"Como presidente o seu mal foi querer dirigir o país como se fosse seus negócios, só que os poderosos, aqueles que não queriam perder seus lucros e vantagens em negociações o chamavam de comunista, porque ele queria a reforma agrária e diminuir a saída do nosso dinheiro para fora do país. Ele considerava o povo brasileiro seus irmãos e tinha amor pelo país. Ele não era contra o movimento de reivindicações, pois achava justo que o povo manifestasse seus desejos. Jango inspirou muitos jovens a lutar por seus direitos".*

O perfil popular de Jango, o contato direto com as classes excluídas da participação na política representava uma ameaça para a elite política do país, principalmente em relação à manutenção de seus privilégios.

De certo modo, o que a literatura aborda é um tratamento semântico idêntico entre o termo populista e o legado trabalhista. Assim o governo Goulart foi rotulado de populista e demagogo e não um governo com um projeto nacional-desenvolvimentista, voltado a imprimir um caráter distributivo ao capitalismo brasileiro em construção. (MOREIRA, 2014). E, nesse sentido, a Sra. Denyra Nunes, disse que no contexto da deposição do presidente João Goulart da presidência da República, o povo sentiu-se desiludido com os acontecimentos impostos pela imposição da ditadura militar no país.

- **Sra. Denyra Nunes -** "*Quando aconteceu tudo aquilo com ele, parece que o mundo desabou sobre nossas cabeças, não sabíamos o que fazer, não podíamos nos manifestar, os militares parecem que estavam cuidando tudo, e o povo sofreu uma grande desilusão e também a partir daí as coisas só pioraram".*

Na Categoria Jango deposto, na percepção dos são-borjenses que conviveram com Jango em São Borja, sobre o contexto pós deposição do presidente da república, pós 1964, a repressão na terra de Jango era constante, as pessoas próximas de Jango foram constantemente vigiadas e perseguidas. Os moradores de São Borja passaram a conviver com guardas nas ruas e impossibilitados de posicionar-se contra o regime em vigor. Neste capítulo foi possível apresentar algumas contribuições surgidas ao longo das discussões no grupo de pesquisa Diálogos do Pampa, que foram aplicadas nesta pesquisa, tais como: a importância e a urgência em registrar depoimentos orais, testemunhos de um contexto político vivido e ao mesmo tempo, lembrado pelas mesmas pessoas que vivenciaram este período de deposição de Jango e mudança de regime no país. Como também, o poder atrelado à representação do ex-presidente junto à comunidade são-borjense da década de 1960 e no contexto das entrevistas.

O JANGO EXILADO

João Goulart foi deposto da presidência da República do Brasil em 31 de março de 1964 por grupos de opositores políticos civil-militar. Passou a viver no exílio, na Argentina e Uruguai, por aproximadamente 12 anos. O são-borjense, Sr. Eurico Oliveira, conforme o seu ponto de vista, apresenta o motivo pelo qual João Goulart foi removido da política.

- **Sr. Eurico Oliveira** – "*Jango queria ajudar o povo sofrido, ele achava injusto que seus irmãos brasileiros vivessem na pobreza e queria ajudar, por isso, a classe dominante e os Estados Unidos juntamente com os militares se uniram para tirá-lo do governo. Quando Jango morreu, as pessoas sentiram que tinham perdido um pai e com ele morreu a esperança do povo pobre do país".*

O sentimento de desamparo por parte dos trabalhadores reside em não ter mais o espaço conquistado na política pela abertura e

ascensão oferecida por Jango às classes populares. Nesse sentido, é possível verificar a memória do Sr. Argemiro dos Santos Pereira, que conta a rotina de Jango quando vinha a São Borja, a presença do exército nas ruas de São Borja, no contexto pós 1964, e como João Goulart sentia se no exílio.

- **Sr. Argemiro dos Santos *Pereira*** *"Como presidente ele vinha aqui em São Borja, tirava 4 ou 5 dias em sua granja e o tempo que estava aqui era só avião chegando e saindo de sua granja, eram generais, ministros a sua procura. Com o golpe militar, me lembro que o Exército saiu as ruas. Era só passar um avião no céu que já aumentava a ronda na sua granja e na cidade, queriam prender Jango. Eu acho que um político que presta no Brasil, eles matam todos. O doutor Jango só pode voltar para sua terra morto. Os amigos que foram visitá-lo dizem que ele estava com muita saudade, com muita vontade de voltar. Foi uma injustiça terem feito o que fizeram com o Jango. Para mim ele morreu de tristeza".*

João Goulart ainda está à espera de um lugar na história. O Jango que aparece na historiografia oficial está atrelado tão somente aos acontecimentos de 1964, como um perigo à nação. Em nenhum momento da história política brasileira, Jango foi visto como um injustiçado, mas sim como um perigo a ser combatido.

No ano de 1976, Jango estava decidido a voltar ao Brasil, independente da negativa do regime militar, seu projeto era passar por Paris, onde se submeteria a exames cardiológicos, como de fato ocorreu, seguindo viagem internacional que teria como término o estado do Rio Grande do Sul. De acordo com essa estratégia, no dia 05 de dezembro encontrava-se em sua fazenda, La Villa, situada em Mercedes na Argentina, próximo da fronteira com o Brasil. Sua ideia era acordar bem cedo e cruzar a fronteira e chegar a São Borja. Nas primeiras horas do dia 06/12/1976, João Goulart sofreu um infarto fulminante, morrendo no exílio (GOMES; FERREIRA, 2007).

Categoria Jango - exílio: na percepção de um dos entrevistados a deposição de Jango, o tempo que passou impedido de retornar a sua terra foi uma grande injustiça. A morte de João Goulart representou uma grande perda para todos os trabalhadores brasileiros que se identificavam com as propostas políticas de Goulart e, principalmente, para aqueles que Jango estendeu a participação na política.

Após a análise e interpretação dos depoimentos das pessoas que conviveram com João Goulart em São Borja na década de 1950 e início de 1960, apurou-se que o ingresso de João Goulart na política ocorreu através do vizinho e conterrâneo Getúlio Vargas e devido a esta ligação do discípulo com o mestre, João Goulart durante toda a sua atuação na política sofreu ataques de uma oposição histórica que trazia em seu bojo, ressentimentos de terem sido alijados por décadas da política por Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a importância política de São Borja no cenário nacional, apoiado nos diversos acontecimentos históricos, reafirma que a relevância política de São Borja está atrelada aos aspectos históricos e políticos anteriores a fundação de São Francisco de Borja (1682), nessa perspectiva, a importância política de São Borja e a relação com a atuação protagonista de Vargas e Jango, no contexto de 1930 a 1960, vem reforçar a diversidade histórico, cultural e política que emana desta terra desde os primórdios.

O ineditismo dos filhos ilustres na política contemporânea remete São Borja para além das fronteiras nacionais, e chancela este município como um espaço histórico político fértil. São Borja, ao ser denominado de *"Terra dos Presidentes"* vem reafirmar as ações políticas específicas desta região e apresenta o protagonismo de Getúlio e Jango como habilidades específicas, fruto de um espaço rico em

manifestações histórico-culturais, negociações que integram a vida cotidiana da fronteira e resulta em importância política à São Borja.

Os depoimentos registrados no Jornal Folha de São Borja, no ano de 1998, revelaram que o ineditismo apresentado por Jango na política está à espera de uma reinterpretação e valorização do perfil popular apresentado por Jango, mais precisamente do comportamento do presidente que priorizava o diálogo com trabalhadores, independentemente de ser em espaço público ou social. No processo de análise de comparação dos depoimentos com a história oficial, constatou-se que na memória de alguns são-borjenses que conviveram com João Goulart estão guardadas as seguintes percepções: que Jango lutava para implantar reformas no país e impedir a saída do capital nacional. Ainda, um Jango que não possuía ligações com o comunismo. Que a morte de Jango exalou um sentimento de desamparo e desesperança nos trabalhadores brasileiros, e que Jango sofreu uma grande injustiça.

O Jango que os são-borjenses conhecem e está na memória de populares que conviveram com João Goulart, não é o mesmo Jango retratado pela história oficial. O Jango que o Brasil não conhece está no aguardo do seu lugar na história política brasileira.

Conforme análise realizada, o que a história oficial não mostra sobre a atuação política de João Goulart é o perfil popular de Jango atuando na política, que não era uma característica construída para promoção e sustentação política. Que a ligação de João Goulart com Getúlio Vargas, o credenciou a herdeiro da política de Vargas, um mal a ser eliminado pela oposição principalmente por Vargas ter excluído-os da política por quase 19 anos. O ineditismo de João Goulart na política ao dialogar com as classes populares em posição de igualdade com os trabalhadores, de frequentar espaços e ambientes populares, não o distanciava desses brasileiros. Ao longo do texto a presença da linguagem, e do poder permeiam as análises expressas nos depoimentos orais e na representação que Jango emanava aos conterrâneos.

Antropologicamente, interpreta-se que a sociedade são-borjense deste período, independente da classe social teve seu ritmo de vida, seus hábitos e costumes afetados pela desconfiança do poder vigente no país. O toque de recolher instalado no centro da cidade de São Borja, onde duas ou três pessoas reunidas conversando na rua eram abordadas e levadas para depoimento, ou seja, eram vistas como suspeitas de oposição ao regime militar. Dessa forma, constata-se que em São Borja os tentáculos da ditadura também alcançaram muitos cidadãos e opositores ao regime em vigor.

Vale destacar que em decorrência dos encontros do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa - Linha de pesquisa Mídia, Linguagem e Poder, foi possível desenvolver este estudo fundamentado em textos e autores que contribuíram para o enriquecimento da temática ligada à linguagem e as representações de poder, (Foucault, 1982).

A deposição de João Goulart, em 1964, representou um retrocesso para as classes populares, pois tinham conquistado abertura e participação na política brasileira. Dessa forma, interpreta se que a remoção de Jango da presidência da república, deve-se ao mesmo almejar ajudar as classes populares a conquistar maior participação na esfera política, a lutar por direitos e obter melhores condições de vida.

A associação de João Goulart ao comunismo, literalmente “era uma arma que eles tinham” a oposição, usou para desestabilizar Jango do poder, e dessa forma amargou o resto da vida, tão perto e tão longe da terra natal. Durante o exílio, no outro lado do rio Uruguai, quando estava na Argentina foram apontadas percepções de suspeitas de que Jango pode ter atravessado o rio de chalana em direção a uma de suas fazendas na localidade de Mercedes, interior de São Borja. Na memória local está registrado um Jango carismático, defensor das classes populares, principalmente por estender a participação dos trabalhadores na política e a sua deposição ocorreu fundamentada em um pretexto usado pela oposição, a associação de Jango ao

comunismo. A injustiça sofrida por João Goulart também é responsável pelo impedimento de Jango retornar ao seu país com vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LTDA, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares**. O II Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política.** 2° ed. São Paulo: ática, 1992.

DOSSE, François. **A História.** Edusc, São Paulo, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: Entre a memória e a História**. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA**,** Jorge. **João Goulart: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES. Ângela de Castro/FERREIRA, Jorge. **JANGO: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA, Cassio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964).** Porto Alegre: Sulina, 2014.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Éberson Machado. **O golpe de 64 e os reflexos na sociedade São-borjense.** Monografia de Conclusão do curso de História – URCAMP-São Borja, 2005.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade Missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, UNISC, 2011.

PINTO, Muriel *e al. In:* Colvero, Ronaldo Bernardino, *et al.* (org.) **Relações de fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai**. Editora Faith, 2015.

SILVA, Dilossane Vargas. **O governo João Goulart na memória dos são-borjenses 1961-1964**. Monografia de conclusão do curso de Especialização em História, URCAMP – São Borja, 2005.

SVARTMANN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, Iberê Athayde. **Jango vítima da ditadura.** Santo Ângelo, RS: EDIURI, 2014.

VILLA, Marco Antônio. **Jango um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

Encarte Especial - **A reconstrução do Brasil dos anos 60 - em alusão aos 22º anos de morte de João Goulart.** Jornal Folha de São Borja – 1998. São Borja, 05/12/1998.

9

Renata da Silva
Sandra Barbosa Parzianello

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO POLÍTICO E A LUTA PELA HEGEMONIA VENEZUELANA EM 2018

The discursive construction of the political subject and the struggle for venezuelan hegemony in 2018

Resumo: Esse artigo busca entender como Nicolás Maduro, se construiu enquanto sujeito pelo discurso político, mantendo sua hegemonia durante as eleições para Presidente da Venezuela, em 2018. Para isso, temos como objeto de pesquisa os discursos de Nicolás Maduro, construídos durante a campanha eleitoral. A seleção do corpus de análise para a realização do presente trabalho de pesquisa constituiu-se dos comícios realizados entre 22 de abril a 17 de maio de 2018, período oficial de campanha, definido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela. Para observar o discurso político proposto, optamos trabalhar com a teoria política contemporânea, com base na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), por possuir categorias fundadoras a partir da escola de Essex, Inglaterra, e que permitem analisá-lo a partir de seus fragmentos. O estudo nos levou a compreender que Maduro buscou ressignificar elementos em seu discurso, ao articular aspectos como autonomia econômica, apresentando como solução de uma crise, opções internas, que seriam garantidas com a sua política, mas ameaçadas por um inimigo externo estabelecido, os Estados Unidos. Esse artigo ressalta a importância do discurso para pesquisas dentro do campo político, como as desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa/CNPq, tendo como linha de pesquisa Linguagem, Mídia e Poder.

Palavras-chave: Nicolás Maduro; sujeito político; discurso; antagonismo; hegemonia.

Abstract: *This research seeks to understand how the president of Venezuela Nicolás Maduro built himself as a political subject through his speech, maintaining his political hegemony during the presidential elections in 2018. The object of this research is the political speech of Nicolás Maduro, built during the election campaign in that election. The selection of the corpus of analysis for the present work consisted of four electoral rallies, held between April 22 and May 17, 2018, the official election campaign period defined by the National Electoral Council (CNE) of Venezuela. To observe the proposed political discourse, we chose to work with contemporary political theory, through the Theory of Discourse by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (2015), as it has founding categories from the school of Essex, England, which allow us to analyze it from its fragments. The study led us to understand that Maduro sought to reframe elements in his speech through the articulation point of economic autonomy, presenting as a solution to a crisis, internal options that would be guaranteed with his policy, but threatened by an established external enemy: the States United. This article emphasizes the importance of discourse for research within the political field, such as those developed in the Research Group Diálogos do Pampa/CNPq, with Language, Media, and Power as a line of research.*

Keywords*: Nicolás Maduro; political subject; discourse; antagonism; hegemony*

INTRODUÇÃO

Em 2018, a eleição para presidente da Venezuela compôs a conjuntura política do país. Nesse período, os principais candidatos na disputa eleitoral eram Nicolás Maduro Moros, pelo Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), e o candidato de oposição Henri Falcón, do partido Avanço Progressista (AP). Durante o período de 22 de abril a 17 de maio, os candidatos articularam suas campanhas políticas, de forma a captar o maior número de eleitores por meio da construção de uma imagem como sujeito político.

Naquele momento, o país passava por uma crise social e econômica, em consequência da queda do preço do barril de petróleo e do embargo econômico estabelecido pelos Estados Unidos desde 2014, conforme a Lei 113/278 (Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil), sancionada durante o governo de Barack Obama. Por meio dessa lei, o governo americano passou a "justificar as ações de bloqueio, com base em juízos de valor sobre a situação econômica da Venezuela, particularmente, no que diz respeito ao acesso a alimentos, medicamentos e outros produtos básicos" (WEISSHEIMER, 2019, p. 1).

Além disso, manifestações por parte da oposição também se tornaram frequentes. Desde 2016, reivindicavam o referendo revogatório de Nicolás Maduro como presidente, alegando que o calendário das eleições de 2018 favorecia apenas o candidato chavista. Mesmo com esse cenário, Maduro conseguiu se reeleger como presidente do país, com 67,84% dos votos, de acordo com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela.

Nesse contexto, nosso estudo se propôs a verificar como foi articulado o discurso político por Nicolás Maduro e que o constitui como sujeito político no período correspondente à campanha eleitoral venezuelana, em 2018. Temos, como objetivo principal, evidenciar como Nicolás Maduro estabelece seu discurso político por meio da

mobilização de sentidos, fazendo com que seu discurso se hegemonizasse sobre os de seus opositores.

Buscamos alcançar esse objetivo por meio da identificação dos elementos que estão presentes e soltos no discurso de Maduro, mas, que assumem uma condição de momento ao serem articulados. Para isso, o corpo de análise toma o nome da campanha eleitoral de Nicolás Maduro, presente na descrição dos vídeos eleitorais disponíveis em seu perfil oficial no Facebook, e quatro comícios realizados pelo candidato no período oficial de campanha. Os quatro vídeos tiveram como critérios de escolha os locais e as datas em que ocorreram. O primeiro, se refere ao realizado no dia 23 de abril de 2018, sendo o primeiro comício feito por Maduro após a abertura do período legal de campanha na Venezuela, além de ter sido feito no Estado de Barinas, terra natal de Hugo Chávez. O segundo comício abre a segunda semana de campanha, feito em 30 de abril, no Estado de Cojedes. Já o terceiro comício ocorreu em 04 de maio, realizado em Caracas, capital da Venezuela, local em que se encontra a sede da Presidência do país, o Palácio de Miraflores, e o Palácio Legislativo Federal. O último comício ocorreu em 17 de maio, também realizado em Caracas, marcando o fechamento do período oficial de campanha, antes das eleições que ocorreram no dia 20 de maio de 2018.

Por meio deste corpo de análise, unido ao referencial teórico presente, esperamos compreender como se dá um processo identitário dentro da disputa política pelo candidato que possuiu uma ideia negativa associada à sua imagem e, mesmo assim, manteve sua hegemonia política. Submetemos esse trabalho sob o viés teórico pós-estruturalista, especificamente a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, por possuir categorias fundamentais para analisar o discurso político, bem como pela abordagem teórica de autores brasileiros como a pesquisadora Céli Pinto nessa mesma perspectiva.

A fim de alcançar o objetivo proposto, este estudo se divide em três capítulos. O primeiro se destina a apresentar o contexto político e

social da Venezuela que influenciaram o cenário da campanha eleitoral em 2018. O segundo capítulo se propõe a apresentar a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e algumas categorias trabalhadas pelos autores, como a noção de discurso, articulação, ponto nodal, antagonismo e hegemonia. Na sequência, é apresentada a análise da campanha eleitoral de Nicolás Maduro, evidenciando seu discurso político por meio dos pontos de articulação e a constituição de seu inimigo, com o objetivo de constituir o seu discurso político em torno de um ponto principal. Por fim, apresentamos as considerações finais, momento em que evidenciamos os principais pontos do discurso analisado e refletimos acerca do cenário político na sociedade contemporânea em relação à construção de sujeitos políticos dentro da arena política.

O CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DA VENEZUELA EM 2018

Para compreendermos a lógica em que se constitui o discurso político de Nicolás Maduro durante o período de campanha eleitoral em 2018, precisamos evidenciar o contexto no qual ela se apresenta. Assim, nessa seção, temos como objetivo mostrar a conjuntura política e social que influenciaram o discurso de Maduro.

A Venezuela é um país que baseia boa parte da sua renda na produção e exportação de petróleo. Desde que o produto foi descoberto no começo do século XX, o país foi deixando sua economia baseada na agricultura para se tornar uma economia rentista. Ou seja, o benefício de um produto "es predominante con respecto a otra basada en el desarrollo de las ganancias de productividad y, por esto, la acumulación es extensiva con base en un cambio tecnológico endógeno relativamente lento y baja productividad de los factores" (JEANNOT, 2010, p. 274).

Mesmo que o petróleo tivesse forte influência na área política venezuelana, foi no governo de Hugo Chávez, que o produto foi utilizado como instrumento político interno destinado a melhorar a vida da população. Por meio de programas sociais estabelecidos com o lucro obtido pelo petróleo, a imagem de Chávez se tornou querida pela classe trabalhadora. Dessa maneira, "en la medida que el asunto petrolero es incorporado al discurso político, y que es incluido a partir de la idea de la propiedad colectiva, el petróleo -a través del discurso- comienza ha hacerse parte de la cotidianidad del venezolano" (GONZÁLEZ, 2003, p. 69).

Porém, durante o primeiro governo de Nicolás Maduro em 2015, o preço do barril de petróleo caiu, em consequência de fatores como a disputa de preço entre Rússia e Arábia Saudita. Assim, a Venezuela viu sua principal fonte de renda ser afetada. Outro fator que teve influência no cenário econômico no país foi o embargo econômico estabelecido pelos Estados Unidos na Venezuela, em 2014. Por meio da Lei nº 113-278, sancionada em 2014, se alegou que a Venezuela estava violando os Direitos Humanos, além do acúmulo de poder do governo de Maduro, resultando em casos de censura e perseguição de opositores. Então, o governo norte-americano determinou que países estrangeiros não poderiam negociar com a Venezuela. Dessa maneira, não era possível que o país importasse produtos como insumos básicos ou maquinários para a extração do petróleo, nem mesmo comercializar com demais nações.

Em consequência da queda do preço do petróleo mundial, e da ausência de investimentos em outros setores, a economia da Venezuela se viu afetada, fazendo com que o índice inflacionário do país aumentasse. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2014, a taxa de inflação na Venezuela sofreu um aumento de mais de 68%. Assim, aliado à desvalorização da moeda local Bolívar, o custo de vida no país aumentou, fazendo com que os produtos tivessem aumento em seus valores, além de estarem escassos pela impossibilidade do país em importar mantimentos. Já em janeiro de

2018, o INPC do país teve um crescimento de 66%, demonstrando o impacto da crise inflacionária que se alastrava.

Outro elemento que compôs a conjuntura da última eleição para presidente da Venezuela foi a crise migratória de parte da população do país. Como resultado do aumento do índice inflacionário e a falta de acesso a insumos básicos, uma das soluções encontradas por algumas pessoas foi deixar o país em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, grupos de venezuelanos decidiram migrar, se destinando a países como Colômbia, Peru, Chile e Brasil. Segundo estimativas da International Organization for Migration (IOM), o número de migrantes venezuelanos na América do Sul em 2015 era de mais de 88 mil. Já em 2017, esse número subiu para mais de 885 mil.

Assim, o contexto em que ocorreu a eleição para presidente da Venezuela em 2018 foi marcado por uma crise econômica e social no país. No entanto, mesmo com um cenário não muito favorável relacionado ao seu último governo, Nicolás Maduro conseguiu vencer a disputa política contra seu principal adversário, Henri Falcón, mantendo sua hegemonia política na Venezuela.

A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

Um dos elementos que estabelecem a singularidade de um período eleitoral são os sujeitos presentes na disputa política e a construção de identidade que cada um estabelece por meio de seu discurso. No entanto, de acordo com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015, p. 169), a sociedade e as identidades não são fechadas, mas sim "carecem de qualquer essência, e suas regularidades consistem meramente de certa ordem". Além disso, segundo Céli Pinto

(2006, p. 89), “a característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está sempre ameaçado de não conseguir”. Nesse sentido, todo discurso tem como objetivo dominar o campo da discursividade, constituindo um centro estrutural e se hegemonizando sobre os demais.

Mas, para evidenciar como se dá a construção desses discursos na arena política, é necessário observá-los por meio de um aporte teórico que nos forneça ferramentas de análise dentro desse espaço. Afinal, “o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas e cabe ao analista conhecer as regularidades de sentidos desses sistemas discursivos” (MENDONÇA, 2012, p. 207). Por isso, esse capítulo tem como objetivo apresentar a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e suas categorias como discurso, ponto nodal, articulação, antagonismo e hegemonia.

Para Laclau (2013, p. 116), o discurso é uma categoria que se concebe por meio de “quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo, em que sua lógica é delimitada pelo espaço e tempo em que se apresenta, ou seja, em suas condições de emergência”. É fundamental observar o discurso de um sujeito político, pois, é ele “que constitui a posição de sujeito do agente social e não é, portanto, o agente social que é a origem do discurso” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 39). Com isso, se entende que o discurso de Nicolás Maduro é que o coloca dentro da luta política, constrói sua imagem e a transmite ao público. No entanto, como “ao longo da vida o sujeito se depara com uma multiplicidade de discursos e, na medida em que é interpelado por um, não é interpelado por outros” (Pinto, 1989, p. 28), o discurso que conseguir se sobressair aos demais, ou seja, se hegemonizar, será aquele que irá influenciar a forma como determinado elemento é entendido pela sociedade.

Como o discurso é constituído por elementos, entendidos como pontos nodais, eles que são responsáveis por organizar as relações

sociais “que não estavam anteriormente articulados entre si e que, no momento da articulação e, em relação a ela, deixaram suas condições de elementos para assumirem status de momentos diferenciais” (MENDONÇA, 2003, p. 143). Ou seja, os sentidos que estão soltos no discurso são entendidos como elementos que possuem suas diferenças e particularidades, mas, por meio do processo articulatório, eles se tornam equivalentes e suas diferenças, anuladas, se tornando momentos dentro do processo discursivo.

Já a articulação é compreendida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória’’ (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). Por sua capacidade de transformar os elementos em momentos discursivos, a articulação possibilita que um discurso se hegemonize, se sobressaindo sobre os demais.

Assim, “o objetivo da luta hegemônica consiste em desarticular práticas sedimentares de uma formação existente e, através da transformação dessas práticas e da instauração de outras novas, estabelecer pontos nodais de uma nova formação social hegemônica” (Mouffe, 2019, p. 77). Nesse sentido, a hegemonia é “um espaço no qual explode toda uma concepção do social baseada numa inteligibilidade que reduz seus momentos distintos à interioridade de um paradigma fechado” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 163). Ou seja,

> hegemonizar un contenido equivaldría, por consiguiente, a fijar su significación en torno de un punto nodal. El campo de lo social podría ser visto así como una guerra de trincheras en la que diferentes proyectos políticos intentan articular en torno de sí mismos un mayor número de significantes sociales (LACLAU, 2000, p. 45).

Isto é, “um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças” (MENDONÇA, 2009, p. 158). Neste sentido, pensar em hegemonia implica em uma fronteira de diferença, uma fronteira que

será definida por Laclau por meio da categoria de antagonismo, que também atribui a identificação e o status político a um discurso.

De acordo com Pinto (1989, p. 55),

> a construção de sujeitos, e, portanto, o próprio discurso político, está vastamente relacionada com o caráter de luta que a construção deste tipo de discurso envolve. A luta é o jogo de significado, é o jogo da construção do antagonismo: cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isto é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro.

Para Laclau (2011, p. 81), um discurso se estabelece por meio da negação de um outro, "pois uma identidade puramente diferencial em relação a outros grupos têm de afirmar sua identidade do outro simultaneamente à sua e, como resultado, não pode pretender interferir na identidade daqueles outros grupos".

O antagonismo é "entendido tão somente como uma forma de identificação política, de identificação a partir de uma ameaça política" (MENDONÇA, 2012, p. 205), em que ocorre o momento de "condição de possibilidade para a formação de identidades políticas" (MENDONÇA, 2012, p. 207). Afinal, "a política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um 'nós' em oposição a um 'eles'" (MOUFFE, 2005, p. 174).

Além disso, "posições antagônicas não compartilham conteúdos comuns e, por isso, não produzem sentidos iguais (disputam esses sentidos), e ambos dependem uma da outra para se constituir" (FREITAS, 2020, p. 141). Por essa razão, se entende o antagonismo como "una relación entre fuerzas enemigas, de modo tal que la negatividad passa a ser un componente interno de esa relación. Cada fuerza niega la identidad de la otra" (LACLAU, 2014, p. 133). Ou seja, o sentido antagônico está na constituição de um inimigo para que ele exista.

No entanto, não se deve pensar o antagonismo como algo negativo, mas sim algo que possibilita uma multiplicidade de discurso, pois "uma democracia em bom funcionamento demanda um embate intenso de posições políticas" (MOUFFE, 2005, p. 175), e assim, a diversidade de identidades políticas.

O que cabe entender é que cada discurso irá apresentar uma identidade diferente, estabelecida por sentidos específicos e que possuem sua própria lógica dentro do seu espaço discursivo. Isso ocorre "em um dado momento histórico, os sujeitos se constroem e constroem discursos a partir de um conjunto de significações que sua época histórica vive como sendo o sentido natural das coisas" (PINTO, 1989, p. 21). Assim, como o discurso político é "uma tentativa de fixar sentidos, que têm a urgência como condição e durante as campanhas eleitorais esta urgência é ainda mais fácil de ser verificada" (PINTO, 2006, p. 80), se torna necessário observar quais são os sentidos estabelecidos no discurso político de Nicolás Maduro durante o período eleitoral de campanha na Venezuela em 2018, que revela sua identidade política dentro do contexto observado.

O DISCURSO POLÍTICO DE NICOLÁS MADURO

Este capítulo se destina a analisar o discurso político de Nicolás Maduro durante o período legal de campanha na Venezuela, em 2018. O corpo de análise é composto pelo nome da campanha de Maduro e quatro comícios realizados pelo candidato. Por meio do entendimento das categorias presentes na Teoria do Discurso, apresentadas na sessão anterior, nosso objetivo é mostrar os sentidos que estão postos no discurso apresentado, qual o elemento articulador que o representa e o antagonismo ao qual esse discurso se coloca em oposição.

Começaremos evidenciando o nome da campanha oficial de Nicolás Maduro, indicada na descrição dos vídeos de comícios

disponíveis no perfil oficial no Facebook do candidato. Com o título *"Campaña Presidencial Simón Bolívar*", Maduro associa o nome de sua campanha com a figura do antigo militar e líder venezuelano que esteve à frente no movimento em nome do processo de independência e libertação dos países da América Latina. Assim, ao capturar para seu discurso a imagem de Bolívar, Maduro fornece o primeiro sentido que irá compor a sua identidade e também a de seu povo. Afinal, "um grupo social não é simplesmente uma coleção de indivíduos, determinada de forma arbitrária; ele se define por um sentido de identidade compartilhada" (MIGUEL, 2005, p. 29).

Em relação aos comícios, observamos que outra figura política presente no discurso de Maduro é a do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez. Em determinados momentos, Chávez é citado como "comandante Chávez, revolucionário que despertou a classe trabalhadora venezuelana". Nos comícios, o antigo líder chavista é colocado como o principal responsável pela revolução bolivariana e que seus ideais são mantidos por Nicolás Maduro em seu governo no período das eleições. Ao ser associado a termos como "solidariedade chavista, amor chavista", Chávez passa a representar não mais uma imagem de um sujeito político, mas sim de um movimento, um ideal de luta e de representação na Venezuela, um fenômeno político. Dessa forma, o primeiro sentido observado no discurso de Maduro em relação aos comícios é o elemento da paz, representada pela imagem de Hugo Chávez, seu legado como ex-presidente do país e o bom cenário social alcançado em seu antigo governo.

Outro ponto presente no discurso observado é a citação ao *carnet de la patria*, um documento de identidade, criado em 2016 na Venezuela, para que cidadãos do país possam obter recursos e programas sociais de forma mais fácil, além do governo ter acesso ao monitoramento socioeconômico local. Por meio do *carnet*, Maduro nos coloca a questão dos programas sociais em seus comícios, sendo uma demanda articulada em seu governo, recebendo maiores investimentos e garantindo

a proteção social das famílias. Com isso, temos um segundo sentido presente no discurso observado, a proteção social, que é representada pela permanência e uso do *carnet de la patria*.

A citação e apresentação do *Plan de la Patria* 2025, também é colocada como mais um ponto que passa a representar outro sentido no discurso de Maduro. Sendo apresentado[83] como um projeto nacional e o terceiro plano para o desenvolvimento econômico e social da Venezuela, previsto entre os anos de 2019 a 2025, o *Plan de la Patria* é um documento que apresenta as propostas de governo de Nicolás Maduro. Em seus comícios, o candidato chavista discursa que seu futuro governo, caso vença as eleições, se basearia nesse plano que, escrito por Hugo Chávez, coloca Maduro como responsável por colocá-lo em prática.

Como informado no próprio documento, o *Plan de la Patria* (2019, p. 10), "no es un plan de gestión. Esta es la hoja de ruta para liberar a un pueblo, para construir el socialismo". Assim, ao apresentar suas propostas de governo para o desenvolvimento da Venezuela, Maduro traz para o tema o *Plan*. Durante os comícios, são atribuídos a esse plano de governo os sentidos de um melhor futuro, com um renascimento econômico, de forma a resolver os problemas da Venezuela e da recuperação no setor financeiro no país. Nesse caso, a recuperação e prosperidade econômica passam a ter outro sentido, presente no discurso de Maduro, sendo representados pelo *Plan de la Patria* e as propostas que contém.

A eleição de 2018 para presidente da Venezuela também é ressignificada nos comícios observados. Neles, o candidato chavista traz para seu discurso a eleição, não somente como um processo que faz parte do regime democrático representativo na Venezuela, mas, no contexto ao qual é apresentada, que passa a ter outro sentido.

Durante o período de campanha eleitoral, determinados países, como os Estados Unidos, alegaram que não iriam reconhecer Nicolás

83 http://www.sunai.gob.ve/?page_id=6010. Acesso em: 20 set. 2022.

Maduro como presidente e que as eleições daquele ano deveriam ser canceladas, pois não aconteceriam de maneira legal. Durante os comícios, o candidato chavista questiona seu público sobre quem tem o poder de eleger o presidente da Venezuela. Isso pode ser evidenciado com um trecho do comício da campanha de Maduro no dia 17 de maio em que ele diz: "quem elege o presidente da Venezuela? A embaixada gringa? Um golpe de Estado? O governo da Colômbia? Donald Trump? Na Venezuela se elege o presidente a vontade soberana do povo e seu voto".

Assim, a eleição é ressignificada pela lógica discursiva de Maduro, já que "um sistema é um sistema porque produz seus sentidos internamente (princípio da autorreferência), o que faz com que ele se diferencie do meio ambiente" (MENDONÇA, 2012, p. 221). Dessa forma, dentro do sistema discursivo analisado, a eleição para presidente é colocada como um momento de luta política, de enfrentamento contra o inimigo político que está sendo estabelecido, passando a representar o sentido de resistência política, com o objetivo de combater o imperialismo, exercido pelos Estados Unidos e suas sanções sobre a Venezuela. Além disso, as eleições de 20 de maio de 2018, dentro do discurso observado, passam a ser uma continuidade da Revolução Bolivariana de acordo com Maduro. É por meio desse processo que se poderá realizar mudanças e garantir a prosperidade econômica do país.

O sentido de união também está presente no discurso de Nicolás Maduro. Por meio do *carnet de la patria*, o candidato chavista passa a construir o seu povo, de modo que aqueles que possuem o documento, estão na luta com Maduro para garantir a sua vitória e o bem maior do país. No comício do dia 23 de abril, Maduro diz que: "temos que fortalecer todas as grandes missões através do carnet de la patria, por isso, juntem-se a nós".

Além disso, Maduro dá destaque para a quantidade de eleitores que ele precisa para ganhar as eleições, de forma que todos se juntem a ele para garantir sua vitória e, assim, possam garantir um novo tempo no país, de autonomia econômica e sem a interferência de setores

externos. Essa ideia pode ser evidenciada no seguinte trecho no comício de 4 de maio em que Maduro diz: “são 15 dias para as eleições, me deem 10 milhões de votos que eu acabo com as máfias econômicas que afetam o povo”.

Apresentados os sentidos presentes no discurso de Nicolás Maduro, procuramos analisá-los à luz da teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, enquanto elementos discursivos. Afinal, esses sentidos se encontram dispersos no discurso, onde suas diferenças ainda estão presentes e possuem a sua individualidade. Por isso, é necessário evidenciar o ponto articulador que irá passar a representar esses elementos, os transformando em momentos[84]. Dessa maneira, as diferenças entre eles serão anuladas e todos passam a ser representados por apenas um.

Como “a capacidade de um discurso de exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade” (PINTO, 1989, p. 36), percebemos que o elemento que assume o lugar de articulação no discurso de Nicolás Maduro é a autonomia econômica. Entendemos que, nas demandas apresentadas, o sentido de autonomia econômica é o que capta todos os demais sentidos, passando a ser o ponto principal que representa o discurso de Nicolás Maduro. Além disso, a questão da autonomia evidencia a posição à qual o discurso de Maduro se coloca contra a de seu inimigo, este que não possibilita a plena existência de seu discurso. Ou seja, por meio desse ponto articulatório, os demais sentidos são representados e as demandas podem ser cumpridas.

Cabe agora evidenciarmos o inimigo estabelecido ao discurso de Nicolás Maduro ao qual irá atribuir o seu elemento político. Afinal, de acordo com Pinto (1989, p. 51-52),

> o discurso político é o discurso por excelência do sujeito em todos os seus sentidos, seu local de enunciação é a luta política,

84 Laclau e Mouffe irão definir a categoria de momento como sendo “as posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso” (2015, p. 178).

> seu objetivo é vencer a luta através do jogo de desconstrução e reconstrução de significados, interpelado através da construção articulada de uma visão de mundo.

Neste sentido, o que vai diferenciar um discurso para um discurso político é o antagonismo, que é constituído por "determinadas identidades a partir de articulações discursivas marcadas pela negação de sua expansão dentro de um jogo simbólico de significados e sentidos" (FREITAS, 2021, p. 12).

O primeiro antagonismo que aparece no discurso analisado são os grupos a que Maduro se refere como máfias econômicas. De acordo com ele, essa figura é uma das que devem ser combatidas por meio da revolução que pretende defender a classe trabalhadora. Em certos momentos do comício, o atual presidente questiona o público se eles irão o ajudar neste combate às máfias econômicas para permitir que o país prospere. Ou seja, a figura que impede a plena existência da identidade que Maduro constrói sobre si.

A oligarquia venezuelana é outro inimigo estabelecido no discurso político analisado. Não vista como parte do povo de Maduro, o candidato chavista a coloca como sendo responsável por permitir a inserção dos Estados Unidos na Venezuela e por terem perdido espaço no campo político nos últimos tempos. Além disso, a oligarquia é colocada como uma das responsáveis pelo cenário de crise econômica que afeta o país e que está contra o povo estabelecido pelo candidato do PSUV.

Henri Falcón não é só apresentado como principal adversário político de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, como também um inimigo a ser combatido. No discurso político analisado, Falcón é identificado como o candidato da oligarquia, mas também, o responsável por ser a porta de entrada dos Estados Unidos no país. Durante os comícios, o candidato chavista informou que seu adversário político, se eleito, irá permitir a atuação do FMI (Fundo Monetário Internacional) na Venezuela, com o objetivo de restaurar a economia local e assim, permitir a influência norte-americana em território venezuelano, indo

contra o discurso de autonomia econômica estabelecido por Maduro. Afinal, "quando estamos diante de uma lógica antagônica, não estamos diante de identidades pré-constituídas, mas daquelas que têm suas próprias constituições negadas" (MENDONÇA, 2012, p. 208).

No entanto, o principal antagonismo constituído no discurso político de Nicolás Maduro, e que une todas as outras demais, são os Estados Unidos. Durante os comícios, frases de questionamentos direcionadas ao público presentes explicitam bem o que o governo norte-americano representa e o que Maduro representa. Dessa forma, se tem a disputa de dois mundos em um mesmo cenário político, Nicolás Maduro e a autonomia venezuelana, onde as eleições são vistas como ato de resistência ao regime político e econômico, e os Estados Unidos, com seu poder de interferência política e econômica em benefício de seus próprios interesses. Isso se dá, pois, no antagonismo "não há qualquer identificação positiva em si, pelo contrário, trata-se de um processo que parte primeiramente de uma negatividade que sempre a ameaça e a torna incompleta" (MENDONÇA, 2019, p. 42).

Temos, assim, os sentidos que identificam o discurso político de Nicolás Maduro durante o período eleitoral de campanha no ano de 2018 na Venezuela e que permitiram a hegemonização desse discurso em relação aos demais no campo político analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, por meio da análise do discurso, na perspectiva teórico-metodológica da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), que o discurso político de Nicolás Maduro se constrói a partir do ponto de articulação da autonomia econômica. Por meio desse ponto, demais demandas passam a ter suas diferenças anuladas para serem representadas por uma única.

Essas demandas, dentro da lógica do discurso analisado, são ressignificadas e passam a representar outro sentido. O primeiro sentido observado no discurso de Maduro é a Revolução Bolivariana, representada pela presença das figuras de Simón Bolívar e Hugo Chavéz, na campanha política de Maduro, atribuindo o sentido de que sua vitória na eleição de 2018 seria a continuação do processo revolucionário, colocado em prática pelos antigos líderes venezuelanos. O sentido de paz também é presente no discurso político analisado, onde a figura de Chávez é ressignificada não só como um antigo líder, mas como um ideal a ser seguido. Outra demanda, construída no discurso, é a da proteção social por meio do *carnet de la patria*. Através dos programas sociais oferecidos pelo *carnet*, Maduro estabelece o sentido de proteção social para o seu público, assim como o sentido de união, em que aqueles que possuem o documento social fazem parte de seu povo.

Já o *Plan de la Patria* 2025, o plano de governo que Maduro apresenta em seu discurso político, deixa de ter esse sentido para dentro da lógica discursiva apresentada, passando a significar o sentido de recuperação econômica. Dessa maneira, a vitória do candidato chavista na eleição de 2018 representaria uma melhora no cenário econômico do país. Por fim, o processo da eleição de 2018 passa a significar o sentido de resistência política, frente ao antagonismo estabelecido em seu discurso.

Como inimigo, Maduro estabelece os Estados Unidos como principal responsável pelo cenário de crise econômica na Venezuela. No entanto, a presença desse inimigo dentro do país é representada pelas máfias econômicas, a oligarquia venezuelana e o candidato de oposição Henri Falcón, sendo eles não os principais inimigos de Maduro, mas que representam a presença da figura norte-americana no país e que devem ser combatidos. No entanto, entendemos que a constituição de um inimigo externo é necessária no discurso de Maduro, já que elementos negativos em seu discurso não podem estar associados a uma crise interna no país, por representar o seu governo, mas sim, tem de ser algo que está fora do cenário político venezuelano.

Nicolás Maduro, por meio da ressignificação de elementos em seu discurso, constitui-se como um sujeito político representado pela paz, proteção social, resistência política e recuperação econômica. Esses sentidos, que passam a representar a identidade de Maduro, são ameaçados por um inimigo externo estabelecido, já que nenhum sentido negativo pode estar associado diretamente a um elemento interno do país. Assim, evidenciamos a capacidade de construção de sentidos e de sujeitos políticos na contemporaneidade por meio do discurso, campo que está intimamente ligado à linha de pesquisa Linguagem, Mídia e Poder, com a qual trabalhamos desde 2010, junto ao Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq.

REFERÊNCIAS

FACEBOOK. **MADURO**, Nicolás. Campaña Presidencial Simón Bolívar (1ª parte). Barinas, 23 abr. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/NicolasMaduro/videos/2182086268688511/. Acesso em: 01 set. 2022.

FACEBOOK. **MADURO**, Nicolás. Campaña Presidencial Simón Bolívar (2ª parte). Barinas, 23 abr. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/NicolasMaduro/videos/2182086938688444/. Acesso em: 01 set. 2022.

FACEBOOK. **MADURO**, Nicolás. Campaña Presidencial Simón Bolívar. Caracas, 4 mai. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/NicolasMaduro/videos/2188583134705491/. Acesso em: 01 set. 2022.

FACEBOOK. **MADURO**, Nicolás. Campaña Presidencial Simón Bolívar. Cojedes, 30 abr. 2018. Disponível em: https://fb.watch/fYxiEyNMmi/. Acesso em: 04 set. 2022.

FACEBOOK. **MADURO**, Nicolás. Gran Acto de Cierre de Campaña Presidencial Simón Bolívar. Caracas, 17 mai. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/NicolasMaduro/videos/2196300903933714/. Acesso em: 04 set. 2022.

FREITAS, Felipe Corral de. A política como antagonismo: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v.34, p. 1-24, 2021.

FREITAS, Felipe Corral de. Repensando o Agonismo: o impasse não superado entre conflito e consenso. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 135-158, 2020.

GONZÁLEZ, Milko. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Universidad Central de Venezuela, Caracas, vol. 9, nº. 2, p. 59-87,jul/dez, 2003.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC). **Banco Central de Venezuela**. Consumidor. 2018. Disponível em: https://www.bcv.org.ve/estadisticas/consumidor. Acesso em: 22 out. 2022.

Table: Estimates of Venezuelan Migrant Stocks in Regions. MIGRATION DATA PORTAL: International Organization for Migration (IOM). Disponível em: https://www.migrationdataportal.org/infographic/table-estimates-venezuelan-migrant-stocks-regions. Acesso em: 23 out. 2022.

JEANNOT, Fernando. La economía rentista en Venezuela. **Análisis Económico**, vol. XXV, n. 60, p. 273-302, 2010. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=41316760011. Acesso em 20 out. 2022.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

ERNESTO, Laclau. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. 2015.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2ª edición. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LÍNEAS GENERALES DEL PLAN DE LA PATRIA. **Superintendencia Nacional de Auditoria Interna**. Disponível em: http://www.sunai.gob.ve/?page_id=6010. Acesso em: 20 set. 2022.

MENDONÇA, Daniel. A Crise da Democracia Liberal e a Alternativa Populista de Esquerda. **Simbiótica**, v.6, n.2, p. 31-50, 2019.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista Sociologia e Política**, vol. 20, nº 1, 2003, p. 135-145.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, p. 205-228.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar "o político" a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, n. 59, p. 5-42, 2005.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**. n. 25, p.11-23, 2005.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

PLAN DE LA PATRIA. **Ministerio del Poder Popular de Planificación**. Disponível em: http://www.mppp.gob.ve/. Acesso em: 20 set. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney:** o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. Barbarói: **Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**. Santa Cruz do Sul, RS. Nº 24, jan/jun. 2006, p. 78-109.

WEISSHEIMER, Marco. Venezuela enfrenta criminoso bloqueio econômico dos Estados Unidos há 15 anos. **Opera Mundi**, Diálogos do Sul, Florianópolis, 27 dez. 2019. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/economia/62365/venezuela-enfrenta-criminoso-bloqueio-economico-dos-estados-unidos-ha-15-anos. Acesso em: 20 set. 2022.

10

Cecilia Ramírez

Adriana Hartemink Cantini

SER MUJER MADRE DE HIJO CON DISCAPACIDAD

Ser mulher mãe de filho com deficiência

Resumen: El trabajo se presentó como una construcción del curso de Licenciatura - Especialización en Salud Mental para la obtención del título de Especialización y Maestria en Familia Integral de la Universidad de Misiones – Posadas, Argentina. El proyecto se llevó a discusión en el Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa/Unipampa/Cnpq por mi asesora de tesis Dra. Adriana Hartemink Cantini, investigadora del Grupo. Es un Grupo de discusión que tiene como objetivo desarrollar investigaciones científicas de forma colaborativa y colectiva. Presentamos la propuesta en el grupo, lo que permitió tener orientaciones diversas, porque el grupo es conformado por diferentes profesionales lo que aportó una mayor relevancia en cada análisis de las diversas problemáticas sociales que se presentaron. Lo trabajo del Grupo de pesquisa consiste en el abordaje de diferentes temáticas con una perspectiva multidisciplinar, siendo ejes de intervención en diferentes áreas, como: Comunicación, Políticas Públicas, Derecho, Salud Mental y otros y eso permitió que integrase un lugar necesario como espacio de debate y discusión, en base a diferentes teorías científicas permitiendo una mayor comprensión en esta oportunidad, sobre la discapacidad y sus enfoques. El objetivo general de la investigación consistía en crear un espacio de contención, información, concientización, prevención y preparación para una crianza optima, destinada a las mujeres madres con hijos con discapacidad y familiares, de 0 a 21 años de edad, que concurren cotidianamente en el Centro de Día "J.B. Alberdi" a fin de fortalecer el bienestar social integral de las mujeres madres de hijos con discapacidad y su grupo familiar. Las metas fueron: a) formación de un Equipo Interdisciplinario en el Centro con el fin de construir una red de soporte emocional y social, compartir información y experiencias de vida de las madres con hijos con discapacidad y su entorno; b) coordinar acciones con el Equipo Interdisciplinario, para el abordaje de temas de interés informativo y referencial para las familias, en temáticas sobre salud, educación, socioemocional, laboral, jurídico y otros y c) articular acciones con el Centro, comunidad, familiares y las madres con hijos con discapacidad, que asisten diariamente a la institución, con el fin de implementar nuevas concepciones en la construcción del rol de la maternidad y para el abordaje y acompañamiento de las realidades de las personas con alguna discapacidad. El enfoque metodológico del estudio es cualitativo y cuantitativo y se utilizó las técnicas de entrevistas con profundidad y la observación pasiva.

Palabras clave: Maternidad; perspectiva de género; discapacidad.

Resumo: *O trabalho foi uma construção do curso de Especialização em Saúde Mental para obtenção do título de Especialista em Família Integral na Universidade de Misiones - Posadas, Argentina. O projeto também foi discutido no Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa/Unipampa/Cnpq, por minha orientadora Dra. Adriana Hartemink Cantini, pesquisadora do Grupo. Diálogos do Pampa, é um grupo de discussão, cujo objetivo é desenvolver pesquisas científicas de forma colaborativa e coletiva. Apresentamos a proposta no grupo, o que nos permitiu orientações diversificadas, porque ele é constituído por diferentes profissionais, o que contribuiu com maior relevância em cada análise dos diversos problemas sociais que foram surgindo. O trabalho do Grupo de Pesquisa consiste em abordar diferentes temas com uma perspectiva multidisciplinar, tendo como eixos diferentes áreas de intervenção, tais como: Comunicação, Políticas Públicas, Direito, Saúde Mental e outras. Isso permitiu integrar um lugar necessário como espaço de debate e discussão, com base em diferentes teorias científicas permitindo uma maior compreensão nesta ocasião, sobre a deficiência e as suas abordagens. O objetivo geral da investigação foi criar um espaço de contenção, informação, sensibilização, prevenção e preparação para os desafios da parentalidade, dirigida a mulheres e mães de filhos com deficiência e familiares, dos 0 aos 21 anos, que frequentam diariamente o Dia Centro "J.B. Alberdi", a fim de fortalecer o bem-estar social integral de mulheres mães de crianças com deficiência e seu grupo familiar. Os objetivos específicos foram: a) formação de uma Equipe Interdisciplinar no Centro para construir uma rede de apoio emocional e social, compartilhar informações e experiências de vida com as mães de filhos com deficiência e seu ambiente; b) coordenar ações com a Equipe Interdisciplinar, para abordar assuntos de interesse informativo e referencial para as famílias, sobre questões de saúde, educação, socioemocional, trabalhista, jurídica e outras e c) articular ações com o Centro, comunidade, familiares e as mães de filhos com deficiência, que frequentam diariamente a instituição, a fim de implementar novos conceitos na construção do papel da maternidade. O enfoque metodológico do estudo é qualitativo e quantitativo e foram utilizadas as técnicas de entrevista em profundidade e observação passiva.*

Palavras-chave*: Maternidade; perspectiva de gênero; deficiência.*

INTRODUCCIÓN

Se planteó el tema del ejercicio de la maternidad de hijos con discapacidad, que se trata de un problema social en la medida que afecta a un gran número de personas y puede resolverse mediante el ejercicio de la acción social. La intervención requiere como condición, un trabajo interdisciplinario e intersectorial, de saberes de profesionales y de sus destinatarios, para elevar la calidad de vida del sector problemático. Es una realidad que la maternidad tal y como está concebida, responde a construcciones sociales y culturales que son a su vez vinculantes a principios e intereses, patriarcales y capitalistas. Este hecho se encuentra invisibilizado, por, entre otras razones, el carácter natural que se le ha asignado a los roles sociales llamados maternos. Por lo que se coincidió mediante debate de por medio, la afirmación de que visibilizar los estereotipos de género e identificar el daño que producen, resultando un ejercicio crítico para su erradicación e intervención.

En esta misma línea, se asume que las familias de las personas con discapacidad, y sobre todo las mujeres, no reciben una atención particular por parte de las instituciones, en cuanto a considerar las necesidades o demandas que pudieran presentar las madres y / o familia en esas instituciones. En ese sentido se destacó el mantenimiento y la reproducción, desde dichas instituciones, de visiones tradicionales en torno a la maternidad, la institucionalización aún del binomio antiguo tradicional, que mujer = madre, y la invisibilización de las necesidades materiales, informativas y emocionales de las mujeres. El resultado es una maternidad que se ejerce por la mayoría desde el rechazo social a sus hijos e hijas con discapacidad y a ellas mismas, y que implica renuncias diarias, constantes y permanentes, con resultados de: soledad, agotamiento, sobrecargas emocionales, físicas y económicas; con poco posibilidades personales e institucionales de problematizar su situación para buscar superarla.

La maternidad de las mujeres con hijos e hijas con discapacidad, que asisten a un Centro de Día estatal, considerando pertinente su investigación ante elementos como la naturalización de las demandas asociadas a la maternidad, las construcciones excluyentes sobre la discapacidad, y la configuración de la educación especial en el país; aspectos que se considera que median la crianza, y hacen de la maternidad un ejercicio particularizado. Entre las conclusiones relevantes se señala que las condiciones que inciden en el ejercicio de la maternidad de estas mujeres se relacionan con las demandas patriarcales de cuidado y desposesión del propio ser, sumado a las nociones tradicionales de dependencia sobre la discapacidad.

Además, ante las desigualdades del capital, las respuestas focalizadas de la asistencia social y la discapacidad; sus condiciones socioeconómicas y las de sus familias se complejizan y sumado a otros factores se dificulta considerablemente el acceso al empleo. A este panorama, se une la dinámica particular de las escuelas de educación especial, que instauran formas cotidianas de aprendizaje, convivencia y traslado; con una importante influencia en lo que se espera, se hace por, o se pide a las mujeres.

Todo lo anterior se refuerza por los vacíos, omisiones o afirmaciones de las leyes que no contemplan los derechos y necesidades particulares de las mujeres con hijos e hijas con discapacidad.

Dentro del marco de la implementación de un Abordaje Familiar Integral para la problemática presentada ante el Grupo Pesquisa, se planteó realizar un proyecto de intervención con implementación de acciones para el acompañamiento, apoyo y orientación a las madres, con hijos con discapacidad de 0 a 21 años y familias, que asisten al Centro de Día “Juan Bautista Alberdi” del barrio Popular, de la ciudad capital, de la provincia de Corrientes. (Argentina).

Como lo señala Ticac (2008), en el caso de los niños, el nacimiento de un niño/a con discapacidad, produce una crisis en la

estructura familiar que se manifiesta en una inestabilidad, un quiebre que provoca cambios de roles e interacciones, debido a este suceso que es generador de estrés, los cuales tienen una expresión particular en cada familia según su historia, su dinámica, de la significación que se le asigne al evento o situación, y de los recursos con que cuenta la familia ante esta problemática. Por consiguiente, se trata de un problema social en la medida que afecta a un gran número de personas y puede resolverse mediante el ejercicio de la acción social. La intervención requiere como condición, un trabajo interdisciplinario e intersectorial, de saberes de profesionales y de sus destinatarios, para elevar la calidad de vida del sector problemático.

En relación al hecho de que las mujeres asumen un papel predominante en el cuidado y educación de las personas con discapacidad, las implicaciones sociales, económicas, culturales y políticas de ejercer la maternidad de un hijo o hija con discapacidad, se resalta que aún no han sido abordadas en profundidad como objeto de intervención. Es por estas razones, que se considera vinculante establecer la problemática a intervenir: El ejercicio de la maternidad de mujeres con hijos e hijas con discapacidad.

El objetivo general del trabajo estaba en crear un espacio de contención, información, concientización, prevención y preparación para una crianza óptima, destinada a las mujeres madres con hijos con discapacidad y familiares, de 0 a 21 años de edad, que concurren cotidianamente en el Centro de Día "J.B. Alberdi" a fin de fortalecer el bienestar social integral de las mujeres madres de hijos con discapacidad y su grupo familiar.

Los objetivos específicos eran: a) Formación de un Equipo Interdisciplinario en el Centro de Día "J.B. Alberdi", con el fin de construir una red de soporte emocional y social, compartir información y experiencias de vida de las madres con hijos con discapacidad y su entorno; b) Coordinación de acciones con el Equipo Interdisciplinario, para el abordaje de temas de interés informativo y referencial para las familias,

en temáticas sobre salud, educación, socioemocional, laboral, jurídico y otros y c) Articulación acciones con el Centro de Día "J.B. Alberdi, Comunidad, familiares y las madres con hijos con discapacidad, que asisten diariamente a la institución, con el fin de implementar nuevas concepciones en la construcción del rol de la maternidad y para el abordaje y acompañamiento de las realidades de las personas con alguna discapacidad.

La metodología/Desarrollo del trabajo se basó en un enfoque metodológico cualitativo y cuantitativo, porque era más apropiado, para conocer e intervenir con las personas en el contexto de su pasado y su presente, escuchándolas hablar acerca de lo que piensan, sus significados y como experimentan sus luchas cotidianas en la sociedad.

Por lo tanto, con este enfoque epistemológico de orden mixto, que complementa a la relación dialéctica de lo cualitativo y cuantitativo, se podrá acceder a las condiciones de vida, las representaciones sociales de las madres con hijos con discapacidad , familiares y de la institución que concurren a diario, los **discursos presentes en las políticas productores de subjetividades en las familias con hijos con discapacidad,** como también describir las estrategias y prácticas desplegadas para la accesibilidad a las Políticas Sociales en discapacidad.

Así mediante la inducción analítica, para este proyecto de intervención, este enfoque buscará profundizar en aspectos o dimensiones subjetivos de los actores, dando un lugar relevante a sus reflexiones, sentimientos y principales aspiraciones sociales.

Las técnicas e instrumentos para la recolección de datos se orientan a proveer un mayor entendimiento de los significados y experiencia de las protagonistas. Para responder a los objetivos de este proyecto de intervención, se utilizó las entrevistas en profundidad porque se considera el instrumento más adecuado y seguro para acceder al escenario y a las personas que aportaron datos. Por otro lado, como complemento de la entrevista, la observación, con participación

pasiva, ha tenido la finalidad de ampliar la información, adentrarse a la profundidad de situaciones y explorar el ambiente donde las personas desarrollan sus actividades utilizando todos los sentidos, atentos a detalles, sucesos e interacciones.

El proyecto fue basado en medios de verificación como: los Registros de asistencia a los talleres, de las entrevistas, reuniones de los convocados; la determinación del número de hijos con discapacidad que asisten al Centro de Día u numero de madres y familiares que asisten a los talleres; elaboración de Diagnósticos Familiares Integrales de las madres con hijos con discapacidad que concurren al Centro de día; registro de participación de las madres y familiares en el proceso de elaboración de propuesta de apoyo; registro de los logros alcanzados durante los talleres, capacitaciones, reuniones, etc.; evaluaciones sobre los aprendizajes obtenidos y transformaciones alcanzadas; número de profesionales que participan en las capacitaciones y número de profesionales en la Institución; cantidad de la población que asiste en la Institución y cantidad de familias que participan de las actividades propuestas y, por fin, los registros de los diferentes comprobantes de facturación necesaria para la realización de cada actividad-taller.

A partir del análisis cuantitativo obtenido de las bases de datos y revisión de cada Informe de Admisión del Centro de Día, de los hijos con discapacidad (Para este, los consideraos los que tienen de 0 a 21 años, que asisten a la institución hace 1 año como mínimo, que pertenezcan a familia monoparental.)

Las fuentes de información e instrumentos de recolección de la información, fueron la base de datos y estadísticas suministradas por el área Administrativo del Centro de Día "J.B. Alberdi", que permitió el aceso a la recolección de datos cuantitativos y documentales y estadísticas de la institución, información digitalizada que posee el ingreso de todos los concurrentes y familiares de los niños y adolescentes, actividad que se realizó como el primera tarea en la implementación del proyecto y una vez conformado el Equipo Interdisciplinario requerido.

Los instrumentos de recolección de datos que se utilizarán fueron las entrevistas semiestructuradas, dirigidas a las madres en particular. Se contacto mediante turno asignado desde el servicio de Admisión de la institución, con el fin de realizar la entrevista con el equipo interdisciplinario integrado por: Medico, Psicólogo, Trabajadores Sociales, Educadores especiales, quienes realizaran el primer encuentro, con el fin de elaborar un plan de atención identificando los responsables de cada grupo familiar y los posibles referentes que se podría incluir en el abordaje con las familias. Luego se fué implementando un plan de trabajo individual y un plan de trabajo familiar.

Por otro lado, con las técnicas cualitativas, se utilizó entrevistas en profundidad, y grupos focales, con el fin de discutir la concepción que se tiene sobre la maternidad de las mujeres con hijos con discapacidad, cuales son los condicionantes influyentes, como la institución colabora o no en el desarrollo del ejercicio de la maternidad, bajo cuáles perspectivas, entre otros.

LA FUNDAMENTACIÓN TEÓRIA Y LAS PREMISAS FUNDAMENTALES

La primera es que la maternidad tal y como está concebida, responde a construcciones sociales y culturales que son a su vez vinculantes a principios e intereses, patriarcales y capitalistas. Este hecho se encuentra invisibilizado, por entre otras razones, el carácter natural que se le ha asignado a los roles sociales llamados maternos.

Un ejemplo de lo anterior se refleja en el hecho que, durante el 2021, las mujeres dedicaron aproximadamente 72,1 horas semanales en trabajo doméstico no remunerado el cual incluye el cuidado, mientras que los hombres solo dedicaron 27, 9 horas semanales, en esta misma labor. Esto se relaciona a que, el último dato relevado a nivel

nacional sobre uso del tiempo surge de un módulo en la EPH Encuesta Permanente de Hogares realizado en el año 2013.

Los resultados visibilizaron la desigualdad. El tiempo social promedio dedicado a tareas de cuidados, resultaba en seis horas para las mujeres y solo dos para los hombres. En el caso de mujeres de menores ingresos, el tiempo dedicado a tareas de cuidado aumentaba a ocho horas.

Otra premisa de la cual se parte, es que las mujeres con hijos e hijas con discapacidad no solo viven y se enfrentan con las construcciones existentes en torno a lo que deben ser y hacer como madres; sino que también, están mediadas por las comprensiones que giran en torno a la condición de discapacidad de sus hijos e hijas, lo cual tiene implicaciones en su ejercicio cotidiano de la maternidad, otorgándole demandas particulares que deben ser revisadas desde una comprensión integral de la situación de las personas. Por lo que se comparte la afirmación de que visibilizar los estereotipos de género e identificar el daño que producen, resulta un ejercicio crítico para su erradicación e intervención. En ese sentido, se destaca el mantenimiento y la reproducción, desde dichas instituciones, de visiones tradicionales en torno a la maternidad, la institucionalización aún de que ser mujer es sinónimo obligatorio a ser madre, y la invisibilización de las necesidades materiales, informativas y emocionales de las mujeres.

También se parte del hecho que, las instituciones estatales, en este caso específico los Centros de Día que brindan una educación especial a través de diversos talleres educativos, podrían generar acciones que aporten al desarrollo de una maternidad no tradicional hegemónica en las mujeres, por una que esté en correspondencia con el enfoque de derechos humanos.

Según Lagarde (1995, p. 15) "(…) las instituciones – sociales, estatales y culturales- controlan y reproducen los cuerpos a través de procesos pedagógicos en los que se enseña, aprende, se internaliza, se actúa, se rehúsa y se cumple, con los deberes corporales genéricos".

Sin duda, dentro de un escenario nacional en el que las mujeres, siguen siendo el blanco principal de imposiciones patriarcales discriminatorias, es imprescindible generar cuestionamientos, que vislumbren vacíos, roles y estereotipos invisibilizados, que se traducen en factores que limitan el goce y ejercicio de derechos humanos y libertades fundamentales en todas las esferas de la vida. (CEDAW, 1979).

La maternidad es una categoría poco desarrollada en los planteamientos sociales para intervención, generalmente la mayoría de personas no la cuestiona o reflexiona, simplemente se vive en el marco de una vida cotidiana rápida y apresurada. El sistema de consumo, el mercado laboral, las relaciones sociales, y el sistema patriarcal y capitalista, imposibilitan develar la maternidad desde sus múltiples determinaciones.

Esta maternidad, se denomina tradicional hegemónica, y funciona como una herramienta alienante, y otorgadora de deberes "naturales" a las mujeres, vinculados con el cuidado exclusivo y crianza sacrificial. Así mismo, implica para estas no solo una demanda a tener hijos e hijas como parte de su identidad, sino que también se les educa por medio de mensajes sancionatorios a cómo deben actuar al ser madres.

Parte de la trascendencia social de la investigación de esta temática se puede justificar con el hecho de que, según la Organización Mundial de la Salud (2020), un 15% de la población mundial se encuentra en condición de discapacidad, lo que representa un total de mil millones de personas en esta condición, a lo que se suma un total de dos mil millones de habitantes que se relacionan diariamente con personas en esta condición, grupo conformado principalmente por familiares cercanos. De este grupo se puede inferir que la mayoría son mujeres que, por los roles de género establecidos, asumen primordialmente, por no decir de manera exclusiva, la responsabilidad de sus hijos e hijas.

En relación con la maternidad, a nivel internacional existen convenios ratificados por el país como la Convención Belén do Para (1994)

y la Convención para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) (1979), que le colocan al Estado la responsabilidad de velar para que las mujeres tengan una educación y vida sin patrones estereotipados de comportamiento, sin prácticas basadas en la inferioridad y desde la comprensión adecuada de la maternidad, reconociendo la responsabilidad común en la educación y crianza de hijas e hijos. De esta manera, se interpreta que a nivel internacional estas Convenciones ven en la modificación de patrones socioculturales un punto de partida para poder garantizar derechos a las mujeres en todas las dimensiones de su vida.

Así mismo, se identifica que existen factores como la condición de género, el tipo de discapacidad, la comprensión de la discapacidad, la falta de información, la falta de apoyo profesional, la discriminación de la sociedad, la falta de respuesta del Estado, las construcciones patriarcales, entre otros, los cuales dificultan el cuidado de las personas con discapacidad, en especial, el desarrollo de la labor que se le asigna a las madres.

Según los datos estadísticos de IDESA (Instituto para el Desarrollo Social Argentino) actualmente el 86% de los hogares monoparentales argentinos son organizados por jefes de familias mujeres, que crían solas a sus hijos. El 80% de estas madres además trabajan para sostener económicamente el hogar. Datos del informe IDESA, “Hogares monoparentales durante la pandemia” lideran las mujeres.

De acuerdo a los datos del INDEC - Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da República Argentina (2018), en relación a las personas que presentan alguna discapacidad, la prevalencia obtenida para el total del país a nivel población es de 12, 9 %, lo que representa 5.114.190 de personas que declaran tener alguna dificultad o limitación permanente. A nivel hogar es de 30,6%.

En la provincia de Corrientes, según sondeo realizado en el año 2020, reveló casi 1000 hogares con miembros con alguna discapacidad.

La Dirección de Estadísticas y Censo de la provincia continúa con el estudio. En la última encuesta por discapacidad, realizada en Corrientes, manifestó con casi 1000 hogares encuestados en Corrientes sobre un total de 1.570 personas.

De a acuerdo a los miembros de la Junta Evaluadora de IPRODICH - Instituto Provincial para la Inclusión de las Personas con Discapacidad,de la ciudad capital de Corrientes, manifiestan que el 90 % son las madres, las únicas jefas de hogar y cuidadoras absolutas de sus hijos que presentan alguna discapacidad, en la mayoría de los casos, una vez obtenida la información de la gestación de un hijo con discapacidad, son abandonadas por sus maridos o se separan antes de los 10 años de sus hijos, adjudicando por diversas causas.

Una de las posibles soluciones seria las intervenciones de manera inmediata con políticas públicas integrales familiares y visibilización de las situaciones que atraviesan, las mujeres madres con hijos con discapacidad y sus familiares ante esta problemática.

El autor Castro (2013, p. 25) expresa que "(…) no es posible comprender hoy la constitución de los lazos familiares y/o de la esfera domestica por fuera del escenario político- económico e institucional", por lo que hace énfasis de cómo lo político tienen una importancia tanto en la aplicación u omisión de políticas públicas con perspectivas de género, considerando las nuevas transformaciones familiares que se vienen suscitando en el tiempo, dejando atrás el modelo hegemónico dominante patriarcal ,heteronormativo, clasista y nuclear de siglos pasados.

LOS MARCOS NORMATIVOS Y LAS POLÍTICAS SOCIALES EN DISCAPACIDAD

Las normativas vigentes actualmente en Argentina, en las últimas décadas, han tenido ciertos cambios lo que hace reflejo en las políticas públicas referidas a discapacidad dentro del marco que compete la responsabilidad del Estado ante esta problemática. Por eso, buscamos resaltar las normativas que tienen relación con los derechos y garantías puestos de las personas con discapacidad (los niños) y sus madres (las mujeres), son ellas:

a. La Declaración Universal de los Derechos Humanos (ONU, 1948) como la Declaración de los Derechos del Niño (ONU, 1959) y la Convención sobre los Derechos del Niño (ONU, 1989).

b. La Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad, que es ratificada por Argentina en 2008 mediante Ley 26.378 cuyo objetivo es asegurar que se garanticen los derechos de todas las personas con discapacidad.

c. La Constitución Nacional de la República Argentina (Reforma de la Constitución Argentina año 1994).

d. La Ley de Educación Nacional N° 26.206 sancionada en el 2006. Esta ley define la Educación Especial.

e. La Ley 22.431 (1981) que establece el Sistema de Protección Integral de las personas con discapacidad y la Ley 24.901 (1997) que establece el Sistema de Prestaciones Básicas en Habilitación y Rehabilitación Integral a favor de las PCD.

f. Ley 26061 (2005), tiene por objeto la protección integral de los derechos de las niñas, niños y adolescentes que se encuentren en el territorio de la República Argentina.

Las políticas sociales en discapacidad, vienen para efectivar las normativas puestas. De acuerdo al Comité sobre los Derechos de las personas con discapacidad (2012. Informe Alternativo sobre los Derechos de las personas con Discapacidad), en lo que respecta a las políticas sociales, se hace una breve síntesis de los planes y programas de alcance nacional con los cuales interaccionan las familias de miembros con alguna discapacidad, como los que concurren a diario en el Centro de Día" Juan Alberdi".

Para ello se tomará como referencia el Informe Alternativo sobre los Derechos de las personas con Discapacidad (en adelante IADPCD) elaborado por el Comité sobre los Derechos de las personas con discapacidad (2012).

Para dar cumplimento a los principios generales declarados en la ley 26.378, el Estado ejecuta las siguientes políticas:

La protección social se refleja en las pensiones no contributivas, que en Argentina se presentan cómo:

a. Cobertura de Salud: Incluir Salud (ex PROFE) /Obras Sociales y empresas de medicina prepagas

b. Educación: Desde el Estado para dar cumplimiento a lo establecido en la ley Nacional de Educación, se lleva a cabo un conjunto de acciones con el fin de garantizar la inclusión de niños/niñas y jóvenes, con discapacidad en las escuelas comunes según las posibilidades de cada persona y en igualdad de condiciones con las demás personas.

c. Asignación por hijo/a con discapacidad:

d. Otras prestaciones específicas: Estas prestaciones específicas pueden ser brindadas por los Programas Nacionales de Salud, las Obras Sociales o las Empresas de Medicina Prepagas. Algunas prestaciones son:

e. Centros educativos Terapéuticos, apoyo a la integración, estimulación temprana, pañales, cobertura total de medicamentos, prótesis, etc.

El certificado único de discapacidad es otro aspecto a destacar, coincidiendo con la afirmación de Bobino (1998), que menciona al ejercicio de comportamientos relacionadas al "micro machismos", que las define como prácticas de dominación y violencia en la vida cotidiana, que tienden a inferiorizar a la mujer, y que pertenecen al orden de lo "micro", es decir, de lo casi imperceptible, de lo que está en los límites de la evidencia.

Establece que estas prácticas podrían ampliarse al pensar que estas formas de violencia cotidiana invisibilizada podrán ser empleadas por diferentes agentes de instituciones sociales, como forma de mantener, legitimar y reproducir el sistema Patriarcal dominante. Para esta propuesta de intervención es importante mencionar esta categoría conceptual, porque, gran parte de la población sujeta de estudio, las madres son adjudicadas como única responsable en el cuidados de sus hijos con discapacidad, la mayoría incluso sin poder trabajar en algún empleo formal por la demanda que requiere la atención y cuidados sus hijos. De esta manera, tienen una naturalización incorporada, el responsabilizarse del cuidado del hogar y sus familias, este autor señala esta cuestión como:" Es una práctica de sobrecarga por omisión, que el varón justifica apelando a su rol de "proveedor" (Bonino, 1998, p. 7).

Otro concepto que se problematiza es el de la Maternidad, a partir del cual el patriarcado y el capitalismo se articulan generando nuevas formas de exclusión, explotación, y desigualdad para las personas. Se problematiza la maternidad, como uno de los componentes esenciales del rol establecido por la cultura patriarcal, que viene a ser funcional también a la lógica capitalista.

Es necesario pensar un modelo familiar diferente, más democrático, que se caracterice por la simetría de las posiciones de los adultos en el grupo familiar. Modelo que, sostiene un criterio igualitario de poder y de autoridad entre varón y mujer, y un enfoque democrático y consensual de la crianza de los hijos.

Un enfoque sistémico aplicado a proyectos de intervención donde se trabaja con familias, supone entender a las mismas como un todo organizado en que cada uno de sus miembros cumple una función específica y que sus acciones tienen incidencia en las acciones de los demás y a la vez resultan influidas por ellas. Se trata de un patrón de interacción en el que las acciones de cada miembro son interdependientes de las de los demás.

Se identifica de esta manera, que es necesario que los Estados parte de los convenios internacionales, se comprometieron a facilitar y promover para las personas con discapacidad una vida independiente y autosuficiente, lo cual implica, directa o indirectamente trabajar con las familias, las cuales deben tener un papel co-protagonista con el Estado y la sociedad, para romper con visiones maternalitas estereotipadas, donde las familias y la sociedad sobreprotegen a la persona con discapacidad. Así mismo, fomentando hábitos de independencia, las mujeres madres y cuidadores podrían contar con herramientas y personal idóneo, que les permitan generar condiciones para disminuir las funciones de cuidado asignadas.

El Proyecto de Intervención presentó los siguientes objetivos de abordaje ante la problemática descripta, con gran posibilidad de ser aplicado a cualquier institución estatal, sostenible en el tiempo y de baja inversión económica en cuanto a recursos necesarios, con un gran beneficio para las familias, personas con discapacidad, institución y comunidad en general. (Demostrado en la aplicación y desarrollo de la Prueba Piloto aplicado).

LOS PLANES DE TRABAJO E INTERVENCIÓN

En el plan de trabajo individual de intervención se ha preguntado a las madres, jefas de familia, ya que el propósito era describir, comprender e interpretar al problema de intervención desde la percepción de las propias protagonistas, en este caso las madres con hijos con discapacidad, que concurren al Centro de Día "J.B. Alberdi", del barrio Popular, de la ciudad capital de la provincia de Corrientes.

Se estableció los días de asistencia para la realización de cada entrevista individual. Luego se programó con el Equipo interdisciplinario la realización de visitas domiciliarias de cada madre, de acuerdo a los criterios establecidos, orientada a escuchar sus experiencias compartidas hasta el momento en relación a la crianza de sus hijos con discapacidad.

Las entrevistas han tenido el fin de conocer los servicios y aprendizajes que reciben los hijos con discapacidad y que brinda el Centro de Día, influyen de alguna manera en la organización de la vida cotidiana, en la relación con su grupo familiar, allegados y en el ejercicio de la maternidad bajo una perspectiva de género y derechos humanos, hacen diferencia en sus vidas. Se indago si se sienten cómodas con los profesionales de la institución.

En el plan de trabajo familiar, se organizó con las familias, determinando las entrevistas, reuniones grupales mensuales, según el tiempo disponible de cada familia seleccionada. Las reuniones con las familias que tienen algún miembro familiar con discapacidad y que concurre al Centro de Día, cuyo responsable de su cuidado sea algún referente familiar, tuvo lugar para informar sobre el caso familiar, experiencias, dificultades diarias que se presentan y como las supera.

Eso permitió que los profesionales conozcan las diversas situaciones y dificultades, y cómo influyen en el desempeño laboral, y en

sus vidas diarias, que puedan manifestar los métodos que aplican para contener al hijo con discapacidad en sus hogares. De esta manera, fue posible vislumbrar las realidades de cada grupo familiar, enseñándoles destrezas para el fortalecimiento familiar de cada grupo familiar.

Se realizó talleres para las familias de los hijos con discapacidad y la comunidad en general. Orientadas a la promoción, prevención, socioemocional de diferentes practicas familiares, se abordaron problemáticas diversas, en particular la inserción de un cuidado compartido entre todos los miembros familiares; de construyendo el rol maternal considerado exclusivo; como abordar ante crisis propio de la enfermedad; la importancia de contar con diversos apoyos sociales y la socialización de experiencias del grupo familiar ante estas situaciones.

Se llevó a cabo reuniones con los profesionales del equipo conformado, permitiendo que cada profesional, desde su disciplina, hablase a respecto de sus apuntalamientos, avances y retrocesos con cada hijo con discapacidad y grupo familiar perteneciente, con el fin de evaluar las dificultades o imprevistos que surjan mediante una experiencia multidisciplinar, con el fin de obtener logros satisfactorios en las organizaciones familiares, vidas cotidianas y vínculos familiares.

Los destinatarios directos, fueran las mujeres que ejercen la maternidad de hijos con discapacidad, y su entorno familiar, que concurren al Centro de Día “J.B. Alberdi”, encontrándose en situación de vulneración de sus derechos.

De manera indirecta, los destinatarios fueron las familias y la comunidad en general a la que pertenecen estas madres, jefas de hogar.

Los cambios propuestos son los establecidos mediante las actividades presentadas, de acuerdo a los objetivos específicos establecidos.

EL PROYECTO DE INTERVENCIÓN

La propuesta consistió en 3 objetivos específicos. Ahora describimos los objetivos en línea con las intervenciones hechas:

En razón del objetivo específico 1, de "Formación de un Equipo Interdisciplinario en el Centro de Día "J.B.Alberdi" , con el fin de construir una red de soporte emocional y social, compartir información y experiencias de vida de las madres con hijos con discapacidad y su entorno", propusimos la actividades:

a. Reunión con profesionales del Centro de Día y Especialistas en Abordaje Familiar; elaboración conjunta y presentación del proyecto; reunión con el Equipo Interdisciplinario del Centro de Día; Construcción de cronograma de actividades; Reuniones y charlas semanales; Aplicación de técnicas. Informes evaluativos (evaluación mensual) y evaluación general.

Las técnicas profesionales que se utilizaron fueron las reuniones; las entrevistas; las charlas informativas y las Crónicas. Se utilizó también las técnicas de presentación, integración, etc. Toda tarea fue hecha con los recursos disponibles: el Equipo Interdisciplinario del Centro de Día "J.B. Alberdi", conformado por 2 Especialistas en Abordaje Familiar, 2 médicos, 2 abogados, 2 psicólogos y 2 Espec. en Educación Especial, a realizarse en el mismo edificio de la institución.

En razón del objetivo Especifico 2, que se propuso a "Coordinar acciones con el Equipo Interdisciplinario para el abordaje de temas de interés informativo y referencial para las familias, en temáticas sobre salud, educación, socioemocional, laboral, jurídico y otros", las actividades fueron los Talleres grupales acerca de la maternidad y la discapacidad. Por lo tanto, establecemos algunas tareas: Entrega de invitaciones a las familias y profesionales; Implementación de técnica "lluvia de ideas" entre los participantes, para construir el significado de la maternidad de hijos con discapacidad y sus problemáticas en el ejercicio de la maternidad.

Los resultados fueron el manifiesto de los temores y expectativas hacia un nuevo rol. Debatimos los resultados, manifestados por los temores y expectativas hacia un nuevo rol. Cierre de jornada.

En razón del objetivo específico 3, que se propuso a "Articular acciones con el Centro de Día "J.B. Alberdi", Comunidad, familiares y las madres con hijos con discapacidad, que asisten diariamente a la institución, con el fin de implementar nuevas concepciones en la construcción del rol de la maternidad para el abordaje y acompañamiento de las realidades de las personas con alguna discapacidad" las actividades llevadas a cabo fuéron: " Charla-debate" para promover la reflexión sobre el cuidado de un hijo con discapacidad – área salud; "Dramatización Grupal sobre los conocimientos adquiridos. Con las tareas propuestas, acordamos con los profesionales y con la institución, fecha y hora para la realización de la charla debate. Las tareas propuestas fueron la entrega de invitaciones; la exposición de los disertantes; la otorga de material didáctico.

En relación a las metas para el proyecto en general, fue posible intercambiar experiencias de vida en un lapso de 12 meses con diferentes actores involucrados en el proyecto, a fin de establecer un vínculo afectivo entre los mismos y una nueva concepción de maternidad. Es importante mencionar que asistiron el 60% del total de los participantes convocados. Que se he ejecutado 3 talleres de capacitación en un plazo de 12 meses. Que, al finalizar los talleres, cada participante elaboró un "plan de acción para su familia". Que se hice un informe de evaluación de cada uno de los talleres.

EVALUACION DE LAS ACTIVIDADES

La evaluación del presente proyecto de intervención se realizó mediante el desarrollo del mismo, durante su propia implementación. Este tipo de evaluación llamada "de proceso" permite el monitoreo del

proyecto, como también ir reconociendo en qué medida se van cumpliendo los objetivos propuestos.

Así, permitó mediante este tipo de evaluación un perfeccionamiento al modelo de intervención planteado, que se dispuso a conocer los puntos fuertes y débiles; identificar los aprendizajes aprendidos en el proceso y utilizarlos para una mayor eficiencia en las metas de intervención.

Se establecerán determinados criterios de evaluación que se adaptan al tipo de evaluación en proceso definidos OECD (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico)[85], que dispone los siguientes criterios:

1. Pertinencia o relevancia: Se evalúa si coinciden los objetivos propuestos y las necesidades identificadas en el proceso de su aplicación;

2. Eficacia: Se evalúa en qué medida se van alcanzando lo objetivos planteados en la propuesta de intervención;

3. Eficiencia: Se evalúa los resultados de los recursos establecidos (humanos, financieros, materiales) si son óptimos para el logro de los objetivos propuestos.

Si es necesario ampliar recursos o realizar algún proceso de ajuste a los mismos. se evalúa el contexto en general y el impacto del mismo, lo que influirá en el mantenimiento del proyecto de intervención.

Se evalúa al Equipo interdisciplinario, en cuanto a cómo coordinan las actividades entre ellos durante la planificación e intervención directa del proyecto, que contenidos transmiten, la modalidad en que lo

85 A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional cuja missão é projetar melhores políticas para uma vida melhor . Nosso objetivo é promover políticas que favoreçam a prosperidade, a igualdade, as oportunidades e o bem-estar para todas as pessoas. Nos avaliam 60 anos de experiência e conhecimentos para preparar melhor o mundo de amanhã. Disponible en: <https://www.oecd.org/acerca/>

realizan, si facilitan o no a la comprensión de los participantes, con el fin de determinar al finalizar las intervenciones un balance de resultados del proyecto de intervención, respondiendo ante los siguientes interrogantes: ¿es aceptable la propuesta de intervención para la comunidad en general ?¿ Es necesario incorporar modificaciones de algún tipo ? ¿Será sustentable en el tiempo la aplicación de este proyecto de intervención?

CONSIDERACIONES FINALES

De esta manera, dentro del grupo de discusión Diálogos do Pampa de la UNIPAMPA y ante el tema central presentado, se llegó a la conclusión enriquecedora, aunando las diferentes perspectivas, con el fin de visualizar la problemática planteada como fenómeno social en aumento y pensar conjuntamente para una posible solución integradora, con resultados que pueden ser reales y sostenidos en el tiempo. La oportunidad de presentar el proyecto al grupo, proporcionó la interdisciplinariedad necesaria para la investigación y la propuesta de intervención, tarea común para los trabajadores sociales.

En las discusiones con el Grupo de Pesquisidores se planteó el objetivo general de la propuesta y se amplió la posibilidad del debate. Las preguntas sobre la maternidad de las mujeres con hijos e hijas con discapacidad, en el marco de la atención estatal y si era posible considerar pertinente la investigación e intervención, fuéron puestos al debate. Ante elementos como la naturalización de las demandas asociadas a la maternidad, las construcciones excluyentes sobre la discapacidad, y la configuración de la educación especial en el país; aspectos que se consideran que median la crianza, y hacen de la maternidad un ejercicio particularizado.

Se sigue fomentando e idealizando la ecuación de que Mujer es igual a Deber Ser Madre, colocando la realización femenina en el concebir un hijo o hija, lo cual no sucede con los hombres, quienes no

precisan la paternidad para su autorrealización. Así, “La sociedad exige simultáneamente una madre capaz de ofrecer plena dedicación en la crianza y con corazón maternal y a su vez, ser una mujer autónoma y con empleo estable, con la cabeza fría y competitiva que aporte a la economía familiar” (Fernández, 2014, p. 32).

De esta manera, se evidencia que la discapacidad es un fenómeno de incidencia cada vez mayor en la población, de alta vulnerabilidad y vislumbrado como uno de los problemas principales del futuro si no es atendido con prioridad, por lo que es necesario ser entendida y centrar la atención en el cuidado compartido, asumiendo que se trata de un proceso que debe construirse y concientizar este fenómeno social en crecimiento en América Latina y el mundo. Las Mujeres Madres de hijos con discapacidad, no se le brindan un Espacio de Escucha y atención propio, ante las sobre exigencias y demandas que presentan, lo que influye negativamente en las crianzas de sus hijos y el entorno familiar en general.

Entre las conclusiones relevantes se señala que las condiciones que inciden en el ejercicio de la maternidad de estas mujeres se relacionan con las demandas patriarcales de cuidado y desposesión del propio ser, sumado a las nociones tradicionales de dependencia sobre la discapacidad. De esta forma, con ciertas excepciones, existe una falta de transversalización de la perspectiva de género e interseccionalidad en las leyes y políticas, que efectivamente podrían amparar los derechos y necesidades según las particularidades que enfrentan las mujeres con hijos e hijas con discapacidad.

Debido a la forma en que es entendida y practicada la maternidad, desde un paradigma tradicional hegemónico, violenta cotidianamente la vida de las mujeres, las cuales son presionadas a vivir desde un código ideal de maternidad.

Otra coordenada que se planteó en el grupo de discusión es el vínculo existente entre discapacidad y pobreza. Esa es otra condición,

ya que ante los gastos derivados de la discapacidad o carencias que de por sí ya existen, las condiciones socioeconómicas se complejizan. Es común la dependencia de la asistencia social, desde la que se brindan únicamente soluciones focalizadas y parciales. A esto se suma la dificultad, por las exigencias patriarcales antes mencionadas y las características laborales en el marco del capitalismo, para las madres con hijos con discapacidad, de acceder a un empleo con condiciones particularizadas u optar por la generación de recursos propios.

REFERENCIAS

BONINO M. L. **Micromachismos: A violência invisível no parceiro.** Madrid: Paidós, 1998.

CASTRO S., **A construção do problema no Serviço Social.** Buenos Aires: ED, 2013.

COMITÊ DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2012), **Relatório Alternativo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Acceso en abril/2021. Disponible en: http://www.redi.org.ar/Prensa/Comunicados/Informe-alternativo-al-comité

FERNÁNDEZ SOTO, S. Implicações da Questão Social na intervenção profissional. **Revista Escenario,** Vol. n°8. 2014.

IDESA. Instituto de Desarrollo Social Argentino. Acceso en oct/2021. Disponible en: https://idesa.org/publicaciones

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Acceso en jul/2021. Disponible en: https://www.indec.gob.ar/

IPRODICH. Instituto Provincial para la Inclusión de las Personas con Discapacidad. Acceso en dez/2021. Disponible en: https://www.iprodich.gob.ar/

LAGARDE, M. **Gênero e poderes.** Buenos Aires: ED. CLACSO, 1995.

ONU. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos direitos da criança (1989)** Acceso em mai/2020. Disponibe en**:** https://www.unicef.org/panama/spanish/convención

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres** (CEDAW), 1979. Acceso en jan/2021. Disponible en http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw25years/content/spanish/Conven tion-CEDAW-Spanish.pdf

OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Acceso en mai/2022. Disponible en: https://www.oecd.org/pensions/

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.** 1994. Acceso en dez/2021**.** Disponible em: https://www.unicef.org/argentina/spanish/ar_insumos_Convencion

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Deficiência. 2020.** Acceso en nov/2021. Disponible em: https://www.minsalud.gov.co/sites/rid/Lists/BibliotecaDigital/RIDE/INEC/INTOR/i (ver data de consulta), informe-mundial-discapacidad-oms

PÉREZ-CASTRO, Judith A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior no México. Sinéctica. **Revista Electrónica de Educación** [en linea]. 2016, (46), 1-15 [fecha de Consulta 29 de Noviembre de 2021]. ISSN: 1665-109X. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99843455011

TICAC, Helga. Voluntariado universitario y gestión de la acessibilidad. **Un trabajo con la discapacidad desde la universidad hacia la comunidad.** General Roca, Río Negro, República Argentina: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional del Comahue, 2008.

11

Kelly Thu-Tam Nguyen
Kátia Vieira Morais

COMPARATIVE ANALYSIS OF TREATMENT OF MIGRANTS IN THE U.S. AND BRAZIL

Análise comparativa sobre o tratamento de migrantes nos Estados Unidos e no Brasil

Abstract: Migration has increasingly become a heated topic as the world becomes more globalized and it has also been present in the online meetings of the research group Diálogos do Pampa in 2022. The lectures and discussions prompted us to explore the similarities and differences of our U.S.-Mexico and Brazil-Uruguay borders. There are countries who want to completely protect their borders and those who are more generous to migrants seeking asylum or a better life. The focus of this chapter is to introduce the ideas of secure borders and migration. Specifically, the objective is to compare and contrast the concepts of borders in the U.S. and Brazil and how the border protection policies impact the treatment of migrants. Expanding on the research done by Wendy Brown (2010), we critically explore more contemporary views and issues migrants face due to perceptions of borders. In doing so, we call attention to the challenges that migrants face when crossing borders.

Keywords: Border policies, migrants, Brazil, United States.

Resumo: *A migração tem sido um tema muito debatido com a globalização e foi um dos tópicos em nossos encontros online do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa em 2022. As apresentações e as discussões nos inspiraram a explorar as similaridades e diferenças das nossas fronteiras Estados-Unidos-México e Brasil-Uruguai. Há países que querem a proteção total de suas fronteiras e outros que são mais generosos com migrantes que procuram asilo e uma vida melhor. O foco deste capítulo é debater introdutoriamente conceitos fronteiras seguras e migração. Especialmente, o objetivo é comparar conceitos de fronteiras nos Estados Unidos e no Brasil e como as políticas de proteção impactam o tratamento dos migrantes. Partindo da pesquisa de Wendy Brown (2010), exploramos criticamente visões mais contemporâneas e questões enfrentadas por imigrantes devido às conceptualizações de fronteiras. Nosso intuito é visibilizar os desafios que os migrantes se defrontam ao cruzar fronteiras.*

Palavras-chave: *Políticas de fronteira, migrantes, Brasil, Estados Unidos.*

INTRODUCTION

National borders are political constructs, imagined projections of territorial power. Although they appear on maps in deceptively precise forms, they reflect, at least initially, merely the mental images of politicians, lawyers, and intellectuals. The historical study of borderlands has been unduly restricted by an emphasis on the legal, political, and geographical aspects of borders by a state-sponsored approach. Too often, however, the question remains about how nation states have dealt with their borderlands rather than how borderlands have dealt with their states–culturally, economically, and politically. Borders and ports of entry have become such a crucial part of trade and movement of people, goods and resources, and their functions are quite clear. Traditionally, the functions of borders have been to control the movement of people, goods and resources in order to protect nation-states from perceived harm. However, they have not always been defined in such a way as they served many purposes throughout modern history compared to present day. These are some of the border issues discussed in our research group Diálogos do Pampa online meeting in 2022.

The discussions allowed us to start exploring how the immigration policies in Brazil and in the U.S. have been transformed in a globalized context. While immigration control has been traditionally perceived as the prerogative of the nation-state and as a prime example of the exercise to exert state sovereignty via power, globalization has challenged this assumption by questioning territorial borders and facilitating movement of people around the world. The perception of globalization as a facilitator of immigration has led to an increase of a series of legislative measures aimed to enhance border controls. In this chapter, we demonstrate some differences in perceptions of borders and examine how that leads to varying treatments and conditions of migrants. By comparing the U.S. and Brazil border policies, we cast light on the challenges that states face with the increasing numbers of immigrants in a

more globalized context. In order to do that, we present a brief history of borders focusing on the Westphalian order, contemporary concepts of borders as posited by Brown (2015) indicating a certain vulnerability of sovereignty, brief accounts on the U.S-Mexico and Brazil-Uruguay borders recent histories.

BRIEF HISTORY OF BORDERS

Before the creation of the Westphalian order, civilizations and political organizations developed through specific ways. Internal structure, self-perception as an entity, and comprehension of the world provide insights about the concept of borders. In *War and Clash of the Ideas*, Adda Bozeman (1976) advised us to accept the world as a "manifold of civilizations" even as she continues to perceive it as a "manifold of states". She argues that civilization can be more comprehensive for an enduring and neutral process instead of the notion of the state, mainly associated with Western norms. An overview of the concept of borders, and the use of violence in different civilizations provide a relevant picture before the rise of the European modern state. The analysis focuses on the mental and physical construction of the border, the potential existence of a norm, and the associated narrative. The comprehension of the concept of border depends on many factors, and is not limited to the traditional approach of a line of separation between two countries.

The Westphalian order introduced the correlating concepts of sovereignty and the modern state. The origins of the Westphalia Treaty took root in the resolution of the Thirty Years' War. Protestant and Catholic states supported by large armies of mercenaries had been fighting between 1618 and 1648. The war bankrupted most of the combatant powers, and highlighted the need for a new set of rules establishing peace. In the aftermath, the Great Powers decided to change the relationship between the subjects and their rulers. The authority of the state

was now established over the inhabitants living within territorial boundaries. The main objective was to build a set of juridical rules, to pacify states after years of violence, and to define the sovereignty of rulers. The establishment of a clear distinction between the spheres of foreign and domestic politics aimed at creating stability (BROWN, 2010). Nevertheless, the exclusive borderline was not an indispensable element to exercise sovereignty. Countries were still in the process of consolidation through different types of organization such as empires, small states, or kingdoms (ibid). The rise of nationalism and self-determination were the next step in the process of normalization of the borderline. The hardened materialization of borders-lines enhanced the perception of the Self within the nation, and the Otherness elsewhere. Kolossov argues that "historicism and cultural determinist traditions (inspired by specific interpretations of Herder, Hegel, Darwin, Fichte and others) – in which the emergence of nation states and their borders was understood as an expression of historical necessity and/or God's will" has influenced the modern normative process (RÖSLER; WENDL, 2019). The legitimacy of the monopoly of violence was now applied within national borders. The exclusive source of power, and the prerogative of laws induced the sealing off of borders from any intrusion. Nationalism gave rise to the principle that "every nation needs and deserves the protective shell of a sovereign state in order to fulfill its potential" (*Ibid.*).

The normative process also encompasses the choice of words to express what is a border. The invention of the natural border with the nation-state influenced the use of references to border-lines. From the 17th to the 18th centuries, the idea of natural borders took roots in juridical discourses. The definition of the French historical area in the hexagon between the Pyrenees and the Rhine underlined the homogeneity of that space as a natural territory. The perception of ethnic unity through regions such as Gascony, Limousin, and Provence was the official top-down narrative (BROWN, 2010). Emmanuel Brunet-Jailly explains how nationalism and the state-building process have transformed buffer zones into military regions (BRUNET-JAILLY, 2005). The physical implementation of the

borderline began with a network of fortresses with landmarks and expanded to total lines of defense close to the borders like the Maginot Line in France and the Siegfried Line in Germany.

The extension of the Westphalian order spread to Central and South America. The decolonization of the Americas from the Spanish and Portuguese empires occurred during the 19th century. In comparison to the high density of European settlements, most of the borders in Latin America are characterized by less than one inhabitant per square kilometer. Moreover, the commonality of colonized states, the tradition of territorial integration, and the lack of influence of the idea of frontier have affected the nature of borderlines.

CONTEMPORARY IDEAS OF BORDERS

The concept of border appears as a universal element of modern relationships between states. It encompasses various definitions and approaches with respect to narratives, etymology, and cultures. The representation of borders was linked to the normative approach of the borderline and the modern state. Mapping technology allowed rulers to have a spatial view of their possessions. Borderlands and border regions progressively became borders and frontiers, the new words expressing a political meaning. The border regions have evolved throughout history with respect to trends attached to each period. Nevertheless, the current structure of international relationships relies on a legal and juridical system defined in previous historical context. Borders have been evolving through a dynamic process across history, but international laws currently define them as a static element.

As Brown (2010) has argued, despite differences in the historical development of individual borders or in the official rhetoric justifying their build-up, the enforcement of national boundaries in the last two decades has similarly targeted non-state trans-national actors. She posits,

"individuals, groups, movements, organizations, or industries —rather than functioned to defend nations from the attacks of other nation-states or their armies and weapons" (BROWN, 2010). While contemporary society has, in many respects, moved beyond purely Westphalian sovereignty through increased interdependence and globalization, it is perpetually conditioned, even dominated by it. Sovereign borders and boundaries, remarkably diverse, complex, and even paradoxical in nature, have consequential impacts upon the human experience. These very intricate, indeed, conflicting spaces not only assume a wide range of socio-cultural and geopolitical meanings and functionalities, but they are also fundamental to the organization, identification, and interactions of humankind. In the physical and abstract sense, national borders sketch out the matrix of international society. Through the partitioning and demarcation of sovereign state territories, borders both define and sustain the existing state-centric system of international governance, and thus, the field of international relations in which those states engage.

For cultural anthropology professor, Hillary Cunningham (2001), globalization does signify the decline of the classical modern nation-state, however, it also implies "not only new forms of transnational political activism, but new forms of the state". Theories of other globalization and border scholars skirt around similar lines, arguing states are undergoing a transformation in which they are "reshaping themselves into new political formation" (CUNNINGHAM, 2001). Kay (2015) imparts the correct and concise conclusion that the impacts of globalization do not represent the transformation of the international system, but rather, "an adaptation of the means through which international interactions are exercised, combined with an increase in the number and types of actors". What the future holds for the sovereign nation-state may be indeterminate, but what *is* clear is that the role of both sovereignty and concepts of borders are evolving amid globalization.

As globalization has accelerated translation flows (people, goods, ideas, capital, etc.) and fostered universal connectivity and interdependence, it has likewise disrupted the existing global hierarchy

premised by Westphalian world order and broaden the scope of international relations to include a wide range of non-state, transnational actors, creating a complex web of global governance (KAY, 2015). If the modern nation-state is continuing to exert sovereign power through borders (BROWN, 2010), control over migration and diplomacy, what does Brown mean when she contends that state sovereignty is waning? For Brown (2010), contemporary bordering, which at first glance appears to establish the sovereign power and authority of the state, in fact reveal state sovereignty's vulnerability relative to other global forces; indicating "the waning relevance and cohesiveness of the form". Borders persuade of sovereign power and awe, order, security, protection, and containment, even when such features are not truly authentic, perhaps even staged through the material like a showpiece.

THE U.S.-MEXICO BORDER POLICIES

Large scale immigration from Mexico, Central and South America has been a major social fact since the 1960s, giving rise periodically to xenophobic nativist reaction at elite and popular levels. Historically, the U.S. acquired nearly half of Mexico's territory through conquest and the Treaty of Guadalupe Hidalgo, which ended the U.S.- Mexican War (1846-1848), and the Gadsden Purchase (TIENDA; SANCHEZ, 2013). Tienda and Sanchez (2013) stress, "the significance of the annexation for contemporary immigration from Mexico cannot be overstated (ibid). The social and economic ties between the U.S. and Mexico were impervious to the new political-territorial boundary.

The U.S.'s economic dependency on Mexico increased as Mexican workers were frequently recruited to satisfy labor shortages during the 19th and 20th centuries, and thus, "an asymmetrical exchange" took shape due to contiguity and porous border. The Bracero Program, which granted Mexican agricultural workers temporary U.S. work

permits between 1942 and 1964, further deepened the United States' reliance on unauthorized labor. After the Bracero program dissolved, amendments to the Immigration and Nationality Act (INA) in 1965 revised the U.S. visa preference system to prioritize family reunification and exempted parents, spouses, and children of U.S. citizens from the immigration caps, which has a significant effect in bringing immigrants into the country. As time went on, newly naturalized immigrants were able to sponsor their relatives under the condition of the Act (*Ibid.*).

A shift in U.S. policy regarding immigrants, however, took place in 1986 with the Immigration Reform and Control Act (IRCA), which granted legal status to 2.7 million undocumented residents in the U.S. (85% of which were from Latin America), but simultaneously increased border enforcements, introduced visa caps, and instituted sanctions against employers with undocumented workers (TIENDA; SANCHEZ, 2013). As undocumented immigration began to swell, so, too, did the U.S. intensified border fortification efforts, with legislation like the 1996 Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act (IIRIRA), which alongside tightened border security efforts, implemented verification pilot programs and broadened the criteria for deportation. According to Tienda and Sanchez (2013), "the growth of undocumented immigration since 1960 is not only a distinctive feature of the current wave of mass migration, but also a direct consequence of selective enforcement of U.S. immigration laws". The legal frameworks that had allowed non-citizens entrance and temporary stay in the U.S. did not necessarily ensure that those individuals left, leaving a large number of undocumented residents inside the country. What is more, the economic demand for cheap and exploitable labor in the U.S., which has only continued to grow, drives and sustains migratory flows. Employers, particularly in the states of the southwest, kept hiring undocumented migrants after the Bracero Program.

The historical and economic context, coupled with the evolution of U.S. legislation and its consequences, are key to understanding contemporary immigration from Latin America. Furthermore, the worsening

civil, political, and economic situations in Central and South American countries–including extreme poverty, economic collapse, political and civil conflict, legal and governmental corruption, environmental degradation, and rampant crime and violence–have, of course, had a tremendous impact on migratory flows to the U.S. Additionally, the U.S. has played a key role in those conflicts and violence through interventions in domestic politics and/or militarization generated by the "war on drugs" in the 1980s (COHEN, 2017).

Apace with persistent and ever-growing migration trends from Mexico and Latin America, the United States has advanced more rigid legal frameworks and border fortification efforts. "New border walls and barriers have been constructed under every president since at least President George H. W. Bush," said Jessica Bolter, an analyst with the nonpartisan Migratory Policy Institute in Washington (BORTER *apud* MIROFF, 2020). At the end of George W. Bush's presidency, there was a total of 526 miles (846 km) of border fence along the U.S. southern border (NICOL, *n.d*). The Obama administration oversaw an additional 128 miles (205km) of border wall (*Idid.*). Obama proved to be ambiguous in his immigration policies; despite his support of *dreamers* under the DREAM act, his administration had deported 1.18 million people within his first three years in office (BUDRYK, 2019).

The Trump administration followed with a strict policy on undocumented immigrants and 458 "new" miles (737 km) of border wall. Although the Trump era decreased deportations compared to Obama's, Trump privileged the detainment of undocumented immigrants. In an article in the Washington Post, Budryk (2019) states, "The agency… increased the length of time it detains people, holding noncriminals an average of 60 days in detention, 11 days longer than convicted criminals, and nearly doubling the average in 2009". Under the current Biden Administration, the influx of migrants arriving at the U.S.-Mexico borders are reaching all-time highs. The U.S. Border Patrol reported that November 2022 marked the highest number of migrant encounters in

over two decades: higher than 200,000 people. To be precise 206,239 crossed the U.S.-Mexico border in November 2022 and numbers have been soaring since then (GRAMLICH, 2023).

> Encounter data includes U.S. Border Patrol (USBP) Title 8 Apprehensions, Office of Field Operations (OFO) Title 8 Inadmissibles, and Title 42 Expulsions for fiscal years (FY) 2020, 2021, 2022, and 2023. Data is available for the Northern Land Border, Southwest Land Border, and Nationwide (i.e., air, land, and sea modes of transportation) encounters. (USCBP)

According to data published by the U.S. Department of Homeland Security, encounters experienced by the U.S. Customs and Border Protection (USCBP) for the 2022 fiscal year, since Oct. 2021, have risen by 109.9%. In the fiscal year 2020, the number of encounters was 646,822 while double the number of encounters (1,956,519) were reported for the fiscal year 2021. Numbers of encounters continue to escalate since USCBP released that 2,766,582 encounters were registered for the 2022 fiscal year. In the fiscal year 2023 (Oct. - Nov. 2022), the number of encounters registered has already been 561,291. With migrants arriving by the thousands each day, those numbers are projected to continue rising at an alarming rate.

Yet, the United States remains rigid with its border policies, resuming rapid deportation under Title 42, criminalization, and apprehension of family and individuals at the border. According to Gramlich (2023), the kinds of encounters are apprehensions or expulsions. Apprehensions mean that migrants "are taken into custody in the United States – at least temporarily – to await adjudication. Apprehensions are carried out under Title 8 of the U.S. code, which deals with immigration law". The other kind of encounter is expulsion under which "migrants are immediately expelled to their home country or last country of transit without being held in U.S. custody. Expulsions are carried out under Title 42 of the U.S. code". Remarkably, the apprehension of migrants at the border has been the prevailing policy of the Biden Administration, which has thus not distinguished itself from his predecessor; in July 2021, over half of all border

encounters at the U.S.-Mexican border resulted in apprehension. Since Biden took office in Jan. 2021, the percentage of apprehension at the U.S.-Mexican border has risen from 17% to 53% (SOTO, 2022).

BRAZIL-URUGUAY BORDER POLICIES

Brazil's social, economic and cultural formation is the result of a multiethnic migration and it permeates the whole history of the country, from the colonial period of Portuguese exploitation to the present day. The first ethical dilemmas of immigration in Brazil appeared after its independence in 1822 and with the Proclamation of the Republic in 1889. Immigrants from Germany, Italy, Spain, and Japan, arrived to join a Federal program aimed to strengthen the coffee industry settling in the southeast, midwest, and northern regions of Brazil.

From World War I onwards and with the establishment of Getulio Vargas' *Estado Novo (*New State) dictatorship, immigration flows started being controlled by the state government (SEYFERTH, 1999). The new immigrants such as Syrian-Lebanese, Swiss, Chinese and Koreans, among other nationalities, would become Brazil's new type of immigration: war refugees and populations of the final stage of Brazilian multicultural society. After a period of almost half a century, due to the civil-military dictatorship implemented by the coup d'état in 1964, which ended in 1985, international migrations started the resumption of the flow to Brazil, initially with citizens from *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL) countries in the 1990s, followed by the Bolivians in the 2000s, and the new flows from Haiti and West African Coast, especially Senegal and Ghana in the 2010s.

The economic boom experienced by Brazil from the neo-developmentalist government agenda since 2003 has opened space for new job positions not filled by Brazilians in the labor market and which, coupled with the country's strategic insertion in the Global South, has

attracted immigrants from distant regions such as Bangladesh, India and Philippines and neighbors too, such as Cuba and Venezuela (in this case, most immigrants sought refuge and political asylum) and not just the traditional Brazil's immigration profiles. That being said, Brazil's immigration profile today shows, according to the Federal Police data, approximately 2,1 million immigrants, besides other 500,000 undocumented migrants, who arrive mainly from Latin America and Caribbean, Western Europe, west coast of Africa and Southeast Asia. It thus represents a new stage in the geopolitics of migration in Brazil and in the Global South as well (WENDEL, 2016). The economic motives of migrants is very evident through the relationship of Brazil and Uruguay.

Like many countries, Brazil and Uruguay have a complex cross-border relationship. The borderland between Brazil, specifically the state of Rio Grande do Sul, and Uruguay has been marked by multiple social exchanges since the times of Portuguese and Spanish colonial rule. The 663.6 mile (1,068 km) border is easily populated and uncomplicated to circulate in all directions. It is clearly a dynamic border that is the result of historical development that involves multiple dimensions and is integrated from the beginning in the prolonged international competition for the control of the Pampa region.

Trade between Brazil and Uruguay has increased since the implementation of MERCOSUL. MERCOSUL was created in 1991 when Argentina, Brazil, Paraguay, and Uruguay signed the Treaty of Asuncion, an accord calling for the "free movement of goods, services, and factors of production between countries" (WONDERS, 2006). The four countries agreed to eliminate customs duties, implement a common external tariff of 35 percent on certain imports from outside the bloc, and adopt a common trade policy toward outside countries and blocs. The charter members hoped to form a common market similar to that of the EU to increase business and investment opportunities for regional industries and encourage local development. Both national governments are not investing sufficiently in border areas; however, the economic

sectors and territories benefit greatly from MERCOSUL. The mobility of rice production in Rio Grande do Sul, the southern state that shares a border with Uruguay, shows how they have made a strategy to gain profit on the border. These differences on both sides of the border have created new opportunities.

Special attention has to be paid to city twinning along the borders. Unlike the weak cooperation between other cities in these border regions, twin cities have strong cross border interactions. Local commercial links are the main reason for the relationship between twin cities, some of them strongly related to the border. The US dollar and other currencies are accepted in many shops, and currency differences are part of daily life and income. In the 1980s, Uruguay encouraged foreign investment and trade by creating free trade zones in border towns. Goods and services re-imported from these zones are exempted from taxes. Licenses for import/export, shops and casinos can be obtained in any border town in Uruguay. Therefore, shopping, labor mobility and small businesses contribute to the local economy, especially on the Uruguayan side. Social and cultural ties develop. The role of twin cities as commercial gateways (cargo warehouse, customs clearances) has been strengthened by new trade routes as a consequence of free trade in MERCOSUL and migration from Brazil to Uruguay. Through these twin-cities, both Brazil and Uruguay have been able to develop multiple projects with cross-border management and impact on education, social protection, energy infrastructure, culture, capacity building, farming research, sustainable tourism, “solidarity” economy, etc.

Although there is an international border that separates the two countries, there is still a sense of cultural commonality between Gaúchos, residents in Rio Grande do Sul, Brazil and Gauchos, Uruguayan citizens. The Uruguay-Brazil cooperation aims to develop border areas as “free-trade zones” and they have proposed to create a “border citizenship”, which means: free movement of people, manpower, goods, services, and capitals. This is a general feeling, but there are still many

bureaucratic, structural, and institutional gaps to overcome. Despite the relatively similar cultural background, the border blocks people from the free movement unless they comply with citizenship regulations. This is also evident in the linguistic differences because people can still easily differentiate Uruguayans and Brazilians unless migrants are able to speak both languages without marked accents. This process, however, can be seen in many of the twin cities situated on the border like Rivera/Santana do Livramento, Río Branco/Jaguarão, Acegua/Aceguá, and more.

TREATMENT OF MIGRANTS

Given the differences in the perceptions of borders, the treatment of migrants have also differed tremendously. There seems to be a connotation that migrants are equally tied to the economic liberties the borders have. To understand how the international migrations to Brazil were motivated in the last two decades, it is crucial to discuss the role of the strategic insertion of the country in the migrants' countries of origin, that is, the reorientation of the Brazilian Foreign Policy towards the Latin America and Africa , namely, in this case, the countries of its west coast and the Luso-African states, called PALOP (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010).

Starting from an "active and haughty" foreign policy agenda, a term coined by the then chancellor Amorim (2017), from Lula da Silva's first administration until the beginning of the second Rousseff government, was based on some global themes, which according to their own interpretation, would elevate Brazil to a definite dreamt seat on the United Nations Security Council. In this context, the Ministry of Foreign Affairs – Itamaraty – prioritized topics that are important to the ethics of the contemporary international relations, such as humanitarian and peace missions, the fight against hunger and misery, gender equality, climate changes, eradication of child labour and analogous to slavery and, international migrations. Itamaraty, with full endorsement of the president

of the Republic and with the minimal participation of some congressmen and civil society itself, drew the foundations of what Uebel (2018) identified as "Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees'', or that is, Brazil's foreign policy agenda for immigrants and refugees. Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees (*Política Externa Migratória Brasileira*) – or PEXMB – differs from the national immigration policies from other countries such as Canada, Australia and Argentina, for example, as it is not an independent and exclusive national public policy for immigrants and refugees (MOREIRA, 2015); but rather a Brazilian foreign policy sub-agenda for these groups, with specific contributions from other federal agencies such as the Federal Police, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the National Immigration Council (CNIg) and the National Refugee Committee (CONARE), as well as sporadic participation of the Ministries of Economy, Justice, and Health.

The issue of federal, and therefore, state treatment of migration has reached a relevant ethical step in the International System. In other words, supported by international organizations, commitments have been established among states to ensure the dignity of migrants and refugees. Although in practice it is noticeable distinct from less developed countries, such as Bangladesh and the Rohingya People, to countries considered to have high Human Development Index, such as the United States and its anti-immigration policy against Latin Americans, which today is even materialized in border walls (THOMPSON, 2017). In this regard, at least three international legal documents stand as guarantors of a minimal ethical and humanitarian treatment of migration, obliging signatories to a series of protocols and standards, namely: The United Nations Convention on The Status of the Refugee – also known as the 1951 Geneva Convention –, the 1984 Cartagena Declaration on Refugees, and more recently, the 2018 Global Compact for Safe, Ordered, and Regular Migration. These three international legal landmarks allowed the migration issue to be treated by the states and governments through an ethical-normative prism, which entails, in the addition to the agreed obligations, a link between the domestic policies and a range of issues,

such as social security, labor rights, access to public education and universal mental health, gender equality treatment, family reunification, human trafficking combat and unaccompanied child migration, etc.

The reflexes resulting from the incorporation of these themes considered ethical are also linked, according to Sassen (2007), to other contemporary International Relations topics, such as neo-colonialism, the securitization of borders, the statelessness issue and the diplomatic relations between nation-states. Thus, it is possible to understand that the ethical challenges arising from international migrations are intertwined with the receiving state's own internal ethical demands. After all, free and universal access to security, education, health, housing and welfare is a demand of both migrants and national citizens, so it is, as the name itself says, universal. It is in the question of the universality of rights, guarantees and benefits where the main differentiators of the migration ethical questions are found, which are presented through xenophobia and its multiple aspects – social, institutional, governmental and media –, securitization of the borders, criminalization of migrations and the effervescence of nationalist, separatist and supremacist movements in both hemispheres. This is best represented through analyzing the main agendas of far-right political parties in countries formed by migrants, such as the United States, Canada, Brazil, and Argentina.

FINAL CONSIDERATIONS

As has been shown in both the cases of the U.S. and Brazil, migration will continue to exist as borders divide economic, social, and cultural identities. Through contextual and theoretical analysis, this chapter has explored some dimensions of the concepts of borders and how they impede migration. This study has helped reaffirm Brown's argument that globalization has facilitated the waning of state's sovereignty, but also highlights the other determinants, such as the vulnerabilities of experiences of migrants. Transnational migrations are here to stay. Indeed, they

can be expected to intensify in the coming years and decades due to forced displacements, and the continuing and intensifying socioeconomic push-pull factors generated by deep international disparities.

More needs to be explored while comparing migration movements at the U.S.-Mexico and Uruguay-Brazil borders. While more empirical works need to be completed to draw a fuller picture of the situations at borders and experiences of migrants, the discussion of theory in this chapter provides a foundation. The conclusion of this article lands upon a thin cosmopolitan understanding that sovereign states will continue exercising control over their borders and inward flow of migrants; however, such procedures should be kept within close critical examination to ensure the safe and equal passage of people, the preservation of human rights, and lawful, limited executions of power. Extending from Kant's cosmopolitan philosophical assumption: the Earth belongs to no one, there is no fundamental moral justification of borders. This requires a critical examination of ethics on border and immigration policies, a reconceptualization of migrants, asylum seekers, and refugees, and the recognition of the arbitrary situation of the human experience, and of our shared humanity.

REFERENCES

AMORIM, Celso. **Acting Globally**: Memoirs of Brazil's Assertive Foreign Policy. Lanham: Hamilton Books, 2017.

BOZEMAN, Adda B. War and the clash of ideas. **Orbis: FPRI's journal of world affairs**, v. 20, n.1, 1976.

BROWN, Wendy. **Walled States, Waning Sovereignty**. Brooklyn NY: Zone Books, 2010.

BRUNET-JAILLY, Emmanuel. Theorizing Borders: An Interdisciplinary Perspective. **Geopolitics**, v. *10*, n. 4, 2012, p. 633–649. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14650040500318449. Acesso em: 20 jan. 2023.

BUDRYK, Zack. Deportations lower under Trump administration than Obama: report. **TheHill**, 18 nov. 2019. Disponível em: https://thehill.com/latino/470900-deportations-lower-under-trump-than-obama-report/. Acesso em: 20 jan. 2023.

CASTAñEDA, H.; MELO, M. A. Geographies of confinement for immigrant youth: checkpoints and immobilities along the US/Mexico border. **Law & Policy**, v. 41, n.1, 2019, p. 80-102. Disponível em: https://doi-org.proxy.aup.fr/10.1111/lapo.12115. Acesso em: 20 set. 2022.

COHEN, James. Capitalist transformation, social violence and transnational migration. The Obama-Clinton legacy in Central America in macro-sociological and strategic perspective. **Revue de recherche en civilisation américaine**, v. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/rrca/853. Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNNINGHAM, Hilary. Transnational politics at the edges of sovereignty: social movements, crossings and the state at the US - Mexico border. **Global Networks**, v. 1, n. 4, 2001, p. 369-387. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1471-0374.00021. Acesso em: 20 set. 2022.

CUNNINGHAM, Hilary; HEYMAN, Josiah. Introduction: mobilities and enclosures at borders. **Identities**, v. 11, n. 3, 2004, p. 289-302. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10702890490493509. Acesso em: 20 jan. 2023.

GRAMLICH, John. Migrant encounters at U.S.-Mexico border are at a 21-year high. Pew **ResearchCenter**, 13 jan. 2023. Disponível em: https://pewrsr.ch/3H5zxNr. Acesso em: 20 jan. 2023.

KANT, Immanuel. **Perpetual peace**: a philosophical essay, 1795. London: S. Sonnenschein, 1903.

MIROFF, Nick. Trump's unfinished border wall faces uncertain future after Biden pledge to freeze construction. **The Washington Post**, 2 dec. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/politics/2020/12/02/biden-border-wall-trump/. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOREIRA, Julia Bertino. Política Externa e Refugiados no Brasil: uma análise sobre o governo Lula (2003-2010). **Carta Internacional**, v. 10, n. 3, 2015, p. 133-151.

NICOL, Scott. (n.d.). The Obama-Biden Administration built more than 100 miles of border wall. The Biden-Harris Administration should tear walls down. **SBCC - Southern Border.org**, *n.d*. Disponível at: https://www.southernborder.org/the_obama_biden_administration_built_more_than_100_miles_of_border_wall_the_biden_harris_administration_should_tear_walls_down. Acesso em: 20 jan. 2023.

RÖSLER, Michael; WENDL, Tobias. **Frontiers and borderlands**: anthropological perspectives. Peter Lang, 1999.

RUMFORD, Chris. Towards a multiperspectival study of borders. **Geopolitics**, v. 17, n. 4, 2012, p. 1887-1902. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14650045.2012.660584. Acesso em: 20 jan. 2023.

SASSEN, Saskia. **A Sociology of Globalization**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228. Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/estadonovo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOTO, Ariel G. Ruiz. Record-Breaking Migrant Encounters in the U.S.-Mexican Border Overlook the Bigger Story. **Migration Policy Institute,** Oct. 2022. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/news/2022-record-migrant-encounters-us-mexico-border . Acesso em: 20 jan. 2023.

THOMPSON, Charles D. Jr. **Border Odyssey**: Travels along the U.S./ Mexico Divide. Austin: University of Texas Press, 2017.

TIENDA, Marta.; SANCHEZ, Susana M. Latin American immigration to the United States. **Daedalus**, v. 142 n.3, 2013, p. 48-64. Disponível em: https://doi.org/10.1162/DAED_a_00218 . Acesso em: 20 jan. 2023.

UEBEL, Roberto R. G. International Migrations to Brazil in the 21st Century: Profile, Outlook and Trends. **Population Review**, v. 56, n. 1, 2017, p.68-101.

U.S. CUSTOMS AND BORDER PROTECTION (USCBP). Nationwide encounters, 13 dez. 2022. Disponível em: https://www.cbp.gov/newsroom/stats/nationwide-encounters. Acesso em: 20 jan. 2023.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (USDHS). Fact Sheet: DHS preparations for a potential increase in migration, 30 mar. 2022. Disponível em: https://www.dhs.gov/news/2022/07/30/fact-sheetdhs-preparations-potential-increase-migration . Acesso em: 30 jul. 2022.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (USDHS). Statement by Secretary Mayorkas on CDC's Title 42 order termination, 1 ab. 2022. Disponível em: https://www.dhs.gov/news/2022/04/01/statement-secretary-mayorkas-cdcs-title-42-order-termination. Acesso em: 30 jul. 2022.

WITHOL de WENDEN, Catherine. **Atlas des migrations**: un équilibre mondial à inventer. Paris: Autrement, 2016. 96 p.

WONDERS, Nancy A. Global flows, semi-permeable borders and new channels of inequality: border crossers and border performativity. *In*: S. Pickering & L. Weber (Orgs.). **Borders, Mobility and Technologies of Control**. Springer, 2006.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Geder Parzianello

Doutor em Comunicação Social pela PUCRS e pós-doutor em *Medienwissenschaft* pela Universität Paderborn, Alemanha (Bolsa Capes 2012/2013). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela PUCRS e mestrado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor Associado da Universidade Federal do Pampa e pesquisador associado ao Céditec da Universidade de Paris XII, França. Foi professor do Mestrado Acadêmico em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, na Linha de Pesquisa Mídia, Cotidiano e Imaginário. Foi professor visitante (*Gastprofessur*) da *Universität zu Köln* na Renânia do Norte, Alemanha e pesquisador convidado da *Universitá Degli Studi Roma Tre*, na Itália. Tem experiência na área de Comunicação e Jornalismo, com ênfase em estudos teóricos e epistemológicos, atuando em temas como inguagem, discurso e retórica contemporânea.
E-mail: gederparzianello @unipampa.edu.br.

Micael dos Santos Olegário

Estudante de graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Foi bolsista da Assessoria de Comunicação Social (ACS) da Unipampa (Dezembro de 2021/Janeiro 2023). Orientando de Iniciação Científica junto ao Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq). Repórter voluntário e editor chefe do projeto de extensão Pampa News: Webtelejornal da Unipampa.
E-mail: micaelolegario12@gmail.com

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriana Hartemink Cantini

Professora Associada da UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. Doutora em Direito pela USAL - Universidad de Salamanca, Espanha. Mestra em Educação pela PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Formação de Professores (direito e legislação). Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Especialista em Direitos Humanos. Bacharela em Direito. Advogada. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências, UNEB/UNIPAMPA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa UNIPAMPA. Conciliadora e Mediadora Judicial (TJRS). Avaliadora do SINAES, para o ato autorizativo de Credenciamento de Cursos e Instituições de Ensino Superiores. Professora Visitante da UNAM (Universidad Nacional de Misiones) Posadas, Argentina.
Lattes: http:///lattes.cnpq.br/7031094369974040
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6295-5342
E-mail: adrianacantini@unipampa.edu.br

Cecilia Ramírez

Nació en la provincia de Corrientes Capital, ejerce actualmente su profesion en la provincia del Chaco -Argentina. Es Lic. en TS por la Universidad Nacional de Córdoba. Especialista en Salud Mental. Ex Residente del Servicio de Salud Mental del Hospital " Juilio C. Perrando" con orientación Psicoanalitica. Espec. en Familia por la UNAm / Maestria en Familia (Tesista) por la UNam con el asesoramienta de la Porf. Dra. Adriadna Cantini por la UNIPAMPA Brasil. Desde la adolescencia perteneció al grupo Rotaract " Programa de Jovenes del Rotary Internacional ,desempeñandose como " Directora de los servicios a la Comunidad", asistiendo a niños y familias de barrios marginales de la provincia, brindando apoyaturas escolares, capacitaciones y otros. Desde hace 5 años se desempeña en el interior de la provincia del Chaco, la localidad General San Martín, donde ha presentado numerosos trabajos de investigación en relacion a problemáticas sobresalientes de zonas rurales y creadora del " Espacio de Familia" para padres con hijos con enfermedad mental que asisten en el Hospital . Es asesora externa de varias disciplinas profesionales que tengan relación con temas sobre familias, crianzas, niños, rol de padres desde la perspectiva de género. Anteriormente ha vivenciado con altas calificaciones las rotaciones en diferentes lugares del país: Hospital Pediátrico (Sainna- Servicio de abusos y maltratos infantil), Salud Mental Pediátrica. Rotación en el Impenetrable

Chaqueño y con la poblacion qom (etnia originaria). Rotacion en en el Hospital " Zonal"de Caleta Oliva ubicado en el Sur Patagonia. Actualmente cumplimentando los requisitos de admision y bajo supervisión para el ingreso a la Maestría en Psicoanalisis (Psiconalista) por la UBA, ciudad de Buenos Aires.

Danilo Henrique de Campos Perez

Nascido em 2001, em Araruama-RJ, sou Danilo Henrique. Após me formar no Ensino Médio em 2019, ingressei na Unipampa Campus São Borja no ano de 2020 para cursar jornalismo. Após dúvidas sobre o que cursaria numa Universidade, com toda certeza, ter escolhido a digna e fundamental profissão para sociedade de jornalista, foi uma das escolhas mais assertivas da minha vida.

Dilossane Vargas da Silva

Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais – Posadas Argentina. Mestre em História Regional (UPF). Atualmente exerce a função de professora formadora no curso de licenciatura em geografia UNIPAMPA/UAB - São Borja – RS. Pesquisa os reflexos da ditadura militar na região de fronteira Brasil/Argentina; A trajetória política de João Goulart. Integra os grupos de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai – UNIPAMPA – São Borja – RS. Grupo de pesquisa: Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências – Universidade do Estado da Bahia – UNEB e do grupo de pesquisa: Diálogos do Pampa – UNIPAMPA – São Borja – RS.

Kátia Vieira Morais

Possui doutorado em Retórica, Escrita e Ensino de inglês pela Universidade do Arizona e mestrado em Língua Inglesa também pela mesma universidade. Possui graduação em Direito e Licenciatura em Letras - Português, Inglês e Respectivas Literaturas pela UFRGS. Atualmente é professora associada de língua inglesa na Universidade Federal do Pampa, coordenadora do subprojeto Residência Pedagógica - Língua Inglesa biênio 2022-2023. Integrante do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa (CNPq) desde 2012. Atua em temas como retórica, feminismo, interculturalidade e ensino de escrita em língua inglesa.
E-mail: katiamorais@unipampa.edu.br

Kelly Thu-Tam Nguyen

Nascida em Annandale, Virgínia, Estados Unidos, é recipiente da bolsa Charles B. Rangel, do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos (U.S. Department of State) para cursar Mestrado em Relações Internacionais na Universidade Johns Hopkins a partir de agosto de 2023. Foi assistente de ensino de língua inglesa com bolsa da Fulbright-CAPES na Universidade Federal do Pampa em 2022. Recebeu título de bacharel em Ciências Políticas com

concentração em Relações Internacionais e Espanhol pela Universidade Commonwealth Virginia em dezembro de 2020. Fez intercâmbio estudantil no México em 2018 e na Itália em 2015.

Rafael Borges Marques

Relações Públicas e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista Capes. É membro do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq) desde 2014.
E-mail: borgesrm@hotmail.com

Rayssa Velasque Mambach

Tem 23 anos, é graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), pesquisadora em Linguagem pelo grupo de pesquisa Diálogos do Pampa desde 2019 e assessora de comunicação política da Mandata Popular. Se interessa pelas pesquisas sobre gênero e movimentos sociais. Encontra na literatura força e leveza. Amante de gatos, boas músicas e pores do sol.

Renata da Silva

Renata da Silva é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Bolsa Capes 2022/2023). Possui Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). É membro do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa e membro do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD). Tem interesse em estudos sobre Política latino-americana, Teoria do Discurso, Mídia e Política.
E-mail: renata_starsea@outlook.com

Sandra Barbosa Parzianello

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Univel/PR, graduação em Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e mestrado em Ciência Política pela UFPel. É professora do curso de Pós-graduação em Mídia e Educação (UAB/Unipampa) e vice-líder do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa. Tem interesse nos seguintes temas: pós-estruturalismo; teoria política; teoria do discurso; populismo; mídia e política.
E-mail: sandrapar@yahoo.com

Simone Silva Pires de Assumpção

Possui Doutorado e Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ambos na área de aquisição da linguagem (língua inglesa). Também é Bacharel (tradutora) em Letras-Inglês pela UFRGS. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), trabalhando com ensino de graduação, pesquisa, extensão e orientação de estágio e trabalho de conclusão de curso. Participou como coordenadora ou como colaboradora do projeto de extensão Núcleo de Línguas Adicionais da Unipampa, foi Coordenadora Pedagógica do programa Idiomas sem Fronteiras (SESu/MEC) e atualmente é Coordenadora do curso de Licenciatura em Letras (Português, Inglês e Espanhol). Tem livros publicados na área de ensino de língua inglesa e possui experiência também com tradução.
E-mail: simoneassumpcao@unipampa.edu.br

www.PIMENTACULTURAL.com

DIÁLOGOS DO PAMPA

teorias, métodos e objetos

pimenta cultural